UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ LUIZ BERTOLI

O CRONISTA E O CRUZADO: A REVIVESCÊNCIA DO IDEAL DA CAVALARIA NO OUTONO DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA (SÉCULO XV)

CURITIBA

2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

O CRONISTA E O CRUZADO: A REVIVESCÊNCIA DO IDEAL DA CAVALARIA NO OUTONO DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA (SÉCULO XV)

ANDRÉ LUIZ BERTOLI

O CRONISTA E O CRUZADO: A REVIVESCÊNCIA DO IDEAL DA CAVALARIA NO OUTONO DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA (SÉCULO XV)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Drª Marcella Lopes Guimarães

CURITIBA

2009

“Os seres têm muitas verdades e a realidade é algo para além da soma dessas verdades, a verdade é uma realidade cambiante”.

Adalberto Alves

A toda a minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos àqueles que me apoiaram em todas minhas escolhas ao longo de minha vida, meu pai Elio e minha mãe Alice; àquelas que dividiram comigo toda atenção e carinho de nossos pais, Janaína e Franciele; àquela que nos últimos anos é presença constante em minha vida, minha esposa Ida Camila. A todos esses agradeço a paciência nos momentos em que me "descabelava" tentando encontrar os caminhos dissertativos, o incentivo na hora em que desanimava e, principalmente, o carinho em todos os momentos.

Também sou muito grato a todos os meus amigos, que nos momentos em que estava cansado e precisava relaxar, lá estavam eles com os copos nas mãos, os sorrisos e a alegria, prontos para confraternizar.

Entretanto, gostaria de agradecer em especial:

À professora e orientadora no Mestrado em História, Marcella Lopes Guimarães, que fez a "luz", conduzindo-me magistralmente ao longo de minha pesquisa, sendo compreensiva e paciente, mas não deixou de ser exigente, o que contribuiu para a qualidade desse trabalho.

À professora e orientadora na Graduação em História, Fátima Regina Fernandes, que despertou meu interesse pela História Medieval Portuguesa, contribuindo muito para minha formação como historiador.

E, por fim, sou muito grato a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, o que permitiu o desenvolvimento e conclusão dessa dissertação.

SUMÁRIO

A. DEDICATÓRIA iii
B. AGRADECIMENTOS iv
C. RESUMO vi
D. ABSTRACT vii
1. INTRODUÇÃO 1
2. O ESPAÇO E O TEMPO: PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XV 6
2.1. DA CONQUISTA À PESQUISA 6
2.2. NASCE AVIS, ENTRE OS MAIS DIVERSOS INTERESSES 9
2.3. TENDÊNCIAS DE VANGUARDA EM MEIO À TRADIÇÃO 13
2.4. DA RECONQUISTA À EXPANSÃO: MOVIDOS PELA GUERRA E POR MERCÊS 19
3. QUANDO A PENA PROMOVIA A ESPADA 35
3.1. O GÊNERO CRONÍSTICO NO FINAL DO MEDIEVO 35
3.2. DA ESPADA À PENA, DA PENA À ESPADA 42
3.2.1. D. DUARTE, O REI LETRADO 44
3.2.2. GOMES EANES DE ZURARA, A PENA PARA A NOBREZA 46
3.3. A EXALTAÇÃO DA NOBREZA CAVALEIRESCA NAS OBRAS ESTUDADAS 53
3.3.1. LIVRO DA CARTUXA DE D. DUARTE: EDIÇÃO, DESCRIÇÃO E INTENÇÃO 53
3.3.2. AS CRÔNICAS DE ZURARA: EDIÇÃO, DESCRIÇÃO E INTENÇÃO 56
4. REPRESENTAÇÃO, VIRTUDES E A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE NOBREZA 69
4.1. O "RETORNO" DA CAVALARIA E DA IDEOLOGIA CRUZADÍSTICA 69
4.2. A ORDEM DOS CAVALEIROS DE CRISTO EM PORTUGAL DO SÉCULO XV: OS "NOVOS CRUZADOS" E O CRONISTA, AQUELES QUE LUTAM POR DEUS 80
4.3. AS VIRTUDES E VALORES DO CAVALEIRO CRISTÃO NESSAS FONTES PORTUGUESAS 90
4.4. A LINHAGEM DE D. HENRIQUE NAS CRÔNICAS DE ZURARA 99
4.5. D. HENRIQUE, DO CAVALEIRO AO NAVEGADOR 114
4.5.1. INFANTE D. HENRIQUE, "O MAIOR DOS PRÍNCIPES CRISTÃOS", POR GOMES EANES DE ZURARA 119
4.5.2. O INFANTE, ENTRE OS NOBRES E A GUERRA, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO 135
5. EM VIAS DE CONCLUSÃO E/OU PROPOSTA DE ENRIQUECIMENTO DE UM TRABALHO 146
6. REFERÊNCIAS 150
6.1. FONTES 150
6.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 150
ANEXOS 157

RESUMO

Esse trabalho, desenvolvido na área de História Medieval Portuguesa, tem como fontes principais duas crônicas de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e trechos do **Livro da Cartuxa** do rei D. Duarte (1391-1438). As obras de Zurara foram escritas no início do reinado de D. Afonso V (1432-1481) e são a **Crônica da Tomada de Ceuta** (1449-1450) e a **Crônica de Guiné** (1452-1453). Consideramos essas obras como um discurso de exaltação de nobres e definição de um modelo ideal, o que nos leva a fazer um paralelo entre elas e os "espelhos de príncipes", que serviam como guias de comportamento para os meios aristocráticos de então. Os personagens de destaque nessa pesquisa foram o infante D. Henrique e o cronista Gomes Eanes de Zurara, cuja visão de mundo, repertório e valores transparecem no texto. O nosso principal objetivo foi, à luz do contexto histórico luso no final do medievo, analisar a construção de um ideal cavaleiresco cristão, através da representação do infante, que serviria de exemplo para toda a nobreza. As crônicas, os conselhos e o ideal a ser seguido e propagandeado pelo grupo social dominante foram escritos e direcionados para a nobreza guerreira que buscava, nesse ideal em franca decadência prática e/ou em plena reestruturação, glórias possíveis. Através da imagem de D. Henrique como o cavaleiro cristão português por excelência, buscamos compreender o conjunto de valores e as regras de comportamento que ainda regiam a nobreza portuguesa do século XV e, dessa forma, esperamos contribuir com o estudo da cultura nobiliárquica lusa dos quatrocentos. É nesse momento outonal da Idade Média que o ideal cavaleiresco é mais fortemente rememorado e readaptado pela nobreza, juntamente com a ideologia cruzadística da reconquista cristã, para legitimar posição social e justificar ações frente aos muçulmanos, como os "novos cruzados" descritos pela pena de Gomes Eanes de Zurara. Para este, D. Henrique deveria servir de exemplo a todos os outros príncipes e, também, a toda a nobreza, que deveria se espelhar no seu comportamento como cristão, cavaleiro e nobre que serviu fielmente a seu rei e recobrou a ideologia cruzadística como objetivo de vida.

Palavras chaves: Idade Média Portuguesa; infante D. Henrique; rei D. Duarte; Gomes Eanes de Zurara; crônicas; ideal cavaleiresco.

ABSTRACT

This dissertation, developed in Portuguese Medieval History, is based on two main chronicles of Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) and some parts of the **Livro da Cartuxa** from the king D. Duarte (1391-1438). Both works of Zurara had been written when D. Afonso V (1432-1481) began to reign. They are the **Crônica da Tomada de Ceuta** (1449-1450) and the **Crônica de Guiné** (1452-1453). We considered these texts as narratives that exalted the nobility and define an ideal model, what made us thought about a parallel between the chronicles and the "princes' mirrors", those served as guides of behavior to the aristocracy. The main characters on this research are the infante D. Henrique and the chronicler Gomes Eanes de Zurara. Our principal objective was analyzes the construction of the Christian knight ideal, through the representation of the infante, that served as an example to all the nobles. The chronicles, the chancellors' advices and the followed ideal spread by the dominant social group was written and directed to the combatant nobles who sought to the possible glories, based on the knight ideal. Throughout the image of D. Henrique as the great Portuguese Christian knight, we tried to understand the group of values and behavior rules that influenced the Portuguese nobles during the 15th century and, thus, we hope to contribute to the study of Portuguese nobility culture in the late Middle Ages. At the end of the medieval period, the knight ideal was strongly remembered and readapted by the nobility, jointly with the crusade ideology, used to legitimate social positions and justify the actions face to the Muslins, for instance the "new crusades" described by the feather of Gomes Eanes de Zurara. To the chronicler, D. Henrique should be the perfect example to every Christian princes and all the nobility that should follow his example as a Christian, knight and noble who had served faithfully his king and recovered the crusade ideology as his life objective.

Key-words: Portuguese Middle Ages; infante D. Henrique; king D. Duarte; Gomes Eanes de Zurara; chronicles; knight ideal.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta foi desenvolvido na área de História Medieval Portuguesa ao longo de dois anos de pesquisa no curso de Mestrado, com o apoio da CAPES durante todo esse percurso. A proposta da pesquisa foi a análise de fontes narrativas portuguesas, mais especificamente, duas crônicas de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e trechos do **Livro da Cartuxa**[1] do rei D. Duarte (1391-1438). As obras de Zurara são: **Crônica da Tomada de Ceuta** e **Crônica de Guiné**. A primeira foi escrita entre os anos de 1449-1450, enquanto a segunda foi escrita nos anos de 1452-1453, ou seja, no início do reinado de D. Afonso V (1432-1481), cognominado, posteriormente, de *Africano* por conta das conquistas no norte da África.

Encaramos os textos de Zurara dentro do que foi definido por Silvio Galvão de Queirós como discurso do paço ou discurso da corte,[2] por isso, consideramos essas obras não somente como relatos cronológicos, mas como um discurso que exalta nobres e define representações ideais desses. Isso nos leva a fazer um paralelo entre as crônicas e os "espelhos de príncipes", ou "espelhos de nobres", que deveriam ser lidas e seguidas como guias de valores e comportamento.

Para analisar esses discursos, devemos destacar a escolha de tipos como princípio organizador do texto. Segundo Eni Orlandi, a noção de tipo é necessária para a classificação e estudo dos discursos.[3] Assim sendo, a tipologia estabelecida para os discursos de Zurara, definidos como discursos pedagógicos e de exaltação, é dividida em: discurso lúdico, quando o cronista discorre literariamente sobre os fatos, onde figuras e feitos heróicos se destacam; discurso profético ou providencialista, quando o cronista determina por meio da voz de seus personagens que os portugueses estavam destinados a grandes feitos e conquistas por serem cristãos; e, mais importante, o discurso doutrinário e exemplar, quando trata das figuras e comportamento dos nobres cavaleiros cristãos, que tinham de servir de exemplo ideal a todo um grupo.

---

[1] Também conhecido como **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**.

[2] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. "Capítulo 9 – A reificação de um conceito: o Paço, na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara. Portugal, século XV". In.: LOPES, Marcos Antônio (org.). **O ensino e a pesquisa em história na Unioeste: realizações e tendências**. Cascavel: Edunioeste, 1998, p.154.

[3] ORLANDI, Eni Pulcinelli. "Tipologia de discurso e regras conversacionais, &, Sobre tipologia de discurso". In.: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Desta maneira, propomo-nos a observar no passado os mecanismos de produção de objetos culturais, as crônicas. Por conta da procedência não nobre e popular do cronista, esses objetos culturais foram influenciados pela produção e opinião vulgar, mas também, pela produção e opinião refinada. Por conta disso, o historiador da cultura deve considerar o conjunto da produção e interrogar-se sobre "as relações que podem existir entre os eventos que se produzem no alto do edifício e a base inerte da produção corrente que eles dominam e sobre a qual repercutem".[4] As noções que se acoplam mais habitualmente à de "cultura" são as de "linguagem" (ou comunicação), "representações" e "práticas" (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as práticas discursivas como as práticas não-discursivas).[5] E como vamos lidar com o binômio cultura e poder ao longo desse trabalho, devemos também atentar para as representações de poder e seus símbolos.

Nossa intenção não é avaliar o alcance da obra de Zurara no momento em que foi escrita, mas sim, queremos nos aperceber da finalidade e do resultado final de suas crônicas. Não a simples proposta de narrar os feitos dos nobres lusos, mas por que fez daquela maneira e qual o motivo da representação do infante D. Henrique (1394-1460) ser a figura do ideal cavaleiresco cristão. Para isso, encaramos as crônicas de Gomes Eanes de Zurara, simultaneamente, como um objeto de significação e um objeto de comunicação cultural entre sujeitos,[6] para então procedermos a uma análise interna ou estrutural do texto, e também à análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de toda maneira, atribuiu-lhe sentido.

A pergunta geral que orienta essa pesquisa é: qual é a representação construída por Gomes Eanes de Zurara do infante D. Henrique em duas de suas obras? Dentro dessa questão, quais os valores enaltecidos e quem, ou o quê Zurara legitimou nessas obras? Além, é claro, quem ficou na sombra devido aos interesses então vigentes no reino português? Essas indagações nos levaram a pensar em quais são os elementos que constituem o discurso desse cronista.

Quanto aos trechos selecionados do livro de D. Duarte, eles nos ajudaram a explicar a representação cavaleiresca do infante D. Henrique e, principalmente, o conjunto de valores

---

[4] DUBY, Georges. "Problemas e Métodos em História Cultural". In.: DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens** – do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 126.
[5] BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 59.
[6] ORLANDI, E. Opus cit., 1983, p. 146.

que permeavam a sociedade portuguesa da metade do século XV. Ou seja, é uma fonte que tem grande importância por destacar valores, virtudes e um modelo ideal de comportamento exaltado por D. Duarte, segundo rei da dinastia de Avis. Esse modelo exemplar, as virtudes e os valores cristãos e guerreiros, também podem ser percebidos nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara, que provavelmente leu as obras daquele rei avisino e as do infante D. Pedro, Duque de Coimbra.

Sabemos que essas crônicas de Zurara foram encomendadas pelo então rei D. Afonso V, terceiro monarca da dinastia de Avis e filho do já citado rei D. Duarte. Ainda sim, o personagem de destaque nessa pesquisa não é o rei D. Afonso V, mas sim, um de seus tios, o infante D. Henrique, e o próprio cronista Gomes Eanes de Zurara, cuja visão de mundo, repertório e valores transparecem no texto. Mas acima desses personagens, o principal objetivo do trabalho é a construção e representação de um ideal cavalheiresco cristão, que serve de exemplo para toda a nobreza. O que será, majoritariamente, destacado é a construção que Zurara faz de D. Henrique e o que a representação desse ilustre infante português pode nos dizer do contexto histórico luso no final do que foi definido como o medievo, quando o "ideal cavaleiresco parece até ressurgir, como sugerem as aventuras [...] dos cavaleiros citados por Zurara na **Crônica da Guiné**, [...] e sobretudo de muitos nobres portugueses em Ceuta, como descreve o mesmo Zurara nas suas outras crônicas".[7]

Essa dissertação é dividida em introdução, seguida por três grandes capítulos onde exploramos o contexto, os personagens históricos destacados, as fontes históricas escolhidas e, por fim, interpretamos e construímos nossa análise sobre os textos lidos.

A contextualização é importante porque faz o historiador perceber os diferentes interesses do período, fazendo com que levemos em conta as nuances das relações de poder e, também, os diferentes aspectos culturais, sociais e mentais que permeiam as vidas dos homens do período estudado. A partir da contextualização, podemos entender os motivos que levam a produção de objetos culturais, bem como as opiniões correntes, símbolos e representações expressos nessas produções.

Além disso, expomos as fontes históricas estudadas, levando o leitor a perceber que nessas obras se destacou um grupo em particular, a nobreza guerreira. As crônicas, os conselhos e o ideal a ser seguido e propagandeado pelo grupo social dominante foram escritos

[7] MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1994, p.370.

e direcionados para aqueles cavaleiros cristãos que buscavam, num ideal cavaleiresco em franca decadência prática e/ou em plena reestruturação, a glória futura.

Tudo isso para, em seguida, propormos a desconstrução de uma representação ideal, a do infante D. Henrique como o grande cavaleiro cristão português, porque buscamos compreender o conjunto de valores e as regras de comportamento que regiam a nobreza portuguesa do século XV e, dessa forma, esperamos contribuir com o estudo da cultura nobiliárquica portuguesa dos quatrocentos. Esse objetivo também explica por que escolhemos as crônicas de Zurara, cronista oficial e porta-voz instituído para a função de narrar os feitos da nobreza lusa, bem como por que escolhemos um personagem que se destacou acima de outros nobres nessas crônicas, o já nomeado e exaltado durante séculos da história portuguesa, D. Henrique, príncipe de Avis e infante da propalada Ínclita Geração.

A cultura da elite dominante portuguesa do século XV, a nosso ver, foi profundamente influenciada por um aspecto já decadente, mas que, como já citado acima nas palavras de José Mattoso, teve um último fôlego. Esse aspecto foi a cavalaria e suas funções dentro da sociedade nobiliárquica que, em Portugal nos quatrocentos, remetia nostalgicamente a um período áureo da nobreza guerreira. A retomada desse ideal, representado nas obras de Zurara, principalmente por um infante da nova dinastia reinante, D. Henrique, nos fez pensar sobre a importância de falar sobre a cavalaria. É nesse momento outonal da Idade Média que o ideal cavaleiresco é mais fortemente rememorado e readaptado pela nobreza, juntamente com a ideologia cruzadística da reconquista cristã, para legitimar sua posição social e justificar suas ações frente aos muçulmanos e/ou cristãos, como os “novos cruzados” descritos pela pena de Gomes Eanes de Zurara.

Para formar um grupo coeso e forte, fez-se necessário a readequação de um conjunto de valores e virtudes, além de regras comportamentais, que regulassem e direcionassem a nobreza guerreira para um fim maior, a guerra contra o inimigo da fé cristã. O conflito entre seguidores de Cristo e de Maomé foi uma revivescência de um antigo ideal. É grande a importância dada à representação, costumes, valores e práticas do cavaleiro, pois são esses elementos que legitimam o destaque e a função do infante D. Henrique. Trabalhamos com a inserção desse infante na nobreza lusa, baseados, principalmente, na impressão dada por Zurara de sua importância como porta-voz dos grandes nobres e figura cimeira quando se fala da guerra contra o mouro norte africano. Para Zurara, D. Henrique deveria servir de exemplo ideal a todos os outros príncipes cristãos e, também, a toda a nobreza, que deveria sempre se

espelhar no seu comportamento como cristão, cavaleiro e nobre exemplar que serviu fielmente a seu rei e recobrou a ideologia cruzadística como seu objetivo de vida.

Para finalizar a dissertação, elaboramos uma conclusão onde destacamos alguns dos objetivos alcançados e respondemos a algumas questões acerca do fazer cronístico e a construção, ou melhor, representação de uma sociedade baseada em um ideal de homem ainda medieval, o cavaleiro cristão.

2. O ESPAÇO E O TEMPO: PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XV

2.1. DA CONQUISTA À PESQUISA

Como António José Saraiva já havia dito para a História Literária, em observação que também se aplica à História como um todo, "a crítica de um livro antigo não pode atingir a sua estrutura formal sem compreender a matéria histórica a partir da qual ele foi elaborado [...] temos de historiar para compreender e criticar".[8] A grande importância em contextualizar as fontes e o tema também foi destacado por vários historiadores, dentre eles Renan Frighetto em seu livro sobre Valério do Bierzo[9] e José D'Assunção Barros em seu livro sobre as especialidades e abordagens da História.[10] Esse destaque a elementos contextuais será observado ao longo dessa dissertação, pois as fontes selecionadas são crônicas escritas próximas a meados do século XV por um cronista luso que foi testemunha de parte dos fatos que narrou. Ele escreveu a pedido de um rei que acabara de subir ao trono e buscava reforçar seu poder e autoridade sobre aqueles que o cercavam através da pena e da espada.

Segundo Huizinga, "no fim do século XIV e no princípio do século XV a cena política dos reinos da Europa estava tão cheia de ferozes e trágicos conflitos que os povos não podiam deixar de ver tudo o que dizia respeito à realeza como uma sucessão de acontecimentos românticos e sanguinários".[11] Nesse quadro também se encontrava Portugal, pressionado por uma crise dinástica, a procurar uma alternativa à dominação pela Coroa castelhana no final do século XIV, além de sofrer com a pressão interna de diversos setores sociais, fortalecida durante a crise sucessória na primeira metade do século XV, devido à menoridade de D. Afonso V.

Em Portugal, como em outros reinos, o período ao qual Huizinga se refere foi um momento de mudanças e continuidades. Nesse século, a política e domínio português aumentariam o seu espaço de ação ao extravasar o mundo ibérico e, mesmo não havendo clareza dos portugueses quanto a um projeto assim, o reino luso seria marcado pelo início da expansão ultramarina. Além do conhecimento de um novo espaço a ser explorado, o reino

---

[8] SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 12ª Ed. Porto: Porto Editora Ltda, 1982, p. 10-11.
[9] FRIGHETTO, Renan. **Valério do Bierzo. Autobiografia**. 1ª Ed. Noia – La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2006, p. 09.
[10] BARROS, J. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Opus cit., 2004, p. 137.
[11] HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. Viseu: Ed. Ulisseia, s.d., p. 17.

português, mais uma vez, passou por uma crise sucessória após a morte do monarca D. Duarte (1433-1438), que onze anos depois resultou na batalha de Alfarrobeira (1449). Por outro lado, também foi um século em que a idéia do cavaleiro cristão ainda estava viva, sendo grande a importância das virtudes e valores cavaleirescos para a nobreza,[12] tendo grande influência na definição das atitudes e políticas seguidas no reino.

Um aspecto importante a destacar é a pressão social interna em Portugal, tanto da nobreza como dos concelhos municipais. Tal pressão variava conforme os interesses das diferentes e divergentes facções nobiliárquicas, que por vezes tinham apoio de certas municipalidades. Suas intenções e ações eram direcionadas a objetivos que iam desde aumentar suas benesses e mercês através do favor régio; bem como continuar a guerra e a conquista frente aos mouros do Magreb; abandonar tal movimento e permanecer em âmbito ibérico, e ainda, explorar a possibilidade de aprofundar as relações com os reinos berberes e controlar o escoamento de seus produtos para a Europa, entre outros.[13] Esses conflitos latentes influenciavam a política régia interna e externa, minando interesses em ascensão, fazendo famílias nobres caírem em desgraça frente ao monarca, alçando outras a postos chaves na política do reino[14] e, também, ajudando no desenvolvimento ou entrave do movimento ultramarino. Nesse momento, a expansão portuguesa dependia da soma de interesses dominantes e não de um planejamento prévio da Coroa,[15] o que mudaria a partir do reinado de D. João II (1455-1495),[16] herdeiro de D. Afonso V e, diferente do pai, grande incentivador da centralização do poder régio e da expansão portuguesa no final do século XV.

---

[12] Segundo Duby, "a cultura da aristocracia feudal se ordena em torno de duas noções básicas: a noção de nobreza, que se difundiu a partir do nível superior para a pequena elite dos nobilites do ano mil, e, por, outro lado, a noção de cavalaria que, por sua vez, emana incontestavelmente das camadas menos elevadas da aristocracia", mas que influenciou toda a sociedade nobiliárquica. DUBY, Georges. "11 – A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal". In.: DUBY, Georges. **A sociedade feudal**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 150. Nesse sentido, discordamos da opinião de Huizinga ao afirmar que tanto o "feudalismo como a cavalaria surgem-nos como pouco mais do que as sombras de uma ordem inábil, quase insignificante e sem valor para a compreensão da época". HUIZINGA, J. Opus cit., s.d., p. 57.

[13] Já na década de 1430, sobre os interesses divergentes dos nobres lusos em torno da guerra contra os "infiéis" na Península Ibérica ou no Marrocos, ver os capítulos 6, 8, 9, 10, 11, 20, 21 e 22, de D. DUARTE. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

[14] Esse enfraquecimento e ascensão de algumas linhagens não é particularidade de Portugal, pois, também no restante da Europa houve esse ajuste e transformações, ocasionando certa flexibilização social, que deve ser devidamente pesada como visto no texto de BASHET, Jérome. "Capítulo XV – Da Europa Medieval à América Colonial". In.: BASHET, Jérome. **A civilização feudal – do ano mil a colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006, p. 252.

[15] Como afirma Luís Filipe Thomaz: "[...] as soluções adoptadas pelos Portugueses [...] foram fruto de uma sucessão de compromissos, mais do que da concretização de um plano preconcebido". THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1994, p. 205.

[16] Antes de se tornar rei, esse príncipe já estava vinculado à governação do reino quando seu pai, D. Afonso V, era monarca. A partir de 1474, D. João já era o responsável pela expansão portuguesa no ultramar. Seu reinado,

Como sabemos, a política e as relações externas de Portugal também definiam os caminhos a serem tomados por esse reino, pois ele não estava isolado, mas, sim, inserido numa rede diplomática ibérica, européia e, antes de tudo, cristã. Por conta disso, as relações desse pequeno reino ibérico, como importante intermediário comercial entre os reinos do Atlântico Norte com as populações mediterrânicas, incluindo as praças africanas do noroeste da África, como também, as relações de Portugal com os reinos ibéricos, Castela, Aragão e Granada, são importantes para a definição do contexto português. Isso porque, para o momento que estudamos, as pretensões e direito de conquista de Castela sobre o reino de Granada[17] definiram uma das direções tomadas por Portugal em relação à forma de se afirmar frente ao reino vizinho, levando os portugueses à conquista de praças magrebinas. E, além disso, os conflitos entre os reinos ibéricos favoreciam alianças políticas, muitas vezes firmadas através dos matrimônios, conformando e dissolvendo as relações, as sucessões e os direitos de um reino em outro e de uma dinastia reinante para outra.

Observar essas relações diplomáticas leva o leitor a abordar a questão do espaço da expansão portuguesa, ou seja, a mudança da estratégia de Portugal, que redirecionou seu objetivo de uma expansão continental, na Península Ibérica, para o primeiro ensaio de uma expansão marítima, em direção ao Atlântico. Isso pode ser notado na leitura de vários autores, dentre eles, Luís Filipe Thomaz e João Marinho dos Santos.[18]

Entretanto, para demonstrar como os interesses eram conflitantes, sendo que nem mesmo o advento de uma proposta de centralização régia poderia eliminar os conflitos, cabe observar as dúvidas que circundaram a partida para Ceuta e como essas influenciaram, durante o período 1415-60, o repensar sobre a continuidade do Movimento Ultramarino. E, por fim, mesmo com o advento da concentração de poderes nas mãos dos reis avisinos, é preciso compreender em que medida houve a retomada de uma política marcadamente senhorialista[19] em Portugal durante o quatrocentos, geralmente atribuída a D. Afonso V, mas que também foi praticada pelos seus antecessores, e quão arraigada foi essa mentalidade senhorial nos escritos do cronista-régio Gomes Eanes de Zurara.

---

iniciado em 1481 e terminado com sua morte em 1495, foi centralizador e de grande importância para definir o projeto expansionista luso.

[17] ARIÉ, Rachel. **El Reino Nasrí de Granada**. S.l.: Ed. Mapfre, 1992.

[18] SANTOS, João Marinho dos. "A expansão pela espada e pela cruz". In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

[19] Segundo Bashet, "no geral, não há, na Baixa Idade Média, ruptura social fundamental: mesmo se, a partir dali, a reprodução da aristocracia depende, em parte, do poder monárquico, ela continua sendo a classe dominante e o senhorio permanece o quadro elementar da organização social". BASHET, J. Opus cit., 2006, p. 255.

2.2. NASCE AVIS, ENTRE OS MAIS DIVERSOS INTERESSES

Após o precoce estabelecimento das fronteiras de Portugal na Península Ibérica, ainda no século XIII a coroa se defrontou com vários problemas interrelacionados: a fundação de bases para fazer frente às pretensões castelhanas de anexação de territórios portugueses;[20] a continuidade do movimento de expansão surgido com a Reconquista; e, por fim, a constante pressão da nobreza quanto ao fundamento de sua legitimação, alcançada em um espaço para o exercício da guerra a fim de atingirem o favor régio e conseguirem honra e mercês.[21]

A necessidade de resolver esses problemas é multiplicada após a morte de D. Fernando da dinastia de Borgonha, rei de Portugal até 1383, a qual se sucedeu uma crise dinástica. Isso porque sua única herdeira D. Beatriz era casada com D. Juan I, rei de Castela, o que ameaçava a autonomia lusa. Entretanto, houve uma alternativa frente à anexação de Portugal pelo reino de Castela: D. João (1357-1433), o Mestre de Avis, um dos filhos bastardos do antigo rei D. Pedro, ou seja, irmão do falecido rei D. Fernando. É nesse contexto da década de 1380 que ocorreu uma grande divisão da nobreza portuguesa em torno da sucessão real.[22]

Esse período é considerado um momento de mutação na estrutura social lusa, pois houve uma forte dinâmica na sociedade de então. Isso porque as famílias, antes não vinculadas ao centro do poder real português, aproximaram-se do então defensor do reino e regente, o Mestre de Avis, e, por apoiarem-no, ganharam espaço na política e ascenderam socialmente. Além disso, parte da nobreza tradicional foi substituída pelos filhos segundos das casas senhoriais já enraizadas,[23] pois os primogênitos perderam seus direitos e senhorios portugueses ao se aliarem à tentativa castelhana do rei D. Juan I de invadir Portugal e assumir o trono luso, que, para legitimar sua pretensão, apelava aos direitos de D. Beatriz, sua esposa e herdeira de Portugal. Essa invasão foi frustrada, definitivamente, quando os castelhanos foram derrotados na batalha de Aljubarrota, em 14 de agosto de 1385.

A nobreza que apoiou o Mestre de Avis foi, majoritariamente, a nobreza guerreira, em grande parte, vinculada às ordens militares religiosas portuguesas e ibéricas. Esses nobres

---

[20] Sobre a qual escreveria o antecessor de Zurara, Fernão Lopes (1385-1459).
[21] FERNANDES, Fátima R. 1. **Revista de estudos Ibero Americanos**. Ed. Especial Brasil 500 anos. Porto Alegre: PUC/RS, 2000, p.116.
[22] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. V. I – Estado, Pátria e Nação (1080-1415). 3ª edição, s.l.: Editorial Verbo, 1979, p. 296 e 305-306.
[23] FERNANDES, F. Opus cit., 2000, p. 107.

segundos, terceiros, ou ainda mais distantes da sucessão em suas famílias, representaram suas linhagens abraçando a causa de D. João. Após a derrota de Castela e a ascensão do Mestre de Avis como primeiro rei da dinastia avisina, aqueles nobres cavaleiros que deram seu suporte a essa causa acabaram por ascender na corte e dentro das suas casas senhoriais.[24] Por outro lado, também defenderam seus próprios interesses, principalmente as possíveis aquisições de privilégios e mercês, o que segundo Fátima Regina Fernandes teve forte influência na definição das políticas régias desse período, incluindo o que se refere à Expansão Ultramarina.[25] Portanto, notamos que os mais diversos interesses da nobreza foram determinantes para a ascensão e sustentação da nova dinastia real portuguesa.

Embora parte da historiografia lusitana mais antiga, que seguiam a linha de António Sérgio, tenha construído a idéia de que D. João I foi alçado ao poder por meio de uma insurreição popular apoiada pela burguesia, constatamos ao longo de leituras mais atualizadas, como Luís F. Thomaz, José Mattoso, J. V. Serrão, Fátima Regina Fernandes, Armando Luís de Carvalho Homem e tantos outros, que, na realidade, foi o apoio de uma segunda nobreza em busca de crescimento dentro da sociedade nobiliárquica lusitana, a finalizar e definir a ascensão da dinastia de Avis em Portugal, no ano de 1385. Não ensombramos, porém, a "arraia-miúda",[26] que também teve um importantíssimo papel nessa ascensão avisina ao trono luso, principalmente porque apoiou com homens, bens e a voz popular em todos os momentos a luta portuguesa contra Castela e, inicialmente, foi uma das bases a sustentarem, juntamente com a nobreza militar, D. João I no poder.

Segundo Armando Luís de Carvalho Homem, no final do século XIV, principalmente no que diz respeito ao período do Interregno, podemos notar a participação do Terceiro Estado – formado por mercadores, artesãos e também pela "arraia-miúda", sendo os mais destacados os representantes das municipalidades – ao notarmos a "reivindicação formulada

---

[24] José Mattoso escreveu sobre essa nobreza militar profissionalizada na guerra, que, em alguns casos, ascendeu juntamente com o Mestre de Avis ao mais alto patamar da fidalguia lusa. MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição Medieval**. S.l.: Editorial Estampa, 1993, pp. 288-290.

[25] FERNANDES, F. Opus cit., 2000. Bashet também escreveu algo sobre a expansão portuguesa, sendo que as necessidades que fizeram a nobreza apoiar e mover a expansão e, posteriormente, a colonização ultra-atlântica, não foram resultado de um mundo novo que surgiu das cinzas das estruturas políticas, sociais, econômicas e mentais do medievo. Mas sim, foi uma continuidade de um movimento de longa duração, como afirmou Bashet, "para além das transformações, das crises e dos obstáculos, é a sociedade feudal, prosseguindo a trajetória observada desde a aurora do segundo milênio, que empurra a Europa para o mar". BASHET, J. "Capítulo XV – Da Europa Medieval à América Colonial". Opus cit., 2006, p. 274.

[26] Termo utilizado por Fernão Lopes para definir as forças populares que apoiaram a resistência contra as pretensões castelhanas de anexação de Portugal.

nas Cortes de Coimbra no sentido da representação de todos os "estados".[27] Nesse momento, o Conselho do Mestre de Avis é equilibrado, pois são encontrados nobres, clérigos, letrados – clero ou laico – e representantes das municipalidades.[28] Aos poucos esse espaço concedido pela monarquia rareou, pois o rei se voltou novamente para uma política senhorial pela necessidade de ter apoio da nobreza do reino, principal sustentáculo da monarquia e do rei, o que Armando L. de Carvalho Homem notou nas reivindicações das Cortes de 1398.

A partir do século XV, as Cortes[29] e o Conselho do Rei foram quase completamente tomados pela nobreza, em detrimento de clérigos e homens bons, e, em tempos finais da governação joanina, o mesmo ocorreu nas Casas dos infantes. Muitos dos nobres a se destacarem a partir de 1422 nas cortes joanina e dos infantes foram aqueles que participaram da conquista e manutenção da cidade de Ceuta, substituindo, por ocasião de velhice ou morte, aqueles que haviam participado ativamente no período do Interregno e ascensão de D. João I (1383-1385).[30]

Quanto aos interesses externos, tanto de Castela e Aragão, bem como da Inglaterra, França e Borgonha, podemos abordar as alianças matrimoniais firmadas por Avis. Para esse momento, destacamos o casamento de D. João. Observamos que, diferente do que ocorria até então, o primeiro rei de Avis se casou com uma nobre inglesa, D. Filipa de Lencastre, firmando uma aliança fora do tradicional âmbito ibérico. Isso porque João de Gante,[31] Duque de Lencastre e pai de D. Filipa, tinha interesses no trono castelhano, levando os ingleses a apoiarem a ascensão da nova dinastia portuguesa visando enfraquecer as forças do rei de

---

[27] CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. **Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 233.

[28] Idem, p. 236.

[29] "[...] o organismo político-administrativo assim vulgarmente designado [cortes] nem sempre aparece com tal nome nos documentos que lhe dizem respeito, em especial nos mais antigos: *cúria*, *concílio parlamento* são também freqüentes. [...] Trata-se, em qualquer caso, duma assembléia complexa nas funções e na constituição, que não deixou entre nós [portugueses] vestígios de actividade anteriores a 1211". CARVALHO, Alberto Martins de. "Cortes. Origem". In.: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, p. 197-201.

[30] CARVALHO HOMEM, A. L. de. Opus cit., 1990, p. 240-241.

[31] João de Gante foi casado com a princesa Constança, filha do já falecido rei Pedro I de Castela, o *Cruel* (1334-1369). Por isso, envolveu-se na complicada política castelhana ao se declarar pretendente à sua coroa, rivalizando com Henrique de Trastâmara. As suas intenções foram solapadas pelo último, mas João continuou a interferir na política ibérica. Quando começou a crise dinástica de 1383-1385 entre Portugal e Castela, João de Gante apoiou a facção de João, Mestre de Avis, do ponto de vista político e militar. É da sua iniciativa o tratado de Windsor, o qual confere a Inglaterra e Portugal o estatuto de aliados desde 1386. Para firmar este tratado, a sua filha mais velha, Filipa, casou com D. João I de Portugal. Como consta no livro de Damião Peres, **D. João I**, "Desta entrevista resultou uma aliança entre o Duque [João de Gante] e o rei de Portugal contra o rei de Castela, e o casamento de D. João com uma filha do Duque, D. Filipa". PERES, Damião. **D. João I**. 2ª Ed. Porto: Vertente, 1983, p. 75-76.

Castela. Com isso, também fizeram frente às pretensões castelhano-francesas nos territórios ibéricos, para onde, cada vez mais, se estendia a influência da Guerra dos Cem Anos.

Desta maneira, para que houvesse a resistência lusa e conseqüente afirmação de Portugal como um reino independente frente a Castela, foi necessário um grande feito e a releitura de ideologias que sustentassem a participação da maioria dos nobres portugueses. Essas idéias tinham base nas Cruzadas, sendo a fé, a honra e o proveito, distintas na teoria, mas aproximadas na prática pela nobreza.[32] A tríade da fé, honra e mercês, canalizou a vontade da nobreza para sustentar a afirmação frente ao reino vizinho. Fernão Lopes chamou atenção para esse fato em suas obras afirmando que a luta contra os castelhanos assemelhavam-se às lides pela fé, porque, naquele momento, os castelhanos eram os cismáticos que apoiavam a França e o Papa de Avinhão. Como podemos notar, o que mantinha a unidade do Ocidente ao longo da Idade Média era a religião e a cultura cristã, pois não havia uma unidade política.[33] Porém, com a cisão da Igreja Católica em duas sedes com papas distintos (o Cisma (1378-1422) que dividiu a cristandade entre duas sedes e dois papas, um em Roma e um em Avinhão), a unidade religiosa foi abalada, gerando e servindo de justificativa para os conflitos latentes entre reinos cristãos.

Essa instabilidade política da Península Ibérica se estendeu até o início do século XV, pois, apesar do contrato provisório de paz assinado em 1411, Portugal e Castela continuavam em constante tensão. Como Guenée já afirmou, "os governos falam de justiça e de paz, mas a guerra e a diplomacia são a sua primordial preocupação; todos empenham nisso permanentemente mais da metade de seus recursos".[34] Os reinos ibéricos não eram exceção. Essas pressões políticas determinaram ações internas e externas, dentre elas, Portugal se lançou no movimento de expansão como uma saída preventiva[35] à anexação por Castela, mas não só, já que também bateu de frente com a pretensão castelhana sobre os territórios no ultramar, marcadamente sobre as ilhas atlânticas.

---

[32] SANTOS, J. M. dos. "A expansão pela espada e pela cruz". Opus cit., 1998, p. 150.
[33] GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. São Paulo: Pioneira: Ed. da USP, 1981, p. 48.
[34] Idem, p. 171.
[35] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "A economia política dos descobrimentos". In.: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 193.

2.3. TENDÊNCIAS DE VANGUARDA EM MEIO À TRADIÇÃO

Para Maria Helena da Cruz Coelho, Portugal governado por Avis era um reino em constante estado de guerra, exigindo uma forte organização administrativa, financeira e militar, o que ocasionou um ensaio de centralização do poder. A força militar dessa dinastia tinha como base o recrutamento feudal tradicional (nobreza e ordens militares), que sustentaram não só as guerras, mas também, a nova dinastia, somado a um contingente de homens do povo e mercenários recrutados pela coroa.[36]

Aquela nobreza que era convocada e recrutava suas forças "identificava-se com os servidores de armas, que com os seus pequenos exércitos se encontravam ao serviço da coroa. Apenas com a constituição das grandes Casas senhoriais no decurso do século XV, é que se formam os grandes exércitos particulares".[37] Dessas grandes Casas senhoriais de Portugal podemos enumerar três cabeças diretamente vinculadas à dinastia de Avis e à Coroa: D. Afonso (filho ilegítimo de D. João I), o infante D. Pedro e o infante D. Henrique. Notamos que a prodigalidade de D. João I para com seus filhos e de D. Duarte com os seus irmãos foi imensa, pois a família real e seus descendentes acumularam um grande número de títulos, ducados e condados, além de aumentarem sua autoridade e estenderem o poder da dinastia até redutos que insistiam em "questioná-lo", como alguns fronteiros que durante algum tempo apoiaram Castela. Com a expansão e certo controle dessas Casas senhoriais, para Guenée "o Estado territorial se desenvolveu depois do Estado feudal, graças à ação da administração principesca",[38] que intervinha na política regional e senhorial. Nesse momento, os fidalgos portugueses tinham criados subordinados por vínculos pessoais, mas, no fim, eles eram vassalos do rei português, a quem deviam a sua fidelidade.

Como já afirmou Damião Peres

> "As lutas contra os moyros terminaram com a conquista definitiva do Algarve no tempo de D. Afonso III e o espírito de centralização do poder real, que começava a tomar corpo na Europa, manifestou-se também em Portugal. Nesse movimento centralizador teve importantíssima influência a difusão do direito romano que servia as aspirações dos reis, justificando-as e fundamentando-as juridicamente".[39]

---

[36] COELHO, Maria Helena da Cruz. "Capítulo 2 – O final da Idade Média". In.: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, pp. 43-44.
[37] MORENO, Humberto Baquero. "Capítulo 3 – O princípio da Época Moderna". In.: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, pp. 78-79.
[38] GUENÉE, B. Opus cit., 1981, p. 64-65.
[39] PERES, Damião. **D. João I**. Opus cit., 1983, p. 105.

> "Como dissemos, em Portugal o poder do rei foi também aumentando de importância, fazendo-se sentir ao mesmo tempo, gradualmente também, o influxo do direito romano acompanhando-o na sua marcha ascensional. Desde o reinado de D. Dinis estava travada a luta entre a jurisprudência feudal, dominante até então, e o direito romano que começava a introduzir-se e se estabelece a partir do reinado de D. João I, embora mesclado ainda com a legislação nacional".[40]

Temos de pesar essas afirmações de Damião Peres, mas elas cabem sim para o período estudado, pois, ao mesmo tempo em que Portugal mantinha características tradicionais, também passava por inovações políticas e administrativas. Somado aos fatores expostos nesses dois parágrafos, também havia o forte apoio de uma nobreza de serviço militar, uma aristocracia ascendente e, também, de algumas municipalidades e os populares, que apoiavam D. João I, contrários àquela tradicional aristocracia que inicialmente se opôs ao Mestre de Avis.

A política mais centralizada da monarquia foi posta em prática, principalmente, pelos primeiros monarcas de Avis, D. João I, D. Duarte e, também, pelo regente D. Pedro. Mesmo razoavelmente centralizadora, a administração desses governantes não excluiu a forte participação política das grandes Casas senhoriais, nem diminuiu a autonomia desses frente à Coroa. Entretanto, essa política dita "centralista" teve um momento letárgico em meados do século XV. Esse "retrocesso" político ocorreu quando o rei D. Afonso V, apoiado pela nobreza terratenente, concedeu o que poderíamos chamar de um último momento de glória às grandes Casas senhoriais ao realizar uma política de privilégios e benefícios para a nobreza.[41] Esse reforço do poder da nobreza em algum momento do século XV não é exclusividade portuguesa, pois, como podemos ler em vários medievalistas franceses, ingleses e espanhóis, essa foi uma tendência evidenciada em diferentes reinos, quando era preciso trabalhar pela manutenção do próprio poder e para a legitimação de uma dinastia frente aos nobres que a apoiavam.

---

[40] PERES, Damião. Opus cit., 1983, p. 106.

[41] "O governo de D. Afonso V, ao contrário de seus mencionados antecessores [D. João I e D. Duarte], é caracterizado pela historiografia portuguesa como uma época de retrocesso na centralização do poder real, influenciado pela ingerência da nobreza na administração e na condução da política régia, bem como pelo exercício indevido, além da jurisdição arbitrária no âmbito próprio do poder em relação aos concelhos. A identificação da política nacional com os interesses da alta nobreza é perfeitamente observável em especial nos anos que vão de 1451 a 1478. Estes anos são conhecidos como a época do apogeu do senhorialismo". NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Doutorado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005, p. 10. Faz parte dessa historiografia portuguesa que considera o governo de D. Afonso V um retrocesso também SERRÃO, Joaquim V. **História de Portugal**. V. II – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 3ª Ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980, p. 225.

O período de governo dos três primeiros governantes da dinastia de Avis foi chamado por alguns historiadores de mais "dinâmico", frente à tradicional política senhorial, pois afirmam que vários setores da sociedade portuguesa tiveram espaço na política do reino. Isso porque os governantes buscavam trazer para perto de si os principais representantes dos grupos relevantes da sociedade portuguesa. Além disso, também era muito mais interessante para as municipalidades que apoiaram D. João I, D. Duarte e, principalmente, D. Pedro, o comércio e as viagens pela costa da África, não a política senhorial que favorecia a guerra no Marrocos e, consequentemente, os nobres. Isso, devido ao fato de que a política guerreira de um reino era muito mais dispendiosa do que armar as viagens para o sul, sendo sempre os representantes das municipalidades, o Terceiro Estado, a pagar as contas das guerras e viagens, mesmo não tendo lucros imediatos. Além disso, essa política também dificultava a tentativa de centralização e governação do reino, pois os reis teriam de ceder mercês e espaço político para a nobreza que se destacaria nas guerras. Todas essas razões somadas ao fatídico e desastroso ataque a Tânger fizeram a guerra contra as praças mouriscas no noroeste da África entrar num período de estagnação de 1440 até 1458. Somente com a conquista de Alcacér-Quibir, em 1458, a política de guerra no Magreb foi retomada por D. Afonso V e pela nobreza que o apoiava, imbuídos de uma mentalidade cruzadística e de interesses senhoriais, além de ser considerada como uma "missão" por D. Afonso V.[42]

Esses fatores caracterizaram um "período de transição", em que a política de centralização foi acompanhada pela necessidade da manutenção do papel da nobreza guerreira.[43] Segundo Fátima Fernandes houve uma dialética de continuidade/mudança[44] na política régia, aparentemente contraditória, na qual estava inserido o movimento ultramarino. Continuidade no sentido de manutenção da tradicional estrutura social do reino português, onde o rei continuou a política senhorial até então realizada. Entretanto, com a ascensão da dinastia de Avis, essa política senhorial foi balanceada por uma mudança na base de apoio da monarquia, na qual uma nobreza ascendente e, inicialmente, municipalidades eram

[42] "De fato, a vocação portuguesa para a expansão marítima está carregada de simbologia na medida em que esta não era vista como uma ação puramente mercantilista e de caráter econômico, e sim, como uma missão, um cumprimento de um destino épico traçado por Deus de formar um grande império". NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. Opus cit., 2005, p. 45.

[43] "Nos primeiros tempos do seu governo viu-se D. João I obrigado pela força das circunstâncias a reconhecer que não podia, por então, deixar de consentir, que a nobreza conservasse grande parte das suas velhas prerrogativas". PERES, Damião. Opus cit., 1983, p. 117.

[44] FERNANDES, F. "A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa". Opus cit., 2000, p. 119. Essa autora e texto também foram citados por NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. Opus cit., 2005, p. 9, que afirma que "os séculos XIV e XV, por serem séculos de transição, se constituem em um rico período histórico, em que o binômio continuidade/mudança está constantemente presente".

favorecidas e se aproximaram do monarca, o que facilitou o direcionamento dos diversos interesses existentes em Portugal e, conseqüentemente, as ações régias que limitavam o poder da aristocracia senhorial.[45]

Por conta disso, não somente a monarquia portuguesa se adaptou à nova realidade governativa e administrativa que surgiu nos últimos séculos do medievo. Também os nobres, notando os limites de seu espaço e ações, buscaram se adaptar à política régia centralista e se aproximar do rei e seus conselheiros, "a principal fonte de poder e obtenção de privilégios".[46] Para isso, a nobreza apelava ao patrimônio simbólico herdado dos antepassados, além das ideologias da sociedade tripartida e da Cruzada, que legitimavam sua posição e sua luta para perpetuar, recuperar ou conquistar melhores posições na sociedade nobiliárquica.

D. Duarte, segundo rei da dinastia de Avis, foi associado à governação do reino português pelo seu pai a partir de 1412, vivenciando as lides da função régia desde muito cedo. No entanto, após a morte de D. João I, D. Duarte reinou brevemente (1433-1438). Foi em seu reinado que ocorreu a travessia do temido Cabo Bojador e o desastroso ataque a Tânger (1437), onde os portugueses foram derrotados pelos mouros e o infante D. Fernando ficou como refém até sua morte em 1443. Esses acontecimentos causaram um grande impacto nas pretensões portuguesas e, também, nos interesses do infante D. Henrique[47] pelas praças norte africanas.

No ano seguinte à tentativa de conquista de Tânger, o rei D. Duarte faleceu. Seu herdeiro, D. Afonso V (1432-1481), ainda não podia governar devido à sua pouca idade, o que acarretou numa nova divisão das forças do reino luso, dessa vez, em duas facções: de um

---

[45] "Logo que uma trégua mais duradoura fez crer, não sem razão, que a luta tocava o seu termo, a coroa começou o ataque às prerrogativas da nobreza". PERES, Damião. Opus cit., 1983, p. 119; e no mesmo trabalho de Damião Peres, "Dessas medidas devem salientar-se: a coibição de vexames e prepotências que os nobres praticavam, o cerceamento de ilegítimas regalias que desfrutavam, a reforma da organização militar, a lei mental e as modificações no regime tributário... Todas elas visam o abatimento da classe aristocrática, aquela que maior sombra fazia ao poder do rei". Idem, p. 124.

[46] "A partir dos séculos XIV e XV, sofrendo mutações diversas em seu patrimônio econômico, político, jurídico, mental e material, o favor real, estabelecido pela proximidade com o monarca, torna-se elemento chave para a perpetuação da especificidade deste grupo garantindo a sobrevivência de seu poder". NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. Opus cit., 2005, p. 09. E da mesma autora e texto, "a estrutura interna da nobreza, no século XV, foi marcada por uma enorme complexidade e mutabilidade. O prestígio social deste grupo, como vimos encontrava-se ameaçado em suas prerrogativas, dependendo cada vez mais da proximidade e favor do rei. Este paulatinamente se afirmou como fonte de poder do qual o segmento nobiliárquico participava. Mas, mesmo quando o nobre não tinha recursos econômicos suficientes, ele poderia contar com o favor real, e, se isso não ocorresse poderia sobreviver tentando cultivar um patrimônio simbólico herdado dos antepassados". Idem, p. 216-217.

[47] Segundo Jaime Cortesão, Damião Peres e outros, o infante D. Henrique – considerado um homem entregue aos ideais de Cruzada – após a tomada de Ceuta, se tornou o grande responsável pelo arranque definitivo da expansão e pela manutenção da praça marroquina.

lado os infantes D. Pedro e D. João e a maioria das municipalidades, desfavoráveis à política de guerra na África; do outro, a rainha D. Leonor apoiada por D. Afonso – então Conde de Barcelos – e as principais linhagens de Portugal, interessados numa política régia voltada à nobreza e à guerra.

No ano de 1440, D. Pedro foi eleito regente em detrimento da rainha D. Leonor. Como já dito acima, o período da regência estava entre aqueles governos mais "dinâmicos". Nesse momento, a guerra no Marrocos entrou num período de estagnação até 1458. D. Pedro foi regente até a maioridade de D. Afonso V, que ao assumir o trono em 1448 voltou-se para o partido que foi a principal base de seu poder. Essa facção era formada pelas principais casas da nobreza terratenente de Portugal, ou seja, a facção liderada por D. Afonso, já Duque de Bragança.

Ao se aproximar desse grupo, D. Afonso V foi contra o ex-regente D. Pedro, seu tio, tutor e sogro.[48] Foi nesse contexto conflituoso que aconteceu a batalha de Alfarrobeira, em 1449, na qual as forças mais "dinâmicas" foram vencidas e suplantadas pelas forças tradicionais. As conseqüências disso foram o reforço do senhorialismo[49] e a perseguição e silêncio em torno da Casa do regente D. Pedro, o que foi incentivado pelo Duque de Bragança e promovido pelo rei D. Afonso V.

Como nos mostra Renata Cristina de Sousa Nascimento, o reinado de D. Afonso V foi marcado por uma prodigalidade para com os fidalgos que o cercavam, mas não só, também foi pródigo com quase todos aqueles que se dispunham a participar da empreitada nas terras da África. Muitas Cortes foram feitas, onde os povos questionaram tais benesses à nobreza, mas, ao longo desse reinado as escolhas dos vassalos, a concessão de títulos e doações feitas pelo rei àqueles continuaram a ser registradas, mas não resolvidas. Aquela política um pouco mais "humanista", mesmo que ainda fortemente marcada por características medievais e senhoriais, realizada pelos três governantes anteriores de Avis (D. João I, D. Duarte e D. Pedro),[50] foi posta de lado por D. Afonso V. Não que aqueles três não fossem magnânimos e pródigos, eram-no sim, pois necessitavam do apoio da fidalguia que os cercava naquele mundo em "transição", como Renata Nascimento chamou atenção. No entanto, não foram

[48] Durante a sua regência, o infante D. Pedro organizou o casamento do futuro rei com sua filha, Isabel de Coimbra, o qual se concretizou em 1447. Desse matrimônio nasceu D. João II, o *Príncipe Perfeito*, rei após D. Afonso V.
[49] FERNANDES, F. Opus cit., 2000, p. 111.
[50] NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Opus cit., 2005, pp. 20, 23 e 33.

demasiadamente "doadores" como o foi D. Afonso V, o que nos foi comprovado mais uma vez na leitura da tese da autora mencionada, bem como de outros autores que estudaram esse momento da história portuguesa. Ao se referir ao reinado de D. Afonso V em sua conclusão, essa autora escreve

> "as relações régio-nobiliárquicas aí empreendidas diferiam dos governos anteriores, onde a estratégia monárquica de concentração de poder passava seguramente pela constante restrição dos poderes senhoriais. [...] D. Afonso V, como vimos, representou a possibilidade de perpetuação de uma ordem social em um mundo que estava prestes a ruir. [...] Proceder a esse estudo nos levou também a perceber que no governo de D. Afonso V o princípio de centralização régia ainda não estava totalmente delineado. As **Ordenações Afonsinas** podem ser entendidas aí como práxis de centralização, mas ainda não existiam, neste momento, as diversas facetas que caracterizam o processo de concentração e manutenção de poder nas mãos do rei [...] Treze cortes nos mostram um governo de forte dimensão medieval, em que o monarca, para reafirmar-se necessitava ouvir o que os povos tinham a dizer".[51]

Notamos que as condições no território luso foram mutáveis no decorrer dos três primeiros quartos do século XV.[52] Tornou-se definitiva a ascensão da nova dinastia e de uma nobreza que foi a base de seu poder. Também foram estreitadas as relações do rei com as municipalidades, que tiveram seu papel na ascensão da dinastia de Avis, mesmo tendo sido distanciadas pelo monarca na continuidade de seu reinado. Os representantes dessas municipalidades também tiveram grande papel no financiamento das primeiras viagens para o ultramar, colaborando não só com moedas, mas, especialmente, com homens. Com tudo isso, foi aberto o caminho dos portugueses para a exploração de novos mares, terras e culturas.

Entretanto, diferente do que António José Saraiva,[53] Silvio de Galvão Queirós[54] e Susani França[55] já afirmaram, para nós não existia uma historiografia nacional portuguesa ao se referirem aos dois primeiros cronistas da dinastia de Avis, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, pois não havia uma clara consciência da personalidade pátria, muito menos uma nação portuguesa com um projeto nacional de saída para o mar em direção às terras desconhecidas

---

[51] NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. Opus cit., 2005, p. 215.
[52] MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1995, p.170.
[53] SARAIVA, A. e, LOPES, Ó. **História da Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1982, p. 88.
[54] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **"Pera Espelho de Todollos Uiuos" – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997; e QUEIRÓS, S. "Capítulo 9 – A reificação de um conceito: o Paço, na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara. Portugal, século XV". Opus cit., 1998, p. 144.
[55] Em seu artigo a autora examinou como a construção histórica de Gomes Eanes de Zurara pode ser considerada iniciadora de um discurso patriótico sobre os descobrimentos. FRANÇA, Susani S. Lemos. "Os alicerces da História das descobertas portuguesas: as crônicas de Zurara". In.: **Estudos de História**. Vol. 9, nº 1, Franca, 2002.

do oriente. Por outro lado, havia um interesse por parte dos reis avisinos, não de toda a nobreza e povo luso, em fazer frente às pretensões castelhanas de submeter o reino português e sobre as terras do além-mar, tanto no norte da África como nas ilhas atlânticas. Ou seja, era o interesse de um dos grupos da nobreza, filhos segundos e terceiros vinculados às ordens militares religiosas, como também era D. João, Mestre de Avis.

2.4. DA RECONQUISTA À EXPANSÃO: MOVIDOS PELA GUERRA E POR MERCÊS[56]

A partir desse momento, buscaremos demonstrar como a ascensão de certas linhagens da nobreza, inclusive da família real, teve forte relação com o movimento que caracterizou a Península Ibérica Medieval, a Reconquista, bem como com a sua continuidade em Portugal, repaginada na Expansão Atlântica do século XV. Ambas tiveram forte influência da cultura cristã, mas também foram marcadas por um forte caráter guerreiro, posteriormente definida dentro de uma ideologia cruzadística e aristocrática cavaleiresca. Nesse sentido, como tantos outros autores, também Sérgio Buarque de Holanda afirmou que, "o ímpeto da Reconquista, que não tivera tempo de esfriar quando achou de súbito seu novo campo de ação", marcando a expansão portuguesa do século XV.[57]

Após a definição das fronteiras portuguesas na Península Ibérica durante o século XIII, o reino não conquistou mais territórios no período em que se convencionou chamar de "Reconquista Cristã".[58] A. H. de Oliveira Marques definiu bem esse movimento, como podemos ver abaixo:

---

[56] Sobre as mercês dadas pelo rei àqueles que o serviam, Fernanda Olival comentou em seu estudo, devidamente referenciado abaixo, algo que também cabe para esse momento do nosso estudo: "in practice, in Portugal, those who served did so in the expectation of reward while those who had the Power to Grant honors did so with a view to the maintenance of the system and in order to encourage the performance of further services. This is how the 'economy of reward' [economia da mercê] worked and this cemented the relationship between the crown and its vassals". OLIVAL, Fernanda. "The Military Orders and the Nobility in Portugal, 1500-1800". In.: **Mediterranean Studies**, XI, 2002, p. 75.

[57] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 317.

[58] Reconquista é o conceito utilizado para definir o movimento cristão, com início no século VIII e término no século XV, que visava recuperar as terras perdidas pelos Visigodos frente aos conquistadores muçulmanos do Magreb. O primeiro foco de reconquista e resistência frente ao domínio muçulmano na Península Ibérica surgiu na região montanhosa das Astúrias, sendo liderado num primeiro momento por Pelágio. A vinculação ao espírito e ideais cruzadísticos cristãos só vai surgir na seqüência da convocação feita pelo papa Urbano II, em 1096, de todos os fiéis para combater os árabes e recuperarem os territórios que antes eram da cristandade, principalmente, a Terra Santa. LOMAX, Derek. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica, 1984; e, SERRÃO, Joaquim V. **Portugal en el Mundo – un itinerário de dimensión universal**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 58.

> "É preciso lembrar que os soberanos da Espanha – todos eles – se consideravam legítimos descendentes e herdeiros dos monarcas godos, de cuja herança se julgavam esbulhados pela conquista muçulmana. Daqui o termo "reconquista", daqui toda a ideologia político-militar que se afirmou até à tomada de Granada, em 1492, e mesmo mais além, justificando a passagem a Marrocos. Tratava-se, assim, de uma questão de família, essa da luta contra a mourama, que só mais tarde se coloriu da tinta religiosa dominante (tipo "cruzada") e que convinha divulgar a quem importasse, para cultura e doutrinação".[59]

Essa luta contra os mouros "infiéis" na Península Ibérica, que durou do início do século VIII até o final do século XV, foi a tônica ideológica da Baixa Idade Média luso-espanhola e, por ser uma tradição dominante e sempre presente, permaneceu arraigada na mentalidade da nobreza guerreira por um período além do que foi convencionado chamar de Medievo.[60] Além do conflito bélico com os muçulmanos, os cristãos ibéricos, quando em paz com os domínios islâmicos encravados na Península Ibérica, mantinham relações comerciais e uma rica troca cultural com os seguidores de Maomé. Ou seja, mesmo permeados por esse espírito cruzadístico presente por longos séculos, os cristãos também realizavam trocas pacíficas com os muçulmanos.

O ideal cruzadístico cristão e as idéias citadas acima também permearam a iniciativa da expansão lusa, que, por sua vez, foi uma das estratégias utilizadas posteriormente para a afirmação portuguesa frente às pretensões do reino castelhano sobre os territórios em África e no Atlântico (as ilhas ao longo da costa africana). Para Marcella Lopes Guimarães, como também para nós, os participantes dessa empresa foram incentivados, inicialmente, por interesses e motivações que estavam mais próximas aos valores cavaleirescos.[61] Isso nos faz pensar e afirmar, mais uma vez, que o início da expansão foi uma continuidade do movimento de Reconquista, ou seja, ainda dentro da perspectiva cavaleiresca de serviço a Deus e ao rei, mesmo que outros interesses viessem a ser acoplados a esses. A esse respeito,

> "Parece assim ficar claro que, pelas suas motivações como pelo caráter, pela sua continuidade com a Reconquista como pela ideologia que a informa, pelo espaço geográfico em que se desenrola, pela base social, a expansão portuguesa em Marrocos antes de D. João II é muito mais um derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna. O seu

---

[59] MARQUES, A. H. de Oliveira. **Ensaios de Historiografia Portuguesa**. Lisboa: Palas Editores, Ltda, 1998, p. 15-16.

[60] Pois, no ponto de vista de muitos medievalistas, as estruturas mentais, culturais, políticas e econômicas da Idade Média se estenderam largamente em muitos aspectos e espaços ao longo da modernidade. Dentre esses aspectos de longa duração destacamos a mentalidade cruzadística e cavaleiresca. BASHET, J. "Capítulo XV – Da Europa Medieval à América Colonial". Opus cit., 2006, p. 247.

[61] GUIMARÃES, Marcella Lopes. "A ensinança de evitar o Pecado na prosa de D. João I e D. Duarte". In.: **Revista de História da UPIS**. Vol. 1. Brasília: União Pioneira de Integração Social, 2005, p. 35.

> nexo lógico com a revolução comercial do século XI e com a ascensão da burguesia é mais que tênue. Obviamente, Ceuta não é exceção".[62]

Todavia, as diferenças existem, pois os interesses em torno de uma expansão marítima não eram exclusivos dos portugueses, nem somente devido à vontade desses de vencer os mouros e recuperar territórios anteriormente cristãos. Esse movimento, marcado inicialmente pela conquista de Ceuta, mobilizou nobres, mercadores e barcos de outros reinos além de Portugal. Como já disse António Borges Coelho, "à primeira vista parece inserir-se nos velhos passos da Reconquista", porém, notamos uma novidade: o espaço conquistado é além-mar. Isso gerou todo um diferencial, pois, o socorro e a proteção das praças conquistadas dependiam não só de cavaleiros, mas também de mareantes. Por outro lado, as antigas práticas de guerra que marcaram a luta contra o muçulmano na península ainda predominavam. A conquista e o saque foram praticados desde Ceuta, na tentativa de conquistar as ilhas atlânticas, até nas primeiras viagens de assalto às costas africanas.[63]

Isso caracteriza um reino belicoso, com uma dinastia e uma nobreza sedenta por terras, honras e riquezas. Essa dinastia que se impôs pela guerra, como tantas outras ao longo da história medieval européia, é Avis. Mas além dos conflitos, também utilizaram outros meios para conquistar sua base de sustentação, as mercês. Por isso, José Mattoso afirma em seu texto que "a dinastia de Avis se impôs pela guerra e mercês. Primeiro contra Castela, em seguida contra os marroquinos, para depois explorar as riquezas da costa africana. Isso para aliviar as pressões internas dos nobres e 'pagar' pela sua lealdade e serviços".[64]

Para constituir as novas casas senhoriais, doar terras e mercês a seus servidores e manter a nobreza ocupada, essa dinastia teve que buscar fora da Península Ibérica o espaço territorial necessário. Isso foi resolvido em parte com o movimento expansionista iniciado no reinado de D. João I com a conquista de Ceuta, pois foi um feito com o qual o rei e seus conselheiros objetivaram convergir os principais interesses presentes no interior da nobreza lusitana desse período. Esse grupo social luso estava mergulhado em conflitos internos que prejudicavam a construção de uma unidade portuguesa, além de lutarem por interesses próprios, muitas vezes contrários ao interesse da Coroa. Isso denota um profundo

---

[62] THOMAZ, L. F. **De Ceuta a Timor**. Opus cit., 1994, p. 29.

[63] COELHO, António Borges. "Capítulo 4 – Os argonautas portugueses e o seu Velo de Ouro". In.: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 94-95.

[64] Para Mattoso, dentre as mercês, "os bens móveis e as funções foram o mais típico vínculo 'real' da vassalidade portuguesa", acima da concessão de bens fundiários. MATTOSO, J. **Fragmentos de uma composição Medieval**. Opus cit., 1993, p. 137.

"regionalismo", já destacado por Bernard Guenée em relação a outros reinos europeus,[65] que marcava o reino português naquele momento.

Entretanto, voltamos a afirmar que esse movimento expansionista para além das fronteiras européias motivado por crises internas dos reinos era, antes de tudo, um fenômeno europeu e não exclusividade portuguesa. Como já afirmou Mattoso, não só os lusos tinham curiosidade sobre as terras, culturas e povos asiáticos ou africanos, bem como não foram somente eles que participaram das "grandes iniciativas exploratórias", mesmo que tenham sido os pioneiros nessas empreitadas.[66] Por conta disso, a expansão portuguesa é compreendida por alguns historiadores, dentre eles L. F. Thomaz, dentro da expansão européia, de forma ampla e não fechada em si mesma.

A expansão para além-mar foi uma política bélica de muitas faces, pois incidia sobre os interesses do rei, da nobreza, do clero e do Terceiro Estado, sendo utilizada para direcionar as vontades e os conflitos internos para fora do reino. Como já afirmou Thomaz,"a conquista de Marrocos servia [...] a política de afirmação nacional [sic] e de prestígio dinástico que a nova casa real, maculada de bastardia, projetava conduzir: para ali se poderia exportar também a nobreza excedentária, conservando-a muito embora sob a suserania portuguesa".[67] Isso não a caracteriza como uma ação militar completamente nova,[68] mas a diferencia das anteriores, pois, mesmo que os grandes senhores tivessem suas forças militares e certa autonomia, nesse momento eles deviam seguir, sobretudo, as diretrizes e determinações da Coroa que lançava as bases para a centralização governamental.

Quanto aos interesses e pressões internas em Portugal, tanto no reinado de D. João I como nos subsequentes, nobres emergentes esperavam concessões e privilégios.[69] A nobreza portuguesa dos séculos XIV e XV não se caracterizou por ser um grupo homogêneo e coeso, no entanto, era um grupo hegemônico e, por isso, tinha grande força e expressão, chegando até a influenciar a maioria das decisões da Coroa. Porém, pela falta de possibilidade da guerra no continente por conta da paz firmada com Castela em 1411 e reafirmada em 1421, a maioria da nobreza apoiou a idéia de combater os mouros no norte da África, concentrando seus esforços num objetivo e interesse comuns: a guerra contra o "infiel". Notamos isso na **Crônica da Tomada de Ceuta** e na **Crônica de Guiné**, mas na primeira, Gomes Eanes

---

[65] GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Opus cit., 1981, p. 66-67.
[66] MATTOSO, J. Opus cit., 1993, p. 292.
[67] THOMAZ, L. F. Opus cit., 1994, p. 60.
[68] GUIMARÃES, M. "A ensinança de evitar o Pecado na prosa de D. João I e D. Duarte". Opus cit., 2005, p. 35.
[69] SERRÃO, J. V. **História de Portugal**. V. II. Opus cit., 1980, p. 152-154.

Zurara demonstra que era necessário fazer as pazes com Castela,[70] as quais em 1409 já estavam em vias de conclusão, para poder direcionar os portugueses a uma nova empreitada.

Antes de ser escrita a primeira crônica de Zurara, entre 1449-1450, ainda na década de 1430, também há evidências que comprovam as divergências de interesses sobre as terras africanas entre os nobres através de cartas enviadas aos dois primeiros monarcas da dinastia de Avis. Essas cartas e conselhos foram transcritos pelo rei D. Duarte no **Livro da Cartuxa**. Como se pode notar, um grande número de nobres, dentre eles o Conde de Arraiolos,[71] o Conde de Barcelos[72] (D. Afonso, filho bastardo de D. João I, e que, futuramente, se tornaria Duque de Bragança), Conde de Ourém[73] e outros, eram contrários à guerra no norte de África nos primeiros anos de 1430, mas eram favoráveis à guerra contra Granada. Foram contrários a eles os infantes D. Henrique[74] e D. Fernando, além de todos os que apoiavam o ramo legítimo da casa de Avis. Eles eram favoráveis à continuidade da guerra contra os mouros do Magreb, onde haveria maior possibilidade para guerrear contra os "infiéis" e "fazer o serviço de Deus". E, por fim, ainda havia aqueles que consideravam a guerra contra os "infiéis" de Granada e/ou do Magreb como uma despesa muito cara para se manter, estando esses em torno do infante D. Pedro e seu irmão D. João. O principal apoio a esse partido veio dos Concelhos Municipais, ou seja, o Terceiro Estado, mas também, o séquito de nobres que os circundavam e faziam parte de suas Casas senhoriais.

Desses três grupos, num momento inicial, a política régia pesou para os partidos favoráveis à guerra contra os mouros, mudando de sentido durante o período da regência de D. Pedro. Mas, como já afirmado acima, pela falta de possibilidade da guerra no continente por conta da paz com Castela, que considerava Granada sua prerrogativa, a maioria da nobreza passou a apoiar a idéia de combater os mouros norte africanos, o que resultou na conquista de Ceuta e no ataque a outras praças marroquinas, desencadeando toda uma política belicista dirigida ao norte da África.

Ao falar sobre os ataques ao norte de África posteriores a Ceuta, ainda na primeira metade do século XV, destacamos a investida contra Tânger. Os motivos expostos por D. Duarte no capítulo 22 do **Livro da Cartuxa** para mover guerra aos mouros eram semelhantes

---

[70] ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992, p. 46.
[71] D. DUARTE. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**. Opus cit., 1982, capítulo 8 – Carta do conde de Arraiolos, p. 56-64.
[72] Idem, capítulo 9 – Conselho do Conde de Barcelos, p. 65-68.
[73] Ibdem, capítulo 10 – Conselho do Conde d' Ourem, p. 69-73
[74] Ibdem, capítulo 20 – Conselho do Infante D. Henrique, p. 116-120.

aos que motivaram o ataque a Ceuta, como: considerar tal feito um serviço a Deus; para continuar os feitos e vontade de seu pai nas conquistas das terras dos mouros; para não deixar o bom nome das armas do reino cair no esquecimento; e, por fim, manter os exercícios das armas, retirando as pessoas do ócio e ocupando-as em um feito honrado e direito.[75] Esses motivos nos levam a pensar no exercício da cavalaria cristã, ainda praticado pela nobreza portuguesa.

Com isso, foi evitada a guerra entre cristãos e foi movida guerra a um inimigo comum, os mouros "infiéis".[76] Essa guerra, para o monarca e alguns grandes nobres do reino, era direita e justa, tendo como principal objetivo, supostamente, reduzir os "infiéis" à obediência à "verdadeira fé", o cristianismo. Esse seria considerado um ato de misericórdia e piedade frente ao inimigo,[77] o que não foi realizado a princípio. Essa suposta intenção contradiz outros trechos das fontes analisadas, onde notamos que os lusos não pretendiam cristianizar os mulçumanos, mas sim, lutar contra eles e eliminá-los, o que está de acordo com a idéia da Cruzada. Essa última proposta foi, inicialmente, muito mais praticada pelas forças lusitanas nas terras da África, pois, para muitos, a conquista e o domínio político poderiam facilitar a evangelização. Assim sendo, o cristianizar e o combater os "infiéis" não se excluíam nem eram incompatíveis na realidade portuguesa.[78]

Tal movimento para o norte da África serviu para o deslocamento da nobreza guerreira do reino, ocupando-os na guerra contra o muçulmano, ou seja, uma via de escape capaz de aliviar as tensões no interior do reino. Dessa maneira, tentou-se pôr para fora de Portugal os conflitos e insatisfações senhoriais ao criar oportunidades para satisfazer e justificar o papel

---

[75] D. DUARTE. Opus cit., 1982, capítulo 20 – Conselho do Infante D. Henrique, p. 135.
[76] Idem, capítulos 20, p. 136.
[77] Ibdem, capítulo 20, p. 137.
[78] "Não estão em causa, de forma alguma, sentimentos religiosos; mas é evidente que nem todos alinhavam pelos mesmos princípios ideológicos, práticas políticas e missão evangélica. Uns alicerçavam a sua atitude no espírito de cruzada dando livre curso à idéia de guerra aberta contra o infiel; outros, avaliadas as circunstâncias, defendiam a conversão pacífica dos não-cristãos. [...] Mas as duas não foram consideradas incompatíveis; pelo contrário, o domínio político foi entendido como um meio que facilitaria a evangelização pacífica e daí a coexistência dos dois sistemas na cultura portuguesa. [...] Os interesses religiosos e políticos socorriam-se mutuamente; sem esta coligação nenhuma actividade seria possível. Se as armas abriam caminho e protegiam a pregação, a verdade é que só podiam conquistar mediante o direito á pregação do Evangelho. Perante o confronto exercido por um adversário poderoso e organizado, que manteve uma constante pressão política e religiosa, sobretudo no Norte de África e no Oriente, o velho sistema de cruzada mostrava-se como uma solução ideológica ainda válida para enfrentar o perigo que o poder infiel representava". PIMENTEL, Maria do Rosário. "A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa". In.: MENESES, Avelino de Freitas de; e, COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.). **O reino, as ilhas e o mar-oceano**. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Porto Delgado/Lisboa: Universidade dos Açores/CHAM, 2007, p 304.

desses nobres, amenizando as disputas internas e esboçando uma centralização do poder régio.

Além de nós, Silvio de Galvão Queirós também afirmou que a obra de Zurara caracterizava a guerra em Ceuta inserida no movimento cruzadístico. Isso por que a guerra externa para a manutenção da paz interna era necessária, já que colocava para fora as disputas nobiliárquicas internas e evitava um confronto dos cavaleiros portugueses com os castelhanos na fronteira. Além disso, esse exercício de guerra na África mantinha um contingente treinado e exercitado na guerra para proteger Portugal se necessário, caso as pazes na Península Ibérica fossem quebradas.[79]

No que diz respeito à aproximação da nobreza do poder régio, o último pode, até certo ponto, direcionar as vontades e interesses senhoriais, acarretando numa renovação das relações régio-nobiliárquicas, pois, mais do que nunca a nobreza passou a depender do já citado favor régio, garantido àqueles que servissem à Coroa, independente de sua linhagem e posição social anterior.[80] E qual seria o espaço para servir o rei e ser recompensado com honra e mercês? As conquistas portuguesas no século XV, por oferecerem o lugar e as condições de ascensão social à nobreza, ou seja, "a região de fronteira, que tanto poderia trazer perigo e preocupação, poderia ser também um espaço destinado a novas configurações políticas, despertando interesse naqueles que projetavam um movimento centrífugo".[81]

Quando falamos de fronteira medieval como espaço para uma promoção social, José Luis Martín Martín, em seu texto "La frontera Hispano-Portuguesa en la guerra, en la paz y en el comercio", deixa claro que a fronteira entre Portugal e Castela no final do século XIV e ao longo do XV é um espaço volátil, disputado e perigoso para toda a população em época de conflitos, mas, para os nobres, os cavaleiros-vilãos e grupos de soldados mercenários, era um espaço de enriquecimento e de se destacar em feitos bélicos, mesmo sendo contra cristãos castelhanos (o mesmo acontecia por parte dos fronteiros castelhanos). Imagine se a fronteira dos territórios portugueses no Norte da África, onde os lusitanos tinham como vizinhos os mouros, também não seria um espaço para "fazer seu nome" e o da sua família, além de

---

[79] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **"Pera Espelho de Todollos Uiuos" – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1997.

[80] FARINHA, António Dias. **Os portugueses em Marrocos**. Colecção Lazúli. Instituto Camões, 1999, p. 27-28; NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Opus cit., 2005, p. 88; e ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464)**. Monografia apresentada junto ao Curso de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007, p. 71.

[81] ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Opus cit., 2007, p. 71.

ganhar honra e mercês na guerra contra o "infiel"? Mas, como chama atenção José Luis, "la frontera hispano-portuguesa se mantendrá mientras tanto, com características propias, las que la hacen distinta de la frontera musulmana",[82] pois a sociedade, a cultura e a religião castelhana e portuguesa eram mais próximas entre si do que o eram com a mourisca e bérbere.

Assim, nesse ambiente português e ibérico, cheio de interesses às vezes conflitantes, a estratégia a ser seguida configurou-se na luta por Granada ou Ceuta. A escolha por Ceuta foi a melhor forma de Portugal firmar sua independência frente à Castela e, acima de tudo, "conciliar" os interesses opostos em seu próprio reino. Isso porque Portugal já tinha fronteiras bem definidas e somente se avizinhava a reinos cristãos. O único reino muçulmano na Península Ibérica era Granada, que Castela tinha em sujeição e o considerava sua prerrogativa conquistá-lo, pois "o direito de conquista dos lugares submetidos aos Mouros exercia-se no sentido dos meridianos e, por isso, aquele território era reservado aos reis de Castela por se encontrar na sua fronteira meridional".[83] Porém, essa conquista só foi efetivada oito décadas depois, em 1492. E, caso os portugueses marchassem contra Granada no início do século XV, ainda poderiam entrar em conflito com os castelhanos, que fortalecidos por não terem de fazer frente ao reino mouro extinto, confirmariam sua hegemonia ibérica mais facilmente. Além disso, no início dos quatrocentos ainda não se pensava na colonização das ilhas atlânticas nem nas terras ao sul do Bojador. Por isso, António D. Farinha afirma que

> "As iniciativas que visassem a expansão do poder da monarquia portuguesa tinham de limitar-se ao ataque às terras dominadas pelos Muçulmanos: os reinos de Granada e de Fez, este último designado, frequentemente, por Berberia. [...] A opção pela África do Norte impunha-se, portanto, aos desígnios expansionistas portugueses. Ceuta, chave do estreito de Gibraltar, apresentava-se como lugar de eleição pela facilidade do ancoradouro e de defesa que oferecia a situação da cidade no istmo que ligava o morro de Almina ao continente africano. Desde o século XIII, as potências cristãs da Península haviam previsto a reconquista da África do Norte. Apesar da indefinição dos limites, Ceuta tinha sido, na linha oriental do Magrebe, o último lugar aberto à iniciativa portuguesa aceitável pelo 'direito de conquista' dos restantes países ibéricos, nomeadamente Castela. Ao ocupar Ceuta, Portugal ia tão longe quanto possível na reserva de espaços ao seu ulterior projecto expansionista. Finalmente, a posse de Ceuta privava o reino de Granada do seu melhor porto de ligação com a Berberia; era, pois, trunfo de grande valor a ser exibido perante Castela e aos olhos atentos dos restantes reinos cristãos e do Papa".[84]

---

[82] MARTÍN MARTÍN, José Luis. "La frontera Hispano-Portuguesa en la guerra, en la paz y el comercio". In.: CARABIAS TORRES, Ana Maria (Ed). **Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial**. Ediciones Universidad Salamanca: Estudios Históricos & Geográficos, 1992, p. 51.
[83] FARINHA, António Dias. Opus cit., 1999, p. 04.
[84] Idem, p. 04.

Mesmo assim, num primeiro momento esse movimento contra uma praça marroquina não contou com a unanimidade das forças sócio-políticas portuguesas e, além disso, só começou a ser lucrativo em cerca de meados do século XV.[85] Disparidade que pode ser notada tanto no Terceiro Estado, relacionado aos financiamentos forçados para a continuidade da expansão, como também, na nobreza dividida entre a saída do âmbito ibérico e a guerra no Marrocos, ou a aproximação de Castela tendo a possibilidade da conquista de Granada. Essa divisão entre os nobres pode ser notada na **Crônica da Tomada de Ceuta**, em que o cronista do reino português, Gomes Eanes de Zurara, narrou a divisão da nobreza em três partidos: uns favoráveis ao ataque a Ceuta, representados, principalmente, pelos infantes; outros a favor de mover guerra contra Granada, sendo esses alguns dos mais jovens nobres do reino luso; e, para completar, os que preferiam permanecer em Portugal numa política anti-belicista, liderados pelos nobres mais velhos, chefes de algumas das casas senhoriais mais antigas que, no final do século XIV, já tinham passado por grandes guerras frente aos castelhanos.

Na **Crônica da Tomada de Ceuta**, Zurara, logo de início, descartou o interesse por Granada, pois, enquanto escrevia em 1449-50, já sabia o resultado dos acertos de 1409 entre Portugal e Castela.[86] Na continuidade de sua obra, Zurara nos mostra que, após a morte da Rainha, alguns nobres do conselho colocaram em questão se seria ou não "serviço de Deus" continuar os trabalhos contra Ceuta. Mas, segundo Gomes Eanes de Zurara, a pressão dos infantes e daqueles que os apoiaram a favor do ataque à cidade acabou por determinar o destino favorável dessa empreitada.[87]

Já nas areias das praias de Ceuta a frota não conseguiu desembarcar, o que levou o rei a reunir o Conselho, no qual seria discutido se voltariam sobre aquela cidade. Zurara narrou mais uma vez a divisão dos nobres nessa reunião. Segundo o cronista, alguns falaram a favor do retorno a Portugal, outros tentaram convencer o rei a mudar seu objetivo e atacar a cidade de Gibraltar no Reino de Granada, mas os favoráveis a filhar Ceuta, dos quais Zurara destacou os infantes, conseguiram convencer o rei a realizar o ataque. Percebemos, acompanhando o raciocínio de L. F. Thomaz exposto no subtítulo 2.1. no início desse capítulo, que os

---

[85] SERRÃO, J. V. **História de Portugal**. V. II. Opus cit., 1980, p. 152-154.

[86] Como se lê a seguir "[...] porquanto o reino de Grada lhe pareceu (ao rei D. João) mais azado para a guerra que outro algum, fez saber a intenção ao Infante Dom Fernando, porquanto os reis de Castela têm assim aquele reino quase em sogeição, dizendo que é da sua conquista." ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, Capítulo VII, p. 54.

[87] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XLVII e capítulo XLVIII.

interesses expansionistas portugueses não tinham um fim nem projetos definidos, pois a Coroa portuguesa tinha de lidar com vários interesses e direcioná-los.

Nessa luta para conquistar o inimigo, a guerra justa era considerada diferente da guerra santa em certos aspectos. Toda guerra santa era justa, pois, supostamente, era movida por serviço e vontade de Deus contra os inimigos dos cristãos para reconquistar os lugares sagrados para Roma, tendo como recompensa a "redenção de sua alma". Enquanto a guerra justa, no entendimento dos nobres medievais, era o conflito movido por um motivo legítimo e justo, como defender o território contra ameaças estrangeiras, substituir um governante ilegítimo, dentre outras razões sem promessas transcendentais. Dessa maneira, podemos perceber que nem toda guerra justa era santa, porém, toda guerra santa era justa.[88] E a guerra dos portugueses contra os mouros no Magreb era considerada santa, pois buscava recuperar as antigas terras da cristandade e os que dela participavam tinham a redenção garantida pela Igreja.

Tanto Jean Flori em seu estudo sobre **A cavalaria**, como Maria do Rosário Pimentel em sua pesquisa sobre a expansão portuguesa e a guerra justa nos séculos XV e XVI, afirmaram que desde que surgiu a idéia de cruzada e de guerra justa, também foi iniciado um debate em torno da aplicabilidade dessas noções. Segundo ambos os autores, o modelo de guerra justa passava por elementos apresentados ainda por Santo Agostinho e delineados, séculos depois, por São Tomás de Aquino,

> "[...] que qualificava de justa a guerra destinada a repor a paz, a ordem e o direito, a resistir a agressões externas ou a recuperar prejuízos. [...] São Tomás, na *Summa Theologica*, considerava justa a guerra defensiva, isto é, aquela que tivesse em vista retomar um território usurpado pela violência, ou as guerras feitas para proteger a evangelização". [89]

> "Desenvolvendo as idéias de Santo Agostinho, os teóricos do direito tentam estabelecer distinções mais precisas entre guerras justas e injustas. As justas têm por objetivo o restabelecimento da paz rompida por culpa do inimigo, a recuperação das terras e bens espoliados, a punição dos culpados; essas guerras devem ser empreendidas sem espírito de vingança nem esperança de lucros, e sim unicamente por iniciativa da autoridade legítima. As injustas, ao contrário, quebram a paz, atacam e pilham; empreendidas sem aval do poder legítimo, elas se assemelham a roubos ou pilhagens". [90]

Já a Cruzada era ligada ao conceito de "guerra santa", sendo uma guerra contra os "infiéis", pagãos ou heréticos. Era prerrogativa da Igreja declarar, ou considerar um conflito,

---

[88] FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005, p. 135.
[89] PIMENTEL, Maria do Rosário. "A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa". Opus cit., 2007, p 301.
[90] FLORI, Jean. Opus Cit., 2005, p. 133.

como uma Cruzada. Ou seja, somente a Igreja dava legitimidade a tal movimento, que poderia ser contra qualquer um que não reconhecesse e desobedecesse a autoridade papal. “Por este viés, a guerra contra o infiel assumia, em simultâneo, uma feição religiosa e política”.[91] Religiosa porque era considerada dentro da “fórmula de ‘serviço de Deus”, o que acarretava tanto a salvação da alma individualmente, como também dava argumento teórico para ações jurídicas, políticas e militares ao “serviço do rei” e do reino. Sendo assim, no caso português

> “A garantia de que a acção armada se circunscrevia a esta fórmula, não só assegurava a sua justa causa, mas também tinha ainda a vantagem de fazer reverter a favor dos monarcas lusitanos, a anuência papal e a concessão de direitos sobre as novas terras com o exclusivo do comércio nessas regiões; as razões de fé confundiam-se com as razões de Estado”.[92]

Nesse texto, podemos averiguar que Maria do Rosário Pimentel afirma que conceitos como “cruzada” e “guerra justa” se perpetuam para além do que foi definido chamar de Idade Média. Esses conceitos são carregados pelos cristãos ao longo dos séculos para justificar tanto o conflito contra o muçulmano nos diferentes espaços africanos, bem como contra a resistência de qualquer “gentio” que não aceitou a fé cristã na África, Ásia e, posteriormente, na América. E, como afirmou Jean Flori em seu livro sobre **A cavalaria**, “algumas guerras, conduzidas pela e para a Igreja são assim valorizadas por meio da sacralização”.[93]

Além desse apoio e suporte teórico cristão, para que as viagens iniciais para o ultramar fossem realizadas pelos portugueses, também foi necessário um ajustamento de forças que propiciasse condições favoráveis, das quais se destacaram o advento e afirmação da dinastia de Avis e a paz com o Reino de Castela assinada em 1411 e reafirmada em 1421. Essas condições, somadas à localização geográfica de Portugal como ponto de convergência de culturas e conhecimentos náuticos, facilitou a saída dos lusos para o mar desconhecido.

António Dias Farinha, que fez um apanhado geral da dominação portuguesa no Marrocos, desde a conquista de Ceuta em 1415 até o controle manuelino, maior extensão da dominação lusitana naquela área do norte da África, notou que

> “A expansão consagrou a legitimidade da dinastia de Avis no plano interno e o seu pleno reconhecimento na ordem internacional. Marrocos foi o palco privilegiado da capacidade de direcção dos monarcas de Avis e da sua descendência, em particular da ínclita Geração. [...] A afirmação dos valores religiosos na gesta marroquina autorizou a reivindicação da prioridade portuguesa na reconquista de África, subalternizando Castela; Portugal ganhava os privilégios,

[91] PIMENTEL, Maria do Rosário. Opus cit., 2007, p 301.
[92] Idem, p 303.
[93] FLORI, Jean. Opus Cit., 2005, p. 135.

> benefícios e rendimentos que a Igreja pacientemente criara para estímulo da cruzada; inspirava a emissão de valiosas bulas; obtinha o alargamento dos direitos do Padroado; e ficava ainda o recurso ao papa quando fosse necessário tomar uma opção difícil, como a do abandono de Ceuta, em 1437".[94]

A esse respeito, podemos citar alguns dos diplomas papais a favor dos portugueses na expansão, como a Bula de Eugenio IV em 1436, que autorizou os portugueses a moverem guerra no Marrocos. Posteriormente, entre 1452 e 1456 a pedido de D. Afonso V, podemos citar o *Dum Diversus*, de 18 de junho de 1452, pelo qual Nicolau V concedeu ao rei de Portugal o direito de conquistar, atacar e subjugar todos os territórios em poder dos sarracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo, bem como a possibilidade de reduzir à escravidão todos os habitantes desses reinos; a bula *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, pela qual Nicolau V reconheceu a Portugal o direito exclusivo de explorar e comerciar na costa ocidental africana para além dos cabos Não e Bojador; e, por fim, o papa Calixto III, através da bula *Inter Coetera* de 1456, confirmou a anterior e concedeu à Ordem de Cristo o padroado de todas as terras adquiridas e que viessem a adquirir desde os cabos Bojador e Não, por toda a Guiné e para além da costa meridional da África.[95]

Assim, as terras do noroeste da África, tidas como terras férteis e opulentas que eram a porta de entrada para os mouros em Al-Andaluz[96] – Península Ibérica – acabaram exercendo atração sobre os portugueses, que justificavam a agressão a esses territórios tendo em conta que eram terras dominadas pelos seguidores de Maomé.

Esse movimento em direção às terras africanas foi marcado por dois momentos distintos, que podem ser notados ainda na primeira metade do século XV. O primeiro foi o da guerra no norte da África. O posterior foi marcado pelas viagens de expansão em direção ao sul, ao longo da costa daquele continente e sudoeste em direção às ilhas atlânticas. As duas fases se entrecruzaram influenciando e determinando o andamento uma da outra.

Com a continuação tanto da guerra no Marrocos como das viagens para o sul, no ano de 1434, uma tripulação enviada por D. Henrique e capitaneada por Gil Eanes conseguiu atravessar o cabo Bojador, abrindo à Cristandade o contato com terras, povos e produtos

---

[94] FARINHA, António Dias. **Os portugueses em Marrocos**. Opus cit., 1999, p. 27-28.
[95] PIMENTEL, Maria do Rosário. Opus Cit., 2007, p 305.
[96] Al-Andaluz foi o nome dado à Península Ibérica pelos conquistadores do Magreb do século VIII.

desconhecidos até então. Esse foi o marco para o início da segunda fase da expansão portuguesa, denominada por Jaime Cortesão de "Descobrimentos Portugueses".[97]

Com uma crise interna a ser resolvida, os partidários da continuidade da guerra contra os "infiéis", dos quais um dos mais ferrenhos era o infante D. Henrique, viram-se impossibilitados de atacar frontalmente as praças mouriscas e, por isso, a partir de 1441, os portugueses renovaram as viagens para o sul do Bojador. Dentre os motivos que os impossibilitaram de continuar a guerra no norte da África figuravam os interesses de diferentes setores da sociedade portuguesa que afloraram naquele período de transição, entre a morte de D. Duarte, a regência de D. Pedro e a ascensão ao trono de D. Afonso V.

Desta forma, os homens do infante D. Henrique, considerado nesse primeiro momento o "coordenador"[98] das viagens para o ultramar, ao navegarem para o sul, reproduziram as atividades bélicas desenvolvidas no estreito de Gibraltar e nas terras que hoje são o Marrocos. Entre 1415 e 1443, os mareantes e cavaleiros, mandados por D. Henrique para explorarem as terras a sul ao longo da costa africana, realizavam ataques rápidos nos quais os territórios muçulmanos e pagãos eram saqueados "honradamente". Isso, como já visto anteriormente quando falamos de guerra santa e guerra justa, devido ao fato dessa prática ser considerada pelos nobres cristãos portugueses uma luta legítima contra seguidores das "falsas crenças".

Sem esquecer a cruzada contra o mouro, D. Henrique, a partir de 1443, também promoveu e/ou incentivou a colonização dos arquipélagos de Madeira e Açores. A partir desse momento, além dos ataques àquelas populações insulares e africanas, os portugueses, a mando de D. Henrique, começaram uma política de contatos comerciais com os povos do litoral na região sul do Saara. E, em 1448, esse mesmo infante ordenou aos navegantes que iam em seu nome para a costa da África a se limitarem ao comércio pacífico com os habitantes dessas localidades, só atacando e saqueando quando houvesse resistência. Essa última medida nem sempre foi cumprida, como podemos notar na leitura da **Crônica de Guiné**, escrita alguns anos depois por Gomes Eanes de Zurara.

Percebemos que, inicialmente, o objetivo do infante D. Henrique era a guerra no norte de África e, posteriormente, a exploração de suas terras para além do Cabo Não e do Cabo Bojador. Isso não minimizava seu interesse pela guerra contra os muçulmanos no Marrocos, mas alargava-lhe as possibilidades de captar mais riquezas, seguidores e conhecimento sobre

---

[97] CORTESÃO, Jaime. **Obras completas 1 e 2 – Os Descobrimentos Portugueses I e II**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
[98] Idem.

o território, para, posteriormente, poder pôr em prática os objetivos e a lide do bom cavaleiro cristão.

Esse imenso interesse de combater os mouros e, também, seu grande incentivo ao desenvolvimento da cartografia náutica no fim de sua vida fez com que muitos historiadores desde António Sérgio a Jaime Cortesão considerassem, durante muito tempo, a hipótese de que D. Henrique havia impulsionado os descobrimentos com a idéia pré-estabelecida de circundar o continente africano para chegar até o reino do Preste João, e/ou à Índia das especiarias. Estudos mais recentes organizados e realizados por Vitorino Magalhães Godinho, Luís de Albuquerque, Joaquim V. Serrão, Luís F. Thomaz e outros, demonstraram que, inicialmente, o horizonte geográfico desse príncipe era muito mais limitado e que, além do Magreb, mal distinguia a localização do lendário Preste João.

Realmente havia "planos" de firmar uma aliança com esse reino cristão africano para fazer nova frente à ameaça muçulmana, ou seja, o ideal de Cruzada ainda guiava seus esforços. Todavia, o problema desse momento estava em encontrar e alcançar o reino do Preste João, pois não sabiam exatamente onde eram suas possessões. Assim sendo, esses supostos planos nunca se concretizaram, mas, de qualquer forma, a política portuguesa tem de ser incluída no enquadramento geral das últimas Cruzadas e explicar-se pelo contexto cristão e guerreiro do final do medievo português.

Existiram, assim, diversas razões para que algumas autoridades do reino se interessassem por um movimento para além do Bojador, dentre elas: causas estratégicas e geográficas – como a afirmação do poder português sobre as terras conquistadas no norte da África e sobre as ilhas atlânticas, além da defesa dos portos portugueses contra a pirataria bérbere –, políticas e religiosas – aumentar o âmbito de controle territorial sob a influência do reino português e, principalmente, da cristandade, bem como se afirmar politicamente frente à Castela –, econômicas e sociais – pela necessidade de firmar e controlar rotas comerciais importantes do norte e nordeste africano para incrementar a economia portuguesa, além de diminuir a pressão exercida pela pequena e média nobreza, pelos mercadores e mareantes sobre a autoridade régia.[99] Independentemente da postura contrária por parte da alta nobreza

[99] Sobre essas razões e causas conferir: CAMPOS, Pedro Moacyr e HOLANDA, S. B. de. "As etapas dos descobrimentos portugueses". In: HOLANDA, S. B. de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. S/e. São Paulo: Difel, 1968, p. 26; BOXER, Charles R. **Império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 41; GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Vol. 1, 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1981, p. 07; THOMAZ, L. **De Ceuta a Timor**. Opus cit., 1994, p. 64; e FARINHA, António Dias. **Os portugueses em Marrocos**. Opus cit., 1999, p. 07-08.

em relação à expansão para o sul pelo litoral africano, sem conquista efetiva e, razoavelmente, pacífica, essas viagens de reconhecimento e descoberta do continente africano continuaram e tiveram um impulso maior no período da regência de D. Pedro.

O motivo para isso é que, diferente de seu irmão Henrique e da maioria da nobreza militar portuguesa, possivelmente, D. Pedro considerava viável a continuidade dessas viagens que bordejavam as costas africanas. Além, é claro, de não ser obrigado a ceder à pressão da alta nobreza por mercês e favores exigidos após as guerras contra os mouros, o que já havia ocorrido após a conquista de Ceuta ainda no reinado de D. João I. Para incentivar as viagens e recompensar o infante D. Henrique em busca de apoio e suporte da nobreza para a regência, em 1443, o regente D. Pedro concedeu o monopólio das rotas marítimas já conhecidas em favor de seu irmão. O modelo de controle das rotas se assemelhava a um senhorio, conferindo prestígio e rendas a D. Henrique.

É oportuno lembrar que durante a época em que Zurara escreveu de 1449 a 1473, o reinado de D. Afonso V já fora iniciado e chegara à sua metade, tendo sido marcado por altos e baixos tanto na política interna como na externa. Até esse período, apenas as primeiras conquistas portuguesas haviam ocorrido e iam distantes as transformações na relação com o espaço conhecido pelos europeus e portugueses. Posteriormente, essa mudança e acúmulo de conhecimento geográfico, humano e cultural seriam incentivadas pelas viagens de expansão estimuladas com mais vigor a partir do último quartel do século XV, por D. João II, *o Príncipe Perfeito*, mas, somente sendo percebidas a partir do século XVI com a mudança na percepção e mentalidade européia devido ao renascimento cultural, o humanismo e o mercantilismo.

Já no que diz respeito aos projetos da Coroa portuguesa para a expansão ultramarina, António Dias afirma que

> "[...] a indecisão quanto ao destino final a atingir [...] e o debate em Ceuta sobre o abandono ou permanência na cidade espelham, por formas diferentes, as dificuldades em admitir um objectivo de contorno preciso para o empreendimento, seja ele tingido pelo ideário medieval de cavalaria, da busca de cereais ou ouro, resultado dos interesses de um grupo social, como a nobreza ou a burguesia, ou simples cruzada contra o infiel".[100]

Por conta disso, podemos afirmar que planos expansionistas ultramarinos só são definitivamente encaminhados com a política de D. João II, não antes dele. Foi ele que, por

[100] FARINHA, António Dias. Opus cit., 1999, p. 03.

sua vez, conseguiu centralizar definitivamente o poder em suas mãos e decidiu pôr em prática um projeto expansionista português no ultramar. Ou seja, acompanhando o raciocínio de L. F. Thomaz, é um equívoco afirmar que "o mar é o mar do infante D. Henrique",[101] pois em Portugal não só o infante D. Henrique armou naves para viajarem em direção ao sul, também o fez o regente D. Pedro, por um período obviamente mais curto devido à sua trágica morte nos campos de Alfarrobeira. É equivocada também a posição que afirma que essa expansão inicial foi uma política nacional portuguesa, já que as viagens para o Atlântico não foram exclusividade lusitana, pois havia italianos, castelhanos e tantos outros envolvidos.

Durante o período de 1440 a 1448, D. Pedro armou muito mais navios e investiu mais que D. Henrique nas viagens para o ultramar.[102] Esse é um bom motivo para afirmarmos, se fosse o caso, que a guerra contra o Islã era o espaço de ação do infante D. Henrique, enquanto o mar era o espaço de interesse de D. Pedro. Quanto à política nacional, Portugal era um reino, não uma nação, e, como já frisado acima, o interesse não era homogêneo em território luso, por isso, não havia esboço de uma mentalidade nacional. Havia sim, para toda a nobreza, uma mentalidade retomada e reforçada da cavalaria, da guerra, bem como, da luta contra as forças muçulmanas. E, no caso da sociedade portuguesa, havia uma identidade cultural que conformava sua união e os diferenciava dos castelhanos.

Assim, pudemos constatar que a partida para o além-mar foi movida, entre outros fatores, por necessidades senhoriais. Foi um movimento conduzido por reis que buscavam centralizar o poder coadunando a nobreza ao seu redor, o que nem sempre era alcançado com louvor, e foi financiado, involuntariamente, pelo Terceiro Estado[103] que não era isento das taxas como os nobres e o clero. E, como já dito anteriormente, essa expansão inicial dos portugueses para fora do continente europeu foi permeada por ideais medievais ainda vigentes, como a cavalaria e os fortes valores cristãos que a circunscreveram, bem como, pela ideologia da Cruzada contra o inimigo da fé cristã.

---

[101] QUEIRÓS, S. "Capítulo 9 – A reificação de um conceito: o Paço, na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara. Portugal, século XV". Opus cit., 1998, p. 144.
[102] BRAGANÇA, José de. "Introdução (da edição de 1937)". In.: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973.
[103] Principal setor tributado para cobrir as despesas das empreitadas no ultramar.

3. QUANDO A PENA "PROPAGANDEAVA" A ESPADA

3.1. O GÊNERO CRONÍSTICO NO FINAL DO MEDIEVO

A produção histórica medieval portuguesa desde Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara foi definida dentro de postulados que pertenciam à tradição clássica, relembrando a concepção de história desde a produção de Tucídides no século V a. C. Esses cronistas lusos levavam em conta a documentação oficial, a qual eles tinham acesso facilitado por terem sido, também, guardas-mores da Torre do Tombo, além, é claro, de ouvirem os testemunhos dos participantes dos feitos. Isso denota a sua preocupação com a verdade,[104] mesmo sendo a verdade de um grupo dominante.

O historiador Galán Sanchéz afirma que, para o período tardo-antigo e medieval, a crônica era um subgênero da historiografia, já que os cronistas contavam os feitos ocorridos no passado.[105] Ou seja, narravam a história dos grandes vultos e seus valorosos feitos, tentando eternizá-los. Aqui cabe a opinião de Huizinga que afirmou que: "a conquista da glória e das honras vai a par com o culto do herói".[106] Essas grandes figuras foram enaltecidas em poemas, gestas, anais, histórias e crônicas, servindo de exemplo para toda a nobreza.

Para Galán Sanchéz, os elementos essenciais que marcaram a produção de todas as crônicas do período tardo-antigo e medieval seriam quatro: a cronologia – eixo principal de toda crônica; estilo plano – total ausência de pretensões literárias; o universalismo – espacial, temporal e temático; e a visão providencialista – produto de caráter cristão. Para o momento que estudamos esses elementos haviam evoluído e as crônicas já não eram produzidas exclusivamente nos mosteiros, mas também nas cortes, tendo um caráter diferente das histórias puramente monásticas e conventuais.[107]

---

[104] SOARES, Nair de Nazaré Castro. "A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas". In.: THOMAZ, Luís Filipe F. R. (dir.). **Aquém e além da Taprobana**. Lisboa: CHAM, 2002, p. 20.

[105] GALÁN SANCHÉZ, Pedro Juan. "Capítulo I – Constituyentes esenciales del género cronístico". In.: GALÁN SANCHÉZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la Chronica – las crónicas hispanas de época visigoda**. Universidad de Extremadura, Cáceres, 1994, p. 15.

[106] HUIZINGA, J. **O Declínio da Idade Média**. Opus cit., p. 73.

[107] Antes do século XII, quem fazia e lia as produções de caráter histórico era uma pequena parte da elite cultural, onde se destacaram os abades e monges, mas, posteriormente, essas obras foram disseminadas e produzidas também nas cortes dos reis. Esses últimos tinham papel como personagens e como legitimadores desses relatos, tornando-os história oficial. CADIOU, F., COULOMB, C., LEMONDE, A. e SANTAMARIA, Y. **Como se faz a história – historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis : Editora Vozes, 2007, p. 35, 42, e 45; GUENEE, Bernard. "História". In.: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. V. I. Bauru (SP): EDUSC, 2006, p. 524-525; e, MITRE FERNANDES, Emilio. "Froissart,

Segundo Nair Soares, em Portugal as crônicas laicas tiveram forte influência de outros centros produtores e disseminadores de cultura, como Castela, França e Itália.[108] Um dos objetivos das crônicas laicas era a distração a partir de uma leitura em voz alta para um grupo, normalmente nobres e clérigos. Mas, o objetivo primeiro de uma crônica é a sua proposta educativa e de registro dos fatos.

Esse tipo de obra, em sua maioria, refletia os interesses e ideologias da nobreza e do clero, por quem eram escritas ou encomendadas. Aos relatores ou patronos das crônicas interessava os "efeitos políticos e os atos pios do rei e dos senhores feudais, o viver imaculado e santo dos clérigos", mas, principalmente, "as batalhas e as façanhas de heroísmo, tudo aquilo, em suma, que pudesse distrair e edificar".[109] É justamente através da narração dos feitos de armas que grande parte das crônicas laicas se destacaram frente a um público nobilitado e guerreiro.[110]

Com a evolução desse gênero, fruto não só da laicização, mas também da experiência de diversos cronistas, os contornos das crônicas se tornaram mais fluidos. A cronologia, antes eixo principal das crônicas, já não dominava mais o fazer cronístico. O foco ainda estava nas ações militares e nos grandes heróis, mas, como percebemos e Marcella Lopes Guimarães já apontou, "as crônicas medievais ibéricas superaram algumas dessas características [referentes às peculiaridades definidas por Galán Sanchéz acima] e redobraram a intenção formativa".[111] Nas obras de Zurara (um leigo cortesão), não notamos a total ausência de pretensões literárias, pois esse cronista luso não só relatava os fatos, também dava cores aos acontecimentos e seus sujeitos, o que não foi exclusividade dele, mas sim, uma evolução geral do gênero. Podemos notar essas pretensões literárias também nas obras de Fernão Lopes, o cronista português anterior a Gomes Eanes de Zurara.

Quanto ao universalismo, ainda há na obra de Zurara referências históricas universais. Notamos citações dos clássicos e da Bíblia que nos remetem à história portuguesa como parte

---

Ayala e Fernão Lopes – o compromisso de três cronistas ante a crise dos finais do século XIV". In.: **História & Crítica**. Nº 12. Lisboa, 1985, p. 61.

[108] Devemos levar em conta a influência da corte de Borgonha na corte portuguesa, pois esses dois espaços mantinham estreitas relações. SOARES, N. Opus cit., 2002, p. 17.

[109] MARQUES, A. **Ensaios de Historiografia Portuguesa**. Opus cit., 1998, p. 16-17.

[110] GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Opus cit., 1981, p. 171.

[111] GUIMARÃES, Marcella Lopes. "Tratado da Província do Brasil de Gândavo: a primeira Crônica da 'Invenção'". In.: **Lugares dos discursos – X Congresso Internacional ABRALIC**. (Anais), 2006.

integrante da história da cristandade, por isso "universal".[112] No entanto, as crônicas de Gomes Eanes de Zurara têm um caráter marcadamente regional, já que o cronista não reconstruiu toda a história da cristandade até o momento dos feitos e personagens narrados para legitimá-los e justificá-los, o que era recorrente nas crônicas tardo-antigas e medievais. Pelo contrário, Zurara tratou de um momento e personagens localizados em um determinado reino, de acontecimentos e suas conseqüências que se justificavam sem maiores devaneios temporais e legitimatórios, onde se apelaria à criação do mundo e do homem por Deus.

Mesmo inserido no todo da história da cristandade, as crônicas escritas por Zurara narram uma história que foi contada independente desse todo. Sanchéz define essa evolução do gênero cronístico tardo-medieval como "un visible proceso de 'regionalización".[113] Porém, quando abordamos o último elemento, a visão providencialista, essa continuava presente mesmo no final do medievo. Podemos notá-la nas obras de Zurara, para quem os portugueses estavam destinados a realizar as conquistas dos antigos territórios cristãos no norte da África, vencendo a ameaça muçulmana, fadada à derrota por serem seguidores de uma "falsa fé".

Diferente das crônicas monásticas que eram escritas em latim, as obras dos cronistas no final da Idade Média, incluindo os textos de Gomes Eanes de Zurara, foram escritas em língua vulgar e, como sabemos, foram financiadas pelo rei e/ou outros nobres.[114] Assim, as memórias a serem lembradas estavam diretamente ligadas à vontade de seu(s) patrono(s), o que não impedia o autor de expor, mesmo que nas entrelinhas, sua *intentio auctoris*, conforme sua impressão e experiência de vida. Também não impediam os leitores, ou ouvintes da leitura, de interpretá-la – *intentio lectoris*.[115] Ou seja, ao lermos a obra de Zurara buscando desconstruí-la, podemos notar a intenção da obra.

Onde estilisticamente se encontram as crônicas de Zurara? Como afirmou Emilio Mitre Fernandes, a crônica e a história são duas formas distintas de empreender o estudo do passado.[116] No entanto, para Guenée, tanto os cronistas como os historiadores produziam relatos históricos, sobretudo na realidade tardo-medieval, para a qual concluiu que entre os

---

[112] Refletindo a cultura da época, para fundamentar a produção histórica os autores repetiam, copiavam e compilavam, com o intuito de "fabricar o universal, o que, de certo modo, a limitava" em seu modelo e conteúdo. CADIOU, F. , COULOMB, C. , LEMONDE, A. e SANTAMARIA, Y. Opus cit., 2007, p. 39.

[113] GALÁN SANCHÉZ, P. "Capítulo I – Constituyentes esenciales del género cronístico". Opus cit., 1994, p. 29.

[114] "Em Portugal, o gênero "crônica" de melhor quilate nasceu nas cortes senhoriais, sobretudo na corte dos reis [...]". MARQUES, A. Opus cit., 1998, p. 17. O ofício de cronologista oficial do rei não existia antes do século XV, sendo escritas por cronistas vinculados as cortes, mas que não tinham um cargo e uma renda específica e fixa para realizar tais obras. CADIOU, F. , COULOMB, C. , LEMONDE, A. e SANTAMARIA, Y. Opus cit., 2007, p. 45.

[115] ECO, Umberto. "I. Intentio Lectoris – apontamentos sobre a semiótica da recepção". In.: ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. S.l.: Editora Perspectiva, s.d., p. 08.

[116] MITRE FERNANDES, E. Opus cit., 1985, p. 57.

gêneros crônica e história sobraram poucas diferenças. Diferente desses dois autores que entendem crônica e história como gêneros que evoluíram separadamente, Galán Sanchéz qualificou a crônica como um subgênero da historiografia, tendo uma raiz comum. António José Saraiva ainda foi mais longe, pois além dessa raiz comum, ele afirmou que os trabalhos cronísticos foram "as origens da historiografia"[117] e, sob o ponto de vista literário, a literatura pode ser tanto ficção como estilo de escrita,[118] da qual fizeram uso os cronistas, o que deve ser historicizado e analisado.

Ao procurarmos a definição que o próprio Zurara deu às suas obras, vemos que para ele "chronica, que quer dizer istoria, em que se escrepvem os feitos temporaes".[119] Parece-nos, então, que a crônica é um gênero historiográfico, onde os feitos são datados e organizados dentro de uma cronologia cristã maior, na qual são abordados e narrados conforme os interesses vigentes, o contexto e as necessidades dos patronos das obras e seus autores. No entanto, como as obras de Zurara têm caráter regional, ele preferiu narrar os feitos sem se ater à história universal, ou seja, preferiu discorrer sobre a história dos feitos portugueses dos quatrocentos.

Como sabemos, os estilos historiográficos sofreram mudanças ao longo do tempo, acompanhando, ou não, as reviravoltas no contexto histórico. Mesmo assim, elementos da tradição da escrita cronística foram mantidos. As alterações intrínsecas (estruturais e temáticas) significaram que o gênero cronístico foi influenciado e influenciou outros modelos historiográficos, como a História, os Anais, os Livros de Linhagens e tantos outros. Isso tudo nos levou a pensar nas crônicas medievais como uma narrativa histórica, que abordava um determinado espaço/tempo, levando em conta a verdade dos acontecimentos e pessoas que marcaram um momento histórico e, por isso, não eram puramente ficcionais e literárias.

Assim, podemos afirmar que as crônicas portuguesas já não eram simples cronologia desde Fernão Lopes (1385-1459). Para Silvio de Galvão Queirós, as crônicas de Zurara são "Discurso do Paço", que emana da Corte e é feito para a Corte, onde "o cronista não reifica espaços, mas idealiza pessoas e locais".[120] Partindo desse ponto de vista, podemos afirmar que as crônicas de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) serviam de exemplo aos nobres e a

---

[117] SARAIVA, António José. **Iniciação à Literatura Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 22.
[118] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. **História da Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1982, p. 10.
[119] ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde D. Pedro de Menezes**. Tomo II. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792, p. 214.
[120] QUEIRÓS, S. "Capítulo 9 – A reificação de um conceito: o Paço, na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara. Portugal, século XV". Opus cit., 1998, p. 154.

todos que com ela tivessem contato, tendo um paralelo com os espelhos de príncipes/espelhos de nobres.[121] Pois, como Queirós chama atenção em sua análise da **Crônica da Tomada de Ceuta**, tudo o que é importante no ofício do rei, como guardar os povos e o reino das ameaças internas e externas, era passível de aprendizagem através de exemplos, modelos e livros que traziam esses aspectos, como os espelhos de príncipes.[122]

Huizinga utilizou o termo "espelho da vida cavaleiresca"[123] para se referir às biografias de nobres e cavaleiros no final do século XIV e XV. Assim, é necessário pensar nas possíveis leituras que o cronista Gomes Eanes de Zurara fez antes e durante a composição de suas obras, leituras que influenciaram suas idéias e seu fazer cronístico. Como já afirmou Marcella Lopes Guimarães, as lições de Cícero e outros clássicos, que haviam sido apropriados pelas cortes ocidentais e as influenciavam, se faziam presentes em Portugal antes mesmo da ascensão e afirmação da Casa de Avis.[124] Esse fato pode ser notado também na opinião de Nair Soares, que já havia afirmado o seguinte:

> "A par das traduções da produção histórica da antiguidade clássica, a historiografia é um dos gêneros que vai conhecer grande fortuna, no alvorecer do Renascimento, ligada à exaltação das grandes casas e famílias principescas e seus atuais representantes. [...] vários autores escrevem obras históricas, que se assemelham em muito aos panegíricos do período imperial romano, ou aos specula principum da tradição clássica e medieval". [125]

Desta forma, Gomes Eanes de Zurara já dispunha de seu exemplo, de um modelo de escrita a partir de obras da Antiguidade Clássica e Medievais e, também, de um modelo de ofício e escrita português, baseado em obras de Fernão Lopes e na prosa doutrinal de Avis. Em suas crônicas, Zurara citou alguns clássicos gregos, latinos e a Bíblia. Também se remeteu às obras de São Tomás de Aquino e outros autores medievais, dentre eles, o infante D. Pedro (1392-1449), os reis D. João I (1357-1433) e D. Duarte (1391-1438), e, como já afirmado acima, ao cronista Fernão Lopes. Além do mais, sabemos que na biblioteca do príncipe

---

[121] Quanto aos espelhos de príncipes e de nobres e a cavalaria, "a vida de um cavaleiro é uma imitação; a dos príncipes também o é por vezes". HUIZINGA, J. **O Declínio da Idade Média**. Opus cit., p. 73. Sobre isso também escreveu Nair Soares, que afirmou que "no plano referencial, a obra histórica assemelha-se à literatura de caráter doutrinário-moral e político, que é vulgarmente designada por tratados de educação de príncipes". SOARES, N. "A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas". Opus cit., 2002, p. 23.

[122] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **"Pera Espelho de Todollos Uiuos" – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1997, p. 182.

[123] HUIZINGA, J. Opus cit., p. 76.

[124] GUIMARÃES, Marcella Lopes. "De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval". O texto aguarda publicação nos Anais do XXI Encontro da ABRAPLIP (Associação dos Professores de Literatura Portuguesa), p. 04.

[125] SOARES, N. Opus cit., 2002, p. 18.

português D. Duarte havia manuscritos de Egídio Romano, com os quais Gomes Eanes de Zurara teve contato. A partir de suas leituras, influências e experiências, nós aventamos que o cronista Zurara pôde se basear na tradição para (re)criar um modelo de nobre e cavaleiro que coubesse à realidade tardo-medieval portuguesa. A partir daqui, podemos pensar naquele caráter modelar e pedagógico da escrita cronistíca, que também tem influência e paralelo nos espelhos de príncipes, que influenciaram as cortes ocidentais, inclusive a portuguesa, das quais os cronistas faziam parte.

Silvio Galvão de Queirós[126] se preocupou na sua dissertação com o imaginário político português de fins da Idade Média, dando ênfase em sua análise ao discurso feito no Paço e à criação de imagens e perfis de nobreza, sendo destacada a figura do infante D. Henrique construída nas crônicas de Zurara. Esse autor encara as crônicas medievais analisadas como repositório das práticas e representações vigentes no período em que foram escritas. Assim, Silvio afirmou que, para a conformação de uma representação exemplar de nobre, Zurara utilizou como parte de seu método os "exemplos como recurso político-pedagógico" e, por isso, insere as obras do cronista dentro do "circuito das manifestações do gênero literário *Espelhos de Príncipes*, que possuem, em tais exemplos, a sua característica essencial, o que os faz servirem como manuais para a educação dos príncipes".[127] Nós preferimos encarar as crônicas de Zurara em paralelo funcional aos espelhos de príncipes, pois também construíram modelos para a nobreza.

A respeito dos espelhos de príncipes, como afirmou Jürgen Miethke "los espejos de príncipes tuvieron un éxito tan grande que bien pueden ser considerados como el género predominante a través del que la teoría política llegó al público de la baja Edad Media".[128] Esses tratados eram produzidos com a preocupação de elencar as virtudes necessárias a um monarca e sua corte.[129] Além do sangue, que legitimava o príncipe e a nobreza, o que os fazia bons eram seus méritos pessoais e suas virtudes. Por conta disso era necessário um modelo para cumprir essa exigência do rei ideal e do grupo que o acompanhava, o que foi continuamente disseminado por uma literatura abundante durante toda a Idade Média.[130] Dentre as obras conhecidas como espelhos de príncipes, podemos citar o **De regno ad regem**

[126] QUEIRÓS, S. de Galvão. Opus cit., 1997.
[127] Idem, p. 96-97.
[128] MIETHKE, Jürgen. "Capítulo VI – El siglo XIII". In.: MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993, p. 67.
[129] GUIMARÃES, M. "De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval". Opus cit., p. 04.
[130] GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Opus cit., 1981, p. 114.

Cypri de São Tomás de Aquino, também nomeado, **De regimine principum**, escrito entre os anos 1265 e 1267, dedicada ao rei de Chipre, uma obra sobre a função real e como realizá-la sabiamente.

Essa obra de São Tomás influenciou obras de outros autores. Dessas podemos citar o **De regimine principum** de Egídio Romano, autor já mencionado acima, redigido a pedido de Filipe III da França para o seu filho e herdeiro, Filipe, o *Belo*. Esse tratado escrito em 1285 foi difundido por toda a Europa, tendo grande repercussão na teoria política medieval, onde propôs como método trabalhar através de exemplos para persuadir seus leitores e ouvintes.[131] Os exemplos seriam baseados nos grandes homens, reis e heróis. O leitor deveria se espelhar nos bons exemplos para ser digno e honrado, evitando os maus exemplos que corromperiam sua imagem e comportamento.

Por conta da inaptidão de muitos reis, príncipes e nobres, ou mesmo, em muitos casos, por desvios morais, muitos espelhos de príncipe recomendavam salvar as aparências se não conseguissem atingir a perfeição do modelo proposto. Ou seja, manter e zelar pela sua reputação mesmo não sendo tão virtuoso, justo e sábio quanto deveriam ser. A aparência e as realizações dessas pessoas eram uma boa "propaganda" de seu poder, o que eles faziam questão de notificar a todos através de insígnias de poder (brasões, librés etc.), conquistas em feitos de armas, escritos legitimatórios (crônicas, livros de linhagens, etc.) e quaisquer outros meios.[132] Por conta disso, "em torno de cada príncipe se criou um mundo enorme e heterogêneo encarregado de prover às suas necessidades e de glorificar a sua majestade: o Paço".[133] Os copistas, cronistas, juristas e boa parte dos letrados, ao final do medievo faziam parte desse espaço, realizando suas atribuições em prol do seu senhor.

Os espelhos de príncipes foram, sobretudo, feitos sob encomenda de um monarca e destinados aos seus filhos. Eram, em linhas gerais, um manual de comportamento e de como bem governar, em que se explicitaram quais valores e ações um bom rei deveria ter e realizar. Entretanto, esses textos não eram somente destinados aos príncipes herdeiros, pois várias dessas obras surgiram ao longo da Idade Média servindo de manual para toda a nobreza, a qual deveria ter um conjunto de valores e práticas dignas de sua posição.[134] Por isso, muito além de construir um modelo para príncipes e reis, essas obras criaram o exemplo para toda a

---

[131] MIETHKE, J. Opus cit., 1993, p. 93.
[132] GUENÉE, B. Opus cit., 1981, p. 118-119.
[133] Idem, p. 123.
[134] Essa imagem ideal do cavaleiro era pintada pelos escritores da época com cores da maior devoção, austeridade e fidelidade, o que, na maioria das vezes, não representava a realidade.

sociedade nobiliárquica, que deveria se enquadrar nesse ideal e se aproximar do *primus inter pares*, o rei.

A aproximação feita entre as obras de Zurara e os espelhos de príncipes responde ao fato de que os personagens construídos e os feitos narrados por esse cronista também serviram de bons e maus exemplos, nos quais os nobres portugueses sob o reinado de D. Afonso V (1432-1481) deveriam se espelhar. Dentre os bons exemplos estava a figura do infante D. Henrique, que segundo Gomes Eanes de Zurara foi um leal e exemplar nobre, cavaleiro corajoso e digno das maiores honras concedidas por um rei. Pelos textos desse cronista conterem elementos doutrinários, laudatórios e exemplares, consideramos as obras de Zurara em paralelo com os espelhos de príncipes/espelho de nobres, distinto dos últimos por se organizar na forma de crônicas, ou seja, narrativamente, mas próximo a eles por tentar construir um modelo ideal a ser seguido pela nobreza.

3.2. DA ESPADA À PENA, DA PENA À ESPADA

Pelo fato de não ser onipresente, o rei precisava de estratégias para fazer seu poder presente. Assim, ele dispunha de um grande conjunto de recursos que iam desde insígnias e bandeiras até livros e histórias narradas oralmente. Para construir as obras cronísticas, históricas e literárias, eram necessárias pessoas com alguma formação. Essas eram aproximadas do círculo do príncipe, como homens de saber, letrados, homens de leis, elementos da Igreja e oficiais reais. As funções desses variavam desde a tradução e compilação de outros livros, passando pela elaboração de sínteses chegando, em alguns casos, à produção de extensos escritos dentre outros arsenais da "propaganda". Segundo Guenée, era através dessa propaganda e outros recursos que contavam com as idéias e crenças vigentes no período que os governos dos séculos XIV e XV asseguravam o poder e legitimavam suas ações.[135] Isso porque a memória letrada, incluindo os escritos de Gomes Eanes de Zurara para parte do século XV português, "era uma memória essencialmente nobiliárquica".[136]

Essa breve explanação explica um pouco da razão desse subtítulo, mas por que da espada à pena, da pena à espada? Um dos reis de nosso contexto, D. Duarte, além de rei e cavaleiro, também foi um homem de letras. Em contrapartida, seu sucessor, D. Afonso V, se

[135] GUENÉE, B. Opus cit., 1981, p. 77.
[136] NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Opus cit., 2005, p. 14.

dedicou exclusivamente à vida de governante e cavaleiro, movendo guerras contra muçulmanos e cristãos, retomando uma política belicista de grande monta para o reino português e rompendo com a tradição letrada dos infantes de Avis. Além disso, essa tradição letrada normalmente legitimava a função e ações da nobreza guerreira, vide as crônicas escritas por Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, onde os feitos de armas têm grande destaque.[137] Desta forma, os letrados com o uso da pena justificavam o uso da espada pelos nobres e cavaleiros. Como afirma Saraiva sobre a prosa doutrinária lusa do século XV,

> "[...] os filhos de D. João I, o bastardo eleito rei, manifestam um gosto pela reflexão e uma necessidade de justificação dos seus actos e das instituições. D. Duarte, que, como vimos, incumbiu Fernão Lopes de fazer as crônicas dos reis e que constituiu uma biblioteca pessoal de oitenta códices, deixou no **Leal Conselheiro** o testemunho de uma consciência hamletiana que se analisa e que procura determinar critérios morais para si e para os seus pares, os "senhores da corte", a quem destina o livro".[138]

Anteriormente, António J. Saraiva já havia comentado as obras de D. João I e, depois de falar sobre os textos de D. Duarte, também comentou as obras do infante D. Pedro. Porém, não nos fala nada sobre obras doutrinárias dos outros filhos do rei João, o que corrobora a seguinte opinião: da Ínclita Geração só o herdeiro D. Duarte e o infante D. Pedro eram nobres cavaleiros com uma forte formação letrada. Os dois estiveram à frente da governação como rei e regente respectivamente:

> "[...] os reis de Avis realizaram seu projeto centralizador valendo-se de variados mecanismos que veicularam valores e práticas fundamentais para a concretização de um novo ordenamento social. Afinados com as transformações ocorridas em Portugal e no exterior, os reis de Avis patrocinaram a produção de vigorosa literatura ético-política, legislaram com vistas à centralização política e prestigiaram setores da sociedade capazes, pela dinâmica do seu labor, de conduzir Portugal à epopéia da expansão ultramarina".[139]

Por outro lado, Marcella Lopes Guimarães considera boa parte dos códices produzidos pelos monarcas avisinos, como também os escritos pelos cronistas a seu pedido, como "códigos medievalizantes que persistem quiçá para responder às aspirações da velha nobreza

---

[137] Ver os gráficos da tese de GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – "Decifra-me e te devoro"**. Tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004, p. 269-271.
[138] SARAIVA, A. **Iniciação à Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1999, p. 30.
[139] QUEIRÓS, S. "Capítulo 9 – A reificação de um conceito: o Paço, na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara. Portugal, século XV". Opus cit., 1998, p. 154.

e para educar a nova, de raiz secundogênita".[140] Isso porque, ainda segundo essa autora, com o surgimento de um renovado perfil de monarca, inaugurado por Avis, deveria seguir um renovado modelo de fiel que essa prosa e as crônicas doutrinárias tinham a proposta de educar.[141] As considerações de Silvio Queirós e Marcella Guimarães exemplificam o binômio continuidade/mudança percebido por Fátima Fernandes.[142]

3.2.1. D. DUARTE, O REI LETRADO

Por que trabalhar com D. Duarte (1391-1438) e não com D. João I (1357-1433)? A resposta se deve ao fato de Gomes Eanes de Zurara ter sido vinculado à corte após a morte do primeiro monarca de Avis, já no reinado de D. Duarte. Esse importa para nós porque foi um dos primeiros reis a incentivar a expansão para além mar e, principalmente, porque ele foi uma figura de extrema importância no que diz respeito à retomada, ou construção, de valores e da ideologia cavaleiresca cruzadística para Portugal no século XV. É importante destacar que uma das fontes estudadas nessa pesquisa é da pena de D. Duarte, ou foi escrito a seu pedido, sendo intitulado **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte** ou **Livro da Cartuxa**.

Nesse segmento vamos abordar mais profundamente aspectos da sua formação e produção intelectual, ou seja, o rei letrado, aquele que ficou conhecido como Rei-Filósofo após terem sido encontradas suas obras no século XIX. A atenção à sua produção intelectual nesse momento é devido ao fato de que os acontecimentos que marcaram o reinado de seu pai e o seu próprio já terem sido abordados no momento que tratamos do contexto.

De início destacamos que, diferente do que foi relatado por Oliveira Martins[143] a respeito de D. Duarte – representado por aquele escritor como um monarca influenciável, distante e inativo – muitos dos historiadores atuais consideram esse rei um político maduro e ativo durante seu breve reinado. Como homem político e homem de ação, ele estava sempre "atento para com os concelhos, superior e firme relativamente à nobreza e determinado em reprimir os abusos jurisdicionais do clero".[144] Um governante débil, fraco, influenciável e distante da ação agiria de tal forma? Concordamos com a opinião de José Mattoso e de outros historiadores mais atuais que Oliveira Martins pelo fato deles terem uma opinião melhor

[140] GUIMARÃES, M. "A ensinança de evitar o Pecado na prosa de D. João I e D. Duarte". Opus cit., 2005, p. 25.
[141] Idem, p. 33.
[142] FERNANDES, F. "A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa". Opus cit., 2000, p. 119.
[143] MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I**. Lisboa: Guimarães editores, 1993.
[144] MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. V. 2. Lisboa: Editorial Estampa, s.d., p. 501.

embasada sobre D. Duarte, pois do final do século XIX para hoje, muito já foi estudado e analisado, conformando um conhecimento mais sólido sobre Portugal do século XV, sobre a dinastia de Avis e sobre os infantes da Ínclita Geração.

Esse monarca teve uma sólida formação nos moldes ingleses, onde a moral cristã, a praticidade e costumes severos tinham destaque. Além disso, sua educação foi enriquecida pelas constantes leituras de escritos com fim prático em detrimento da literatura de divertimento.[145] Também possuía uma rica biblioteca onde figuravam códices clássicos e de doutores da Igreja. O contato com essas obras lhe abriu o caminho à especulação filosófica de temas morais,[146] que são destacados em suas obras. Seu próprio epíteto, o *Eloqüente*, denuncia seu gosto pelas letras, pela intelectualidade e pela educação, o que não excluía de forma alguma o seu gosto pela ação e pela cavalaria.

Por estar vinculado ao governo de seu pai, sendo um dos principais ao lado de D. João I, o seu reinado não deve ser abordado somente de 1433 a 1438, mas sim, desde 1412 a 1438. A experiência adquirida nesses 21 anos de co-governação,[147] fizeram a diferença em seus cinco anos como rei. Além disso, tanto tempo junto ao poder fez de D. Duarte um monarca prudente, sendo essa, uma das principais virtudes exaltadas em seus escritos, tanto no **Leal Conselheiro**[148] como no **Livro da Cartuxa**. Mais que governar, ele ainda se dedicava aos exercícios da montaria e da guerra. Com base em suas experiências, ele escreveu um manual sobre a arte da montaria, denominado **Ensinança de bem cavalgar toda a sela**. Em seus escritos, o monarca teorizava a prática (cavalaria) e aconselhava sobre os mais distintos temas políticos, estratégicos, morais, sociais, filosóficos etc.[149]

É importante destacar que D. Duarte não só encomendou obras doutrinárias e legitimatórias, além de escrever as suas próprias, mas, também, sabia da necessidade de legislar, sendo o maior exemplo disso a Lei Mental de 1435.[150] Essa se destacou por suas

---

[145] Herança de sua linhagem materna, D. Filipa de Lencastre. SKONIECZNY, Graziela da Silva. **Dom Duarte, o Leal Conselheiro e a virtude da prudência**. Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002, p. 12-13.
[146] SERRÃO, J. V. "D. Duarte (1391-1438)". In.: SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal**. V. II. Porto: Livraria Figueirinha, 1984, p. 342.
[147] MATTOSO, J. (dir.). Opus cit., s.d., p. 501.
[148] Destacado pela autora como um espelho de príncipes pelo fato de, em certos momentos, tratar das virtudes do governante. SKONIECZNY, G. Opus cit., 2002, p. 27.
[149] SKONIECZNY, G. Opus cit., 2002, p. 15.
[150] "A lei mental, aplicada já no tempo de D. João I, embora só viesse a ser publicada no reinado de seu filho e sucessor D. Duarte, consistia em admitir apenas à sucessão dos bens da coroa os filhos primogênitos legítimos, com exclusão das fêmeas, dos ascendentes e dos colaterais, excepto quando o Rei expressamente o dispensasse. Por esta forma conseguia-se a freqüente reversão dos bens, se a lei se executava; e pelo menos a dependência e

medidas de centralização do poder através da defesa do patrimônio da Coroa. Porém, não era somente um monarca amante das leis, das letras e da boa educação. Ele também era um nobre cavaleiro cristão, sendo destacado como homem ativo por seus feitos em combates na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara e, por seus feitos governamentais na **Crônica de El-Rei D. Duarte** de Rui de Pina, além de ele próprio destacar em seus escritos o papel e a honra da cavalaria. Como notamos, em seus trabalhos, D. Duarte explorou os valores e práticas cavaleirescas cristãs, dentre muitos outros temas que não abordaremos nessa dissertação.

Ao longo de nossas leituras, pudemos notar que, tanto D. João I como seus dois filhos legítimos mais velhos, D. Duarte e D. Pedro, produziram obras doutrinárias e moralizantes. Ao que nos parece, eles entenderam que os súditos, destacadamente a nobreza, necessitava de exemplos nos quais espelhariam seu comportamento. Os modelos a serem seguidos eram os reis, os príncipes e os grandes nobres vinculados à Casa governante e à Corte. Isso nos mostra o nível da ilustração desses primeiros monarcas de Avis, que não somente encomendavam obras aos cronistas, mas, também, eles próprios pegavam na pena para deixar suas idéias e exemplos à posteridade.

3.2.2. GOMES EANES DE ZURARA, A PENA PARA A NOBREZA

Obviamente que na seqüência dos autores, nós teríamos de escrever sobre Gomes Eanes de Zurara. Esse é um dos personagens que nos interessa, pois, além de ser o cronista-oficial no reinado de D. Afonso V e ter escrito duas das obras analisadas nesse trabalho, é graças à representação criada por ele em suas crônicas que entramos em contato com o outro personagem essencial nessa dissertação, o infante D. Henrique. A partir daí, decidimos aprofundar nosso estudo sobre seu contexto, as idéias e ideais vigentes no período, com destaque a cavalaria, o que influenciou muito a construção do cronista.

Gomes Eanes de Zurara nasceu em cerca de 1410 e morreu em 1473. Ele era filho de cônego, pobre e sem formação, mas próximo a 1436 acabou tendo acesso à corte por conta de sua proximidade a Mateus de Pisano[151] e de Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo e

---

reconhecimento dos donatários, se ela era dispensada". PERES, Damião. **D. João I**. Opus cit., 1983, p. 128; e SERRÃO, J. V. "D. Duarte (1391-1438)". Opus cit., 1984, p. 341.

[151] Humanista italiano natural de Pisa, chamado pelo regente D. Pedro para exercer o papel de preceptor do monarca D. Afonso V. Zurara se beneficiou culturalmente do convívio com este humanista italiano. SERRÃO,

cronista régio.[152] Ele se beneficiou dessas relações e, em 1449, num contexto marcado por conflitos internos que desencadearam a batalha de Alfarrobeira, recebeu uma encomenda do monarca D. Afonso V e começou a escrever sua primeira crônica, antes mesmo de ser o cronista oficial do reino português. Em 1451 foi nomeado guarda-conservador da Livraria Real e, em 1454, substituiu Fernão Lopes (1385-1459) como guarda-mor da Torre do Tombo e cronista oficial.

Para além dessas conexões, Zurara também se beneficiou de suas relações com os nobres, sendo favorecido pelo infante D. Henrique. Esse cronista foi feito cavaleiro[153] e comendador da Ordem de Cristo por D. Henrique, governador dessa ordem militar de 1420 até sua morte em 1460.[154] Favores se seguiram nessa relação, sendo o cronista agraciado com essa distinção e D. Henrique enaltecido por Zurara em duas crônicas: a **Crônica da Tomada de Ceuta** e a **Crônica de Guiné**.

Segundo Marcella Guimarães, foi no reinado de D. João I que "a expansão virou nova cruzada, como o cronista sucessor de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, veria e ofereceu novas oportunidades de colocar seus cavaleiros em exercício".[155] Como pode ser notado, Zurara viveu durante os primeiros momentos da expansão ultramarina e enquanto os conflitos internos marcavam a ascensão de D. Afonso V ao trono português. As informações levantadas acerca desse cronista são modestas, mas o leitor poderá ter uma idéia de quem foi essa figura. De um pobre filho de cônego a cavaleiro da Ordem de Cristo,[156] guarda-mor da Torre do Tombo e cronista régio. Para cargos de tal importância, pressupõe-se que fosse um homem

---

Joaquim V. **Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes**. 1ª Ed. Lisboa: ICP/CEIC/MEIC, 1977, p. 38-39.

[152] "O cargo de cronista-mor andou associado, sobretudo no primeiro século da sua existência, com o de gardador-mor das escrituras da Torre do Tombo, o que permitiu aos cronistas fazerem uma história válida e séria apoiada na documentação especial". MARQUES, A. **Ensaios de Historiografia Portuguesa**. Opus cit., 1998, p. 20.

[153] Zurara foi também cavaleiro da Casa do próprio rei D. Afonso V, mas não tinha seu nome inscrito entre os moradores do paço do rei. Por isso, Silvio de Galvão Queirós incluiu Zurara na categoria da média nobreza, mesmo nunca tendo sido fidalgo. QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **"Pera Espelho de Todollos Uiuos" – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1997, p. 62.

[154] "Foi Zurara comendador da Ordem de Cristo, por mercê de D. Afonso V, tendo desfrutado das rendas e benefícios advindos das comendas de Alcains – 1454 – e Granja do Ulmeiro – 1459 – que pertenciam àquela Ordem, por mercês recebidas do Infante D. Henrique deste monarca. Ao que parece, recebeu em substituição à comenda de Alcains a do Pinheiro Grande -1459. Sabe-se que estas comendas eram bastante rentáveis [...] tendo Zurara morrido abastado". QUEIRÓS, Silvio de Galvão. Opus cit., 1997, p. 60.

[155] GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – "Decifra-me e te devoro"**. Opus cit., 2004, p. 21.

[156] Título anterior a sua nomeação como cronista régio e guarda da Torre do Tombo em 1454. SERRÃO, J. V. Opus cit., 1977, p. 09.

culto. Porém, os biógrafos de Zurara apontam para uma cultura autodidata,[157] pois teve uma infância pobre e sem grandes chances de receber uma educação elaborada.

Sua situação condiz com o que afirmou António José Saraiva, "o escritor profissional, quando não é um universitário ou membro de uma ordem religiosa, encontra-se na dependência de patronos, geralmente príncipes, membros da alta nobreza e da grande burguesia".[158] Gomes Eanes de Zurara, como membro de uma ordem militar-religiosa e sob o "regime de mecenato" do rei D. Afonso V, se encaixava nesse grupo de escritores profissionais, sendo chamado por alguns autores atuais de "historiador da classe senhorial".[159]

Fernão Lopes tinha uma situação semelhante à de Zurara, pois também não era universitário, mas se encaixava no grupo de escritores profissionais, pois escrevia a pedido e estava sob a proteção do rei D. Duarte e do regente D. Pedro. A caracterização feita por Marcella Lopes Guimarães, com base no conceito de Jacques Verger a respeito das pessoas cultas dos séculos XIV e XV,[160] define o cronista Fernão Lopes como um *homem de saber*, pois, mesmo não tendo frequentado a universidade ele tinha contato com a produção de conhecimentos da época.[161] Baseado nesse mesmo conceito de Verger, Daniel Augusto A. Orta abona Gomes Eanes de Zurara como outro *homem de saber* ligado à monarquia portuguesa e a dinastia de Avis, sendo também responsável pela manutenção e escrita da memória e história lusitana na primeira metade do século XV.

O fato dos dois primeiros cronistas oficiais do reino português não terem uma formação universitária, não serem de uma família nobre nem terem uma boa posição social até serem aproximados da Corte, pode indicar o tom da preocupação dos governantes de Avis com a história, pois, nomear cronistas que formaram sua cultura fora do âmbito universitário nos leva a pensar sobre os interesses desses reis ao encomendar as crônicas régias. Queriam eles homens de letras laicos com uma experiência mais ampla, fora do meio nobiliárquico e/ou universitário, que poderiam notar nuances que escritores nobres e clérigos não notariam? Seria o caso de vincularem ao quadro cortesão aqueles homens que se destacaram por algum serviço prestado à Coroa, dando cargos e rendas em áreas que se destacavam? Ou ainda, não

---

[157] CIDADE, Ernani e SELVAGEM, Carlos. **Cultura Portuguesa**. V. 2 – Consolidação da Independência Nacional, primeiro surto de Expansão Ultramarina, incremento de estudos náuticos e da cultura da pré-renascença. S.l.: Empresa Nacional de Publicidade, s.d., p. 136; REIS BRASIL, "A Vida". In.: ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992, p. 13; SERRÃO, J. V. Opus cit., 1977, p. 27.
[158] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. **História da Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1982, p. 107.
[159] SERRÃO, J. V. Opus cit., 1977, p. 33
[160] VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999 apud GUIMARÃES, Marcella Lopes. Opus cit., 2004.
[161] GUIMARÃES, Marcella Lopes. Opus cit., 2004, p. 45.

havia grande preocupação com a história e, independente da formação, um letrado de uma situação menos abastada serviria melhor aos desígnios da Coroa? São questões que, se respondidas conclusivamente, revelariam novos aspectos acerca do fazer cronístico em Portugal no fim do medievo. No entanto, ainda nos faltam subsídios para tanto.

Mesmo tendo continuado o trabalho de Fernão Lopes como cronista do reino português, Zurara divergiu muito do estilo e objetivo do cronista anterior. Fernão Lopes exaltou e legitimou uma nova dinastia que ascendeu ao poder em Portugal, a dinastia de Avis. Além disso, com seu estilo mais fluido, também chamou atenção ao que ele próprio denominou de "arraia-miúda" e seu papel na resistência contra Castela e na ascensão da nova dinastia, não diminuindo o papel da nobreza, mas, evidenciando novos grupos.[162] Nesse sentido, por enaltecer o povo luso e a "revolução" de Avis, para a qual D. João foi o "Mexias de Lisboa", António J. Saraiva considerou Fernão Lopes como cronista da revolução mais do que cronista de reis, pois os heróis não aparecem como causas dos acontecimentos, mas como participantes desses.[163]

Já Zurara tinha um estilo narrativo mais comprometido, afinal, continuava o trabalho de Fernão Lopes, um predecessor ainda vivo e atuante como o principal responsável pela memória da dinastia avisina até 1454. Além disso, Gomes Eanes de Zurara, da mesma forma que Fernão Lopes, dependia não de sua memória para realizar suas obras, mas da memória de outros. Isso é demonstrado no capítulo III da **Crônica da Tomada de Ceuta**, onde notamos na afirmação de Zurara que, enquanto Fernão Lopes trabalhava para compor suas crônicas com documentos oficiais, Zurara trabalhava com essa documentação e buscava nas memórias e relatos dos que participaram dos feitos narrados o material para a construção de suas obras.[164] Esse método era facilitado no caso de Zurara, pois ele escreveu sobre acontecimentos e pessoas de seu próprio tempo e convívio. Seu estilo narrativo menos desenvolto, segundo opinião de António José Saraiva, também se deve ao seu "estilo gradiloquente, hiperbólico, enfeitado com alegorias e com citações de autores latinos e gregos".[165]

O que é perceptível nas narrativas desse cronista é a atenção dada à nobreza e aos seus feitos heróicos, sendo um dos motivos para isso o fato de suas crônicas terem sido

[162] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. Opus cit., 1982, p. 126.
[163] SARAIVA, A. **Iniciação à Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1999, p. 25.
[164] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo III, p. 45.
[165] SARAIVA, A. Opus cit., 1999, p. 29.

encomendadas pelo rei D. Afonso V, o principal representante dessa nobreza lusa. Esse último queria ver escritos os feitos de seu avô, pai, tio (respectivamente D. João I, D. Duarte e D. Henrique) e dos grandes nobres do reino.[166] Zurara, fiel ao rei e seus desígnios, acabou por apagar a participação da "arraia-miúda" de Fernão Lopes e minimizar a participação de nobres que deveriam ser esquecidos, ou postos nas sombras, devido ao contexto em que escreveu. Dentre esses, o principal dos fidalgos que ficou ensombrado foi o antigo regente D. Pedro e seus seguidores.

Para António J. Saraiva existe uma grande diferença entre as obras de Fernão Lopes, de Gomes Eanes de Zurara e de qualquer outro narrador medieval. Mas devemos levar em conta que Saraiva era um admirador de Lopes, mas não muito de Zurara, já que para esse estudioso português, o último foi o representante de uma "ideologia feudalizante" que predominou na corte Afonsina após Alfarrobeira, procurando fazer esquecer a época que foi escrita e representada pela pena de Lopes.[167] A diferença entre os dois cronistas a que Saraiva chamou atenção está no fato de que no primeiro "os indivíduos se destacam sobre o pano de fundo de coletividades em movimento",[168] enquanto para Zurara o que define os destinos, os acontecimentos e, consequentemente, o centro de sua narrativa, são os indivíduos, destacadamente, os grandes nobres. Assim, segundo Saraiva, Fernão Lopes realça o contexto e a sociedade portuguesa como um todo, com os quais a nobreza interage e, por conta disso, existe mais de um grupo de ação. Já para Zurara, quem define e influência os destinos, contexto e, conseqüentemente, a sociedade, são os nobres, únicos homens de ação e sujeitos que definem a história portuguesa.

Já na opinião de Daniel Arpelau Orta, diferente de Fernão Lopes que escreve sobre e para reis, Gomes Eanes de Zurara escreve sobre a nobreza, incluindo a família real, sob a proteção e a pedido do rei, pois "a inserção dos homens nestes textos não apenas significava sua heirocização, mas a possibilidade de outros de sua linhagem adquirir benefícios e terem um exemplo a seguir".[169] Também Silvio de Galvão Queirós chamou atenção para o fato de Zurara utilizar imagens cavaleirescas em sua descrição dos membros da casa real como um

---

[166] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo III, p. 45.
[167] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. Opus cit., 1982, p. 139.
[168] SARAIVA, A. Opus cit., 1999, p. 28.
[169] ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464)**. Opus cit., 2007, p. 67.

recurso adicional à propaganda da eficácia do poder da casa reinante.[170] Sendo, principalmente, o infante D. Henrique e o rei D. João I os exemplos modelares para as ações da nobreza. Todavia, os escritos de ambos são atrelados, sendo, fundamentalmente, influenciados por uma perspectiva de vida e de fazer cronístico ainda medieval, mas também se diferenciam devido ao contexto no qual foram escritos e sobre o qual escreveram. Daniel Orta afirma que "a prescrição se eleva acima da descrição, sendo que destaca um arquétipo. Se com Fernão Lopes o rei era o *mexias*, com Gomes Eanes de Zurara os nobres são o braço direito e indispensáveis à condução dos projetos do reino".[171]

Particularmente, diferente do que Saraiva propõe, concordamos com a opinião desses dois últimos autores, pois, da mesma forma que eles, acreditamos que Fernão Lopes não tinha tanta liberdade de criação. Assim sendo, Fernão Lopes e Zurara estavam imersos na mentalidade e no modelo de cronista ainda medieval, centrando-se na figura do monarca e nas narrativas de conflitos, guerras e modelos de comportamento. No entanto, Zurara dá muito mais atenção à nobreza que Fernão Lopes, já que no contexto em que o primeiro foi alçado cronista, enquanto o segundo perdeu o seu lugar como escritor oficial da monarquia e da linhagem real, o espaço e poder de certas famílias nobres na política do reino era imenso.

Quanto às obras escritas por Gomes Eanes de Zurara, além da **Crônica da Tomada de Ceuta** e da **Crônica de Guiné**, ele também compôs outros textos, sendo: a **Crônica do Conde D. Pedro de Meneses**, que governou a praça de Ceuta entre 1415 a 1437, e a **Crônica de D. Duarte de Meneses**, fronteiro de Alcácer Ceguer no tempo de D. Afonso V. Todas elas com fortíssimo caráter senhorial, exaltando os feitos heróicos dos cavaleiros portugueses que ajudaram a consolidar o poderio de seu reino no território onde hoje é o Marrocos. Os textos de Zurara, "pelo motivo de serem veículos das ações de 'grandes senhores do reino', são narrativas autônomas em relação àquelas elaboradas para guardar a memória dos 'feitos régios', ainda que, como já enfatizado, tenham sido todas feitas por ordenamento real".[172]

Todas as suas obras tiveram caráter laudatório,[173] enaltecendo os grandes nobres do reino, como o fez com a figura do infante D. Henrique em duas de suas crônicas. Por isso,

---

[170] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **"Pera Espelho de Todollos Uiuos" – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1997, p. 196.
[171] ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Opus cit., 2007, p. 64.
[172] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. Opus Cit., 1997, p. 66.
[173] Saraiva fala sobre o caráter panegírico das obras de Zurara e da finalidade de suas crônicas, que era "perpetuar a glória dos que praticaram grandes feitos, de modo que ele ou seus descendentes recebam as merecidas recompensas régias. Por isso dá o máximo de relevo aos feitos cavalheirescos individuais,

Saraiva afirmou que "mais do que cronista do reino, Zurara foi o cronista do infante D. Henrique, não só na **Crônica da Guiné**, mas também na **Crônica da Tomada de Ceuta**. Depois disto, será o cronista dos Meneses, D. Pedro e D. Duarte".[174] Sendo cronista dos grandes nobres, também o foi cronista do rei, pois este tinha sob sua sujeição aqueles então exaltados.

Isso é um dos principais motivos que diferem suas narrativas do trabalho realizado pelo cronista anterior, Fernão Lopes, que tratava dos feitos e acontecimentos que diziam respeito ao Reino, o que incluía abordar a "gente miúda" da sociedade portuguesa.[175] Outro fator que o difere do seu predecessor é o fato de Gomes Eanes de Zurara estar em um "entre-lugar",[176] pois, ao mesmo tempo em que era cronista régio, começou a ser o primeiro cronista da expansão, enquanto seu antecessor era somente cronista do reino. Zurara não narrava exclusivamente os feitos no reino português, ele tinha outro espaço a explorar, o espaço das conquistas no Magreb e das viagens atlânticas. Embora o próprio cronista e os nobres que liam ou tinham acesso a suas obras não percebessem esse entre-lugar, hoje, nós, leitores e historiadores, podemos percebê-lo.

O "novo espaço" de ação dos personagens de Zurara também foi percebido por Silvio de Galvão Queirós. Esse destaca que a relação com o mar nas crônicas de Zurara é mostrada de duas formas. Na **Crônica da Tomada de Ceuta**, na **Crônica do Conde D. Pedro de Meneses** e na **Crônica do Conde D. Duarte de Meneses** o mar é algo brumoso e desconhecido a ser explorado, sendo a guerra extensão da cruzada para os feitos cavaleirescos e nobiliárquicos, enquanto na **Crônica de Guiné** o mar é o espaço onde é empreendida a guerra e que deve ser explorado, mas não por puros interesses nobres, incluí-se aí o *proveito*.[177]

Como já dissemos acima, Zurara foi feito primeiro cavaleiro e depois comendador da Ordem de Cristo pelo infante D. Henrique a pedido do monarca D. Afonso V, que queria agraciar esse servidor com honrarias. Esse fato nos levou a concluir que esses dois personagens tinham fortes relações em comum. Existiu uma relação de mestre e cavaleiro, ou

---

minimizando a ação da gente-miúda [...]". SARAIVA, A. e LOPES, Ó. **História da Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1982, p. 140.

[174] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. Opus cit., 1982, p. 143.

[175] CIDADE, E. e SELVAGEM, C. **Cultura Portuguesa**. V. 2. Opus cit., p. 137.

[176] A. H. de Oliveira Marques também já havia comentado rapidamente sobre esse entre-lugar de cronista régio e cronista da expansão em: MARQUES, A. **Ensaios de Historiografia Portuguesa**. Opus cit., 1998, p. 21-22.

[177] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. Opus Cit., 1997, p. 233-235.

de senhor e servidor em uma mesma ordem militar religiosa, na qual o cronista foi favorecido com um cargo importante, o de comendador.

Outro fator importante a justificar a exaltação de D. Henrique pode estar no fato desse infante ser uma das últimas testemunhas vivas e sãs que foram consultadas pelo cronista. Como o próprio Gomes Eanes de Zurara escreveu,

> "No dito tempo faleceram quase a maior parte das autorizadas pessoas que foram no concelho e feito da dita obra, que disso perfeitamente parece sabiam. E os que ficaram por que tinham razão, eram tão grandes senhores, os quais, pela excelência de seu estado, foram sempre tão ocupados, que perderam lembrança de mui grão parte das circunstâncias daquelas cousas. Maiormente que o principal destes era o Infante Dom Henrique, o qual foi sempre tão ocupado nos feitos do reino". [178]

O infante D. Henrique não foi onipresente no ataque contra Ceuta, mas ouviu as histórias das outras frentes de batalha e as pôde narrar a Zurara trinta e cinco anos após o feito concretizado, a partir, obviamente, de seu ponto de vista.

Muitos comentadores afirmaram que as obras de Zurara foram escritas com o desejo de resguardar do esquecimento as glórias e feitos exemplares de alguns nobres portugueses, o que era praxe no ofício cronístico régio. E, por ter enaltecido os feitos dos fidalgos lusos fora das fronteiras ibéricas, já em território mouro na África, Zurara foi e é até hoje considerado o primeiro "historiador" dos descobrimentos portugueses. Aí notamos, mais uma vez, o entre-lugar designado por A. H. de Oliveria Marques, sendo Zurara paralelamente cronista régio e cronista da expansão. Um não excluía o outro, mas adicionava diferentes espaços na narração.

3.3. A EXALTAÇÃO DA NOBREZA CAVALEIRESCA NAS OBRAS ESTUDADAS

3.3.1. LIVRO DA CARTUXA DE D. DUARTE: EDIÇÃO, DESCRIÇÃO E INTENÇÃO

A edição que usamos do **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**, ou **Livro da Cartuxa**, foi produzida em 1982 pelo Editorial Estampa em Lisboa. Essa obra foi transcrita por João José Alves Dias, sendo revisada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Também foi A. H. de Oliveira Marques, juntamente com João José Alves Dias, quem escreveu a introdução para essa edição. Pela autoridade dos nomes envolvidos na transcrição, sabemos que é uma edição bem fundamentada e de qualidade, o que nos levou a

[178] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo II, p. 43.

utilizá-la nesse trabalho como referência. A versão que temos em mãos não foi compilada da original, mas de uma versão anteriormente copiada pelo monge cartuxo D. Teotónio de Bragança no final do século XVI, ou seja, mais de cento e cinqüenta anos após ter sido escrita pelo rei D. Duarte.

O **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte** não é uma fonte homogênea em seu gênero de composição, mas "híbrida", por reunir diferentes tipos de documentos, e contemporânea aos fatos que narra, pois é uma coletânea das memórias de D. Duarte, que as redigiu ao longo de sua vida. Esse documento é composto de 97 capítulos, onde se encontram discussões sobre assuntos políticos, militares, econômicos, sociais, culturais e religiosos. É uma compilação de textos de vários gêneros (cartas, receitas, atas, entre outros), não ordenados tipologicamente ou cronologicamente. Conforme D. Duarte tinha suas idéias, dava conselhos e formava opiniões, e/ou recebia conselhos e informações importantes da nobreza que o circundava, ele os ia redigindo. Dentre os temas mais abordados, podemos citar os morais e religiosos, pois esses ocupam lugar de prestígio na composição dessa obra. Os documentos nele contidos escalonam-se desde o ano de 1423 até 1438. Todavia, para esse trabalho só foram utilizados os capítulos que permitiram a análise dos interesses em torno da expansão no Marrocos, questões relacionadas à guerra contra os mouros e, também, aos valores e virtudes cristãs vigentes no período.[179]

O capítulo 6, escrito entre 1432 e 1433, foi a resposta ao conselho dada por diversos personagens e recolhida por diversos autores, se seria ou não bom fazer a guerra contra os mouros de "benamarym".[180] Para isso foram expostas as razões favoráveis e as desfavoráveis para a realização de tal empreendimento bélico contra os "infiéis" no norte da África, levando em conta o bom julgamento do rei D. João para decidir o destino a ser seguido.

Já no capítulo 8, que é a carta do Conde de Arraiolos para D. Duarte escrita em 22 de abril de 1433, podemos notar o interesse por parte de alguns nobres portugueses em Granada. Nessa carta o conde se posicionou de forma contrária à guerra no norte da África, considerando-a como "desserviço de Deus". Na opinião desse fidalgo, a guerra deveria ser movida contra Granada e liderada pelo infante D. Henrique.

---

[179] Esses assuntos estão compreendidos nos capítulos: 6, 8, 9, 10, 11, 20, 21 e 22.

[180] Mouro de benamarym devido à dinastia Merínida, que reinava no Marrocos a partir de sua sede em Fez durante as primeiras incursões portuguesas àquela região. A partir de 1472, a dinastia dos merínidios foi substituída pela dinastia Oatácida, que também tinha como sede a cidade de Fez. Informações obtidas no texto FARINHA, António Dias. **Os portugueses em Marrocos**. Opus cit., 1999.

Em seguida, temos a carta com o conselho do Conde de Barcelos, que é o capítulo 9. Essa foi escrita pelo meio irmão dos infantes de Avis, D. Afonso, em maio de 1433. Nela, ele afirmou não valer o esforço despendido nas conquistas no Magreb. Todavia, era favorável à guerra contra Granada também. Assim, quanto à idéia de continuar a conquista atacando Tânger, D. Afonso procurou convencer seu meio irmão D. Duarte de que não valeria o esforço.

Havia ainda mais nobres portugueses contrários às expedições fora da Península Ibérica, dentre eles, o Conde de Ourém que também escreveu um conselho ao herdeiro. Essa carta foi copiada no capítulo 10 do **Livro da Cartuxa**. Mais uma vez, notamos o interesse de parte da nobreza lusa na guerra contra os "infiéis", mas, como podemos notar também nas opiniões anteriores, teria de ser contra Granada. Esse nobre ainda vai mais longe, afirmando que se fosse para ir contra o norte da África que fosse o infante D. Henrique e suas forças, não o rei. O último deveria ter como prerrogativa o reino de Granada.

Um conselho dado ao rei D. Duarte em resposta aos contrários às conquistas em África foi expresso pelo infante D. Henrique, o qual foi compilado no capítulo 20. Esse infante deve ter opinado sobre o tema anos a fio, mas somente encontramos menção à sua opinião no **Livro da Cartuxa** datada em 1436. D. Henrique afirmou, em resposta à argüição do rei a respeito do ataque contra os mouros africanos, que este era serviço de Deus e a maior honra a qual nenhum rei, príncipe e nobre deveria negar.

Após longos anos sem ataques a outras praças africanas, desde a conquista de Ceuta, por fim, D. Duarte decidiu a favor do ataque a Tânger, tão desejado por D. Henrique. O então rei de Portugal dirigiu a seu irmão várias linhas sobre como se portar naquela empreitada, além de vários conselhos estratégicos. O que foi escrito no capítulo 21 foi um grande conselho de D. Duarte a D. Henrique, sendo encontradas as justificativas e razões do rei para a realização de tal empreitada no capítulo 22. Ambos os textos foram escritos em 1437.

Como já comentado acima, também notamos as considerações que tratam dos valores e virtudes em capítulos inteiros dessa fonte histórica. Ao longo de todos os trechos destacados acima, nós pudemos notar uma menção às virtudes e valores do cavaleiro cristão. Porém, esses elementos podem ser melhor interpretados na leitura dos capítulos 21, 22 e num momento que ainda não mencionamos: o capítulo 11. Esse último momento é uma carta do infante D. Pedro para D. Duarte após o último ter sido coroado rei de Portugal. Ela foi escrita em agosto de 1433 e seu conteúdo diz respeito às virtudes (justiça, prudência etc.) que

pertencem a todos os homens, mas que fazem o rei se destacar acima deles, sendo o mais glorioso.

Como pode ser notado, no **Livro da Cartuxa** são expostas as dúvidas e os conflitos de interesses dentro da nobreza portuguesa que determinaram a continuidade do movimento expansionista e de luta contra o "infiel" no Marrocos, que teve como conseqüência direta o desastre de Tânger em 1437. Esses trechos servem para ilustrar a contextualização do trabalho, enquanto o capítulo 21, para comparar as virtudes cristãs e guerreiras expostas pelo monarca D. Duarte, com as trabalhadas pelo cronista Zurara em suas crônicas. Um dos eixos propostos para essa dissertação é a relação entre esses interesses conflitantes centrados no Marrocos e a representação dos valores cristãos que permeavam a nobreza do contexto no qual estavam inseridos D. Henrique e Gomes Eanes de Zurara, quando o último escreveu suas obras.

3.3.2. AS CRÔNICAS DE ZURARA: EDIÇÃO, DESCRIÇÃO E INTENÇÃO

António José Saraiva ao se referir aos textos de Zurara afirmou que "as obras desse cronista evidenciam tendências descentralizadoras e feudalizantes, a ideologia aristocrática de cruzada antimuçulmana do reinado de D. Afonso V".[181] O que pretendemos analisar é: como e a partir de quais pressupostos o cronista Gomes Eanes de Zurara fez esse reforço de idéias medievais e (re)construiu o ideal de cavaleiro na cruzada contra o "infiel" na realidade tardo-medieval portuguesa.

Competiu a Zurara justificar o movimento contra os mouros como uma cruzada antimuçulmana. Produzindo crônicas que legitimariam o esforço português nessa guerra, facilitaria o trabalho diplomático que buscava, a partir de D. João I (1415), a obtenção de sucessivas bulas com indulgências e outras graças para os futuros cruzados no norte da África.

Quanto às obras desse cronista a serem trabalhadas nessa dissertação, a versão da **Crônica da Tomada de Ceuta** que temos em mãos é uma edição das Publicações Europa-América, sendo a edição nº 149512/5554. Essa é uma edição de referência, bem fundamentada e elaborada, o que justifica nossa escolha. Ela foi produzida em 1992, contendo uma introdução ao leitor escrita por Reis Brasil ainda em 1988. Nesse momento, o já citado

[181] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. **História da Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1982, p. 140.

Reis Brasil abordou brevemente a vida, a obra e o fazer cronístico de Zurara (o escritor e o historiador).

Essa obra oficial do segundo cronista régio português tem caráter narrativo, na qual é relatada a chegada e a tomada da praça marroquina, sendo a glorificação de uma campanha bélica que teve como principais personagens os filhos do rei D. João I, dos quais se destacou o infante D. Henrique.[182] A guerra é um tema constante e fundamental na **Crônica da Tomada de Ceuta** e na cronística medieval.[183] Tal obra é composta de 105 capítulos que foram escritos 35 anos após a conquista de Ceuta, ou seja, terminada em 1450.

Podemos dividir essa obra em cinco momentos distintos, dos quais uns foram mais destacados e utilizados nesse trabalho onde buscamos a construção de um perfil de nobre, cavaleiro e cristão, encarnado, sobretudo, no infante D. Henrique. Os três primeiros capítulos são o prólogo e introdução da obra, onde o autor diz por quem e por que a obra foi encomendada, exalta a praça tomada e o feito em si, nomeia alguns dos grandes heróis dessa conquista lusa e ainda justifica o porquê de a crônica só ter sido começada trinta e quatro anos após a realização do feito. O segundo momento trata da decisão, organização, preparação e obstáculos para marchar contra Ceuta, o que nos é contado desde o capítulo IV até o LXIII. Podemos dizer que esse segundo momento é marcado principalmente pela virtude da prudência. Na terceira parte da obra o que é destacado é a sanha guerreira, o que se destaca do capítulo LXIV até o XCIV. A coragem é a virtude determinante para as realizações daqueles feitos segundo o cronista. Dentre os infantes e o rei, o personagem mais exaltado nesse extenso momento da crônica é o infante D. Henrique, sendo os seus feitos mais narrados do que os de qualquer outro nobre português. Quanto ao quarto momento, que vai do capítulo XCV até o CIII, esse é marcado pelos Conselhos convocados por D. João para decidir se mantinham ou não o domínio sobre a praça conquistada e quem a ficaria guardando, as missas feitas na cidade cristã a partir daquele momento, pelas honras e proveitos daquela conquista e pelas mercês e bens doados pelo rei aos seus fiéis servidores. Mas o que mais se destaca nesses momentos finais é a honra dada aos infantes, que foram feitos cavaleiros e ainda receberam títulos e terras. Aqui destacamos a fidelidade e a linhagem, o sangue real a correr nas veias daqueles príncipes tão exaltados. Ao longo de toda a crônica, algumas virtudes são onipresentes, como a fé, a honra e a prudência. E, por fim, a conclusão que foi escrita nos dois

[182] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. Opus cit., 1982, p. 140.
[183] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **"Pera Espelho de Todollos Uiuos" – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1997, Parte II, Capítulo I – A imagem do rei na **CTC**.

últimos capítulos, o CIV e CV, onde o cronista busca exaltar a Deus, ao rei D. João, aos infantes, principalmente D. Henrique, e a todos os grandes nobres que daquele empreendimento participaram. Além disso, Zurara dignificou a sua arte, a escrita, como obra eterna e principal responsável pela manutenção da memória dos acontecimentos, pois "todas as cousas deste mundo falecem, senão a escritura".[184]

Nessa crônica encontramos a representação que Zurara construiu da conquista e dos personagens que dela participaram, assim como a descrição da cidade, os elementos fundamentais de sua fundação, os sinais primordiais do seu valor comercial e estratégico, as razões que levaram à execução do ataque luso, a forma de conquista e a determinação dos meios de manutenção desta praça. Coroando tudo isso, a construção e representação dos heróis e seus feitos nesta empreitada.

A intenção dessa crônica foi exposta pelo seu autor tanto nos seus primeiros momentos como ao final da obra. Conforme a reflexão de Umberto Eco, "as memórias a serem lembradas estavam diretamente ligadas à vontade de seu patrono",[185] nesse caso, o rei D. Afonso V. Todavia, o autor também exprimiu sua intenção naquela obra, sendo ela muito próxima aos desígnios reais: a exaltação da linhagem e dinastia real e também da nobreza e cavalaria portuguesa através de um de seus tios, o infante D. Henrique. Os três primeiros capítulos da **Crônica da Tomada de Ceuta** concentram de forma mais evidente a intenção da obra, mas quanto a isso, também se deve levar em conta os dois últimos. Gomes Eanes de Zurara, já no Capítulo I, cita Aristóteles ao falar sobre a natureza das coisas, para dizer que os feitos realizados pelos portugueses eram direitos, sendo as terras conquistadas um dia cristãs, voltariam a ser cristãs, o que a "natureza requer".[186]

No entanto, segundo o autor, essa natureza não é nada menos que a vontade de Deus, pois "crendo que nenhum bem fazer não convém aos homens se não por azo do Senhor Deus [...] toda boa doação e todo liberal outorgamento de cima descende do padre dos lumes que sobre isto esparge os raios de Sua bondade".[187] Dessa forma, além de movimento natural, a conquista de Ceuta pelos portugueses foi também graça de Deus. Para legitimar sua posição, o cronista buscou em vários trechos do Evangelho as palavras dos apóstolos que estivessem de acordo com sua opinião, além das idéias de teóricos da Igreja e de santos.

---

[184] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo CIV, p. 291.
[185] ECO, U. "I. Intentio Lectoris – apontamentos sobre a semiótica da recepção". Opus cit., p. 08.
[186] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo I, p. 37.
[187] Idem, capítulo I, p. 37.

O cronista, após afirmar que aquela conquista foi um serviço para Deus, pede ao Senhor que o ilumine para que possa escrever bem, com sabedoria e eloqüência, os "maravilhosos feitos deste virtuoso e nunca vencido Príncipe, senhor Rei Dom João, aquele que em seus grandes merecimentos mui inteiramente cabe".[188] Aqui podemos notar que, segundo Zurara, o rei D. João era digno de toda a bondade divina, merecendo ser grandemente exaltado e lembrado por todos e, como vemos na citação que Zurara faz de São Gregório, "todas as cousas seriam tornadas em nenhuma cousa, se as mãos do todo-possante Deus as não conservassem, porque nenhuma condição é tanto isenta que em falecimento não haja sua parte".[189]

> "[...] este virtuoso e nunca vencido Príncipe, senhor Rei Dom João, que seu propósito determinou forçosamente por armas conquistar uma tão nobre e tão grande cidade como é Ceuta. No qual feito considerando, podemos esguardar quatro cousas, sc. Grande amor da Fé, grandeza de coração, maravilhosa ordenança, e proveitosa vitória [...]".[190]

Ao começar o segundo capítulo, como notamos acima e também nas páginas que se seguem em "O princípio da história",[191] o cronista enaltece as obras realizadas naquela conquista por terem sido grandiosas, além de elaborar um longo elogio à cidade e ao rei que determinou sua tomada. É nesse momento que Gomes Eanes de Zurara comenta sobre a guerra anterior pela qual Portugal tinha passado. A guerra para manter sua autonomia frente ao reino vizinho de Castela, também cristão. Essa contenda é justificada pelo autor por se tratar da defesa de sua terra e súditos, mas, por ser conflito entre cristãos, era condenável. A forma de limpar as mãos lusas do sangue castelhano cristão foi mover guerra contra os "infiéis" do Magreb, fazendo um serviço a Deus, à Igreja e ao seu próprio reino.[192] Também citou brevemente a postura dos quatro primeiros filhos de D. João, corajosos e honrados infantes que insistiram na realização e participação em tal empreitada.

Então o cronista aponta como trabalharia, tendo a "nossa história departida em capítulos, segundo real ordenança dos antigos historiadores",[193] o que demonstra que ele próprio já entendia sua crônica como uma obra histórica constituída a partir de modelos já

---

[188] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo I, p. 40.
[189] Idem, capítulo I, p. 41.
[190] Ibdem, capítulo II, p. 41.
[191] Título dado a esse segundo capítulo.
[192] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo II, p. 41.
[193] Idem, capítulo II, p. 43.

existentes em sua época.[194] Nesse momento começa a sua justificativa do porquê faltariam alguns fatos na história, "não será tão cumpridamente contada como foi o feito, porque nós começamos de escrever trinta e quatro anos depois da sua tomada".[195] A ausência desses fatos se deve ao falecimento ou avantajada idade, aos quais, segundo o cronista, faltava boa parte das lembranças do passado, de muitos dos envolvidos na discussão, organização e realização da conquista de Ceuta.

Desta forma, na construção de Zurara é valorizado o papel dos testemunhos, o que diferencia sua escrita das obras de Fernão Lopes, pois, devido ao lapso temporal, esse não teve acesso às testemunhas dos feitos sobre os quais narrava, priorizando, assim, as fontes escritas. Zurara utilizava essas últimas, mas, por escrever sobre um passado mais próximo, ele também buscou nos relatos dos protagonistas dos feitos boa parte de sua "verdade".[196]

É nesse momento que ele, o cronista, cita e exalta pela primeira vez o infante D. Henrique como o principal dentre os grandes senhores que participaram daquele feito, sempre tão ocupado nos afazeres para o engrandecimento do reino que, pelo fato da crônica escrita ter sido feita a pedido do então rei D. Afonso V, D. Henrique foi a maior das testemunhas a narrar para Zurara o acontecido. Ao se referir à escrita da crônica e aos testemunhos, Zurara escreveu:

> "Porém, tomando alguns pedaços que ficaram apegados nas paredes do entendimento deste senhor [referindo-se a D. Henrique], cheias de mui grandes cuidados e cercadas de feitos estranhos, com algumas migalhas que de fora apanhamos, trabalhamos de fazer cousa que pareça inteira, segundo a forma do processo que se segue".[197]

Como se vê na citação, a principal testemunha dos feitos "entrevistada" por Zurara foi D. Henrique, completando o relato desses com "algumas migalhas que de fora apanhamos". Ao longo da leitura do texto de Zurara também podemos notar que essa crônica foi considerada um serviço para Deus, por exaltar um feito de bons cristãos frente aos inimigos da "verdadeira Fé", e para o reino português, por enaltecer a conquista de um "rico" território para a Coroa lusitana, legitimando as pretensões portuguesas às conquistas fora da Península

---

[194] Podemos remeter à tradição clássica, às influências de outras cortes européias e, principalmente, à produção histórica portuguesa com as obras do Conde Pedro Afonso e do cronista Fernão Lopes. SOARES, N. "A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas". Opus cit., 2002, p. 17 e 20.

[195] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo II, p. 43.

[196] FRANÇA, Susani Silveira L. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília: CAPES, 2006, p. 126.

[197] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo II, p. 44.

Ibérica. Mas, mais importante, essa obra foi um serviço para o rei, pois é a sua linhagem, os seus servidores e o seu reino que são exaltados, tudo isso refletindo na imagem desse monarca. Por isso a importância da criação de modelos ideais presentes nessa obra.

No capítulo seguinte, "III Como o autor declara as razões por que esta força foi começada tão tarde", Gomes Eanes de Zurara realça as intenções dessa obra. Mais uma vez exaltou D. João, por ser magnânimo, sendo considerado um dos maiores reis a reinarem em Portugal por ter sabido beneficiar àqueles que o serviram fielmente. Também na **Crônica de Guiné** o cronista exaltou D. João, o de *Boa Memória*, para depois proceder a uma comparação entre os reis D. João I e D. Afonso V por conta de sua magnanimidade, sendo bons doadores de terras, mercês e benfeitorias, além da exaltação aos seus servidores.

Ao longo desse capítulo da **Crônica da Tomada de Ceuta**, também encontramos a afirmativa de que tal obra sobre os feitos de D. João I já havia sido encomendada pelo rei D. Duarte ao cronista Fernão Lopes, o qual não teve tempo de terminar. Ele conseguiu escrever os dois primeiros tomos da **Crônica d'El Rei Dom João I**, pesquisou sobre o período final do reinado desse monarca, mas deixou a conquista de 1415 sem ser registrada.[198] Isso podemos ver nos trechos citados abaixo:

> "Ao qual [a Fernão Lopes] el-Rei D. Duarte, em sendo Infante, cometeu encargo de apanhar os avisamentos que pertenciam a todos aqueles feitos, e os ajuntar e ordenar segundo pertencia à grandeza deles e autoridade dos príncipes e doutras notáveis pessoas que os fizeram. E, porquanto o dito Fernão Lopes não pôde mais chegar com a dita história que até a tomada de Ceuta, assim pela grandeza da obra que se naqueles feitos passados requeria, como pelos avisamentos disso serem caros e maus de apanhar, e isto porque a dita história foi começada tão tarde, que muitas das pessoas que verdadeiramente sabiam eram já partidas deste mundo, e as outras que ficaram eram departidas pelo reino, cada um onde lhe a ventura ordenara de ser agalardoado de seu trabalho, segundo a parte de seu merecimento".[199]

O trecho mais importante, por ser mais completo, em relação até onde Fernão Lopes conseguiu chegar com seu trabalho, além de tratar também da pessoa que se tornou responsável por continuar as pesquisas e de escrever tal crônica está a seguir:

> "E assim por esta tardança e pela história ser começada tarde, o dito Fernão Lopes não pode com ela chegar senão até o tempo que os embaixadores deste reino foram a Castela primeiramente firmar as pazes com el-Rei Dom Fernando de Aragão e com a Rainha Dona Catarina que àquele tempo eram tutores de el-Rei. E por quanto o mui alto e mui excelente Príncipe e senhor el-Rei Dom Afonso, o quinto, ao tempo que primeiramente começou de

[198] Embora fosse sua intenção expressa chegar até lá. LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I**. Tomo I. Porto: Livraria Civilização, s.d., p. 101.
[199] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo III, p. 44.

> governar seus reinos soube como os feitos de seu avô ficavam por acabar, considerando como o tempo escorregava cada vez mais, e que, tardando de serem escritos, poderiam as pessoas que ali foram falecer, por cuja a razão se perderia a memória de tão notáveis cousas, porém mandou a mim, Gomes Eanes de Zurara, seu criado, que me trabalhasse de as ajuntar e escrever per tal guisa, que, ao tempo que se houvesse de ordenar em crônica, fossem achadas sem falecimento. E eu, em cumprimento de seu desejo, por satisfazer a seu mandado, como de meu senhor e meu rei, me trabalhei de inquirir e saber as ditas cousas e as escrevi em estes cadernos pela guisa que ao diante é conteúdo com tenção de as acrescentar ou minguar em quaisquer lugares em que for achado por verdadeiro juízo que o merecem".[200]

Assim, sabemos que a **Crônica da Tomada de Ceuta** foi uma obra encomendada primeiramente por D. Duarte ao então cronista Fernão Lopes, que não a concluiu. Posteriormente, ela foi encomendada pelo recém-coroado monarca D. Afonso V para que fossem registrados os feitos de seus antepassados e parentes. Para isso, ele incumbiu Gomes Eanes de Zurara da tarefa de enaltecer as figuras destacadas do reino de Portugal. Acreditamos que devido a essa função e ao trabalho realizado, esse cronista abriu espaço para que alguns anos mais tarde ele fosse reconhecido e ganhasse o devido respeito na corte afonsina, tornando-se guarda-mor da Torre do Tombo e cronista do reino português nomeado pelo próprio rei. Para concluir o capítulo, Zurara demonstrou saber que muitos testemunhos confundiriam sua obra, pois de forma análoga em uma batalha cada qual cuida de sua vida e não do todo. Por outro lado, o testemunho de pessoas de renome e grandeza, ou seja, nobres destacados, era importante para a constituição de uma obra que pretenda atingir a verdade.[201]

Também na **Crônica de Guiné** notamos a preocupação com o modo de escrever e a verdade. Por conta disso, Zurara cita Túlio, que diz que o autor deve "razoar sobre seu escrito o que lhe justamente parecer [...] para ficar verdadeiro autor".[202] Assim, para Zurara, o historiador deve escrever a verdade, pois "[...] diz Tulio em seus livros, deve ser lembrado de escrever verdade e que escrevendo a verdade não míngüe dela nenhuma cousa".[203]

Essa preocupação com a verdade foi herdada por Zurara tanto dos cronistas mais próximos, dentre eles Fernão Lopes e o conde Pedro Afonso, mas também de autores clássicos como Heródoto, Tucídides, Cícero e outros. Esse elemento já foi destacado por François Dosse, ao se referir à verdade na construção da História.[204] Além de Dosse, Susani França também chamou atenção ao fato da verdade ser o primeiro princípio que orientava o

---

[200] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo III, p. 45.
[201] Idem, capítulo III, p. 46.
[202] ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973, capítulo IV, p. 24.
[203] Idem, capítulo XXVII, p. 129.
[204] Conferir "Um Mestre de Verdade" em DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

fazer histórico dos cronistas de outrora.[205] No entanto, a "verdade" de cada cronista, buscada nas chancelarias e outras crônicas, ou ainda, nos testemunhos, dependia do foco do escritor e, também, daquilo que já chamamos atenção: os interesses vigentes que definiam as intenções e o conteúdo expresso nas obras.

Por fim, nos dois últimos capítulos que são a conclusão da **Crônica da Tomada de Ceuta**, Gomes Eanes de Zurara destaca o seu trabalho, pois

> "Que cousa pode melhor ser entre os vivos que a escritura pela qual seguimos direitamente o verdadeiro caminho das virtudes, que é o prémio da nossa bem-aventurança. Esta é aquela que nos mostra quais serão os nossos galardões depois do trespassamento desta vida e outras muitas cousas que propriamente pertencem à alma das quais não curamos muito falar em este lugar, porquanto nossa intenção não é mostrar em este capítulo outra cousa, senão como todas as boas obras deste mundo se perderiam, se a escritura não fosse".[206]

Por conta desse limite da memória, era necessário relatar os fatos, algo que foi iniciado nos primórdios da história humana através da oralidade e depois com a escrita. É essa memória relatada de grandes homens, seus valores e feitos que embasaria a criação de um modelo adotado por uma elite que se via acima dos outros grupos da sociedade. E ainda tratando sobre a escrita e exaltação das virtudes e modelos de comportamento,

> "E por certo não são para esquecer as virtudes daqueles primeiros autores, que, com tão forçosa indústria e eloqüente estilo, reformaram, ante nossos olhos, os prêmios e nobres merecimentos dos excelentes feitos de armas e a glória e honra da corte judicial, pelo qual estado quantas cousas maravilhosas foram feitas por mão e ditas por línguas são trazidas a fim de claro conhecimento. [...] E, tanto é esta indústria mais perfeita virtude, enquanto reforma o homem à sua duração até fim da vida dos homens, cuja clara memória sempre traz prazível deleitação aos corações aparelhados e dispostos a seguir honra. E por certo não é o nosso pequeno encargo, quando, por nosso trabalho, os virtuosos homens justamente hão seu merecimento de seus grandes feitos. [...] Certo toda a nobreza dos homens fora destruída, se as penas dos escrivães a não puseram em fim".[207]

Isso demonstra a importância da memória e da escrita desde a Antiguidade. Notamos, também, que Gomes Eanes de Zurara buscou nos antigos e nos seus contemporâneos a base para seu ofício, que consistia em escrever sobre os grandes homens, suas virtudes e feitos. Essa memória deveria ficar para a posteridade, que teria como exemplos as virtudes e ações dos reis, príncipes e nobres heróis.

---

[205] FRANÇA, S. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. Opus cit., 2006, p. 119.
[206] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo CIV, p. 292.
[207] Idem, capítulo CIV, p. 293.

Diferente dos heróis clássicos como Hércules, Aquiles, Alexandre, César e outros, no caso de Gomes Eanes de Zurara, os heróis destacados são os nobres portugueses, distintos daqueles heróis da Antiguidade que, mesmo realizando grandes feitos e tendo virtudes, para os autores cristãos medievais eram menos destacados por serem pagãos e por não serem os heróis do seu tempo e dos seus respectivos reinos. Assim concluiu a **Crônica da Tomada de Ceuta**, no capítulo CV, agradecendo a Deus pela força dada a ele por escrever uma obra sobre tão grandes homens, bem como, pedindo desculpas a D. Afonso V pelas faltas que houve em completar o seu texto, mas agradecendo a esse monarca pelo trabalho encomendado e o espaço e mercês concedidos. Também pediu reverência de todos a Deus, ao grande rei D. João, primeiro rei avisino, ao rei D. Duarte, pai do rei D. Afonso V, e ao infante D. Henrique, tio do último rei citado. Para Zurara, esses nobres exemplares deveriam ser sempre lembrados por todos os cristãos por terem tomado, governado e mantido na cristandade, até aquele momento, a "grande cidade" que era Ceuta.

No que diz respeito à **Crônica de Guiné**, a versão que utilizamos para a realização dessa pesquisa foi impressa nas Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, na cidade de Barcelos, em 20 de janeiro de 1973. Foi uma publicação conjunta entre a Biblioteca Histórica, pela série Ultramarina, e a Livraria Civilização Editora. Essa edição foi baseada no manuscrito de Paris, sendo uma versão de referência e boa qualidade, mas foi feita com linguagem modernizada para melhor compreensão dos leitores. Nela constam, além da própria crônica, também uma carta de Gomes Eanes de Zurara a D. Afonso V, a introdução, notas, considerações, glossário e errata, todos escritos por José de Bragança e, para complementar a edição, algumas figuras e mapas do século XV e XVI.

Quanto ao conteúdo narrado, a crônica é dividida em três partes. A primeira é formada pela carta de Gomes Eanes ao rei e o primeiro capítulo que é o prólogo.[208] Já a segunda parte é o conjunto de capítulos onde o infante D. Henrique é exaltado, começando no capítulo II, onde o cronista o invoca e o enaltece, já no capítulo III, é exaltada a linhagem da qual D. Henrique descende, enquanto no capítulo IV, é descrita a aparência dele, seu comportamento e suas virtudes exemplares. Continua no capítulo V, onde o cronista narra brevemente os grandes feitos que D. Henrique realizou, em seguida, no capítulo VI, comenta as virtudes do infante e, por fim, no capítulo VII, Zurara diz os motivos para o infante mandar, ou permitir, que os mareantes buscassem mais terras ao sul do Bojador. Após a exaltação do infante

[208] ZURARA, G. **Crónica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo I, p. 8.

começa a terceira parte, que é a maior, onde o cronista narra as viagens, os interesses envolvidos nelas e os feitos dos mareantes e cavaleiros que foram em direção ao sul da costa africana, seguindo as ordens, conselhos e exemplos do infante D. Henrique.

Sobre a sua produção, ela começou a ser escrita em 1453 e foi concluída em 1454 por Gomes Eanes de Zurara, então cronista do reino português. É uma crônica com 97 capítulos, onde Zurara, a pedido do rei D. Afonso V, narrou os feitos e expedições enviadas para as costas africanas pelo infante D. Henrique. Por esse motivo, foi considerado um panegírico daquele infante e dos seus servidores, que refletia o desejo e comportamento de seu senhor. Da mesma forma que a **Crônica da Tomada de Ceuta**, a **Crônica da Guiné** foi encomendada pelo terceiro monarca da dinastia de Avis, D. Afonso V, tendo como principal desejo que fossem registrados os grandes feitos de nobres portugueses exemplares, dentre os quais seu tio Henrique figurava.

Na carta de apresentação da **Crônica da Guiné** escrita por Gomes Eanes de Zurara para o rei D. Afonso V, o cronista nos revela um pouco das intenções do patrono, como também dele próprio, na constituição de outro de seus textos, além da exaltação do monarca. Segundo Guenée, a análise das cartas e prólogos é muito importante porque é através delas que percebemos a intencionalidade e a consciência dos autores sobre suas obras.[209]

Destacamos os trechos iniciais da carta onde o cronista chama atenção à magnanimidade do rei e, também, destaca o "recompensamento" da honra como o maior bem a ser dado ao homem. Essa crônica é marcada pela exaltação do infante D. Henrique, que foi recompensado pelos serviços prestados e pela fidelidade ao rei D. Afonso V. Justamente,

> "[...] o recompensamento da honra deve ser dado ao que é muito nobre e excelente, e o recompensamento do ganho ao que é mesteiroso. O que certamente mostra ser assim, pois que a Deus não podemos dar maior cousa que honra, nem aos mui bons e virtuosos, por testemunho e galardão de sua virtude".[210]

> "E como quer que em vossos feitos se podessem achar cousas assaz dignas de grande honra, de que bem podereis mandar fazer volume, Vossa Senhoria, usando como verdadeiro magnânimo, a quis antes dar que receber; e tanto é vossa magnanidade mais grande quanto a cousa dada é mais nobre e mais excelente. Pelo qual, estando Vossa Mercê o ano passado em esta cidade, me dissestes quanto desejáveis ver postos em escrito os feitos do senhor Infante D. Henrique vosso tio. Que conhecíeis que se alguns príncipes católicos em este mundo cobraram perfeição das virtudes heróicas, ele devia ser contado por um dos principaes".[211]

[209] GUENEE, B. "História". Opus cit., 2006, p. 526.
[210] ZURARA, G. Opus cit., 1973, carta de Zurara a D. Afonso V, p. 3.
[211] Idem, carta de Zurara a D. Afonso V, p. 4.

> "Que vos parecia que seria erro que tão santa e tão virtuosa vida não ficasse exemplo, não sómente para os príncipes que depois de vossa idade possuíssem estes Reinos, mas ainda por todolos outros do mundo que de sua escritura cobrassem conhecimento, por cuja razão aos naturaes haveria causa de conhecer sua sepultura, perpetuando sacrifícios divinos, para acrescentamento de sua gloria. E os estrangeiros trazeriam seu nome ante os olhos, com grande louvor de sua memória".[212]

Como indicado acima, podemos fazer um paralelo entre os reis D. João I e D. Afonso V. Gomes Eanes de Zurara chama atenção, ao se referir a esses dois monarcas, a uma das qualidades que um rei deveria ter: ser magnânimo. Dessa forma, ao comparar um rei a outro, Zurara construía a imagem de D. Afonso V, que poderia ser exaltado por suas virtudes e também por ser comparado ao seu avô, o da *Boa Memória*. Como sabemos, tanto D. João I quanto D. Afonso V foram pródigos em suas doações e mercês, concedendo à alta nobreza títulos e honras devido à sua lealdade. No entanto, o segundo o fez demasiadamente, reforçando por sua vez o papel da alta nobreza na política do reino luso e, por isso, muitos autores consideram D. Afonso V como o monarca retrógrado que reforçou o senhorialismo português, dando um último fôlego a uma nobreza já "decadente" politicamente.

Como já visto no capítulo III da **Crônica da Tomada de Ceuta**, o cronista destaca a figura de D. João I exatamente como magnânimo.[213] Assim, ao longo das crônicas de Zurara a figura de D. Afonso V foi, muitas vezes, espelhada nas imagens anteriormente construídas do monarca D. João I e do herdeiro D. Duarte (respectivamente avô e pai de D. Afonso V); enquanto, nas palavras do cronista, a figura de D. Henrique deveria servir a todos os príncipes e nobres como exemplo de comportamento, representando o ideal de cavaleiro cristão e de súdito leal a seu rei.

Segundo o capítulo I "que é o Prólogo, no qual o autor mostra qual será sua intenção em esta obra" da **Crônica de Guiné**, essa é uma "crônica sobre os feitos do mui alto e mui honrado príncipe e muito virtuoso senhor o Infante D. Henrique, a mandado do mui alto e muito excelente príncipe e muito poderoso senhor el-Rei D. Afonso o quinto de Portugal".[214] O autor deixa claro que a obra realizada tem como preocupação básica exaltar um grande e leal nobre do reino, escrita a pedido do rei para que todos os seus leitores, outros nobres e príncipes do reino português e de outros reinos, pudessem tomar conhecimento dos feitos daquele infante de Avis. Mas a obra não trata somente disso, já que muitos outros nobres são

[212] ZURARA, G. Opus cit., 1973, carta de Zurara a D. Afonso V, p. 5.
[213] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo I, p. 40.
[214] ZURARA, G. **Crônica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo I, p. 7.

destacados ao serviço do infante D. Henrique ao longo dessa crônica, sendo para eles que Zurara constrói um modelo de cavalaria e nobreza modelar.

> "Geralmente somos ensinados da experiência que todo bem-fazer quer agradecimento. [...] E porque o muito alto e muito excelente príncipe e muito poderoso senhor el-Rei D. Afonso o quinto, que a feitura deste livro, por graça de Deus, reinava em Portugal, cujo reinado Deus por sua mercê acrescente em vida e virtudes, viu e soube os grandes e mui notáveis feitos do senhor infante D. Henrique, duque de Viseu e senhor de Covilhã, seu muito prezado e amado tio, os quaes lhe pareceram assim especiaes entre muitos que alguns príncipes cristãos em este mundo fizeram, pareceu-lhe que seria erro não haverem ante o conhecimento dos homens autorisada memória, especialmente pelos grandes serviços que o dito senhor sempre fizera aos reis passados e pela grande bemfeitoria que pelo seu azo receberam seus naturaes".[215]

Segundo Zurara, a exaltação dos grandes e destacados nobres do reino português se justifica devido ao fato de que "nenhum príncipe não pode ser grande se ele não reina sobre grandes; nem rico se não senhorea sobre ricos".[216] Assim, senhorear e exaltar figuras apagadas, traidores e desleais, pobres e covardes não seria útil para a governação. Pelo contrário, estar à frente de grandes senhores – dos quais, nessas duas obras de Zurara, um fidalgo se destacou acima de todos por sua postura, valores, riquezas e seu comportamento, o infante D. Henrique – é de suma importância para um rei. Ainda mais, sobre alguém que, no início de seu reinado, já sem tutor, garantiu-lhe apoio necessário para a primeira vitória (Alfarrobeira). Os nobres exaltados serviriam de exemplo a todos os súditos, que deveriam se espelhar nas representações construídas pelo cronista.[217]

> "E porque nós em os seguinte feitos recebemos de Deus grande beneficio por tres maneiras: a primeira, por muitas almas que se salvaram e ainda salvarão, da linhagem daquestes que já temos em poder; a segunda, por grandes benefícios que deles geralmente recebemos em nossa serventia; a terceira, pela grande honra que o nosso Reino geralmente recebe em muitas partes, subjugando tamanho poder de inimigos tão longe da nossa terra; porem o poeremos em lembrança, por louvor de Deus e notavel memoria daquele senhor [infante D. Henrique] que já em cima nomeamos, e por honra de muitos bons criados seus e outras boas pessoas do nosso Reino, que em os ditos feitos virtuosamente trabalharam".[218]

No trecho acima lemos que as conquistas e feitos realizados na África engrandeceram o reino português por algumas razões, sendo essas o motivo para serem lembrados e escritos para a posteridade. Também vemos que Gomes Eanes de Zurara considerava, ao menos em

---

[215] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo I, p. 7.
[216] Idem, capítulo I, p. 10.
[217] O que era a proposta de um espelho de príncipes, dar exemplos a serem seguidos e também os que não deveriam ser seguidos. Quem tinha contato com tal leitura? A nobreza. Dentre os nobres atingidos por tais textos estavam os que figuravam na Corte do rei e na Casa do nobre exemplar.
[218] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo I, p. 12.

suas obras, D. Henrique como o grande responsável por tais feitos. Sendo importante, por essa razão, não somente traçar seu perfil como homem, nobre, cavaleiro e cristão, detentor de grandes riquezas, respeito e aquele que era mais valoroso e virtuoso, como também, traçar seu aspecto e suas feições, definindo-o como um homem fisicamente apto para os feitos e batalhas que deveria enfrentar.

Para concluir a **Crônica de Guiné**, no capítulo XCVII, Gomes Eanes de Zurara, mais uma vez, agradece a Deus por terminar seu texto, e, também, àquele que foi o patrono de sua obra, D. Afonso V, obviamente, exaltando-o, como vemos a seguir:

> "E porque vós, muito alto e muito excelente Principe, antre os mortaes, segundo meu cuidar, mais virtuoso senhor, com principal fim de agradecimento mandaste a mim Gomes Eanes de Zurara, vosso criado e feitura, por vossa mercê cavaleiro e comendador na Ordem de Cristo, que fizesse este livro, com grande razão me parece que em agradecimento faça dele fim".[219]

Ao nos referirmos a essas duas crônicas de Gomes Eanes de Zurara, podemos afirmar que foram encomendadas por um rei com a necessidade de enaltecer sua própria figura através de sua linhagem e seus servidores. Ele esperava que o cronista construísse um modelo ideal de nobre português, para servir de espelho a todos e ainda demonstrar aos reis, príncipes e nobres de outros reinos a grandiosidade de Portugal. Tarefa que foi cumprida pelo cronista Gomes Eanes de Zurara, que, a partir de um estilo narrativo já existente, contribuiu para o epíteto "ínclita" atribuído à primeira geração da dinastia de Avis e seus servidores através, principalmente, da imagem do infante D. Henrique.

[219] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo XCVII, p. 410.

4. REPRESENTAÇÃO, VIRTUDES E A CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE NOBREZA

4.1. O "RETORNO" DA CAVALARIA E DA IDEOLOGIA CRUZADÍSTICA

Avante, avante, senhores,
Pois que com grandes favores
Todo o Céu vos favorece:
El-rei de Fez esmorece
E Marrocos dá clamores...
África foi de cristãos,
Mouros vo-la tem roubada...
Sua Alteza determina
Por acrescentar a fé,
Fazer da mesquita sé,
Em Fez, por graça divina.[220]

Por nossa hipótese acerca da imagem do infante D. Henrique (1394-1460) ser diferente da proposta do mito criado em torno desse, que ganhou o epíteto de *Navegador*, buscamos na cavalaria e em seus valores as respostas para as questões propostas nessa dissertação. Para isso, temos que esclarecer o conceito de cavaleiro que empregaremos ao longo de nosso trabalho. Assim, o que poderíamos dizer sobre o cavaleiro cristão na Idade Média e, principalmente, nos últimos suspiros do período medieval português?

Em toda a Europa, as sociedades estavam permeadas pelas concepções de fé e da cavalaria, sendo, principalmente, as cortes, os castelos e os monastérios seus espaços de difusão. Huizinga afirmou que, somente através da cavalaria não poderíamos entender o todo do período estudado, porém, para entendermos o contexto político, ideológico e prático da nobreza, devemos compreender o conceito de cavalaria também. Ainda sim, Huizinga levou em conta na sua análise que a cavalaria, ainda no século XV, era uma das mais fortes concepções, juntamente com a religião, que "dominavam o espírito e o coração" do homem medieval.[221]

A partir daí, definir os limites da cavalaria e o que diz respeito a ela dependerá, obviamente, da leitura de alguns medievalistas, já que essa é uma temática bem discutida. A proposta de uma sociedade onde a cavalaria era a base da nobreza acabou por definir comportamentos e práticas correntes na sociedade medieval européia. A idéia e a prática da

[220] Para ilustrar o fato de que o ímpeto cruzadístico de luta contra o "infiel" no norte da África durou para além do século XV, transcrevemos um trecho da **Exortação da Guerra**, obra de Gil Vicente escrita no início do século XVI.
[221] HUIZINGA, J. **O Declínio da Idade Média**. Opus cit., p. 58.

cavalaria foram idealizadas e disseminadas ao longo da Idade Média em romances de cavalaria, que "desempenhavam a função social de servirem de exortação e de suporte a uma manifestação fundamental do comportamento aristocrático",[222] expondo os exemplos e os motivos de ações a serem seguidos pelos nobres.

Além dos romances de cavalaria, ao final do medievo, os torneios também eram manifestações desse comportamento aristocrático, "de uma cavalaria que, assim, isola-se ainda mais do resto da sociedade que não compartilha dos mesmos valores".[223] Entre a escrita e uma das práticas cavaleirescas, os torneios, houve uma simbiose, pois os escritores, sendo eles cronistas, trovadores ou poetas, relatavam a prática e o comportamento cavaleiresco, influenciando o desenvolvimento, ou reprodução, dos costumes e da ideologia cavaleiresca.

O público ao qual eram direcionadas as obras escritas e declamadas no espaço cortesão era um público formado, principalmente, pela nobreza. Desses, provavelmente os "mancebos", ou seja, jovens nobres e cavaleiros, eram o principal alvo, pois teriam de se ambientar à realidade de seu grupo e seguir os exemplos expostos nas obras literárias ou cronísticas. "Ali [na literatura cortês] eles encontram a imagem de uma sociedade que não existe e que desejariam impor. Uma sociedade em que as qualidades, as práticas e as aspirações da classe dos cavaleiros seriam os únicos ideais possíveis".[224] Essa literatura serve de exemplo e alimenta a mentalidade cavaleiresca porque ela é exaltante, onde se destacam figuras heróicas realizando grandes feitos, além de ser militante, pois fala de valores e virtudes bem como da guerra justa e da guerra santa.[225]

De acordo com algumas das fontes portuguesas estudadas por Renata Cristina de Sousa Nascimento, com destaque às crônicas de Zurara, a cavalaria estava associada na teoria a um conjunto de atributos e virtudes, como a honra, justiça, coragem, fidelidade e fé. Somado a isso, também havia a contraposição do cristão com o mouro, inimigos tradicionais que deveriam ser reduzidos ou convertidos.[226] Assim, Renata Nascimento afirmou que

> "A Crônica de Zurara não deixa de apresentar uma concepção e uma propaganda do ideal de cavaleiro ainda existente em pleno século XV e como já foi observado anteriormente, sempre

[222] MATTOSO, J. **A nobreza medieval portuguesa**. Opus cit., 1994, p. 356.
[223] FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Opus cit., 2005, p. 107.
[224] PASTOREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII**. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989, 47.
[225] Idem, p. 101.
[226] NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Opus cit., 2005, p. 65.

> ligada à expansão marítima rumo à África. O modelo de cavalaria do século XV atingia só alguns representantes da nobreza como exemplo de forma de vida aristocrática".[227]

Como projeto de ação, a ideologia cavaleiresca produziu resultados sociais, como visto no livro de Georges Duby **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Nesse trabalho Duby nos mostra como uma ideologia, que hierarquizava e definia os papéis de cada grupo numa sociedade, foi elaborada pela alta cultura, pelo clero, sendo absorvida e modificada ao longo da Idade Média por todos os níveis sociais, numa frequente vulgarização de modelos.[228]

Em outro texto de Duby, sobre esse ideal que se acoplou à nobreza para hierarquizar a sociedade, o autor afirmou que

> "Naturalmente as representações ideológicas acarretam uma imagem simplificada da realidade da organização social, ignoram as nuanças, superposições, os emaranhados, acusando pelo contrário os contrastes e acentuando as hierarquias e os antagonismos. Reparte os homens em três categorias, os especialistas da oração, os especialistas do combate, os especialistas da produção, ou seja, os camponeses".[229]

Os *bellatores* (a nobreza guerreira) formavam um dos grupos da sociedade tripartida citado por Georges Duby. Os outros dois seriam os *laboratores* (aqueles que trabalham) e os *oratores* (aqueles que rezam). Cada um tinha uma função pré-definida dentro da sociedade medieval, mas, como sabemos, esse foi um ideal de sociedade proposto ainda no século XI por Aldebéron de Laon, como vemos a seguir:

> "A sociedade dos fiéis forma um só corpo, mas o Estado compreende três. (...) A casa de Deus, que acreditam uma, está pois dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Estas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada um por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto. Por conseguinte, este triplo conjunto não deixa de ser um; e é assim que a lei pode triunfar, e o mundo gozar da paz".[230]

Há outro trecho do texto de Duby, quando, relendo Paul Veyne, ele afirma que "os comportamentos encontram-se mais diretamente determinados por motivos ideológicos no interior de determinados quadros onde são estabelecidas as relações sociais, no seio do que ele

---

[227] NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. Opus cit., 2005, p. 66.
[228] DUBY, Georges. "11 – A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal". Opus cit., 1989.
[229] DUBY, Georges. "História social e ideologias das sociedades". In.: LE GOFF, J., NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, p. 141.
[230] PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 91.

denomina ‘instituições”.[231] Assim, essa ideologia de uma sociedade tripartida foi readaptada às necessidades dos últimos séculos do medievo, afirmando-se em determinados espaços e ainda influenciando a mentalidade e o comportamento dos diferentes estratos sociais, especialmente, a cultura e mentalidade do clero e da nobreza. Foi essa cultura razoavelmente letrada que cedeu o espaço onde “a realidade histórica misturava-se com a ficção literária e esta, por sua vez, inspirava e motivava a própria realidade”,[232] ou seja, o espaço onde floresceram textos permeados pela ideologia cavalheiresca que influenciava, de alguma forma, as cabeças vinculadas à nobreza e suas práticas.

Encontramos esses elementos da trifuncionalidade inclusive em nossas fontes, como modelo teórico, pois, há muito tempo, ele não correspondia à sociedade portuguesa: “o noso senhor deus ordenou tres estados em este mundo polas quaes quys ser servjdo .s. oradores lavradores defensores apartando cada um seu mester”.[233] A sociedade por não praticar esse ideal acabou adaptando-o às suas necessidades, sendo diferente no dia-a-dia, mas se reconhecendo naquele modelo teórico da trifuncionalidade. Na seqüência o autor afirma que o prazer é tido na realização de sua tarefa, assim a fama dos defensores sem guerra justa e direita fica comprometida,[234] ou seja, para a realização e legitimação da nobreza essa deveria realizar sua função e praticar as virtudes da cavalaria. “Combater é a razão de ser do cavaleiro. Sem dúvida, sagrado cavaleiro, ele é um soldado de Deus, que deve temperar seu gosto pela guerra e submetê-lo às exigências da fé”.[235]

No entanto, o cavaleiro não combate por qualquer razão, era, supostamente, necessário um motivo justo e legitimatório. Além disso, normalmente o cavaleiro combatia ao serviço de algo maior, uma ordem religiosa, um reino ou um senhor. E como essa figura medieval servia a alguém? Através das armas, “aspecto central e essência da cavalaria, até ser transformado em título honorífico e elitizante no fim do medievo”.[236]

Normalmente o exercício das armas era realizado nas guerras, entre reinos ou entre grandes senhores, mas ao longo do medievo também havia o treino com armas nos torneios. A guerra medieval, espaço de ação e primazia da cavalaria, não era bela e triunfal como pintava a literatura e as crônicas. Pelo contrário, era sanguinária e constante, se arrastando por longos

---

[231] DUBY, G. Opus cit., 1979, p. 139.
[232] MATTOSO, J. **A nobreza medieval portuguesa**. Opus cit., 1994, p. 357.
[233] D. Duarte. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**. Opus cit., 1982, capítulo 6, p. 46.
[234] Idem, capítulo 6, p. 47-48.
[235] PASTOREAU, Michel. Opus cit., 1989, 101.
[236] FLORI, Jean. Opus cit., 2005, p. 63.

períodos entrecortados por tréguas. As guerras eram marcadas mais por escaramuças, tocaias, pilhagem e destruição de vilas e plantações do que por grandes e gloriosas batalhas, além de serem comuns práticas como o butim e o sequestro de grandes figuras com a intenção de pedir resgate e vantagens.[237]

Para Huizinga,

> "A cavalaria não poderia ser o ideal da vida durante alguns séculos se não contivesse em si elevados valores sociais. A sua força residia no grande exagero dos seus fantásticos e generosos objetivos. A alma da Idade Média, feroz e apaixonada, só podia ser conduzida colocando bem alto o ideal para o qual as suas aspirações tendiam. Assim atuou a Igreja, assim atuou o pensamento feudal".[238]

A partir da opinião acima, podemos pensar que sem um ideal grandioso para diferenciar a nobreza do restante da sociedade, eles não se reconheceriam como um grupo distinto e superior. Ainda mais quando, no século XV, seu próprio status fundado na atividade bélica parecia ultrapassado do ponto de vista da eficácia, pois, a cavalaria pesadamente armada já não era mais decisiva nas guerras, tendo sido derrotada em várias batalhas ao longo do século XIV e XV pela infantaria e arqueiros.[239] Os cavaleiros sonhavam com um modelo de nobreza, normalmente espelhado em reis e príncipes que eram "pintados" como belos, bons, ousados, valentes, valorosos, leais, protetores e, acima de tudo, justos. Ou seja, idealizavam e almejavam atingir a perfeição através da prática das virtudes cavaleirescas, o que havia sobrado daquele ideal de nobreza.

Guenée afirma que "os cognomes de vários reis [Afonso X, o Sábio, Jaime I de Aragão, o Conquistador, Sancho IV de Leão e de Castela, o Bravo, Filipe IV de França, o Belo, Filipe VI de França, o Afortunado, D. Dinis de Portugal, o Rei-Trovador, Afonso IV de Portugal, o Bravo, D. Pedro I de Portugal, o Cru e ainda D. João I de Portugal, o de Boa Memória] dão provas suficientes de que nos séculos XIV e XV os povos do Ocidente iam, sem dúvida, procurar o seu príncipe ideal mais freqüentemente nos romances de cavalaria do que nos Espelhos dos letrados".[240] Isso porque o modelo já estava pronto no romance,

---

[237] PASTOREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII**. Opus cit., 1989, 103-104; e FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Opus cit., 2005, p. 90.

[238] HUIZINGA, J. **O Declínio da Idade Média**.Opus cit., p. 110.

[239] Dessas batalhas onde a cavalaria pesada foi derrotada por táticas mais eficazes baseadas no uso do ambiente, arqueiros e infantaria, destacamos Crécy (1346), dos Atoleiros (1384), Aljubarrota (1385), Azincourt (1415), e tantas outras.

[240] Todos os nomes e epítetos entre colchetes foram adicionados por nós. GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Opus cit., 1981, p. 117.

enquanto que nos espelhos de príncipes ele estava por ser construído pelo leitor, ou ouvinte, através do exercício das virtudes cristãs e cavaleirescas. Mas, devemos recordar que os modelos expostos nos romances foram espelhados na realidade,[241] ou seja, uma via de mão dupla.

Segundo Jean Flori,

> "A fusão dos elementos no caldeirão da literatura cavalheiresca, ao longo dos séculos XII e XIII, fez surgir um modelo de comportamento humano, o do 'cavaleiro', com uma ética particular, o ideal cavalheiresco. A cavalaria, então, adquire a dimensão de uma instituição, de um modelo cultural, de uma ideologia".[242]

Nos espaços cortesãos e na literatura, a concepção da cavalaria reinou durante longos séculos. Obviamente sofreu transformações conforme o lugar e a época, mas, foi representada por Huizinga como uma

> "[...] forma sublime da vida secular que podia ser definida como um ideal estético revestindo o aspecto de ideal ético. [...] Mas o pensamento medieval não permitia formas ideais de nobreza independentes da religião. Por essa razão, a piedade e a virtude têm de ser a essência da vida do cavaleiro. A cavalaria, porém, nunca virá a realizar perfeitamente esta função ética [...]".[243]

E Flori complementa,

> "[...] aqui também, a literatura provavelmente desempenhou um papel preponderante inculcando na cavalaria valores que ela venera sem poder sempre assumi-los na realidade cotidiana. Essa diferença entre o mito cavalheiresco, de inspiração eclesiástica e literária, e a realidade vivida está provavelmente na origem da criação das ordens seculares de cavalaria".[244]

O cavaleiro, mesmo tendo de seguir os valores e virtudes cristãs,[245] também estava suscetível aos vícios e fraquezas mundanas. Por outro lado, os nobres aspiravam a esse ideal cheio de beleza e orgulho, tendo como principal objetivo alcançar o engrandecimento de sua honra, cerne da vida cavaleiresca e da nobreza.

Em seu livro **A cavalaria**, Jean Flori pretende mostrar que o conceito de cavalaria evoluiu durante séculos, da *militia romana*, de caráter estritamente militar, passando pela

---

[241] FLORI, Jean. Opus cit., 2005, p. 102.
[242] Idem, p. 158.
[243] HUIZINGA, J. Opus cit., p. 71.
[244] FLORI, Jean. Opus cit., 2005, p. 184.
[245] Ao tratar da influência da religião na cavalaria, devemos sempre considerar essas virtudes e valores, principalmente os mais essenciais, como a fidelidade, a justiça e a compaixão.

cavalaria pesada formada por uma corporação de guerreiros de elite em ascensão, até, por fim, um modo de vida com ideologia, ética e um conjunto de valores próprios que teve grande espaço na mentalidade da nobreza medieval.

Segundo Flori, a cavalaria é

> "[...] resultante da fusão lenta e progressiva, na sociedade aristocrática e guerreira que se implanta entre o fim do século X e o fim do século XI, de muitos elementos de ordem política, militar, cultural, religiosa, ética e ideológica. Esses elementos fornecem, pouco a pouco, à entidade essencialmente guerreira na origem, os traços característicos do que ela se torna aos olhos de todos no decorrer do século XII: a cavalaria, a nobre corporação de guerreiros de elite, a ponto de se transformar em corporação de nobres cavaleiros, com uma ética que lhe é própria e, antes de se tornar uma instituição moral, uma ideologia e até um mito". [246]

Até o século XII, a cavalaria não tinha caráter promocional nem era, apenas, um faustoso título honorífico para os nobres. Diferente disso, a cavalaria era uma profissão, onde só entravam guerreiros de elite com condições físicas, morais e bens materiais (cavalo e o conjunto de armas defensivas e ofensivas) para a realização de sua função nas guerras.[247] É somente ao longo do século XIII que a cavalaria começa a se destacar como um título honorífico, sendo que somente alguns nobres o recebiam, fechando seu acesso aos não-nobres, com algumas exceções. A ética e a ideologia resultante dessa elitização são conformadas, em parte, pelo conjunto de virtudes guerreiras já existentes somados a influência dos valores aristocráticos e eclesiásticos então vigentes.[248]

Com essa elitização, a cavalaria como uma corporação desigual que respeita a hierarquia social, perde seu caráter puramente profissional. Para fazer parte desse grupo, o interessado tinha de comprovar sua linhagem nobre até quatro gerações anteriores,[249] pois "a pessoa nasce nobre, a pessoa não se torna nobre. Entretanto, a nobreza nunca foi uma classe totalmente fechada. Sua simples sobrevivência como classe impunha uma renovação, mesmo que moderada. Os enobrecimentos testemunham essa realidade".[250] Porém, nobreza e cavalaria não são sinônimos, uma não substituí nem confere a outra. Ou seja, como já afirmado acima, havia nobres que não eram cavaleiros e, ao menos no caso português, havia cavaleiros não-nobres, o que era uma exceção, pois

---

[246] FLORI, Jean. Opus cit., 2005, p. 15.
[247] Idem, p. 39.
[248] Ibdem, p. 25.
[249] Ibdem, p. 40.
[250] Ibdem, p. 117.

> "[...] a partir do século XII, em ligação com uma forte reação nobiliária suscitada pela ascensão econômica e social da burguesia e dirigida contra ela [...] leva a proibir, a partir daí, a investidura, que se tornara altamente honorífica aos filhos de famílias plebéias. Em outros termos, a aristocracia fecha aos não-nobres o acesso à cavalaria, que ela reserva para seus filhos".[251]

Por outro lado, a partir do século XIII a honra da cavalaria imprime mais cores e destaque à nobreza. Mesmo assim, se os nobres não são feitos cavaleiros, eles mantêm seu status e privilégios, "a investidura torna-se uma honra suplementar, quase supérflua, que realça o brilho da nobreza".[252]

Essa perda do caráter exclusivamente militar da cavalaria, tornando-se um título promocional, é notada inclusive na investidura de um cavaleiro, pois

> "Nos séculos XI e XII, quando 'investir' significava 'armar um homem para fazer dele cavaleiro', investia-se muitas vezes na véspera de uma batalha para se dispor de mais guerreiros a cavalo. Nos séculos XIV e XV, fazia-se isso mais freqüentemente depois da batalha que antes dela, recompensando assim, com a outorga de um título honorífico, os nobres guerreiros a cavalo que combateram bem".[253]

Um exemplo disso é encontrado na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara, quando os infantes e seus seguidores, bem como aqueles nobres valorosos na conquista de Ceuta, foram investidos como cavaleiros somente ao término do conflito, numa faustosa reunião dos grandes nobres portugueses na recém-fundada Catedral daquela cidade. Outro elemento no qual podemos notar o forte lado honorífico e faustoso da cavalaria é na evolução dos torneios, que, a partir do século XIV e XV, eram cada vez mais marcados por forte simbolismo, ritualística e ostentação.[254]

No fim da Idade Média esse ideal cavaleiresco ainda era presente e podemos notá-lo, até mesmo, ao longo dos primeiros séculos do que foi definido como modernidade. Mas, como todas as idéias correntes, a ideologia cavaleiresca foi se modificando, adaptando-se às necessidades da nobreza guerreira que a abraçou como ideal de comportamento. Os que adotavam essa prática muitas vezes se afastavam das terras de sua família e de seu reino, pois, por não terem espaço para exercer a função guerreira naquele lugar, ou por se verem afastados da herança familiar, buscavam conquistas, honras e mercês em outras paragens. Com isso,

---

[251] FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Opus cit., 2005, p. 122.
[252] Idem,, p. 123.
[253] Ibdem,, p. 46.
[254] Ibdem,, p. 182.

eles também ajudavam a manter a estrutura familiar linhagística e a estabilidade do seu grupo social, por não enfraquecer sua família através das partilhas hereditárias.[255]

Para o caso português, a cavalaria também era uma categoria importante. Quase todo cavaleiro era nobre,[256] da baixa ou da alta nobreza, mas nem todo nobre era cavaleiro. Esse era um título, uma honra almejada por um escudeiro da baixa nobreza ou por um grande fidalgo. No entanto, mesmo sendo uma importante honra, um simples cavaleiro não teria grande papel político em um reino. Agora, um grande fidalgo teria e, em Portugal, o monarca podia armar cavaleiros, mas não podia fazer fidalgos. Isso era direito de sangue, ou seja, passado dentro de uma linhagem hereditariamente ao longo de gerações.[257]

Recorrer a uma linhagem nobre era de fundamental importância para a legitimidade do poder da fidalguia e para atingir o almejado título de cavaleiro em Portugal. Porém, "depois de 1415 era sabido: fidalgo ia a Marrocos, dava à espada contra os mouros e trazia o diploma. Marrocos foi a escola reconhecida, subterfúgio e cadinho. Autos de armar cavaleiros foram espetáculos correntes desde a tomada de Ceuta".[258] Mas não só fidalgos que foram lutar em Marrocos receberam títulos de nobreza e/ou foram investidos cavaleiros.

Com as transformações políticas, econômicas, sociais e mentais pelas quais passou a Europa no final do medievo, no caso português, marcado pela expansão para o norte de África e o consequente enriquecimento de diversas camadas sociais, houve a burocratização e o surgimento de novos cargos atrelados ao poder central para governar e administrar as novas possessões portuguesas. Muitos desses cargos foram ocupados pela média e baixa nobreza e/ou pela burguesia, tornando os títulos reservados a nobreza acessíveis a não nobres. Renata Nascimento chamou atenção a esse aspecto em sua tese dessa maneira:

> "Outro sinal de decadência da cavalaria nos fins do século XV foi o fato de ser conferido este título a pessoas não nobres. [...] Os membros da cavalaria do século XV eram em número, perfil e obediência bastante diferenciados em relação aos do século XIV [isso fez a cavalaria perder suas características tradicionais, a começar pela exigência da nobreza de sangue]".[259]

---

[255] MATTOSO, J. **A nobreza medieval portuguesa**. Opus cit., 1994, p. 358.
[256] Pois também existiam os cavaleiros vilões ou cavaleiros acontiados, aristocratas não nobres que eram, em sua maioria, homens-bons. NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Opus cit., 2005, p. 69.
[257] MORENO, H. "Capítulo 3 – O princípio da Época Moderna". Opus cit., 2001, p. 82-83.
[258] MATTOSO, José. **Perspectivas Actuais sobre a Nobreza Medieval Portuguesa**. In.: **Revista de História das Idéias** (vol. 19) – A cultura da nobreza. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, p. 37. Apud: NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. Opus cit., 2005, p. 63-64.
[259] NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. Opus cit., 2005, p. 68-69.

Além da ideologia cavaleiresca, do perfil do cavaleiro e da evolução desse grupo, também nos interessam seu campo de ação. Esse, no geral, continuou o mesmo, pois, o cavaleiro cristão deveria defender as outras duas ordens, lutar em nome de Deus, do rei e da honra e, a partir do surgimento da idéia de Cruzada, tinha como missão adicional, lutar pela cristandade contra os "infiéis". Foi essa ideologia cruzadística de luta contra os muçulmanos e heréticos que deu mais força ao ideal de cavaleiro e orientou, a partir do século XII, a sua violência para um campo que a Igreja poderia circunscrever, prometendo a absolvição de todos os pecados caso o *belator* deixasse de combater contra os cristãos e se defrontasse contra o "inimigo" de sua fé. O trecho a seguir ilustra a idéia de cruzada:

> "Esse empreendimento [a cruzada] não teria conhecido tanto sucesso se, no fim do século XII, as contradições tivessem sido menos vivas nas camadas dominantes da sociedade feudal; mas ele só teria levado à Terra Santa um 'punhado de temerários' se aqueles que organizaram as expedições não as tivessem sacralizado. Quando parte para Jerusalém, o cruzado sente que escapou de uma situação sem saída, mas engaja-se sinceramente pela salvação de seu senhor; 'sabe que a cruzada é uma epopéia de Deus porque isso lhe foi dito, e ele exprime o que sente através do que sabe, como todo mundo".[260]

Essa idéia implica muitas conclusões, mas é interessante notar que os cavaleiros, caso aceitassem esse desafio, eram direcionados para um "fim maior" e deixavam de pressionar os reis por mercês e outras honrarias mundanas, "indignas" da posição do nobre cavaleiro. Ou seja, a pequena, média e alta nobreza deixavam de causar transtornos dentro do reino por intrigas ao se baterem com outros nobres em busca de honra, vantagens, títulos, rendas e terras.

Para Jean Flori, com o advento da Cruzada, o "soldado de Cristo" e o guerreiro terminam de se fundir, pois, o uso das armas, inicialmente rejeitado pelo cristianismo, passa a ser aceito desde que fosse numa causa justa e santa. A peregrinação de um cavaleiro até a Terra Santa, ou à Península Ibérica, para guerrear contra os "inimigos de Deus" agora passa a ser encarada como uma forma de penitência, garantindo a salvação da alma daqueles soldados.[261] Entretanto, esse ideal sublime e santo não penetrou tão profundamente nas mentes dos cavaleiros e da nobreza, pois, mesmo sendo completamente aceito por todos, ir para a Cruzada não era uma obrigação, mas sim, uma escolha, que nem todos tomavam para si.[262] Obviamente que na Cruzada os soldados que sobreviviam e se destacavam não atingiam

[260] DUBY, G. "História social e ideologias das sociedades". Opus cit., 1979, p. 140.
[261] FLORI, Jean. Opus cit., 2005, p. 136.
[262] Idem, p. 178.

somente a redenção, também conseguiam honra, renome, riquezas, posses e posições na hierarquia social, lutando uma guerra legítima e justa contra o "infiel". E a conclusão a que Flori chega é que, supostamente, os teóricos como São Bernardo e outros encaravam a "nova cavalaria" de forma distinta da antiga, pois, para eles, "ela é pura, serve a Deus e conduz à salvação; a outra é corrompida, mundana, frívola, vaidosa, indisciplinada, preocupada apenas com sua glória; egoísta e perversa, ela conduz à perdição".[263]

Como já sabemos, a Península Ibérica ao longo do medievo foi um desses palcos de embates entre cristãos e muçulmanos, no que foi nomeado de Reconquista.[264] Portugal ainda no século XIII definiu suas fronteiras ao sul, não tendo mais contato direto com terras muçulmanas na Península, pois o reino de Granada somente se avizinhava de Castela, o que não quer dizer que as forças portuguesas deixaram de se confrontar com os muçulmanos.[265] Assim, os combates freqüentes entre portugueses e castelhanos se acirraram e as respectivas nobrezas exerciam as funções da cavalaria uns contra os outros, quando não em conflitos internos nesses reinos. Isso era prejudicial para os reinos e para a cristandade.

Ao entrar no século XV, Portugal estava marcado por um recente e ainda latente conflito contra a coroa castelhana. Nesse momento, o exercício da guerra era constante e os cavaleiros faziam sua parte na frente de batalha. Supostamente o ideal do cavaleiro condenava a luta entre cristãos, mas as necessidades políticas estavam em primeiro plano. Ressalte-se o fato de que, durante o Cisma (1378-1417) que dividiu a Igreja Católica do Ocidente, os reinos vizinhos de Castela e Portugal estavam também em campos de obediência opostos. D. João I fiel a Roma e o rei castelhano D. Juan fiel a Avinhão. Após se decidirem pela paz, como já visto acima, Portugal se direcionou para outros fins, sair da Península Ibérica e atacar praças mouriscas ao longo das costas africanas. Para isso foi importante a retomada do ideal cruzadístico e o redirecionamento da nobreza contra os inimigos da cristandade.

Nesse momento podemos notar nas fontes que utilizamos um reavivamento do ideal cavaleiresco cristão, repleto de valores e conselhos de como se portar que haviam caído em desuso por um período, como a condenação de combater os próprios cristãos e os exercícios para não caírem em pecado e desonra. Esses elementos e valores podem ser notados tanto nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara como no **Livro da Cartuxa** do rei D. Duarte (1391-1438).

---

[263] FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Opus cit., 2005, p. 179.
[264] LOMAX, D. **La Reconquista**. Opus cit., 1984.
[265] Citamos a Batalha do Salado que aconteceu em pleno século XIV.

No final do medievo, mesmo as aparências da cavalaria sendo ciosamente conservadas pela nobreza, "a realidade desmente-a permanentemente e obriga-a a refugiar-se nos domínios da literatura e da conversação",[266] que são cultivadas e disseminadas em um espaço e grupo fechados. José Mattoso tem uma opinião semelhante, pois,

> "Dir-se-ia que a nobreza, renovada pelo acesso de muitos membros vindos de outras classes sociais, procura reproduzir com redobrado zelo os modelos propostos pela ideologia herdada da época anterior, e que nisto rivalizam os assimilados com os fidalgos da velha cepa, todos eles igualmente preocupados em não perderem as velhas tradições que lhes reservavam um lugar privilegiado na sociedade. Por isso mesmo, talvez, o reavivar da velha chama não dura muito. Mantida artificialmente por uma nobreza que já não detinha o monopólio do poder militar, está literatura [romances de cavalaria] acabará por tornar-se mera ficção, ciosamente cultivada por saudosistas. A dureza da guerra, cada vez mais conduzida pelo Estado, cuja eficácia não dependia da heroicidade individual, mas de uma táctica rigorosa, do espírito de disciplina e da acção de tropas ligeiras, tudo isso tornava obsoleta a figura do cavaleiro andante. A sua inadaptação ao mundo real é bem expressa no Dom Quixote".[267]

Podemos notar que o cavaleiro cristão é um modelo reavivado, embasado em antigos valores e regras, que, afinal, representava um ideal desgastado na prática bélica. Embora não tivesse condições de fundamentar a ação prática governativa de fato, foi um paradigma resistente nas mentalidades dos mais diversos setores da sociedade medieval, sendo disseminado por algumas pessoas que buscavam exaltar a figura do cavaleiro, ou de algum nobre encoberto por essa máscara. No caso português, onde eram buscados os elementos para essa exaltação? Na reserva simbólica da Reconquista!

4.2. A ORDEM DOS CAVALEIROS DE CRISTO EM PORTUGAL DO SÉCULO XV: OS "NOVOS CRUZADOS" E O CRONISTA, AQUELES QUE LUTAM POR DEUS

As ordens militares religiosas da Idade Média tiveram grande importância tanto na política dos reinos e na afirmação de uma segunda nobreza, como também, na formação de toda a ideologia e cultura nobres. O ideal de comportamento teoricamente exigido nesse meio era, sobretudo, dominado por conceitos como coragem, honra e fidelidade. Mas para as ordens de cavalaria existirem, elas precisaram buscar no passado suas raízes e ritos sagrados, apoiados na religião e em costumes feudais. Para Huizinga, "estritamente falando, as várias ordens são simples ramificações da ordem da cavalaria propriamente dita. Porque a admissão

[266] HUIZINGA, J. **O Declínio da Idade Média**. Opus cit., p. 104.
[267] MATTOSO, J. **A nobreza medieval portuguesa**. Opus cit., 1994, p. 370

na cavalaria, que era uma irmandade sagrada, era feita por solenes ritos de iniciação".[268] Essas ramificações da ordem da cavalaria nasceram conforme se desenrolava os interesses e a política da Igreja e dos mais diversos reinos cristãos.

O que no início eram ordens com fortes idéias monásticas e feudais, sem uma grande vinculação com algum reino por atuarem em toda a Europa, como os Templários, Hospitalários e Teutônicos, elas passaram a ter grande importância política e econômica em toda a cristandade.[269] As aspirações espirituais de outrora ainda existiam, mas haviam perdido um grande espaço na prática dos cavaleiros, que se lançavam aos interesses políticos e materiais. Refletindo sobre isso, Jean Flori afirmou que

> "[...] nos séculos XII e XIII, essas ordens contribuem para a expansão da cristandade à custa dos muçulmanos na Espanha e dos pagãos prussianos, letões e lituanos nas regiões do Báltico. [...] Todas essas ordens sobrevivem ao desaparecimento de sua função inicial graças a uma dupla evolução: a primeira conduz à luta armada para a formação e a defesa de entidades políticas nacionais que não têm mais nenhuma relação com os peregrinos ou com a Terra Santa; a segunda ressalta novamente a assistência aos fracos por meio de cuidados hospitalares ou ações 'caridosas".[270]

Uma das ordens citadas acima, a Ordem do Templo, ao perder seu espaço e importância política, suas terras e riquezas, foi substituída por ordens marcadamente regionais que se destacaram a partir do século XIV e que, mesmo sob a autoridade da Igreja, defendiam interesses políticos de seus reinos por estarem de certa forma vinculados à Coroa.[271] Dessas, citamos no caso português a Ordem de Cristo, a Ordem de Avis e a Ordem de Santiago. Durante os séculos XIV e XV, essas ordens militares religiosas e seu patrimônio estavam ligados à Coroa e ao Papado, sendo cedidas a um nobre mediante um juramento de obediência e vassalagem ao Papa e ao Rei.[272]

Fernanda Olival chamou atenção para o fato de que, até 1551 os reis portugueses não conseguiram atingir seu objetivo de comandar diretamente as ordens militares portuguesas (Avis, Cristo e Santiago), sendo o governador delas. Porém, como vemos no período em que estudamos (primeira metade do século XV), os filhos dos reis ou parentes próximos e servidores fiéis foram feitos cavaleiros, comendadores e administradores de tais ordens,

---

[268] HUIZINGA, J. Opus cit., p. 87.
[269] Idem.
[270] FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Opus cit., 2005, p. 180.
[271] SALLES, Bruno Tadeu. "A Ordem dos Cavaleiros de Cristo e a formação do Império Ultramarino Português". In.: MEGIANI, Ana Paula Torres, &, SAMPAIO, Jorge Pereira de. **Inês de Castro. A época e a memória**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 105.
[272] MORENO, H. "Capítulo 3 – O princípio da Época Moderna". Opus cit., 2001, p. 79.

sendo, supostamente, leais, antes de tudo e todos, ao rei de Portugal.[273] Essas Ordens Militares, detinham não só poder militar, mas também, poder simbólico por ser de extrema importância social e política. Como a autora apurou para o período que ela estuda, século XVI, também no século XV, "in practice, the military orders were bound to promote the existence of a social elite which was fit to serve, pure in blood, of noble status, and which had rendered services to the crown".[274]

O fim dos Templários em 1312 aconteceu em decorrência de alguns fatores, sendo determinante a pressão do monarca francês Filipe IV (1285-1314) sobre o Papa Clemente V (1305-1314). Com o fim da Ordem do Templo, aquele Papa decidiu que os bens dessa antiga ordem militar religiosa deveriam acabar nas mãos da Ordem do Hospital, ficando sob controle dos Hospitalários que estavam sob sujeição da Igreja. No entanto, essa medida foi criticada por vários monarcas, que após um intenso trabalho diplomático, conseguiram que aqueles bens ficassem para uma ordem de caráter regional. Nesse sentido, nos referimos ao monarca português D. Dinis (1279-1325), que, em 1319, conseguiu chegar a um acordo com o Papa João XXII (1316-1334). No mesmo ano foi fundada a Ordem dos Cavaleiros de Cristo, originalmente portuguesa, mas herdeira das terras, homens e bens móveis dos Templários, de caráter estrangeiro e internacional.

Isso auxiliou muito o reino luso, pois agora havia uma relação de obediência dessa nova ordem frente ao reino e ao papado, não sendo mais exclusividade do último decidir sobre grandes assuntos da recém fundada Ordem de Cristo. Um bom exemplo disso é a sucessão de Mestres nessa ordem, que só seriam aceitos caso tivessem tanto o beneplácito da Sé Romana, como a aprovação do rei português.[275] Esse fato era garantido através de um juramento de lealdade e homenagem do Mestre daquela ordem ao rei, sob anuência do Papa. Com isso, foi direcionada a função daqueles que seriam os cavaleiros de Cristo, sendo sua prerrogativa lutar pela defesa das terras e costas de Portugal contra a ameaça mulçumana.

Como já comentado no contexto, grande parte do apoio militar na luta contra os castelhanos em fins do século XIV e, conseqüentemente, na ascensão de D. João I como rei de Portugal, foi dado pelas ordens militares religiosas portuguesas, dentre elas, a Ordem de Cristo. Nessa disputa pela Coroa lusitana esses cavaleiros se bateram com cristãos, mas "cismáticos", pois os castelhanos seguiam o Papa de Avinhão. Com a paz entre os reinos de

[273] OLIVAL, Fernanda. "The Military Orders and the Nobility in Portugal, 1500-1800". Opus cit., 2002, p. 71.
[274] Idem, 2002, p. 72.
[275] SALLES, B. Opus cit., 2008, p. 111.

Portugal e Castela, os cavaleiros de Cristo puderam se dedicar àquilo para que foram sagrados cavaleiros, a luta contra os "infiéis". Essa foi incentivada e movida pela dinastia de Avis que tinha pretensões sobre as terras dos mouros no norte da África e, também, na Península Ibérica.[276]

Para garantir a proximidade da Ordem de Cristo com Portugal e seus interesses expansionistas, D. João I conseguiu consentimento do Papa Martinho V (1417-1431) para nomear seu filho, o infante D. Henrique, como Mestre da Ordem dos Cavaleiros de Cristo a partir de 1420. Esse infante avisino direcionou esforços e rendas, tanto dele próprio como da ordem que comandava, para a guerra no Magreb e exploração das costas africanas. Com isso, ganhou para aquela ordem militar religiosa a concessão da jurisdição espiritual das terras conquistadas, podendo excomungar, privar, censurar qualquer homem nas terras recém-conquistadas, além de cobrar as dízimas e impostos eclesiásticos dos territórios de além-mar.[277]

Assim, Bruno Tadeu Salles afirma que, ao longo dos anos, desde a criação daquela ordem, o poder régio português se esforçou por estreitar seus laços com os cavaleiros de Cristo. Essa aproximação foi iniciada quando, em 1319, os bens dos Templários passaram para a Ordem de Cristo, sendo reforçada pela dinastia de Avis em 1420, quando D. João I conseguiu fazer seu filho D. Henrique Mestre da Ordem de Cristo. Com tudo isso, cada vez mais a Coroa lusitana conseguiu utilizar tal ordem como um importante instrumento de poder real.

Havia muito que a Ordem de Cristo era conhecida pela sua oposição aos "inimigos da cruz". Com o início da expansão à custa dos mouros, o renome dessa ordem cresceu, bem como o renome dos seus integrantes. Por isso, a condição de cavaleiro, sempre almejada como status entre a nobreza, é fortalecida quando o nobre é integrante de uma importante ordem militar religiosa, como foi a Ordem de Cristo. Esse desejo por prestígio e reconhecimento dos nobres é percebido desde sempre pelos reis, que, por sua vez, fazem os mais leais servidores cavaleiros, ou solicitam para que o Mestre de uma importante ordem os faça. Essa era uma das maneiras menos dispendiosas de recompensar os serviços de seus súditos. Como sabemos, o cronista Gomes Eanes de Zurara foi agraciado com essa honra pelos seus trabalhos realizados em nome do rei e, arriscamos dizer, do infante D. Henrique. Ou seja, Zurara foi cavaleiro de Cristo e cronista régio, usando sua pena em favor dos "novos cruzados".

[276] Referimo-nos a Ceuta e outras cidades norte africanas e ao reino de Granada.
[277] SALLES, B. Opus cit., 2008, p. 108.

Podemos afirmar que as representações construídas nos textos que estudamos foram apropriadas ou imprimidas em uma direção socialmente motivada, ideológica. A ideologia, de fato, é produzida a partir da interação de subconjuntos coerentes de representações e de comportamentos que passam a reger as atitudes e as tomadas de posição dos homens nos seus inter-relacionamentos sociais e políticos.[278] Por isso, devemos levar em conta que os fatores ideológicos e as estruturas materiais estão em constante relação com o poder, o que influencia a produção cultural de uma sociedade em seus diferentes níveis.

Como observado nos textos do cronista Gomes Eanes de Zurara e nos capítulos utilizados do livro de D. Duarte, os nobres portugueses que se lançaram no embate contra os mouros são representados, em nosso ponto de vista, como novos cruzados que buscaram derrotar os "infiéis" em nome de Deus, pela honra do rei e de si próprios. Eles estavam mergulhados em um ambiente onde a cavalaria ainda era uma ideologia dominante, mesmo já decadente, que foi reforçada pela retomada da ideologia da Cruzada e da Reconquista que há muito já mostrava sinal de fraqueza. Muitos desses nobres estavam distantes da sucessão em suas famílias e que, para buscar engrandecimento e benefícios, se vinculavam às ordens militares religiosas ou às casas de grandes senhores,[279] dentre eles os infantes da Ínclita Geração. Ali eles teriam o espaço necessário para exercer a função da nobreza, a guerra, na qual quem se destacasse seria honrado conforme o seu merecimento.

Tanto na opinião de D. Duarte quanto na de Zurara, os bons feitos deveriam ser realizados por quatro razões: por serviço de Deus, por honra, por proveito e por prazer.[280] A luta contra o "infiel", para a maioria dos grandes doutores e nobres portugueses, era um feito que completava essas quatro razões. Obviamente havia opiniões contrárias à guerra contra os mouros, tanto no reino de Granada como no Magreb. Alguns dos contrários a essa nova cruzada, assim considerada em trechos da **Crônica da Tomada de Ceuta**, tiveram voz na corte.

Como pudemos notar em certos momentos do livro de D. Duarte, também houve a defesa da posição contrária à guerra aos mouros de benamerim,[281] por não cumprirem as quatro razões ditas acima. Diferente do que os doutores da Igreja e nobres favoráveis à guerra

---

[278] BARROS, J. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Opus cit., 2004, p. 84.
[279] MATTOSO, J. **A nobreza medieval portuguesa**. Opus cit., 1994, p. 358.
[280] D. Duarte. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**. Opus cit., 1982, capítulo 6, p. 43-44; e ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulos X-XI, p. 60-67.
[281] Como já referenciado acima, os mouros de benamerim estavam sob a Coroa do reino de Fez, governado pelos representantes da dinastia Merínida.

contra os "infiéis" afirmavam, essa guerra não seria um serviço de Deus, pois não seria para defesa dos povos, pelo contrário, contribuiria para a sua destruição. Muitos nobres considerariam tal guerra muito mais como um feito de honra e outros ainda por riquezas, mas não um serviço para Deus, pois

> "[...] ajnda guerra de mouros non somos certos se he servjço de deus, porque eu non vy nem ouvy que noso senhor nem algu dos seus apóstolos nem doctores da Jgreja mandassem que guerreasem jnfieis mas antes per pregação e mjlagres os mandou converter, pois por seu servjço tal guerra ouvera mandara que se non quisessem cer per força os tornássemos a verdadeira Fe, o que creo nam pode ser achado em autentica escritura, E quanto as jndulgençias que o papa pêra tal guerra da, non devemos crer porque por mil dobras que envjemos a hu cardeal, as averemos muito mayores".[282]

Diferente da idéia de cruzada, onde a eliminação do muçulmano era buscada, esses nobres afirmavam que o Senhor queria a conversão daqueles seguidores de Maomé ao cristianismo. Pela guerra contra os "infiéis" não ter legitimidade nas escrituras, nem as indulgências do Papa serem válidas nesse caso, a guerra para exterminar a ameaça mulçumana não era verdadeiramente santa nem justa.

Quanto à opinião desfavorável à guerra no Magreb exposta por Zurara na **Crônica da Tomada de Ceuta**, essa era encabeçada pelos velhos fidalgos, já experimentados nas guerras que já tinham lhes proporcionado a honra e a boa vontade do rei. No entanto, a vontade de mover um grande feito de armas contra os "inimigos de Cristo" prevaleceu, sendo encabeçada principalmente pelos "mancebos", jovens fidalgos sedentos de honra e vantagens que a guerra lhes proporcionaria.[283]

Obviamente a opinião contrária não prevaleceu, pois sabemos que os reis avisinos durante o século XV moveram seus interesses para conquistas nas terras dos mouros. Para o momento que estudamos, o personagem de maior influência nesse movimento guerreiro contra praças mouras foi o infante D. Henrique, que, inclusive, como já visto acima, veio a ser feito pelo seu pai e pelo Papa Mestre da Ordem dos Cavaleiros de Cristo, aqueles que lutavam mais aguerridamente contra a mourama. Na opinião de Zurara, dentre os infantes de Avis interessados na conquista de Ceuta, D. Henrique foi o mais empenhado. Posteriormente, quando o infante D. Pedro já não apoiava as conquistas no Magreb, Henrique continuou a incentivá-las na corte junto aos reis (D. Duarte e D. Afonso V) e aos grandes fidalgos.

---

[282] D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 6, p. 44.
[283] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulos V-VI, p. 48-54.

É da autoria de D. Henrique uma carta escrita em 1436 destinada ao então monarca D. Duarte. Nela, ele aconselha o rei a realizar a guerra no Magreb, pois era justa e direita. Para o infante D. Henrique, a guerra contra quaisquer mouros era um serviço a Deus, além de ser a maior honra realizada por um cristão.[284] E mais, também a considerava um feito realizado por prazer, pois na opinião desse infante, nenhum bom homem deveria se furtar aos perigos quando esses são em prol da justiça, do Senhor e do reino. Ou seja, o homem não deveria ficar na "folgadia", contrária aos perigos, trabalhos e despesas, pelo contrário, deveria buscá-los.[285] E onde os fidalgos realizariam esses justos trabalhos? Na guerra contra o mouro "infiel", sendo, na opinião corrente do período, a conquista de seus territórios e a conversão de uns tantos mouros o verdadeiro e maior serviço prestado a Deus.[286]

D. Duarte se mostra favorável a essa opinião ao escrever, em 1437, as razões de se fazer guerra aos mouros no norte da África, mais especificamente, em Tânger. Antes de tudo, era o serviço para Deus. Em seguida, para continuar o "bom propósito e vontade que sobre esto avja o dito senhor rey" D. João I em marchar contra os "infiéis", pois essa era a única guerra realmente justa. Ao mover essa guerra justa e santa contra o "verdadeiro inimigo" de Portugal e da cristandade, o rei conseguiria exercitar constantemente os cavaleiros portugueses na guerra, mantendo "o bom nome das armas" e a sanha cavalheiresca. Na guerra, o cavaleiro supostamente exercitaria as virtudes guerreiras e cristãs, distanciando-se da vida ociosa em busca da perfeição idealizada para a nobreza.[287] Tudo isso convergia na vontade dos fidalgos portugueses em realizar grandes feitos, supostamente, trabalhando para um bem maior em nome de Deus, do rei de Portugal, de sua linhagem e dele próprio. Essas são as principais razões de D. Duarte, as quais são reflexo da ideologia cavalheiresca e cruzadística. Por outro lado, também havia motivos que remetiam à questão material, como ter condições favoráveis para a empreitada (homens, cavalos, dinheiro, barcos etc.) e a desorganização e desunião dos reinos muçulmanos norte africanos. E ainda, segundo esse monarca, a vontade divina estava ao lado dos portugueses, pois ao continuarem as conquistas

[284] "E pois da guerra dos mouros se consegue serviço de deus e honrra e prazer meu conselho he que vos obres nela quanto bem poderdes per vos ou per outrem, e se non poderdes de nenhu cabo que obres per outra parte asy que voso cuydado e obra seja nelo, e o que tendes e ouverdes seja pera estas fijns, e o que cuydardes d aver seja pera elo o ser vos ha contado em justiça". D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 20, p. 118.
[285] D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 20, p. 119.
[286] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo IV, p. 47-48.
[287] Chamamos atenção ao fato dessa consideração também ser presente no **Tratado da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela**, do mesmo autor D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 22, p. 135.

frente aos mouros, os lusos os levariam à obediência da Igreja, ganhando "almas", terras e senhorios para acrescentar a honra da cristandade e dos portugueses.[288]

No entanto, essa vontade de conversão dos "infiéis" citada em alguns trechos das fontes não é dominante na mentalidade lusitana, nem na européia. Como vemos na **Crônica da Tomada de Ceuta**, os conselheiros e os nobres reunidos com D. João I, após concluírem que a guerra contra o mouro de Ceuta era serviço de Deus, "viam-se no meio daquela cidade envoltos entre os mouros, alegrando-se com o espalhamento do seu sangue. E tanta doçura sentiam em tais imaginações, que lhes pesava, quando se lhe oferecia cousa por que se tiravam dela".[289] Visão que nos demonstra as reais intenções de muitos dos nobres portugueses, não sendo proposta a conversão dos islâmicos, mas sim, o seu fim.

Naquele momento, teoricamente a proximidade e aliança com qualquer mouro, mesmo sendo vantajosa, eram vistas de forma ruim e desonrosa, pois, supostamente, um bom cristão nunca deveria se furtar a um enfrentamento contra o "infiel".[290] Sabemos que esses enfrentamentos não foram constantes ao longo da Idade Média luso-espanhola, tendo sido firmados vários acordos entre reinos cristãos e muçulmanos na Península Ibérica, que mantinham relações diplomáticas, culturais e comerciais.

A religião teve papel fundamental para conformar opiniões como as que nos referimos no começo do parágrafo anterior e, também, para dar ânimo aos soldados cristãos decididos a marcharem contra os mouros. Desde o início da **Crônica da Tomada de Ceuta** notamos a retomada do substrato mental da Cruzada e da Reconquista. Era na luta contra os mouros que os fidalgos realizariam sua função e mostrariam suas virtudes.

> "Ca como diz o Apóstolo no primeiro capítulo da sua Epístola aos Romãos que não somente aqueles que são contra a Fé são dignos de morte, mas ainda os que o consentem não lho contrariando com todas suas forças. Pela qual cousa parece aquele que se tem por católico e verdadeiro cristão, e com toda sua força não se dispõe a defender a sua santa Fé, não é verdadeiro cavaleiro, nem nembro de Jesus Cristo, nem tem parte alguma com Ele, e que é pior que cada um daqueles infiéis. [...] Porém el-Rei nosso senhor, assim com verdadeiro cavaleiro se moveu principalmente para fazer serviço a Nosso Senhor Jesus Cristo, empecendo àqueles que, em doesto da sua Lei, vivem na terra que ele primeiramente deu aos cristãos. Cá podeis saber que a cidade de Ceuta, com toda a outra mourisma, depois de Sua Paixão, foi convertida à Sua Santa Fé, na qual durou até o tempo do Conde Juliam que a por sua vontade deu aos infiéis".[291]

---

[288] D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 22, p. 137.
[289] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo XI, p. 64.
[290] Idem, capítulo XXVI, p. 107.
[291] Ibdem, capítulo LII, p. 181-182.

> "Pois se nós tivermos em Ele cumprida esperança, é de crer que nos ajudará contra toda esta má geração [os mouros]. Que, por certo, não será a nós pequena glória e honra, entre todos os povos que foram em esta Espanha, sermos os primeiros que passamos em África, e começamos de pôr o jugo da Fé sobre os pescoços dos infiéis. E assim teremos dous mui grandes proveitos o primeiro é a salvação que sabemos certamente que receberemos para nossas almas. E o segundo honra mui grande entre todos nossos vizinhos e memória perdurável que ficará para todo o sempre, enquanto hi houver homens que possam falar. E não ainda aquele nome que os gentios cobravam por suas vitórias e façanhas, ou que alguns príncipes cristãos ainda receberam por quererem sojugar seus vizinhos sem causa justa nem honesta. Mas receberemos o verdadeiro nome, porque o fazemos por amor e honra de Aquele".[292]

As palavras ditas pelo frei João Xira nos remetem ao conceito de Reconquista, pois afirmou que as terras no Norte da África um dia foram cristãs e por isso deveriam ser recuperadas para a cristandade. Também notamos o chamado à Cruzada, considerando os mouros como uma provação divina para os cristãos, que ao vencê-los receberiam o amor de Deus e a salvação de suas almas.[293] Nesse sentido, João Xira prometeu a todos a salvação por lutarem contra os mouros "infiéis", sendo uma grande honra para os lusos poderem participar de tal feito que os fariam ser eternamente lembrados por todos os reinos da cristandade. No momento em que foi decidido o desembarque, o capelão-mor Martins Pais, que estava no barco do infante D. Henrique, falou sobre as dificuldades no combate aos contrários à santa fé, a fortaleza que aqueles soldados de Cristo deveriam manter nas horas difíceis, mas, sobretudo, reforçou a crença no "poder da Santa Cruzada", absolvendo todos os que ali estavam de seus pecados, e confirmando o apoio de Deus ao afirmar que Ele estava ao lado dos portugueses contra seus inimigos.[294]

Depois de concretizada a conquista de Ceuta, Gomes Eanes de Zurara nos conta que segundo a vontade do rei houve quatro razões para os portugueses não abandonarem a cidade, dentre as quais algumas remetem ao exercício da prática cavaleiresca. A primeira razão diz respeito à fé, para honrar Deus; a segunda razão era manter as portas de África abertas para novas conquistas que acrescentariam honra a Portugal e a seus nobres; a terceira razão era manter os bons homens do reino exercitados nos feitos de armas contra os muçulmanos e não contra cristãos, podendo permanecer em domínios portugueses e não se desnaturalizando ao servir reinos alheios; a quarta e última razão era manter aquela praça sob poder dos reis portugueses, tendo sempre um espaço para lutar contra os inimigos da cristandade.[295] Devido

[292] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LIII, p. 186.
[293] A promessa transcendental da guerra santa.
[294] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXXI, p. 222, 223 e 224.
[295] Idem, capítulo XCVII, p. 278-279.

à conquista e manutenção de Ceuta, muitos jovens nobres lusitanos foram honrados com mercês e com as armas da cavalaria, realizando sua função como guerreiros cristãos.

Vemos um exemplo de honra concedida a um recém sagrado cavaleiro no final da **Crônica da Tomada de Ceuta**, quando o rei D. João I estava para decidir se ficariam ou não de posse da cidade e qual nobre ficaria para guardá-la. Alguns do seu conselho foram contrários, mas, por fim, a opinião dos infantes e do rei prevaleceu. Decidido a manter Ceuta, só faltava escolher quem a governaria. Essa foi uma grande honra para aqueles que ali permaneceram,[296] pois, mesmo sendo muito perigosa, a fronteira era um espaço de ascensão social para os nobres e, como Daniel Arpelau Orta afirma

> "A questão da fronteira, que tanto poderia ser um obstáculo para a manutenção de Ceuta pelos portugueses, [pode ser encarada] como um espaço de ascensão e prestígio [e perigo...] sendo o noroeste africano um espaço alternativo para estas práticas [de guerra], como o próprio rei pensava. Conseguir uma boa posição política nesta região poderia significar uma nova possibilidade de ascensão nas relações com a monarquia".[297]

> "No estudo do contexto de alteração dinástica no reino, percebeu-se que houve uma aproximação de um grupo de nobres interessados em conseguir espaço político com a nova configuração dinástica. [...] a pesquisa identificou a possibilidade deste adquirir [ao falar do Conde D. Pedro de Meneses, que ficou como fronteiro em Ceuta após sua conquista em 1415] prestígio e poder com tal nomeação, sendo a região de fronteira um espaço de ascensão política".[298]

Isso porque permanecer em região fronteiriça geraria boas expectativas e opiniões sobre aqueles fidalgos que ali ficassem por um tempo, aumentando sua posição dentro da nobreza lusitana, bem como mantendo sua linhagem a serviço direto do rei de Portugal. Dentre os nobres que permaneceriam nas fronteiras, podemos afirmar que boa parte estava vinculada a alguma ordem militar religiosa, principalmente a Ordem de Cristo, responsável pela guerra contra os muçulmanos e pelas possessões no além-mar. Os cavaleiros da Ordem de Cristo estariam sob governo do infante D. Henrique e sob a autoridade régia portuguesa, sendo que suas ações refletiriam no bom nome do infante e do próprio rei de Portugal.

Para exercer o cargo de fronteiro de Ceuta, o rei quis nomear Martim Afonso de Melo, que não aceitou. Em seu lugar, o conde D. Pedro de Meneses pediu o controle daquela fronteira, sendo apoiado em sua decisão pelo herdeiro D. Duarte, do qual era servidor e pelo qual acabara de ser investido cavaleiro. Com D. Pedro de Meneses ficaram grandes fidalgos,

---

[296] PERES, Damião. **D. João I**. Opus cit., 1983, p. 86.
[297] ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464)**. Opus cit., 2007, p. 55.
[298] Idem, 2007, p. V.

cavaleiros e escudeiros das casas dos três infantes (D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique), muitos dos quais haviam acabado de receber a honra da cavalaria pelos serviços prestados a seus senhores e ao rei na conquista da cidade. Futuramente, D. Pedro de Meneses e seu filho D. Duarte de Meneses, receberiam uma grande honra pelos trabalhos prestados à Coroa portuguesa, pois seriam exaltados por Gomes Eanes de Zurara em duas obras feitas a pedido de D. Afonso V. Esses são só alguns exemplos da benevolência e magnanimidade do rei e de seus filhos para com os cavaleiros portugueses, os "novos cruzados" a iniciar a "Reconquista" das terras da África.

4.3. AS VIRTUDES E VALORES DO CAVALEIRO CRISTÃO NESSAS FONTES PORTUGUESAS

> *"A qual cousa foi sempre muito louvado assim pelos doutores da Santa Igreia, como pelos filósofos estóicos e peripatéticos e por todos os outros autores historiais assim gregos como latinos. Os quais todos juntamente e cada um por si acordam esta ser a mais excelente virtude que se pode achar no príncipe, SS. Nas adversidades ser forte e nas prosperidades humildoso, cá por falecimento de cada uma delas caíram já muitos príncipes mui grandes quedas segundo conta João Bocacio um poeta que foi natural de Florença".*[299]

Ao longo da Antiguidade e do Medievo, o conjunto de valores e virtudes que eram exigidos dos príncipes e dos nobres se transformou, evoluiu, foi reinterpretado conforme as necessidades de seu tempo, o que também acarretou em mudanças no ideal de nobreza. Conforme o espaço e o período foram almejados diferentes modelos, mas, desde que o cristianismo despontou como religião oficial de Roma, todos esses modelos eram influenciados por uma tradição que, antes de tudo, exigia do príncipe e do nobre a prática das virtudes cristãs.[300] A exigência dessas virtudes recaíam, principalmente, sobre os mais altos níveis da hierarquia social, porém, também eram cobradas em toda a sociedade.

Duby afirmou que é grande a tendência das formas culturais construídas para as categorias superiores da sociedade a vulgarizar-se, difundindo-se do alto a baixo até as camadas cada vez mais inferiores. Para Duby, esse é um movimento essencial, pois estabelece uma comunicação entre os fundos culturais dos diferentes níveis sociais.[301] Isso porque,

---

[299] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo IV, p. 47.
[300] GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Opus cit., 1981, p. 115.
[301] DUBY, G. "11 – A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal". Opus cit., 1989, p. 145, 147 e 148.

segundo Saraiva, "as mais simples e constantes mudanças das coisas e dos propósitos sociais estimulam transferências de significados, [...] que contêm verdadeiros símbolos e juízos"[302] que perpassam os textos, seus produtores, patronos, leitores, ouvintes e a sociedade como um todo quando a opinião se generaliza.

Boa parte das virtudes e dos modelos expressos nos textos dos cronistas medievais e tardo-medievais tem base nos textos clássicos, cristãos e nos textos contemporâneos. Claro que, devido à distância temporal, cronistas como Gomes Eanes de Zurara tratam à sua maneira tais modelos e virtudes, readequando-os à sua necessidade e contexto. Daqueles textos romanos, citamos os panegíricos escritos aos imperadores, onde são exaltados os governantes e suas supostas virtudes, traçando um modelo ideal a ser seguido por aqueles que detinham o poder. Dentre esses, cito a partir da leitura do trabalho de María José Hidalgo de la Vega,[303] o panegírico escrito por Plínio, o Jovem, ao imperador Trajano, considerado pela autora como um *speculum principis* escrito no início do século II, onde se destacam algumas virtudes retomadas por autores medievais e tardo-medievais. Dentre as virtudes que definem o modelo de bom governante romano que foram exploradas nesse panegírico estudado por María José Hidalgo, citamos: *abstinentia*, *moderatio*, *continentia*, *civilitas*, *humanitas*, *comitas*, *facilitas*, *simplicitas*, *veritas*, *frugalitas*, *clementia* y *liberalitas*.[304]

Além do estudo citado acima, também há outros que abordam a questão das virtudes e modelos romanos, como o de Manuel J. Rodríguez Gervás,[305] que, em certo momento de seu trabalho aborda a justificação do poder imperial a partir das "virtudes". Essas virtudes são estudadas pelo autor a partir dos panegíricos romanos e da numismática. Também há o trabalho de Maria Helena da Rocha Pereira,[306] que faz uma extensa explicação de idéias morais e políticas dos romanos. Nesses trabalhos se destacam virtudes como a *virtus* (uma mescla de coragem, independência e tenacidade), a *clementia* (não no sentido cristão, pois essa no mundo romano se refere à magnanimidade do vencedor sobre o vencido), a *iustitia* (a virtude do bom governante), *pietas* (o que define a relação entre o imperador e os deuses, refletindo em todas as boas e más relações do primeiro), *concordia* (o símbolo da unidade

---

[302] SARAIVA, A. e LOPES, Ó. **História da Literatura Portuguesa**. Opus cit., 1982, p. 10.
[303] HIDALGO DE LA VEGA, María José. **El ideal, la realeza y el poder político em el Imperio Romano**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, s.d.
[304] Idem, p. 110.
[305] RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. **Propaganda política y opinión pública em los panegíricos latinos del bajo Imperio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.
[306] PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**. Volume II/Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

entre o governante e os cidadãos), disciplina (mais que uma virtude, é uma qualidade), *felicitas* e *fortuna* (no aspecto militar), *fides* (definida como a aceitação sincera dos desígnios do Estado), *honos* ou *honor* (vinculada a virtus), *libertas* (oposto a *servitus*), *dignitas*, *gravitas*, *auctoritas*, *constantia*, *patientia*, *sapientia*, *prudentia*, *fortitudo*, entre tantas outras.[307]

Como podemos notar, desde a Antiguidade o tema das virtudes e modelos a serem seguidos por uma aristocracia governante era de extrema importância. No período Tardo-Antigo, bem como na Idade Média, as virtudes também se destacam, principalmente quando os autores buscavam num passado o modelo de governante e nobreza ideais. Consequentemente, essa cultura dominante se impôs à sociedade, influenciando desde a alta nobreza até o soldado e camponês, que reconheciam a elite dominante por seu comportamento, valores e cultura diferenciada. Claro que, conforme os diferentes contextos e necessidades, todo o cabedal teórico buscado no passado é adaptado, o que também acontece com os modelos e virtudes a serem adotados pela aristocracia. Um exemplo disso é a amizade clássica definida por Cícero, que passou por várias transformações e, na Idade Média, foi transmutada em suporte do vínculo linhagístico, aproximando-se das virtudes fidelidade e lealdade, como pode ser exemplificada na pena do Conde Pedro Afonso.[308]

Com isso, quando a cavalaria sai de seu aspecto puramente militar e começa a se tornar uma elite guerreira, ela também busca respaldo, modelos, virtudes e valores no passado, bem como na nobreza que forma grande parte de seu quadro. No que se refere à ideologia cavalheiresca, podemos destacar os escritos de Ramon Llull, filósofo catalão nascido em Palma de Maiorca próximo a 1232 e falecido em 1316. As reflexões de Llull, ainda nos séculos XIII e XIV, chegaram a influenciar as produções ibéricas posteriores. Essa influência se destacou inclusive nas fontes por nós analisadas, principalmente no que diz respeito às virtudes do cavaleiro e da legitimação de guerra contra o "infiel".

Ramón Llull foi um nobre de família rica vinculada à corte aragonesa, mas que, após uma série de visões de Cristo crucificado, abandonou a vida mundana para pregar o cristianismo e tentar a conversão do muçulmano. O seu livro que nos interessa é o **Livro da**

---

[307] RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. Opus cit., 1991, pp.78-81 e 107; e, PEREIRA, Maria H. da Rocha. Opus cit., pp. 317-421.

[308] GUIMARÃES, Marcella L. "De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval". Opus cit., e MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português**. Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

Ordem de Cavalaria, escrito por volta de 1279 e 1283, dentro do que os especialistas em Llull chamam de Fase Quaternária do pensamento e produção llulliana (1274-1289), estudos posteriores às suas visões. Para Ramón Llull, tendo em vista alguns preceitos mundanos da própria nobreza, o cavaleiro ideal deveria seguir uma regra: a cristã. Este cavaleiro era a união de idéias clericais e nobiliárquicas, devendo estar sempre a serviço da fé cristã. Portanto, a obra de Llull é recheada de argumentação moral cristã.

Segundo Llull, para um homem ser escolhido para o ofício da cavalaria, ele deveria ser "mais amável, mais sábio, mais leal e mais forte, e com mais nobre coragem, com mais ensinamentos e de bons modos que todos os outros".[309] Não bastava para a cavalaria o sangue nobre e sua linhagem, o iniciado deveria ter posses para poder se armar e se manter, pois

> "[...] escudeiro sem armas e que não possua tanta riqueza que possa manter Cavalaria não deve ser cavaleiro, porque por falta de riqueza falha o arnês, e por enfraquecimento do arnês e despesas, malvado cavaleiro torna-se roubador, ladrão, mentiroso, falso, e de outros vícios que são contrários à Ordem de Cavalaria".[310]

Para completar o perfil do cavaleiro, no sexto capítulo do **Livro da Ordem de Cavalaria** de Llull, *Dos costumes que pertencem ao Cavaleiro*, além dos valores e qualidades já destacados acima, o autor traça as sete virtudes do cavaleiro, sendo três teologais (fé, esperança e caridade) e quatro cardeais (justiça, prudência, fortaleza e temperança). "Todo cavaleiro deve conhecer as sete virtudes que são raiz e princípio de todos os bons costumes e são vias e carreiras de celestial glória perdurável. Das quais sete virtudes são as três teologais e as quatro cardeais".[311] Obviamente, a fé é a mais importante de todas, pois firma a união entre cavaleiro e Deus, sendo que o primeiro, no ponto de vista de Llull, devia ser o "*servidor da verdade*".[312] Esse soldado de Cristo, na idéia llulliana e também nas idéias de muitos teóricos religiosos medievais, deveria se exercitar e atingir a redenção na prática das sete virtudes e na guerra contra os "infiéis", um dos espaços para prática das virtudes, legitimando o uso da força contra os inimigos da cristandade.[313]

---

[309] LLULL, Ramón. **O Livro da Ordem de Cavalaria**. São Paulo: Giordano, 2000, capítulo I, p. 13.
[310] Idem, capítulo III, p.61.
[311] Ibdem, capítulo VI, p. 89.
[312] Ibdem, capítulo VI, p. 89.
[313] Ibdem, capítulo VI.

Como podemos notar em nossas fontes, e já afirmou Michel Pastoreau em sua análise, "a cavalaria não impõe apenas uma maneira de viver, mas também uma ética".[314] Essa ética e moral cavaleiresca adornada na literatura guardava uma certa distância da realidade, além de serem mutáveis conforme a região e a época das fontes analisadas. Entretanto, sua mutabilidade era limitada ao espaço de ação dos cavaleiros e a algumas qualidades, pois as virtudes nobiliárquicas e cristãs básicas se mantinham.

Na literatura cavaleiresca francesa, no ponto de vista de Pastoreau, um personagem se destacou como "sol da cavalaria": Gawain, sobrinho do rei Artur. Esse foi a figura que representou o ideal de cavaleiro, pois possuía todos os valores e virtudes necessários à nobreza e a cavalaria. Dentre elas, chamamos atenção: a franqueza, a bondade e a nobreza de coração; a fé, a piedade e a temperança; a coragem e a força física; a consciência de seu valor e o orgulho de pertencer a uma linhagem; a lealdade e fidelidade; generosidade e prodigalidade; e, por fim, cortesia, elegância e polidez.[315]

Adriana Mocelim ao pesquisar o **Livro de Linhagens** do Conde Pedro Afonso, também encontrou referências ao código ético da cavalaria "na definição dos personagens e na recriação do ambiente em que se movimentam, apresentando assim um modelo ideal de vida para a aristocracia".[316] Modelo de agir que não era oferecido exclusivamente aos cavaleiros, mas também a toda a nobreza, que se identificava com a cavalaria. A intenção do Conde era consolidar um modelo ético e moral para a nobreza e cavalaria portuguesa. Para Adriana Mocelim, os valores destacados na construção desse ideal de nobre e cavaleiro são

> "[...] ligados ao sangue, ao patrimônio, à tradição e à honra, valores que trariam coesão e estruturação à nobreza, que vivia um momento de desestruturação e perda de sua justificativa de defensora do reino, após o término das operações de Reconquista [encarada como movimento estruturante da nobreza hispânica e lusitana e, por isso, utilizada para a construção do ideal de nobreza portuguesa pelo Conde], no século XIV".[317]

Esse ideal foi apresentado pelo Conde Pedro Afonso no perfil do bom rei, que tinha como sua contraparte o mau rei, um servindo de modelo aos nobres buscando firmar sua identidade e o outro sendo o anti-exemplo. As virtudes destacadas na análise de Adriana

---

[314] PASTOREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII**. Opus cit., 1989, p. 47.
[315] PASTOREAU, Michel. Opus cit., 1989, p. 48; Jean Flori também chama atenção a esses valores em seu trabalho FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Opus cit., 2005, p. 34-36.
[316] MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português**. Opus cit., 2007, p. 100.
[317] Idem, p. 100.

Mocelim a respeito da imagem do Bom Rei no **Livro de Linhagens** do Conde Pedro Afonso são: Rei Cristão – temente a Deus, bom cristão e defensor da cristandade; Rei Virtuoso – esforçado, leal, amigo, honrado, manso e cortês, um bom companheiro dos fidalgos; Rei Juiz – que exerce a justiça, piedoso, cercado por bons conselheiros e preocupado com o bem comum no reino; e, por fim, o Rei Conquistador, quando o Conde Pedro Afonso se refere ao rei que combate os mouros e reconquista os territórios para a cristandade. Já a imagem do Mau Rei destacada por essa pesquisadora está ligada ao rei traidor, cruel, herético, desleal, que não é acolhedor dos amigos, que não é bom cristão ou não segue o cristianismo, além de ter maus conselheiros, sendo que os nobres que seguem esse caminho também seriam maus.

Segundo Adriana Mocelim, tanto os escritos de Afonso X, de Castela como o **Livro da Ordem de Cavalaria** de Ramon Llull serviram de exemplo ao Conde Pedro Afonso na constituição de seu modelo de nobre e cavaleiro.[318] Nós apontamos esses livros e o do próprio Conde como modelares para a obra de D. Duarte e Gomes Eanes de Zurara, sendo nelas que esses últimos basearam seu modelo nobiliárquico cavaleiresco. No Nobiliário de Pedro Afonso, o rei e a nobreza deveriam valorizar determinados valores do cavaleiro, como a honra, a fidelidade, lealdade, coragem e bravura. Como já dito anteriormente, o rei serviria de grande modelo e inspiração aos nobres, que colocariam em prática as tradições e costumes do ideal nobiliárquico. No caso das obras de Zurara, notamos que a figura exemplar não se trata somente do rei, mas também de um nobre de linhagem régia, tanto na **Crônica da Tomada de Ceuta** como na **Crônica de Guiné**.

Notamos em nossas fontes que a guerra e a ética cavaleiresca guerreira que a define e domina se destacam, sendo fortemente exaltados os valores, as virtudes e as proezas realizadas por alguns nobres. Isso se coaduna com as afirmações de Jean Flori:

> "A concepção de honra ligada à coragem se mantém em todas as épocas e não desaparece nos romances. Ela constitui o fundamento principal da ideologia cavalheiresca e está na concepção de honra reivindicada pela nobreza ao longo de toda a sua história".[319]

> "Em toda parte se encontra a glorificação da proeza, do sentido de honra, da generosidade e da grandeza da alma que se atribuía à antiga cavalaria e que, exaltadas no final da Idade Média com insistência e nostalgia, testemunham a onipresença, nos espíritos, do ideal cavalheiresco".[320]

[318] MOCELIM, Adriana. Opus cit., 2007, p. 142.
[319] FLORI, Jean. Opus cit., 2005, p. 159.
[320] Idem, 2005, p. 186.

No entanto, não só as virtudes ligadas à guerra se destacam em obras medievais que propõem um modelo ideal a ser seguido. Dentre esses muitos valores e virtudes apontados acima, a justiça estava entre as virtudes mais importantes para um rei, pois era através dela que manteria o reino em paz. Toda a sociedade esperava do rei a justiça acima das outras qualidades. Entretanto, outras virtudes tinham grande importância, pois era lhes exercitando que se alcançava a justiça.[321] Dessas destacamos a fortaleza, a sabedoria, a prudência, a misericórdia e a bondade. E pelo fato dos reis e príncipes serem o exemplo para toda a nobreza e quiçá para toda a sociedade medieval, essa, supostamente, procurava praticar tais virtudes.

Além das destacadas no parágrafo anterior, ainda havia a honra e a fidelidade. Segundo José Mattoso, honra era o que diferenciava a nobreza do restante da população, pois não significava simplesmente honestidade, mas foi "convertida na mais típica expressão ideológica da superioridade aristocrática, no sentido de 'dignidade', 'prestígio', 'força', 'autoridade' ou 'valor'".[322] Isso implicava um conjunto de regras comportamentais que variavam conforme a posição de quem a honra era exigida. Quanto à fidelidade, essa era uma grande exigência que recaía sobre os servidores de um senhor e, principalmente, sobre os vassalos e súditos do rei.[323] Era através da relação de benevolência e fidelidade entre senhor e vassalo que a solidariedade era completa, pois havia um pacto de ajuda mútua que deveria ser cumprido. Era essa relação que estruturava e organizava a sociedade senhorial e feudal.

Como podemos notar, era importantíssima a existência das virtudes para conformação de um ideal de nobreza, distinguindo-a do restante da população. Em Portugal não seria diferente. Nas fontes que estudamos encontramos um ideal de rei, príncipe e nobre a ser seguido, tendo como base as virtudes e valores cristãos e cavaleirescos. O que mais notamos nos documentos é a importância dada à fé, à honra, à justiça, à prudência e à fidelidade. Tanto o rei D. Duarte como o cronista Gomes Eanes de Zurara as destacaram acima de todas as outras.

Começando pela prudência, essa era sempre aconselhada a todos, para se furtarem de perigos desnecessários. No caso do rei, a prudência deveria ser mais presente do que para qualquer outro nobre, pois deveria reger seu reino, ouvir os nobres e proteger sua terra e o seu povo exercendo a justiça, não caindo na tentação dos vícios e se deixando levar pela soberba a

---

[321] GUENÉE, B. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. Opus cit., 1981, p. 117.
[322] MATTOSO, J. **Fragmentos de uma composição Medieval**. Opus cit., 1993, p. 158.
[323] Idem, p. 152.

arriscar o seu reino por glórias e proveitos incertos.[324] Notamos a referência à prudência e à justiça como virtudes que deveriam ser destacadas não só no monarca, mas em qualquer bom cristão. Também mencionamos a soberba, mãe de todos os pecados, que deveria ser evitada pelos homens. Além da soberba, os principais pecados que o homem não deveria cometer era o excesso de orgulho e de ambição, que poderiam arruinar qualquer homem, levando-o a realizar feitos que não trariam verdadeiras honra e proveito.[325]

Para o infante D. Pedro, como vemos na carta enviada ao seu irmão e rei D. Duarte em 1433, algo muito importante era estar rodeado por bons, obedientes e fiéis servidores. Isso porque segundo os conselheiros do monarca, a principal honra do reino e do povo estaria no rei, sendo ele honrado e virtuoso, os que o acompanham também seriam, pois "Deus deu honra ao rei virtuoso e a todos os virtuosos que com ele andavam".[326] Além disso, deveria ter conhecimento e sabedoria para reinar, que adquiriria com a experiência e ao ler os livros que ensinam reis e príncipes, ou seja, os espelhos de príncipes. Segundo D. Pedro esses livros "falam geralmente das vjrtudes que a todo homem pertençem, eu antre todas entendo que estas fazem o Rey mais glorioso ante deus e ante os que verdadeiramente julgão".[327]

Além da honra, da sabedoria e da honestidade e fidelidade de seus conselheiros e servidores, o rei também deveria ter outras virtudes. O infante Pedro as enumera: a fé, realizando todas as suas obras como essa manda; a justiça independente do ódio ou da afeição; a defesa de suas terras de todos os inimigos e malfeitores, realizada com justiça e pela honra e proveito de seu reino e vassalos; ser verdadeiro em coração e em palavra, ou seja, honesto; ser acolhedor e receptivo a todos, naturais ou estrangeiros; ser magnânimo, sabendo dar e doar aos que o serviram, não dando muito a poucos e concedendo mercês moderadamente ao longo do reinado;[328] ser diligente com seus proventos, riquezas e terras, sendo elas administradas por homens virtuosos e sábios; por fim, deveria ser determinado, somente mudando seu propósito se percebesse claras vantagens para seu reino.[329]

Essas eram as virtudes para um rei exercer bem a sua função, mas também eram presentes no ideal de nobreza, espelhado nos príncipes e reis. Além das citadas acima, havia outras virtudes que estavam diretamente vinculadas à função da cavalaria. D. Duarte, em

---

[324] D. Duarte. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**. Opus cit., 1982, capítulo 6, p. 43 e 45; ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo XI, p. 66.
[325] D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 8, p. 62.
[326] Idem, capítulo 6, p. 44.
[327] Ibdem, capítulo 11, p. 75.
[328] O infante D. Pedro escreveu um tratado sobre isso, nomeado de **A Virtuosa Benfeitoria**.
[329] D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 11, p. 75-76.

1437, escreveu um conselho ao infante D. Henrique, que seria o capitão das forças lusitanas que marchariam contra Tânger. O rei aconselhou ao seu irmão manter o bom costume e viver ordenadamente, realizando todas suas obras com boa ordenança e de forma justa e direita, tendo temperança em suas despesas e, acima de tudo, sendo magnânimo com os bons servidores, reconhecendo seus trabalhos através dos benefícios. No caso dos maus servidores, esses deveriam ser punidos para se tornarem bons e leais. D. Duarte destacou ainda a lealdade frente a Deus, ao rei e aos capitães, "lembrando vos que vos encomendey minha bandeira a qual deves gardar e defender como minha propria pesoa".[330] Ou seja, todos deveriam ser obedientes e leais àqueles que levariam a autoridade real, se esforçando para a realização de todas as coisas e mantendo a boa concórdia sendo piedosos.[331]

Para o infante D. Henrique, D. Duarte ainda aconselhou que tivesse um propósito justo e servisse a Deus, pois assim coisas boas e proveitosas lhe seriam outorgadas. D. Henrique deveria se esforçar mais que todos, demonstrando liderança, confiança e justiça, tratando igualmente a todos e os julgando conforme seus feitos. Tudo que fizesse deveria ser com bom conselho e com prudência, não começando algo por impulso e sempre considerando o serviço ao Senhor, principalmente quando se tratam dos feitos de guerra por ser de grande perigo a honra e a vida. O infante também deveria ser piedoso e misericordioso com todos, desde mulheres e crianças até os soldados que se rendessem e os prisioneiros, tratando-os bem e não realizando matança desnecessária, pois essa não era a vontade de Deus. O rei ainda lembra que os que fossem em tal empreitada contra os mouros seriam bem recompensados conforme o seu merecimento.[332]

Como Ramón Llull, na **Crônica da Tomada de Ceuta** Zurara afirmou que sete valores, divididos entre os cardeais e os teologais, definiam o caminho da virtude. Desses, os cardeais eram os que poderiam verdadeiramente encaminhar, os quais todas as outras virtudes acompanhariam o seu desenvolver. As virtudes cardeais pertenceriam ao encaminhamento da bem ordenada vida, e eram: a justiça, a prudência, a temperança e a fortaleza. Já as teologais eram as que pertenceriam inteiramente à alma, sendo a fé, a caridade e a piedade. O exercício das virtudes cavaleirescas dependia dessas, que levaria o nobre a praticar a contenença, a lealdade, a honra, a determinação, a grande e boa vontade de coração, a coragem, a liderança, a discrição, entre tantas outras. Uma virtude que não poderia ser exercitada, mas era herança

[330] D. Duarte. Opus cit., 1982, capítulo 21, p. 124.
[331] Idem, capítulo 21, p. 122, 124 e 125.
[332] Ibdem, capítulo 21, p. 126-129.

dos seus ancestrais era o valor do sangue. Do que foi citado, os que mais se destacam na obra de Zurara são as ligadas aos feitos de guerra, ou seja, virtudes e valores que o cavaleiro ideal deveria ter. Na **Crônica da Tomada de Ceuta**, segundo opinião de seu autor, aquele em que mais se destacaram tais virtudes e valores foi no infante D. Henrique, que foi representado como o nobre exemplar, o cavaleiro ideal e o bom homem cristão.

Notamos pouquíssimas diferenças entre as virtudes expostas pelos textos dos nobres no **Livro da Cartuxa** de D. Duarte e aquelas expostas pelo cronista Gomes Eanes de Zurara. A diferença está na forma como cada texto apresenta as virtudes, mas a importância de cada uma delas é destacada por todos os escritores. Com certeza o último teve contato com as opiniões expressadas pelos nobres e pelo rei, o que influenciou sua escrita. Por outro lado, o que um cronista de linhagem não enobrecida escreveu sobre valores e virtudes que os nobres deveriam ter não era necessariamente praticado ou entendido da mesma forma pela nobreza sobre a qual aquele mesmo cronista escreveu... Por isso, devemos levar em conta a vulgarização de modelos destacada por Duby,[333] ou seja, como a imagem e valores do cavaleiro cristão e, mais especificamente, de D. Henrique chegaram ao cronista e como esse os reproduziu e/ou reconstruiu em suas obras.

4.4. A LINHAGEM DE D. HENRIQUE NAS CRÔNICAS DE ZURARA

> *"[...] em este mereceu nascer da mais alta geração, que havia entre todos os príncipes cristãos, e mui aposta de seu corpo, com excelência de virtudes. E houve um dos honrados príncipes do mundo por marido, constituído em dignidade real, o qual a amava muito. E assim hove filhos, de que nunca viu nojo antes teve razão de se alegrar muito com eles, porque conhecia que nenhuma rainha do mundo tinha filhos semelhantes a eles".*[334]

Ramón Llull, o Conde Pedro Afonso, Fernão Lopes e também Gomes Eanes de Zurara atribuem uma grande importância ao sangue, à linhagem da qual descendia um nobre. Por isso, Zurara destacou em sua crônica não só a representação do nobre cavaleiro ideal

[333] Como há várias culturas, Georges Duby chamou atenção à complexidade cultural, onde as estruturas são tanto verticais quanto horizontais, o que nos dá a idéia de sobreposição de diferentes culturas (como a cultura nobre que permeia a camponesa, e vice-versa). DUBY, G. "11 – A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal". Opus cit., 1989.

[334] Referência de Gomes Eanes de Zurara ao tratar da linhagem que descendeu de D. João e de D. Filipa de Lencastre, a qual veio a ser conhecida como Ínclita Geração. ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo XLVI,p. 168.

incorporado em D. Henrique, mas também a construção e representação de sua linhagem. O sangue era um dos fatores que legitimaria seu papel como importante fidalgo português. Assim, nesse segmento chamamos atenção à imagem que Gomes Eanes de Zurara construiu daquela linhagem real, da qual também descendia o monarca D. Afonso V.

Zurara, logo no início do capítulo III de sua **Crônica de Guiné**, exalta a escritura como forma de manutenção dos conhecimentos passados, o que inclui a linhagem da qual descendem os grandes nobres, mas, nesse caso específico, quer relembrar a linhagem de D. Henrique, como vemos a seguir: "Primeiramente, porque a longa velhice dos tempos afasta da memória o próprio conhecimento das cousas passadas [...]. E pois por representação do presente aos que hão-de vir me assento a escrever, não devo passar calando a nobreza de tão alta geração".[335]

Quanto à linhagem de D. Henrique, nas palavras do cronista,

> "[...] porque é certo que a nobreza da linhagem, bem esguardada por algum seu descendente, muitas vezes por escusar vergonha ou por alguma maneira cobrar excelência, constrange a virtude e alevanta o coração para sofrer maiores trabalhos. Onde haveis de saber que el-Rei D. João, que foi o décimo rei de Portugal, aquele que venceu a grande batalha de Aljubarrota e filhou a mui nobre cidade de Ceuta, em terra de Africa, foi casado com Dona Filipa, filha do duque d'Alencastro, e irmã Del-Rei D. Henrique de Inglaterra, da qual houve seis filhos lídimos, scilicet: cinco infantes e uma infanta, que depois foi duquesa de Borgonha. Leixo alguns que em sua nova idade fizeram sua fim. Dos quaes filhos este foi o terceiro. E assim que entre os avoengas do padre e da madre, a geração daqueste cinge e abraça o mais nobre e mais alto sangue da Cristandade. [...] E foi isso mesmo irmão Del-Rei D. Eduarte e tio Del-Rei D. Afonso, reis que depois da morte Del-Rei D. João reinaram em Portugal".[336]

Dos filhos de D. João, houve um bastardo e uma bastarda, anteriores ao seu casamento com D. Filipa. O "varão" teria grande importância no contexto estudado. D. Afonso nasceu em 1377, antes do Mestre de Avis D. João cogitar a possibilidade de um dia ser rei. Quando o Mestre de Avis se torna D. João I de Avis, rei de Portugal, o bastardo D. Afonso começa sua ascensão, futuramente chegando a ser Duque de Bragança e cabeça de uma das mais poderosas linhagens do reino. Após o casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, começaram a nascer seus descendentes: D. Afonso, nascido em 1390, morreu aos dois anos; no ano seguinte nasceu D. Duarte, que sucederia D. João I como monarca de Avis; em 1392 nasceu D. Pedro; dois anos depois, em 1394, D. Henrique vem ao mundo, mas ainda não nascia o mito; em 1395, D. Branca, falecida na infância; já em 1397, veio ao mundo D. Isabel,

---

[335] ZURARA, G. **Crónica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo III, p. 19.
[336] Idem, capítulo III, p. 19-20.

que casou com o Duque de Borgonha; por fim, os dois últimos, o infante D. João, nascido em 1400; e, em 1402, o pobre mártir de Tânger, o infante D. Fernando, que foi santificado. D. João I e D. Filipa tiveram uma vasta linhagem que, naquele momento se destacou em toda a Europa, entrelaçando sua família às mais nobres da Europa. Futuramente, um de seus filhos seria mitificado (D. Henrique), um seria mártir e santificado (D. Fernando) e o outro perseguido e morto como traidor do rei (D. Pedro). Nas palavras de Oliveira Martíns, "quinze anos (1387 a 1402) de um procriar incessante: abençoadas entranhas! E durante este período, no vigor da vida, entre os trinta e os quarenta e cinco, o rei não teve um bastardo".[337]

Como podemos notar, a dinastia de Avis, segunda a governar Portugal, começou com D. João I e D. Filipa de Lencastre, uma fidalga inglesa. A linhagem da qual descende o príncipe D. Henrique foi representada dentro dos padrões exigidos para uma dinastia real, sendo D. João I um monarca exemplar e D. Filipa a mais virtuosa e cristã das rainhas.

Conforme a representação construída no texto de Zurara, vemos um D. João prudente em todas as suas empresas, que sempre buscou ouvir seus bons conselheiros e as Cortes para melhor poder governar. Também foi prudente em suas empreitadas bélicas, nas quais também se destacou por sua determinação e força, sendo ele vitorioso nas batalhas de outrora contra os castelhanos.[338] Sabemos que essa é uma reinterpretação de Gomes Eanes de Zurara sobre as ações de D. João I no período do Interregno, pois Fernão Lopes já havia narrado os feitos e vitórias daquele rei, construindo sua imagem ao longo de suas crônicas.[339] Naquelas obras, inicialmente D. João era inseguro e despreparado para o papel que queriam forçá-lo a aceitar, mas, com o tempo, aprendeu a ser o grande e virtuoso rei que deveria ser. Uma imagem completamente diferente da criada por Zurara. Porém, temos de levar em conta que Fernão Lopes narra os feitos que aconteceram durante e pouco depois do Interregno, enquanto Zurara narra os feitos realizados por D. João I quase trinta anos após Aljubarrota, a batalha que determinou a vitória portuguesa sobre os castelhanos em 1385.

Ao longo das obras de Zurara, a linhagem desse rei não é profundamente mencionada, pois mesmo sendo filho do rei Pedro, o Cru, tinha como mãe uma figura desprovida de grande importância no reino. Tendo sangue real só pelo pai, a realidade é que D. João foi um bastardo alçado ao trono, devido ao apoio de grande parte da segunda nobreza lusitana e do Terceiro Estado. Também graças aos seus feitos para a manutenção da independência de

---

[337] MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I**. Opus cit., 1993, p. 18.
[338] Referência à guerra contra Castela por conta do Interregno (1383-85).
[339] LOPES, Fernão. **Crônica de El-Rei D. João I**. 1ª e 2ª partes.

Portugal, ele ganhou o devido direito à Coroa. Esse direito foi reforçado por vários argumentos de doutores da Lei e da Igreja, além desses, também houve uma produção cronística posteriormente encomendada pelos primeiros reis dessa nova dinastia. Toda essa produção letrada com o intuito de legitimar o poder de Avis.

D. João, ao longo da crônica de Zurara, é representado como bom cristão, fazendo tudo que podia para o serviço de Deus e de seu reino.

> "Amava Deus em quanto cobiçava e desejava de O servir naquele ofício que a seu estado convinha, oferecendo seu peito a receber muitas chagas e feridas, não receando trabalho corporal nem espalhamento de sangue pelo Seu amor; e o que mais caro era não perdoar a sua vida por exalçamento de sua Santa Fé Católica".[340]

As principais virtudes imputadas a esse monarca são a fé e a prudência. Para decidir mover as forças lusitanas contra Ceuta, Zurara afirma que D. João procurou ter certeza de que aquela seria vontade de Deus, ouvindo a opinião dos doutores da Igreja e seus conselheiros para refletir sobre suas opiniões e a decisão que tomaria. Esse fato denota a virtude da prudência em D. João, que nas palavras do cronista "de trinta e uma virtudes que ao príncipe são apropriadas, muito lhe convém que seja cauteloso".[341]

Na pena do cronista, D. João não era apenas fiel a Deus e prudente, também era corajoso. Zurara afirma que o rei, que ele não conheceu, a nenhum reino nem a ninguém temia, ainda mais porque todos os feitos decididos e realizados na guerra contra os castelhanos foram ao seu favor. Em nossa opinião, o comentado acima denota certa imprudência, pois se era tão temerário a ponto de subestimar os inimigos e o perigo, não era nem tão prudente nem tão humilde...

Outras duas grandes virtudes atribuídas àquele monarca são a fortaleza e a humildade. Isso porque segundo o cronista ele foi corajoso nos momentos de dificuldades, enquanto na prosperidade soube reconhecer os feitos e serviços de todos, não buscando para si a glória que foi de um povo. Como veremos adiante, o cronista não se refere somente ao rei, pois essas virtudes também não faltaram a nenhum de sua linhagem, principalmente quando se refere a D. Henrique.

Para completar o perfil de D. João construído por Gomes Eanes de Zurara, esse monarca ainda era determinado e magnânimo. Independente das mais divergentes opiniões

---

[340] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo IV, p. 47.
[341] Idem, capítulo XII, p. 68.

sobre o ataque a Ceuta,[342] depois que havia decidido realizá-lo nada o impediu. Sempre escutava o Conselho, mas era ele quem dava a última palavra, afinal de contas, era o rei.[343] Após a conquista concluída, Zurara nos mostra como um rei deveria ser agasalhador e bom doador, fazendo festas e dando mercês e benfeitorias quando o tempo requer e são grandes os merecedores, como seus dois filhos que receberam os títulos de Duque de Coimbra (D. Pedro) e de Duque de Viseu e Senhor de Covilhã (D. Henrique).[344]

O último recebeu o senhorio de Covilhã pelos seus grandes feitos e por se destacar mais em campo de batalha do que qualquer um de seus irmãos durante a conquista de Ceuta. E como um bom rei, ele não foi só magnânimo com seus filhos, também doou rendas, mercês, títulos e outras benfeitorias àqueles que lhe serviram bem. Segundo Zurara, a conquista, os grandes feitos e os bons servidores, fizeram o rei se orgulhar de tão nobres e leais pessoas.[345] Afinal de contas, o rei deveria ter ao seu lado bons e fiéis vassalos, pois, com isso, aumentava sua própria honra, da sua Corte e a de seu reino.

Ainda há um elemento bastante interessante a ser abordado sobre o rei D. João na crônica de Zurara, que nos remete à visão providencialista presente nas crônicas tardo-medievais, o que já foi destacado por Galán Sanchez na cronística cristã Tardo-Antiga.[346] Em alguns trechos da obra, Zurara se refere a profecias e visões sobre a conquista de Ceuta. Conforme uma dessas profecias, contada ao capitão Afonso Furtado por um velho mouro, o destino da cidade de Ceuta era ser tomada por um rei luso de uma nova dinastia.[347] Porém, sabemos que Zurara escreveu o relato dessa suposta profecia muitos anos depois do acontecido, tendo-a escutado talvez de alguma de suas testemunhas, ou mesmo, inventado-a para legitimar mais ainda aquela dinastia e demonstrar como estava destinada a grandes feitos. Também encontramos outros trechos "proféticos", "visionários" ou "divinos",[348] pois Gomes Eanes de Zurara conhecia a metáfora da Sétima Idade,[349] que singularizaria os

---

[342] Sobre a divergência entre os portugueses ver ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXII, p. 204.
[343] Quanto à decisão final em relação do ataque a Ceuta ver ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXIII, p. 207.
[344] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo CI, p. 287.
[345] Idem, capítulo CII, p. 288.
[346] GALÁN SANCHÉZ, P. "Capítulo I – Constituyentes esenciales del género cronístico". Opus cit., 1994.
[347] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XVII, p. 85-86.
[348] Ver os trechos referentes à visão providencialista nas páginas da crônica de ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulos XXXV, LVIII e LXXXIX, p. 136-137, 195-197 e 260.
[349] "A metáfora da 'Sétima Idade' é a representação de uma 'nova era', fundada por gente 'nova' e alimentada por novos valores, o 'evangelho português". GUIMARÃES, Marcella L. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – "Decifra-me e te Devoro"**. Opus cit., 2004, p. 187.

portugueses. Além disso, esse cronista também trazia a influência de Fernão Lopes, que, por sua vez, referia-se a D. João I como o "Mexias de Lisboa".[350]

Essas visões e profecias, elementos mítico-religiosos, serviam para justificar, legitimar ou alertar. A partir desses relatos, o cronista acaba por justificar a conquista daquela praça como vontade divina, bem como D. João I, sua linhagem e o reino português como destinados a grandes conquistas. Durante a época em que Zurara escrevia, os portugueses governados por D. Afonso V e convencidos por D. Henrique e outros nobres entusiastas da guerra no Marrocos pretendiam continuar essas conquistas frente aos muçulmanos no norte da África.

Entretanto, dos 105 capítulos da **Crônica da Tomada de Ceuta** somente na primeira metade a figura de D. João I teve destaque. Ainda sim teve de competir com a atenção que o autor deu aos seus filhos, o herdeiro D. Duarte e os infantes D. Pedro e D. Henrique, com maior ênfase ao último. Geralmente o papel de D. João I nessa crônica foi nas constantes convocações do Conselho, onde era decidido o quê e como seria feito. Assim, D. João foi representado como um governante honrado e virtuoso, que sabia da necessidade do apoio da alta nobreza para a governação do reino e decisões de guerra, como Zurara demonstrou do início ao fim.

No que diz respeito à rainha Dona Filipa e sua linhagem, essa descendia da alta nobreza inglesa. A família Lencastre era um dos ramos da casa real, os Plantagenetas. Ela era filha de João de Gante, 1º Duque de Lencastre, e foi dada em casamento ao recém coroado D. João I da casa de Avis, nova dinastia reinante de Portugal, para confirmar o Tratado de Windsor.[351] Como podemos ver, o que faltava de valor de sangue a D. João era completado por D. Filipa.

Desde logo Zurara destaca a rainha. Quando é decidido pelo rei D. João I marchar contra Ceuta, a opinião dessa rainha e o seu consentimento para aquela empreitada era importante, mas não definitivo. Segundo o cronista, o rei e os infantes desconfiaram que ela não aceitaria de bom grado a realização daquele ataque encabeçado pelo seu marido e filhos. Ao contrário do esperado, a rainha surpreende o rei e seus filhos ao concordar com a realização daquele feito. Lemos no trecho abaixo o porquê da rainha consentir com a ida de seus filhos à guerra. Nas palavras de Dona Filipa,

---

[350] Ver GUIMARÃES, Marcella Lopes. Opus cit., 2004, p. 187.

[351] Tratado entre Inglaterra e Portugal que confirmou seu estatuto como aliados frente à ameaça franco-castelhana desde 1386.

> "[...] porquanto aquilo que meus filhos requerem é para ganharem honra, que vos já tendes ganhada. A qual eles ainda não têm senão por razão de vós e daqueles príncipes e senhores de que descendem. E, porém, lhes é necessário de a buscarem agora, sometendo seus corpos a grandes trabalhos e perigos, não receando sua morte se por algum caso acontecer por chegarem àquilo que seu avós percalçaram. Ca por certo não lhes fica pequeno emcargo depois de vossos dias, de conseguirem vossas virtudes e parte de vossa honra".[352]

Pelo fato daquele feito ser para o engrandecimento da honra de seus filhos e de sua linhagem, mas, principalmente por ter sido aceito por todos os doutores da Igreja como vontade e obra para Deus, a rainha concordou com a sua realização. Isso se justifica pela imagem que Zurara construiu dela, sendo a mais virtuosa e cristã das rainhas portuguesas, igualada inclusive à Isabel de Aragão, modelo de beatitude e boa rainha. No entanto, o cronista nunca se refere à aparência de Dona Filipa. Se era bela e de boas feições, Zurara não nos diz.

Como foi narrado por Zurara, a peste que assolou Portugal naqueles tempos vitimou D. Filipa. Essa foi exaltada pelo cronista em seus últimos momentos, "cujas grandes virtudes são dignas de grande memória".[353] Virtudes enaltecidas em nove capítulos da **Crônica da Tomada de Ceuta**.[354] O cronista afirmou que essa rainha tinha grande fé nos desígnios de Deus e uma grande coragem ao enfrentar dignamente o fim. Mesmo próximo à sua morte, ela pensou no engrandecimento e no encaminhamento de seus filhos, encomendando para eles três espadas e lhes entregando um pedaço do "lenho da Cruz" onde Cristo havia sido crucificado. A principal virtude dessa rainha era sua fé inabalável, demonstrada em sua devoção àquela relíquia sagrada já citada.

> "Meus filhos, disse ela, eu vos rogo que vós recebais esta preciosa jóia, que vos eu dou com grande devoção e que creais perfeitamente na grande virtude que Deus em ela pôs e como é perfeito remédio para todos os perigos da alma e do corpo. E quem nela tem verdadeira feuza cobra escudo firme e forte para sua defensão contra o qual não pode empecer nenhum inimigo espiritual nem temporal, especialmente contra os infiéis. E não tão somente é defensão contra eles, mas ainda destroimento segundo se conta no seu ofício o qual diz: fugit partes aversas, cá venceu o lião, o qual é Jesus Cristo que nela padeceu. E eu vos rogo, filhos, que sempre continuadamente, o convosco queirais trazer, cá não sabeis os dias, nem as horas dos perigos".[355]

A narrativa da morte da rainha se dá no capítulo XLVI, onde Zurara enaltece pela última vez tal personalidade. O cronista se refere em sua crônica aos dois caminhos possíveis

---

[352] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo XX, p. 92.
[353] Idem, capítulo XXXVIII, p. 145.
[354] Ibdem, do capítulo XXXVII até o XLV.
[355] Ibdem, capítulo XL, p. 152.

para qualquer pessoa seguir, sendo "um de virtude e outro de deleitação".[356] Conforme a crença da época, o caminho da deleitação levaria quem o seguisse ao inferno, sendo sua morte lamentada por sua "perpétua danação". Pelo contrário, aqueles que seguissem o caminho da virtude estariam ao lado do Senhor. Sendo a rainha uma mulher virtuosa, o cronista afirmou que ela seguiu este último caminho, pois nela havia as sete verdadeiras virtudes que estavam acima de todas as outras para encaminhar qualquer pessoa.[357] Era justa, prudente, tinha temperança e fortaleza, como bem demonstra a narrativa sobre como enfrentou seu fim, além de ter uma grande fé, ser caridosa e piedosa. Como afirmou Marcella Lopes Guimarães, "nela, o cronista via todas as virtudes. Ela é o par complementar de um rei com contornos definidos, juntos constituem a representação de um modelo da firme "amizade", como o **Leal Conselheiro** teoriza, para todos aqueles que gravitavam em torno da família de Avis".[358]

Muitas das virtudes dessa rainha são atribuídas nos textos de Zurara ao seu marido e aos seus filhos também. Dentre os últimos, o que mais Zurara aproximou à sua mãe em virtuosidade, fé e diligência no serviço de Deus foi o infante D. Henrique, principalmente no que dizia respeito ao ódio contra os "infiéis". Zurara justifica os constantes ataques e feitos movidos por tal infante contra os seguidores de Maomé, tanto pela sua devoção a Deus como pela herança daquele ódio deixado por sua mãe.[359] Ao final, o cronista relembrou e exaltou brevemente a linhagem cristã da rainha Filipa e do rei D. João I, enaltecendo os frutos de tão boa união, todos os infantes da primeira geração de Avis.

Após a morte de personagens de destaque na afirmação e independência de Portugal frente a Castela, surgem novas figuras, como "os infantes, símbolos da nova orientação do povo português que, chegado a um apogeu de vitalidade, procura, terminada de vez a luta com Castela, para além-mar nova esfera de acção para a sua actividade".[360] Assim, os infantes de Avis na **Crônica da Tomada de Ceuta** são os líderes de um reino que havia acabado de começar uma nova empreitada bélica no norte da África.

Na reflexão de Oliveira Martins, os três infantes de Avis mais destacados foram D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Os argumentos desse autor do século XIX já foram ultrapassados, mas é interessante expô-los para demonstrarmos como esses personagens

---

[356] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XLV, p. 164.
[357] Virtudes sobre as quais falamos no subtítulo anterior.
[358] GUIMARÃES, Marcella L. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – "Decifra-me e te Devoro"**. Opus cit., 2004, p. 239.
[359] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XLVI, p. 167.
[360] PERES, Damião. **D. João I**. Opus cit., 1983, p. 80.

foram representados por um longo período. Podemos dizer que na opinião de Oliveira Martins, D. Duarte era o mais fraco, "mostrava aquela virtuosa abnegação e a passividade que o matou", enquanto D. Pedro foi o mais humano e regrado dos três, terminando como o grande injustiçado e, por fim, o infante D. Henrique "mostrava a força de um homem de acção". O D. Henrique representado por Oliveira Martins era a encarnação do cavaleiro, o "herói, com a secura, com a dureza, com a desumanidade que as idéias fixas, condição do heroísmo impõe aos homens".[361]

Quanto à representação dos infantes nas obras de Zurara, D. Henrique era realmente o herói, modelo de cavaleiro e nobre. Mas, no que diz respeito a D. Duarte, aquela idéia de Oliveira Martins não é a representação construída por Gomes Eanes de Zurara, pois, como veremos a seguir, naquelas crônicas, D. Duarte não foi tratado como o fraco, mas sim, como o herdeiro de um grande reino, um cavaleiro audaz, um homem justo e acolhedor como um grande nobre deveria ser. Quanto a D. Pedro, Zurara tem pouco a dizer devido ao contexto de produção de suas obras, ficando o secundogênito ensombrecido frente aos seus irmãos.

Notamos na obra de Zurara a grande preocupação desses infantes com sua linhagem e posição. Quando D. João I queria realizar festas e torneios para fazer seus filhos cavaleiros, esses não aceitaram, pois consideravam festas e torneios, mesmo que grandiosos, um feito indigno de sua posição como infantes devido à "excelência de nosso sangue".[362] Ou seja, eles eram os mais honrados nobres do reino para que fossem feitos cavaleiros da mesma maneira que os "filhos dos cidadãos e dos mercadores" onde a honra residia na fama das despesas, não em "grandes feitos de fortaleza com grandes trabalhos e perigos" destinados à cavalaria dos fidalgos.[363] Eles queriam ser honradamente investidos cavaleiros com feitos de armas. D. Afonso, Conde de Barcelos, era da mesma opinião que seus três irmãos.

Eles se preocupavam com sua honra e seu sangue porque descendiam de duas grandes casas, a de Portugal e a da Inglaterra. E, acima disso, representavam eles mesmos uma dinastia real recém-fundada, precisando de realizações para firmar seu poder e dignidade, construindo uma imagem e alcançando o respeito e legitimidade frente aos outros reinos e dinastias. Esse irmão bastardo citado acima é também enaltecido pelo cronista, ainda mais porque no período em que Zurara escreveu tal crônica, D. Afonso tinha uma grande importância política no reino, na corte e sobre o rei D. Afonso V.

---

[361] MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I**. Opus cit., 1993, p. 25.
[362] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo VIII, p. 56.
[363] Idem, capítulo VIII, p. 56.

> "O conde de Barcelos era mais velho que nenhum deles. O qual, posto que falecesse na nobreza da geração quanto a parte da madre, fizera-o Deus tão virtuoso e de tamanha grandeza de coração que em todas as cousas de honra escondia a baixeza do sangue da madre. E, com isso, havia ele mui grande siso, pela qual havia no reino grande lugar para conselho, quanto mais ele fora destes reinos per espaço de grande tempo, e fora por casas de grandes príncipes e senhores, onde lhe fora dada grande autoridade, assim por ser filho de quem era, como pela grandeza do seu corregimento, porque além dos seus corregimentos serem grandes e bons levava consigo muitos senhores e grandes homens com outros muitos fidalgos deste reino de que sempre foi mui bem acompanhado. [...] Assim que por todas estas cousas, posto que os Infantes fossem tão prudentes e discretos, tomaram, porém, grande ousio para falarem a seu padre, quando viram que lhes o conde tão grandemente louvava seu bom propósito".[364]

Como podemos ler, mesmo não sendo filho legítimo, D. Afonso também era da alta nobreza por seu sangue paterno. Esse é mais um exemplo da grande importância do sangue na fidalguia portuguesa. Mesmo tendo uma linhagem materna obscura e duvidosa, ainda sim era neto e filho de reis, da mesma forma que seu pai D. João I, filho bastardo do rei D. Pedro. Mas, além disso, esse filho ilegítimo de D. João é exaltado por Zurara como um honrado e experiente nobre de grande importância e opinião na corte lusa. Isso nos mostra que a vontade desse senhor pesava sobre a política régia. Devemos lembrar sempre que Gomes Eanes de Zurara escreveu sua obra muito depois do feito realizado, quando D. Afonso, Duque de Bragança, e seus filhos tinham um peso imenso na política da corte de D. Afonso V.

O capítulo IX da **Crônica da Tomada de Ceuta** nos mostrou que a idéia inicial para que fosse definido qual feito seria realizado foi do vedor da fazenda, João Afonso, personagem que pouco aparece ao longo da crônica, mas que teve grande papel por apontar o "caminho" a ser seguido pelos infantes. Zurara enaltece os infantes e sua vontade através da percepção do vedor, que, segundo o cronista, percebeu a força que aqueles infantes empenhariam num grande e honroso feito.[365] Sendo a honra em toda a crônica uma das virtudes mais elogiadas, os infantes, ao representarem os homens mais honrados daquele reino, eram modelares.

> "Nem el-Rei dentro em sua vontade não sentia pequena ledice vendo as vontades de seus filhos assim dispostas para as cousas da honra, pelas quais conhecia todo o cumprimento de suas virtudes. Bem é verdade que, em todas as outras manhas que a grandes homens pertencia, conhecia ele toda sua disposição. Cá os via bem dispostos a cavalo e a pé, grandes monteiros e caçadores, e ligeiros para correr e saltar, e lançadores de barra e remessão, e desenvoltos nas armas para justar, e assim para quaisquer outros autos que à cavalaria pertencessem. [...] E, quanto à virtude, temos quatro graus por esta guisa. ss. bom, melhor, muito melhor, perfeito, assim como dizemos que há hi temperança, continência, perseverança, e o quarto modo destes

[364] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo VIII, p. 56.
[365] Idem, capítulo IX, p. 57-58.

> se chama virtude heróica, sobre a qual não há hi outra maior. [...] E porém el-Rei todas estas boas disposições e autos de virtudes conhecia em seus filhos, mas não era ainda em certa segurança com que coração suportariam os verdadeiros autos da fortaleza, os quais principalmente são nos trabalhos das guerras, mais que em outra nenhuma cousa, porque ali é presente, muitas vezes, perigo da morte, da qual o filósofo disse que era o fim de todas as cousas terríveis e espantosas".[366]

Esses trechos do capítulo XV refletem a opinião de Zurara através de palavras atribuídas a D. João sobre seus filhos. Ao mesmo tempo em que ele os exalta como homens virtuosos e bons naquilo que todo cavaleiro deveria ser, ele não tinha certeza se os infantes suportariam bem os feitos necessários numa guerra. Ora, fortaleza é o que todos os infantes demonstram na seqüência da narrativa, sendo destacada a coragem de D. Henrique.

> "E, sobre tudo, consideramos a idade em que somos, e como poderemos, mais honradamente, receber estado de cavalaria em algum lugar, onde se movessem alguns grandes feitos de armas ou trabalhos perigosos, onde nossa virtude pudesse ser demonstrada ante a vista de todos. Cá pois que os cavaleiros, principalmente, foram ordenados por que entre outros homens tenham avantagem no feito de armas, quanto mais aqueles a que Deus quis dar nobreza de geração, nos lugares onde se provam as forças e se experimentam os corações devam, mais honrosamente, receber a ordem daquele estado".[367]

Como podemos notar, para que os infantes fossem honrados e dignos da posição de cavaleiro eles precisariam realizar feitos grandiosos que enaltecessem suas virtudes frente a todos os grandes de Portugal e de outros reinos. Essa cobrança era aumentada por conta da "nobreza de sua geração". Os grandes feitos seriam realizados em Ceuta, em nome da fé, honra e proveito do reino, do rei e dos infantes, argumento utilizado por Zurara para legitimar e enaltecer ainda mais as realizações daqueles infantes naquela praça norte africana.

Os infantes D. Pedro e D. Henrique foram nomeados por seu pai e rei como os principais capitães daquela armada contra Ceuta. O encontro das armadas de D. Henrique e de seu pai, liderada pelo infante D. Pedro, foi enaltecido por Zurara, bem como os infantes, pois "cá certamente tais cinco filhos assim obedientes a seu padre e amigos entre si, nunca se achou em escrituras que os algum príncipe tivesse".[368]

Mas não só D. João encaminharia seus filhos, a rainha também o faria. Quando as espadas encomendadas pela rainha para agraciar seus filhos chegam às suas mãos, ela mandou-os chamar para entregá-las. A seguir vemos a narração do cronista sobre a entrega

---

[366] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XV, p. 78-79.
[367] Idem, capítulo XIX, p. 89.
[368] Ibdem, capítulo XXXVI, p. 141.

das espadas aos infantes pela rainha sua mãe, “herança” adiantada a seus filhos momentos antes de sua morte. Lê-se nesse capítulo o seguinte:

> “E, acabado assim estas cousas, chegou hi João Vasques de Almada, que trazia feitas e guarnecidas aquelas espadas em que já falamos, com as quais muito prouve à Rainha para com elas conseguir seu bom propósito. E, tanto que as teve em seu poder, fez chegar para acerca de si seus filhos e tomou a espada maior, e disse contra o Infante Duarte: Meu filho, porque Deus quis escolher entre vossos irmãos para serdes herdeiro destes reinos, e tivesse o regimento e justiça deles, a qual vos já el-rei, vosso padre tem cometida, conhecendo vossas virtudes e bondades, tão cumpridamente como se já fosse vossa, eu vos dou esta espada, e vos encomendo, que vos seja espada de justiça para regerdes os grandes e os pequenos destes reinos [...] e vos encomendo seus povos, e vos rogo que, com fortaleza, sejais sempre a eles defensão não consentindo que lhe seja feito nenhum desaguisado mais a todos cumprimento de direito e justiça [...]. E o Infante D. Duarte, com grande obediência pôs os joelhos em terra e lhe beijou a mão, dizendo que ele cumpriria o que lhe ela assim mandava com muito boa vontade [...]. E, depois, tomou a outra espada e chamou o Infante Dom Pedro, e disse-lhe: Meu filho, porque sempre des o tempo de vossa meninice vos vi muito chegado à honra e serviço das donas e donzelas, que é uma cousa que, especialmente, deve ser encomendada aos cavaleiros e porque a vosso irmão encomendei os povos, encomendo elas a vós. As quais vos rogo que sempre hajais em vossa encomenda. E ele lhe respondeu que lhe prazia muito, e que assim o faria sem nenhuma dúvida [...] Ainda nos fica por dizer da terceira espada, que foi dada ao Infante Dom Henrique, o qual a Rainha chamou [...] e disse. Bem vistes a repartição que fiz das outras espadas que dei a vossos irmãos. E esta terceira guardei par vós. A qual eu tenho que assim como vós sois forte, assim é ela. E porque a um de vossos irmãos encomendei os povos, e a outro as donas e donzelas, a vós quero encomendar todos os senhores, cavaleiros, fidalgos e escudeiros destes reinos, os quais vos encomendo que hajais em vosso especial encargo. Cá pero todos sejam de el-rei, e ele deles tenha especial cuidado, cada um em seu estado, eles porém haveram mister vossa ajuda para serem feitas aquelas mercês que estiver em razão. Cá muitas vezes acontece, que por informações falsas e requerimentos sobejos dos povos, os rex fazem contra eles o que não devem [...]. Senhora disse o Infante, vossa mercê seja muito certa que, enquanto me a vida durar, terei firme nembrança de tudo aquilo que me ora assim encomendais, para cumprimento do qual ofereço todo meu poder e boa vontade. E, então, lhe beijou a mão, dizendo que tinha muito, em mercê, aquela espada que lhe assim dava, a qual ele não sabia estimar a nenhum preço [...]”.[369]

Desse momento podemos notar que D. Duarte, pai do rei D. Afonso V que encomendou as crônicas, já era enaltecido como justo e herdeiro de direito do trono português, o qual Zurara já sabia que governaria de forma justa e sábia, mas brevemente. Entretanto, não é esse o momento que mais nos interessa, mas sim, o seguinte, quando a rainha chamou o segundo e o terceiro filho, respectivamente D. Pedro e D. Henrique. O primeiro dos dois era o secundogênito, mais próximo da sucessão que o terceiro. No entanto, no momento em que essa crônica foi escrita sabemos que o infante D. Pedro havia caído em desgraça frente ao então recém-coroado D. Afonso V. Temos certeza de que por isso seu papel ao longo de toda a crônica foi minimizado, inclusive ao receber a espada que sua mãe lhe concedeu com a missão de cuidado com as damas. Ou seja, ele ficou na sombra do

[369] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XLI, p. 152-155.

terceiro filho, que nas palavras atribuídas pelo cronista à própria rainha, era o "forte" infante D. Henrique, que recebeu de sua mãe o papel de "zelar" pelos nobres, que mesmo estando em sujeição ao seu irmão D. Duarte, deveria ajudá-los quando a injustiça os atingisse.

Nesse momento nos questionamos sobre quem obraria as injustiças contra os nobres lusos que justificasse um defensor especial? O cronista está se referindo ao monarca? Pois se for, é um conselho perigoso, já que o rei era o principal detentor da justiça no reino, sendo essa, supostamente, uma de suas maiores virtudes. Ou Zurara estaria se referindo à injustiça alimentada e cometida contra o infante D. Pedro pelo seu meio-irmão D. Afonso, Duque de Bragança? Essa também seria uma opinião perigosa, pois esse Duque, no momento em que Zurara escreveu sua crônica, tinha grande influência sobre o rei e muito poder no reino português. De qualquer forma, Gomes Eanes de Zurara contava com o aval do rei para o que escrevia, bem como, com a proteção de outro importante nobre do reino luso, o infante D. Henrique.

Segundo o cronista, na única reunião do conselho presidida pelo herdeiro D. Duarte para decidir sobre o feito de Ceuta, todos os infantes concordaram com a partida para a praça mauritana, mas a ida imediata foi questionada pelo Condestável e outros nobres que chamaram atenção a duas razões: a doença e morte da rainha e de outros portugueses, que poderia ser aviso de Deus de que tal feito não era sua vontade; e também que, por conta da peste que assolava o território português, parte dos preparativos para a realização do feito ficou por fazer, o que demoraria um mês e já seria inverno, período não propício para guerras.[370]

Assim, por conta da peste em Portugal e da morte da rainha, muitos ainda questionavam se a tomada de Ceuta seria ou não serviço de Deus, colocando cada vez mais empecilhos para realizá-la.[371] Na crônica, em todos os momentos, os infantes continuaram favoráveis ao ataque a Ceuta, argumentando que a peste e as mortes eram provações divinas para a fortaleza e ânimo dos portugueses. Por fim, o rei decidiu continuar com o feito e contou com o forte apoio de seus filhos e sua determinação.

Diferente daquela opinião de Oliveira Martins, nessa crônica de Zurara há vários trechos onde o herdeiro D. Duarte é grandemente exaltado, como um soldado de Cristo, pois, segundo o cronista, a intenção não era converter os infiéis à cristandade, mas sim, eliminá-los, o que se coaduna ao espírito de Cruzada. Isso se nota na seguinte fala atribuída a D. Duarte:

---

[370] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo XLVII, p. 171.
[371] Idem, Capítulos XLVII, XLVIII e XLIX.

> "E o Infante [D. Duarte], ouvindo aquelas razões, começou a se rir contra eles, dizendo que sabiam mui mal conhecer a verdadeira intenção daquele sinal. 'Pois que quer isto al dizer' disse ele, 'senhão que, assim como em esta minha mão primeiramente pareceu sangue assim espargerei eu hoje com ela, com a graça de Deus, tanto sangue dos corpos dos infiéis até que, por força do meu braço, os veja sair ante de mim fora de sua cidade".[372]

O início da batalha foi narrado a partir dos relatos de D. Henrique. O cronista exalta a coragem dos portugueses ao saírem em terra, sendo o infante Henrique um dos primeiros, dando o sinal para o desembarque do restante que o acompanhava. D. Duarte se juntou a esse irmão, escapando dos cuidados de seu pai e rei para poder participar da refrega, sendo muito exaltada essa saída à praia, tendo sido grande honra para os homens que dela participaram.[373]

Quando começa a narração sobre o desembarque e o início da batalha, os infantes mais citados são D. Henrique e D. Duarte, enquanto o infante D. Pedro e o Conde de Barcelos são vagamente referidos. A honra desse feito foi atribuída primeiramente a Cristo e em segundo àqueles que dele participaram, pois o cronista sempre se refere à vontade de Deus em relação à vitória portuguesa. Os infantes que já estavam dentro das muralhas esperaram os reforços para poderem se espalhar pela cidade e conquistá-la. Nesse momento, novamente aparece na crônica o nome do vedor da fazenda, João Afonso, que além de ser o primeiro idealizador de "tão santa e tão honrada cousa",[374] foi também um daqueles que dela participou ativamente.

A partir de então podemos notar um grande elogio ao herdeiro D. Duarte, ainda que a regra nessa crônica tenha sido o destaque aos feitos de D. Henrique. Enquanto os dois infantes e o conde estavam em batalha, D. João e D. Pedro estavam nos barcos ainda falando das estratégias a serem seguidas. Quando vão desembarcar para se juntarem aos que estavam na cidade, ao procurarem o infante D. Duarte, descobrem que esse já havia se juntado ao seu irmão D. Henrique desde o início da batalha.

> "A bom tempo', disseram alguns daqueles fidalgos, 'podemos nos já ir para levarmos daqui honra nem nome, que nos muito preste, quando a cidade é já entrada'. E então contaram a el-Rei o grande arruído que ouviam dentro como lhe parecia que às vezes ouviam o som das trombetas. 'Por certo', disseram eles, 'bem-aventurados foram aqueles que se acertaram de ser em aquele ajuntamento, cá de toda a honra deste feito levam eles a melhor parte. [...] E em isto chegaram as novas em certo, como a cidade era entrada. E os Infantes e conde de Barcelos andavam dentro espalhados cada um por sua parte. Na sua ledice não falo, cá posto que ele na sua vontade tivesse tamanha como era razão não a demonstrou muito em sua contenença. Cá este era seu jeito em todas as cousas nunca amostrar contenença alegre, por grande bem-

[372] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXXII, p. 224.
[373] Idem, capítulo LXXII, p. 225.
[374] Ibdem, capítulo LXXIV, p. 229.

> aventurança que lhe viesse, nem isso mesmo tristeza pelo contrairo. [...] Mas começou de se rir contra os outros, quando soube a maneira que o Infante Duarte tivera em se esconder dele, para ir com seu irmão em aquela dianteira. 'Parece, disse ele, 'que meu filho não quis esperar, porque entendeu que, por azo de minha velhice, sairia mais tarde, ou seria mais pesado que ele para saltar e quis ir com seu irmão, porque lhe sentiu a vontade mais acesa que a minha. Mas dou muitas graças a Deus, porque lhe mostrou tão asinha o fim de seu desejo".[375]

O texto de Zurara denota a coragem, determinação e sanha guerreira de D. Duarte, qualidades que nas palavras do cronista eram grandemente destacadas também em D. Henrique. Parece-nos que esses dois infantes tinham grande vontade de lutar contra os mouros, mais que qualquer outro de seus irmãos, servidores e outros fidalgos. O fato de D. Duarte ter buscado o engrandecimento de sua honra em combate muito agradou o rei, mas os grandes senhores que ainda não haviam entrado na peleja se frustraram por não terem participado da grande refrega nos portões da cidade, que foi tido como um dos maiores feitos dessa conquista. Elogiar D. Duarte e D. Henrique só deixa os dois mais próximos em honra, ou seja, pai e tio do rei comitente.

O momento de consagração dos infantes nos é contado no capítulo XCVI da **Crônica da Tomada de Ceuta**, quando finalmente são investidos cavaleiros.

> "Depois que a Missa foi acabada, os Infantes se foram para suas pousadas armar. E assim todos juntamente vieram à igreja, a qual cousa era muito formosa de ver, cá eles haviam todos grandes corpos e bem feitos e vinham armados em seus arneses mui limpos e guarnidos e com as espadas da benção cintas e suas cotas de armas. E ante eles iam muitas trombetas e charamelas, de guisa que não sei homem que os pudesse ver que não tomasse mui grande prazer e muito mais aquele que com eles havia maior divido que era el-Rei seu padre. [...] E, tanto que chegaram ante ele, o Infante Duarte se pôs primeiramente em joelhos e tirou a espada da bainha e beijou-a e meteu-a na mão a seu padre e fez-o com ela cavaleiro. E por semelhante guisa fizeram seus irmãos. E isto assim acabado, beijaram-lhe a mão e afastaram-se para uma parte, cada um para fazer os de sua quadrilha cavaleiros".[376]

Após a grande missa rezada pelo frei João Xira, o rei convoca os seus filhos à sua presença para lhes agraciar com a honra da cavalaria. Após receberem aquela honra, todos os infantes, como grandes nobres que eram, fizeram cavaleiros os mais merecedores dos seus servidores, o que demonstrou sua gratidão, bondade e magnanimidade com aqueles que os acompanharam.

Como notado por Adriana Mocelim na análise do **Livro de Linhagens** do Conde Pedro Afonso, também notamos nas duas obras de Gomes Eanes de Zurara exemplos de tradições cavaleirescas, da importância da linhagem na constituição da nobreza e de modelos

[375] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXXV, p. 232.
[376] Idem, capítulo XCVI, p. 276-277.

ideais de cavalaria e virtude. Sendo assim, concluímos pedindo empréstimo à autora, que afirmou que "a obra constitui-se como uma forma de transmissão ideológica, que ao mesmo tempo reforça a legitimidade de sangue da nobreza, que cerca o rei, fornece a ela um modelo de estruturação interna [...], além da caracterização do nobre ideal",[377] que, no nosso caso, é o infante D. Henrique.

4.5. D. HENRIQUE, DO CAVALEIRO AO NAVEGADOR

A Cabeça do Grifo/O Infante D. Henrique
Em seu trono entre o brilho das esferas,
Com seu manto de noite e solidão,
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras –
O único imperador que tem, deveras,
O globo mundo em sua mão. [378]

Adalberto Alves, em seu estudo sobre a influência do passado árabe em Portugal, ao falar sobre o homem e o mito de al-Mut'amid afirma que "[...] nós, ao abordarmos uma figura, não nos devemos sentir frustrados por não atingirmos a sua verdade absoluta. Os seres têm muitas verdades e a realidade é algo para além da soma dessas verdades, a verdade é uma realidade cambiante".[379] A partir dessa opinião, podemos pensar que para cada época existe uma representação sobre um mesmo homem, sendo ela encarada como uma verdade conforme a necessidade de seu contexto e também a experiência individual de cada leitor e propagador das histórias daquele personagem. Assim, ao refletirmos sobre os seis séculos de construções em torno do infante D. Henrique que, de nobre e cavaleiro exemplar passou a ser o coordenador de uma das maiores empreitadas da humanidade, tornando-se o Navegador (mesmo tendo enfrentado as intempéries do mar-oceano poucas vezes em sua vida), podemos afirmar que para cada época houve uma representação. Hoje buscamos desconstruir algumas verdades dentro de uma análise histórica que leve em conta meandros contextuais, materiais, culturais e mentais do final da Idade Média portuguesa.

Inicialmente faremos uma nota biográfica, para depois tratarmos da leitura de certos autores sobre esse infante português. No ano de 1408, o infante D. Henrique, com 14 anos, recebeu do rei D. João I Casa à parte com servidores, rendas, fidalgos e escudeiros. Três anos

---

[377] MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português**. Opus cit., 2007, p. 100.
[378] PESSOA, Fernando. **Mensagem** in **Obra Poética** - volume único. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1994, p.76.
[379] ALVES, Adalberto. **Portugal – Ecos de um passado árabe**. Colecção Lazúli. Instituto Camões, 1999, p. 13.

depois, conforme afirmado na obra de Zurara, quando seu pai queria dar as armas da cavalaria a seus três filhos legítimos mais velhos, o cronista afirmou que D. Henrique foi o mais insistente na opinião a favor de mover um verdadeiro feito de armas frente aos "infiéis". Como sabemos, essa vontade dos infantes e outros nobres portugueses acarretou no ataque a Ceuta (1415). Desde então, D. Henrique aparece como um ferrenho partidário da política militar no Marrocos, influenciado pelo ideal cruzadístico e pela ambição de realizar grandes feitos a "serviço de Deus e do reino".[380]

Com a decisão do rei D. João I de manter Ceuta como domínio luso, em 1416 esse rei nomeou D. Henrique vedor e superintendente dos negócios de Ceuta e da defesa marítima da costa algarvia contra a pirataria berbere. Já como responsável pela defesa da mais nova posse lusa, em 1419, ele foi a Ceuta repelir o cerco mouro e manter o domínio sobre esse potentado. Nesse ano e no seguinte, ficou algum tempo na cidade magrebina levantando informações sobre os domínios e ações muçulmanas no norte da África, pois tinha como intuito a realização de outra conquista nesse território, o que não ocorreu naquele momento.[381] Para prover o infante D. Henrique dos recursos necessários para tal feito, D. João I, com anuência do papado, também o nomeou governador e regedor da Ordem de Cristo no ano de 1420. Em 1442, o infante D. Henrique recebeu do regente D. Pedro o direito sobre o monopólio das navegações e comércio dos produtos encontrados ao longo da costa africana.

A continuidade dessas viagens, que aconteciam em um número muito menor do que na década anterior, levou os portugueses a encontrarem algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde e, em 1460, eles chegaram à altura da Serra Leoa. Todavia, a nobreza, então envolvida na política e no círculo do poder, era muito mais favorável a conquistas militares do que às viagens exploratórias, já que seus interesses estavam circunscritos a uma política expansionista/belicista, não a uma política expansionista/comercial. Dentre os principais nobres propagandeadores desses interesses, estava o então governante da Ordem de Cristo, Duque de Viseu, senhor de Covilhã e defensor de Ceuta, o infante D. Henrique.

Esse nobre não pode acompanhar o desfecho da política marroquina de D. Afonso V, que seria cognominado o *Africano* por suas conquistas naquelas terras, porque faleceu a 13 de novembro de 1460. Esse nobre cavaleiro cristão, que foi considerado por muito tempo como o principal organizador das empresas lusas no além-mar na primeira metade do século XV, o que não significa que era um mareante e um descobridor, morreu sem alcançar seus objetivos

[380] SERRÃO, J. V. **Portugal en el Mundo – un itinerário de dimensión universal**. Opus cit., 1992, p. 65.
[381] Idem, 1992, p. 67.

contra as forças islâmicas: cercá-las e destruí-las. Todavia, deixou uma herança de valor incalculável para o reino português, pois organizou e possibilitou, juntamente com o infante D. Pedro durante a sua regência, a abertura de caminhos antes desconhecidos,[382] além de emprestar sua biografia para robustecer um mito: D. Henrique, o *Navegador*.

Ivana Elbl contextualiza as produções em torno do infante D. Henrique, sendo que nas mais antigas, anteriores à década de 1970, ele é tratado como o herói da cultura portuguesa, um mito, sendo cavaleiro ou navegador – esse último epíteto prevalece. O aspecto laudatório, que ligava Henrique ao destino grandioso de um país que transcendia seus limites continentais, foi desenvolvido de forma destacada durante o Salazarismo.

Por outro lado, também existem obras que tentaram dissociar o infante dessa imagem, tentando trazer o homem por trás do mito e contextualizá-lo em seu tempo. Dessas, destacaram-se várias produções, sendo realçada ao longo do texto de Elbl a biografia escrita por Peter Russel, **Henry 'the Navigator': a life**. Não tivemos acesso a tal livro a tempo de incluí-lo nessa dissertação, mas, como a autora afirmou, os historiadores que seguiram a linha de Peter Russel, dentre eles ela própria, devem procurar não desvincular a realidade material da cultural, levando em conta os meandros políticos na corte portuguesa bem como as ideologias ali presentes.[383] Para Ivana,

> "[…] Dom Henrique differed from his contemporaries in that his self-image remained rooted in such constructs more or less consistently throughout his life span. He continued to strive for self-realization in terms of the ideology of his social group when most others abandoned it as their youth waned away. They settled down and came to focus on their estates, offices, court politics, and families, while paying only lip service to their professed values, or allocating to them very limited amounts of time that did not interfere with other activities. For Dom Henrique, fame and honour remained the foremost objective throughout his lifetime. His other pursuits were subordinate to it. Wealth, economic privilege, and domestic power were important tools, and he accumulated them as avidly, if not more rapaciously, than his peers. Yet all of it was hardly enough. Throughout most of his adult life, Dom Henrique suffered from a deep frustration caused by the disparity between his self-actualization needs and the means available to realize them. It is true, however, that much of this frustration was shared by the members of his own generation and the following one. The attempts made by three of his brothers and his adoptive son to leave the kingdom and seek glory and wealth elsewhere are indicative of the limitations that conditions within Portugal and the size of the country imposed on its elite in the first half of the fifteenth century".[384]

Dessa maneira, a autora afirma que devemos levar em conta "that the relations between the Portuguese nobility and the Crown, as well as the dynamics of this group's

---

[382] SERRÃO, J. V. Opus cit., 1992, p. 70.
[383] ELBL, Ivana. "The State of research – Henry 'the Navigator". In.: **Journal of Medieval History**, 27, 2001.
[384] Idem, p. 97.

fortunes in the later middle ages, are key to understanding Dom Henrique".[385] Isso porque, as condições impostas pelo pequeno reino de Portugal, bem como as ambições de D. Henrique como nobre e cavaleiro, não diferiam muito das dos outros nobres portugueses, a não ser na intensidade e persistência investidas pelo infante no controle de suas prerrogativas: alcançar a honra em feitos bélicos, preferencialmente na conquista de terras frente aos muçulmanos.

No século XIX o perfil de D. Henrique foi grandemente dignificado por um historiador, Oliveira Martins. Esse o chamou de "o Cipião português e inventor do nosso Império ultramarino",[386] destacando tal personagem histórico acima de qualquer outro de seu período. O infante D. Henrique, que tinha como mote "*talent de bien faire*", foi representado por Oliveira Martis como aquele que buscou sempre proceder com acerto e justiça, sendo o primeiro grande líder da maior aventura portuguesa, a expansão ultramarina.

> "A simpatia e a grandeza dos homens, como foi o infante D. Henrique, não está propriamente, pois, no caráter ou na individualidade: está na empresa a que se devotaram. E como o plano do infante era verdadeiro e fecundo; como a sua idéia de um Portugal novo, destacando-se da Espanha e estendendo-se, pelos confins de Marrocos, África em fora, a limites indeterminados nas regiões desconhecidas do mundo, provou afinal ser uma realidade, devemos-lhe, nós portugueses, uma segunda pátria; e deve-lhe a civilização européia uma das três ou quatro conquistas fundamentais. É isto apesar das sombras que por vezes lhe escurecem a vida, e de não se lhe encontrar beleza, nem o encanto humano que distinguem outros filhos de D. João I".[387]

Por que, na visão de Oliveira Martins, D. Henrique se diferenciou dos da sua época? Porque, para esse autor, ele era o herói encarnado, o preferido de D. João I por ter o perfil mais próximo ao dele, sendo o mais audaz, astuto, enérgico e tenaz em seu propósito do que qualquer outro infante daquela geração e, como os relatos demonstraram, para Oliveira Martins, ele foi "instrumento do próprio desígnio".[388] Como sabemos, a perspectiva de Martins é turvada pela prática histórica embebida por um forte nacionalismo, onde é nostalgicamente destacada a idade de ouro portuguesa, representada pela expansão para além-mar. Assim, não são levados em conta muitos aspectos necessários dentro da análise histórica, como o contexto, a mentalidade, a cultura e o meio no qual aquele infante estava inserido, sendo ele o nobre dos nobres, acima da nobreza e, quiçá, do próprio rei.

---

[385] ELBL, Ivana. Opus cit., 2001, p. 97.
[386] MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I**. Opus cit., 1993, p. 18.
[387] Idem, p. 58.
[388] Ibdem, p. 57.

Aproximado de Oliveira Martins, mas não realçando o infante acima de seus pares, Damião Peres também traça um perfil para D. Henrique, representando-o como o "chefe das novas correntes de aspirações [viagens pelas costas africanas e para as ilhas atlânticas] [...], a figura do Infante de Sagres, cuja tenacidade, energia e espírito metódico e persistente foram elementos importantíssimos para a cabal execução da empresa".[389] Sabemos que a análise de Damião Peres se distingue da de Oliveira Martins, mesmo que ainda imbuída do heroísmo pintado pelo segundo, difere dele por não considerar determinante a ação do infante para que ocorresse o início da expansão portuguesa para fora da Península Ibérica.

A análise de Silvio de Galvão Queirós é mais coerente, mesmo que levando em conta somente as construções de Zurara. Silvio de Galvão destaca o papel de intermediário entre o rei e a nobreza desempenhado pelo infante D. Henrique, sendo ele o príncipe que recebeu de sua mãe a espada encomendada para exercer tal função nas relações régio-nobiliárquicas. Além disso, as "virtudes e ações confluem, na imagem do infante D. Henrique, para a categoria compósita de súdito, tanto leal quanto fiel".[390] Com isso, D. Henrique era o exemplo a ser seguido pela nobreza portuguesa. Para Queirós, "a imagem do infante D. Henrique constituída na **Crônica da Tomada de Ceuta**, teve como modelo o rei de Avis",[391] sendo a imagem de um guerreiro, cruzado cristão, mas, acima de tudo, um súdito fiel e leal, "espelho para todos os vivos". Mesmo sendo o ideal a ser seguido, ele ainda estava subordinado a toda a estrutura régia, sendo dependente dessa como qualquer outro nobre.

Querendo ou não, o herói da **Crônica da Tomada de Ceuta** é o infante D. Henrique, mas, como fez Marcella Lopes Guimarães, devemos questionar em alguns momentos o perfil daquele infante. Pois, ainda que "aos nossos olhos muitos de seus gestos [de D. Henrique] colocassem em risco a segurança dos seus homens, Zurara está convencido a elogiar a ardileza 'natural' do infante [...]".[392] Em sua pesquisa sobre a imagem do rei D. João I nas crônicas de Fernão Lopes e na primeira crônica de Zurara, essa historiadora reconhece que na última a apologia ao infante Henrique é mais destacada que a figura do próprio rei português, o que não significa a preeminência desse infante nos quadros régio-nobiliárquicos de Portugal.

---

[389] PERES, Damião. **D. João I**. Opus cit., 1983, p. 91.
[390] QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **"Pera Espelho de Todollos Uiuos" – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1997, p. 183-184.
[391] Idem, p. 241.
[392] GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Opus cit., 2004, p. 241.

O que podemos dizer da imagem criada em torno desse infante é que, ao longo dos séculos, ele apareceu como o guiador,[393] o coordenador[394] e o líder do início da epopéia marítima lusitana, mas ele não era o *Navegador*. Ele era um nobre que encarnou o perfil e a função de cavaleiro, dentro da perspectiva portuguesa do século XV, que tinha como objetivo lutar contra as ameaças ao seu reino e à cristandade, bem como se destacar honradamente dentro da sociedade nobiliárquica e da corte portuguesa. No entanto, qualquer sociedade necessita de heróis, além de personificar neles os grandes acontecimentos de seu momento. Por isso, normalmente quando falamos de expansão portuguesa, pensamos rapidamente no infante D. Henrique, o *Navegador*.

4.5.1. INFANTE D. HENRIQUE, "O MAIOR DOS PRÍNCIPES CRISTÃOS", POR GOMES EANES DE ZURARA

Na obra de Zurara, D. Henrique é o príncipe a ser exaltado. Ele recebeu tantos elogios do cronista, que chegamos a questionar a relação entre cronista/infante/rei. Esse filho da segunda dinastia tem singular destaque frente a seus irmãos e, inclusive, frente a seu pai e rei, D. João I, sendo que o objetivo declarado da **Crônica da Tomada de Ceuta** era dar continuidade à narração dos feitos do primeiro monarca de Avis. Isso foi realizado, porém, a apologia ao infante D. Henrique tomou grande parte da obra.

Esse infante foi elogiado por Gomes Eanes de Zurara, acima de tudo, por sua vontade em combater os mouros "infiéis". Mas o elogio do cronista teve como base o perfil de D. Henrique em 1449-1450, quando ele já era um dos mais altos dignitários na corte portuguesa. O cronista, em muitos momentos dessa crônica, utiliza como referência para construir a imagem do infante D. Henrique e contar seus feitos, o já experimentado cavaleiro que narrou para Zurara a história daqueles eventos, ou seja, não o jovem infante, mas sim, o prestigiado cabeça de uma das maiores Casas portuguesas.

O cronista afirma que Henrique foi o primeiro dos infantes a ser comunicado sobre as razões de D. João I sobre o ataque a Ceuta, mas e o herdeiro D. Duarte? Isso é justificado por

---

[393] "O seu papel fundamental foi o de guiador, de impulsionar os seus corsários, de chefe de uma casa senhorial onde se acoitaram corsários, mercadores, pilotos, marinheiros, escudeiros que abriram as portas fechadas do Bojador". COELHO, Antônio Borges. **Clérigos, Mercadores, Judeus e Fidalgos**. Lisboa: Caminho, 1994, p. 3. Apud: NASCIMENTO, Renata C. de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Opus cit., 2005, p. 40.

[394] CORTESÃO, Jaime. **Obras completas 1 e 2 – Os Descobrimentos Portugueses I e II**. Opus cit., 1990.

Zurara nas supostas palavras do próprio rei, que considerava D. Henrique o mais disposto dos irmãos a fazer guerra contra os mouros, como vemos a seguir:

> "E, porém, determino com Sua Graça e ajuda de começar a prosseguir este feito até o pôr em fim, não me falecendo alguma daquelas cousas por que, razoadamente, deva ser estorvado. E, pois vos Deus aqui trouxerem ora que eu isto assim houvesse e de determinar, praz-me que vós [D. Henrique] sejais o mensageiro que leveis as novas a vossos irmãos, e lhe declareis toda minha intenção pela guisa que vo-la tenho dito. Bem é verdade que todo aqueles filhos de el-Rei tinham mui grande desejo de ver aquele feito posto em fim, mas nenhuma daquelas vontades não era igual da do Infante Dom Henrique, cá isto nascera com ele, como já disse. E, porém assim como homem a que muito prazia daquelas novas, assentou os joelhos em terra e beijou as mãos a seu padre, dizendo que lho tinha em grande mercê". [395]

Na narração do cronista, esse príncipe foi escolhido pelo pai para levar as notícias de sua decisão para os seus irmãos, não sendo ele nem o primogênito nem um conselheiro do rei naquele tempo. Mas, segundo Zurara, dentre os primeiros infantes de Avis, era em Henrique que se destacava a maior vontade de realizar feitos de armas, principalmente, contra os mouros. Sua ardileza tão exaltada abre brechas à contradição, quando o infante insiste junto a seu pai em ser o primeiro a sair em terra no momento em que fossem contra Ceuta, denotando sua coragem e vontade. Todavia, também demonstra imprudência, pois ainda era inexperiente na guerra. O próprio Gomes Eanes de Zurara, como também os falecidos D. João I e seu filho D. Duarte, consideravam a prudência uma das mais importantes virtudes a serem exercitadas, o que não se aplicou inteiramente a D. Henrique na **Crônica da Tomada de Ceuta**.

> "[...] o Infante Dom Henrique, que muito desejava, por seu corpo, fazer alguma cousa avantajada, chegou a seu padre e disse: Senhor, primeiro que, por estes feitos, mais vades adiante, porque sinto que, com a Graça de Deus, vão já por tal via que virão a bom fim, eu vos peço, por mercê, que me outorgueis duas cousas ss. a primeira que eu seja um dos primeiros que filhe terra, quando, a Deus prazendo, chegarmos davante a cidade de Ceuta; e a segunda é que, quando a vossa escala real, for posta sobre os muros da cidade, que eu seja aquele que vá primeiramente em ela que outro algum. [...] El-Rei olhou contra ele com contenença toda cheia de riso e lhe respondeu por esta guisa. Meu filho, vós hajais a benção de Deus e a minha, por terdes tão boa vontade para meu serviço e para acrescentamento de vossa honra. Empero, pelo presente, eu não vos respondo a nenhuma dessas cousas, mas, prazendo a Deus, eu vos responderei a elas em outro tempo mais pertecente, para se dar que agora". [396]

Ora, D. João I já tinha um primogênito, D. Duarte. Talvez por esse motivo não tenha respondido imediatamente à vontade de seu terceiro filho. Ao chamar atenção à vontade de D. Henrique em ser o primeiro, aparentemente sem ter levado em conta seus irmãos mais velhos,

---

[395] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo XIV, p. 77.
[396] Idem, capítulo XXV, p. 104-105.

pode parecer que ele pensava em se destacar acima daqueles, retirando a primazia dos que nasceram antes e tinham direito àquela posição. Essa é apenas uma suposição. Nos capítulos seguintes, esse desejo do infante Henrique é concedido pelo seu rei, porque esse, segundo a narrativa, notou a grande vontade e coragem de seu filho em realizar tais feitos.

A peste que assolava Portugal, inclusive ceifando a vida da própria rainha, acabou atrapalhando os trabalhos e colocando em questão o feito a ser realizado. Mas, enquanto era discutida a continuidade do ataque a Ceuta, os trabalhos continuaram e, segundo o cronista, "não podemos falar direitamente, que algum do reino tivesse maior cuidado de aviar o que lhe pertencia, que o Infante Dom Henrique".[397] Nas palavras de Zurara, o próprio rei enalteceu aquele infante como o mais discreto e de boa vontade, concedendo pelo empenho de seu filho o comando dos trabalhos para arregimentar e armar as forças lusas.

> "E o Infante teve tal modo em seus feitos, que naqueles três meses seguintes aviou todas suas gentes e armas e mantimentos por tal guisa que, no começo do mês de Maio, foi dentro, na cidade do Porto, onde logo começou dar trigoso aviamento a sua frota, e fazer encaminhar todas as cousas, que para ela pertenciam tão bem e tão ordenadamente, que nem sua idade nem falecimento de prática de tais feitos não o puderam empachar que não recebesse grande louvor de seu maravilhoso trabalho. Cá diziam aqueles velhos que era muito para maravilhar, um homem de idade de vinte anos ser tão destro e tão desempachado para aviar tamanho feito. [...] E se Tito Lívio, diz o autor, louva tanto, no livro da segunda guerra a prudência de Cipião [...] sendo ele em idade acerca de trinta e cinco anos, e havendo já cometidas muitas pelejas por mar e por terra, como não louvaremos este príncipe sendo em idade de vinte anos, sem haver conhecimento de semelhantes feitos por certa prática, somente quanto era uma natural inclinação, que em ele havia para cometimento de grandes feitos. [...] Nem falamos aqui da armação do Inffante Dom Pedro, porque, posto que o nome fosse seu, o cuidado era principalmente de el-Rei seu padre e do Infante Duarte".[398]

Na citação acima, nada impediria D. Henrique de realizar grandes feitos, pois esse infante tinha "natural inclinação" para fazê-los. Mais uma vez, vemos na crônica de Zurara a preeminência do príncipe frente a seus dois irmãos, sendo o mais exaltado em quaisquer feitos relacionados à guerra, mesmo que naquela altura ainda não tivesse participado de nenhuma. É justamente isso que nos leva a pensar que a representação desse infante é baseada não no jovem, mas sim, no já experimentado e destacado cavaleiro, o infante D. Henrique de 1450.

D. Henrique na narrativa de Zurara aparece como filho predileto não só do rei, mas também da rainha. A opinião atribuída pelo cronista aos reis parece-nos que legitima ainda mais a posição do infante Henrique, um grande, importante e virtuoso fidalgo português.

---

[397] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XXXV, p. 136.
[398] Idem, capítulo XXXV, p. 136-137.

> "Bam mostrou a Rainha, em aquelas palavras, que assim disse ao Infante dom Henrique que o amava especialmente. E, portanto, dissemos no capítulo antes deste, que ele havia razão de ter em si maior tristeza, que nenhum de seus irmãos. E podemos ainda entender que a Rainha sentia por divinal consideração, quais e quejandas virtudes havia de haver o Infante, seu filho ao diante".[399]

Em certo trecho do capítulo XLIII da **Crônica da Tomada de Ceuta**, vemos um comentário do autor sobre a amizade dos infantes, que sempre foi muito grande, mas que não pôde evitar o desastre na família real que aconteceu pouco tempo antes da conclusão da crônica. Nesse momento, o cronista fala rapidamente sobre a morte de D. Pedro em Alfarrobeira e como D. Henrique tentou de todas as formas salvar seu irmão. Porém, por lealdade ao rei, acabou enfrentando seu próprio irmão, o infante D. Pedro, em campo aberto.

> "E certamente sempre entre eles foi grande amor. E não tão somente quanto às vontades de dentro, mas ainda por certos sinais de fora. Cá motos e divisas assim tomaram ambos quase uma semelhança, cá o Infante Dom Pedro trazia no seu moto desejo, e a sua erva era carvalho, e o moto do Infante Dom Henrique era talante de bem fazer, e a sua erva carrasco. E ainda se acertará que a repartição das terras era assim junta uma com a outra. Mas do que seguiu acerca da morte do Infante Dom Pedro, fica um grande processo para se contar ao diante, onde perfeitamente podereis saber, quanto o Infante Dom Henrique trabalhou por salvação de seu irmão. E muitos que em isto falaram, não como homens que inteiramente sabiam a verdade, disseram que o Infante pudera dar a vida a seu irmão, se tivera boa vontade de o fazer. [...] O que é certo que se fora contra outra alguma pessoa, que ele trabalhara nisso como por si mesmo mas contra seu rei e senhor, achou que o não podia fazer sem quebrantar sua lealdade, o que ele dizia que não faria, não tão somente por seu irmão mas, por mil filhos, ainda que os tivera, nem ainda por salvação de si mesmo, posto que, por sua defensão se pudesse salvar. Das quais cousas a obra manifesta testemunha".[400]

Podemos notar uma sombra quanto ao acontecido antes de Alfarrobeira, pois alguns diziam que D. Henrique não fez o suficiente para ajudar seu irmão Pedro, o que é contestado por Zurara. Se essa dúvida existia, completamente infundada ela não era, pois aparece escrita. No entanto, não temos como saber quem lançou essa questão, sendo na opinião de Zurara "não como homens que inteiramente sabiam a verdade". Por que relembrar tal opinião?... Ao mesmo tempo em que tinha o amor do irmão e sua amizade, D. Henrique devia lealdade a seu sobrinho e rei, D. Afonso V. Esse trecho demonstra a fidelidade e lealdade de Henrique ao seu rei, o que realmente importava, acima do próprio amor, amizade e lealdade ao seu irmão. Como o cronista dá a entender, a fidelidade ao rei era imensa nesse infante, diferente do que Zurara deixa subentendido no caso do infante D. Pedro, que foi contrário às forças do monarca.

---

[399] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo XLII, p. 155.
[400] Idem, capítulo XLIII, p. 159.

Gomes Eanes de Zurara elogia continuamente à figura de D. Henrique, em algumas partes usando suas palavras, em outras se apropriando de supostos comentários de terceiros sobre o que o rei D. João pensava desse filho. Para o rei D. João das crônicas de Zurara, as virtudes guerreiras de Henrique eram destacadas, pois "não foi al diziam os outros, ca el-Rei sempre teve este filho por mais homem, que nenhum dos outros para feito de armas. E assim se gloriava, estranhamente, de falar em ele, quando he disseram que trazia sua frota bem corregida do Porto".[401] E ainda, quando o rei D. João referendou positivamente o pedido do infante D. Henrique em ser dos primeiros a pisar nas areias de Ceuta, nomeando-o principal capitão dos primeiros homens a desembarcarem, sendo esse exaltado por Zurara através da fala de seu pai, que tinha grande orgulho do ânimo, engenho e fortaleza daquele filho, como vemos abaixo:

> "Ora', disse ele contra o Infante Dom Henrique: "meu filho, bem me nembra os requerimentoas que me fizestes, quando éramos acerca de Lisboa, onde vos eu disse, que vos responderia quando fosse mister. E, porque agora é tempo de vos responder ao que me requerestes, que vos outorgasse que fosseis em companhia daqueles que primeiramente filhassem terra, porém a mim não praz que vós em isso vades como companheiro, mais como principal capitão'. E, quando el-Rei isto falava, toda sua cara estava cheia de riso, como aquele que tinha grande esperança no engenho e fortaleza de seu filho".[402]

Para realizar o desejo daquele filho, D. João manda avisar a todos os capitães que nenhum deveria desembarcar dos navios até que o infante D. Henrique tivesse tomado uma das praias ao longo da cidade. Este, segundo o cronista, já estava pronto para o ataque desde a noite anterior, antes mesmo de seu pai comunicar-lhe a sua decisão de fazê-lo principal capitão.

Quando o infante direcionou seus navios contra Ceuta, muitos dos que ali o serviam questionaram a possibilidade de conquistar aquela cidade e alguns escudeiros falaram com D. Henrique suas razões. Embora ele os tenha escutado atentamente, também manifestou espanto, pois não esperava tal insubordinação.[403] Por conta disso, o infante repreendeu seus homens, buscando animá-los ao ataque sendo que ele próprio lideraria o desembarque. Com isso, Zurara chama atenção à coragem do infante, bem como a sua capacidade de liderança.[404]

No desembarque, como já era esperado, o maior destaque foi para D. Henrique que, na pena de Zurara, lutou vigorosamente contra os mouros. Os lusos conseguiram fazer os mouros

---

[401] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo XLIX, p. 176.
[402] Idem, capítulo LXIV, p. 209.
[403] Ibdem, capítulo LXV, p. 211.
[404] Ibdem, capítulo LXVI, p. 212.

recuarem e os acompanharam na entrada da cidade, pois não conseguiram fechar os portões. A bandeira e insígnias do infante D. Henrique foram as primeiras a adentrar nas muralhas de Ceuta, o que foi uma grande honra para ele.[405] Mas, ao entrar na cidade, o infante D. Henrique estava acompanhado de seu irmão D. Duarte, deixando para o mais velho a liderança durante esse momento, denotando a fidelidade e a sabedoria de Henrique naquela ocasião, por saber sua posição de subordinação ao herdeiro.[406]

Anos depois da conquista de Ceuta, o Conde de Ourém, em uma carta escrita ao rei D. Duarte, exaltou D. Henrique e seus grandes feitos com poucos homens contra os mouros de benamerim.[407] Um dos grandes momentos de D. Henrique nesse embate entre as forças cristãs e muçulmanas foi a sua marcha, acompanhado de poucos, em direção ao castelo de Ceuta, o que foi narrado por Zurara. Nas palavras do infante:

> "Que me prestou a mim ser o primeiro capitão, que el-Rei meu senhor e padre mandou que filhasse terra, pois, com tão pouco trabalho havia de haver a minha vitória, ou que glória pode rei ter no dia da minha cavalaria, se a minha espada não for molhada no sangue dos infiéis?".[408]

No caminho do castelo D. Henrique se vê frente a uma grande multidão de mouros que haviam posto vários soldados cristãos em retirada. Segundo o relato de Zurara, ao ver isso, o infante foi contra aqueles mouros incitando os portugueses a fazerem o mesmo, enquanto os mouros recuavam.

> "E, vendo-os [os cristãos em fuga], o Infatne cerrou a cara do bacinete e embraçou um escudo que trazia e leixou passar por si todos os cristãos, até que chegaram os mouros. Os quais, muito asinha conheceram os seus golpes entre todos os outros. Cá assim os cometeu rijamente, que os fez, por força, virar as espáduas, para onde antes traziam os rostos".[409]

> "[...] toparam outra vez com o Infante, o qual àquele tempo, era de idade de vinte e um anos. E havia os nembros grossos e fortes, e coração não lhe falecia nem ponto para lhe fazer suportar os trabalhos. E, quando assim viu, outra vês, os cristãos desbaratados, dobrou-se-lhe a sanha, e saltou outra vez entre eles, e tão fortemente os cometeu que os fez desborralhar para uma parte e para a outra".[410]

> "E isto era, porque aquela rua era àquele tempo estreita e os mouros eram muitos e recresciam cada vez muitos mais, de guisa que os cristãos primeiros e os mouros derradeiros não podiam

[405] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXXII, p. 226.
[406] Idem, capítulo LXXIV, p. 229.
[407] D. Duarte. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**. Opus cit., 1982, capítulo 10, p. 72-73.
[408] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXXVIII, p. 236.
[409] Idem, capítulo LXXVIII, p. 236.
[410] Ibdem, capítulo LXXVIII, p. 237.

> pelejar senão mui poucos, dos quais o dianteiro foi sempre o Infante, cujos golpes eram bem conhecidos entre todos os outros".[411]

Conforme narra o cronista, aqueles que se retiravam, ao verem tamanha coragem e fortaleza, voltaram-se contra os mouros. Nesse trecho a coragem, liderança, determinação e força de D. Henrique são virtudes extremamente exaltadas pelo cronista, que o considerava um exemplo de comportamento para outros homens, nobres ou não.

As palavras do cronista, devido à coragem e grande disposição de D. Henrique para qualquer feito de armas, fazem desse infante o filho predileto de D. João, por parecer ele próprio em sua juventude.

> "Mais depois que lhe contaram a verdade do feito, houve ele [D. João I] em sua vontade mui grande prazer, especialmente porque aquele filho [D. Henrique] o parecia mais que outro algum nas feituras do corpo. [...] E, posto que o amor dos padres aos filhos não tenha igual comparação entre aquelas cousas, que a natureza em este mundo juntou, empero o feito foi por si tão grande e tão notável, que, entre todos os grandes feitos dos homens deve ser havido por maravilhoso, cá ele, por si só, acrescentou toda a grandeza desta vitória".[412]

Além de corajoso, honrado, leal e bom líder, também torna-se prudente após acossar os mouros. Fecha a porta e espera por reforços que ele queria mandar um dos que o acompanhava buscar. No entanto, dentre aqueles quatro que com ele estavam nenhum quis se afastar do infante, pois preferiam morrer ao seu lado a deixá-lo à própria sorte.

> "E, quando viu que a tardança era tamanha que nenhum dos seus não acudia, disse a um daqueles que com ele estavam, que os fosse chamar ou outros quaisquer que achasse por que ele pudesse receber ajuda. Mas cada um receasse o perigo de seu caminho, somente por ele ficar ali tão desacompanhado, que se lhe alguma cousa recrescesse que seria grande mal não sendo todos juntamente com ele [...]. E, brevemente nenhum deles nunca se dali quis partir, dizendo que pois que os a ventura assim acertara, que mortos ou vivos a par dele os haviam de achar".[413]

Se assim aconteceu, isso foi uma grande demonstração de fidelidade dos servidores do infante e, também, da capacidade dele de arregimentar e liderar homens, como um líder nato. A partir de então, seus feitos foram exaltados e narrados até chegarem ao cronista. Esse, por sua vez, afirmou que as ações do infante por si só já validavam a grandeza da vitória lusa e de sua linhagem, mas, e os outros filhos de D. João e o povo português? Com exceção de D.

---

[411] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXXVIII, p. 237.
[412] Idem, capítulo LXXXI, p. 242.
[413] Ibdem, capítulo LXXXI, p. 243.

Henrique e D. Duarte, nem D. Afonso, nem D. Pedro, nem a arraia-miúda se destacaram? Não na crônica de Zurara.

Em seguida ao episódio anterior, os portugueses vão ao encontro do infante e daqueles quatro escudeiros que o acompanhavam. Após o reencontro, D. Henrique, acompanhado de vários cristãos, volta a combater os mouros. Esse feito foi exaltado, na proporção da vitória contra um dos maiores senhores muçulmanos do norte da África, Çala-ben-Çala, governador da cidade de Ceuta. Esse e os principais que o acompanhavam deixaram a cidade e seu povo à mercê dos cristãos.[414] Alguns anos depois, em 1437, quando os portugueses atacaram Tânger, foi Çala-bem-Çala quem a defendeu e impôs a grande derrota aos portugueses liderados por Henrique.

Segundo os testemunhos dos feitos na conquista de Ceuta, ela se deu mais ou menos em um dia e meio para a total tomada da cidade, a "boa vitória que lhe Deus dera".[415] No que afirma Zurara, após saber das vitórias do filho, o próprio monarca mandou buscar o infante D. Henrique, pois tinha a intenção de fazê-lo cavaleiro naquele momento por conta de suas ações naquele dia. Mesmo antes dos irmãos que o precederam em nascimento? Caso o infante aceitasse, notaríamos certo orgulho pecaminoso de suas façanhas, tomando a dianteira dos seus irmãos mais velhos. Mas o cronista, sabedor desse fato, pinta um D. Henrique humilde e discreto, pois conhece sua posição, além de amigo e leal aos seus irmãos, já que não aceitou ser feito cavaleiro antes dos mais próximos da sucessão, como vemos abaixo:

> "E, quando o Infante chegou onde el-Rei estava, foi dele recebido com grande prazer. 'Meu filho', disse ele, 'pois que a Deus prouve dar-vos hoje tal aquecimento assim como ele foi avantajado de todos os outros feitos, assim praz a mim, que, por louvor de vossa fortaleza, recebais logo aqui ordem de cavalaria'. 'Senhor', respondeu o Infante, 'posto que meu merecimento não seja tamanho, eu vos tenho, muito em mercê, a boa vontade que tendes para acrescentar em minha honra. Empero eu vos peço, por mercê, que me não queirais fazer semelhante senão ao tempo que o fizerdes a meus irmãos, porque assim como nos Deus trouxe a este mundo um ante o outro, assim me prazeria que nos a honra fosse dada ordenadamente el-Rei disse que lho agradecia muito e que assim encaminharia que se fizesse".[416]

Ao longo da **Crônica da Tomada de Ceuta**, os feitos de D. Henrique foram considerados acima de todos os outros: "Mas sobre todas as cousas se falava nos feitos que o Infante D. Henrique fizera, que todo o al estimavam".[417] Todos estimavam as ações

[414] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo LXXXIII.
[415] Idem, capítulo LXXXIV, p. 249.
[416] Ibdem, capítulo LXXXV, p. 251.
[417] Ibdem, capítulo LXXXVIII, p. 257.

cavaleirescas daquele infante porque a tomada de Ceuta foi uma grande vitória, diferente do que nos pareceu na **Crônica de Guiné**, quando o mesmo cronista se refere brevemente aos feitos do Duque de Viseu no desastre de Tânger, não assimilando completamente a derrota. Todavia, o principal é que a imagem de D. Henrique na primeira obra de Zurara é a de um nobre virtuoso, pois além de sua grande fé, ele congregava todos os valores e virtudes do nobre e do cavaleiro, tendo uma grande linhagem, sendo honrado, corajoso, forte, aguerrido e leal. Assim sendo, ele representava um ideal de nobreza e cavalaria a ser seguido pelos portugueses. Na **Crônica da Tomada de Ceuta**, ele ainda não havia sido descrito como o responsável pela expansão e pelas viagens ao longo das costas africanas. Esse perfil de coordenador e guia de uma grande epopéia expansiva, que, provavelmente, levaria futuros escritores e historiadores a aceitarem de bom tom o epíteto de *Navegador*, só seria traçado na **Crônica de Guiné**.

No caso da **Crônica de Guiné**, Zurara afirmou que era da vontade de D. Afonso V que fossem escritos os feitos realizados a mando do infante seu tio D. Henrique, como uma forma de agradecê-lo e agraciá-lo pelos serviços prestados ao rei e ao reino português. Pois, quando Zurara cita Cícero e afirma que "nenhum serviço é mais necessário que o agradecimento, pelo qual o bem se torna a aquele que deu",[418] ele está se referindo a todos os trabalhos realizados por D. Henrique que engrandeceram de alguma forma o reino português.

> "E porque o muito alto e muito excelente príncipe e muito poderoso senhor el-Rei D. Afonso o quinto, que à feitura deste livro, por graça de Deus, reinava em Portugal, cujo reinado Deus por sua mercê acrescente em vida e virtudes, viu e soube os grandes e mui notáveis feitos do senhor infante D. Henrique, duque de Viseu e senhor de Covilhã, seu muito prezado e amado tio, os quaes lhe pareceram assim especiaes entre muitos que alguns príncipes cristãos em este mundo fizeram, pareceu-lhe que seria erro não haverem ante o conhecimento dos homens autorisada memória, especialmente pelos grandes serviços que o dito senhor sempre fizera aos reis passados e pela grande bemfeitoria que pelo seu azo receberam seus naturaes. Porem me mandou que com toda diligencia me ocupasse na presente obra, que posto que grande parte doutros feitos seus sejam semeados pelas crônicas dos reis que em seu tempo foram em Portugal, assim como o que ele fez quando el-Rei D. João seu padre foi tomar Ceuta, como quando por si, acompanhado de seus irmãos e doutros muitos e grandes senhores, foi descercar a dita cidade; e depois, reinando el-Rei D. Eduarte de gloriosa memória, por seu mandado foi sobre Tanger, onde se passaram muitas e mui notáveis cousas de que em sua historia é feita menção, porque tudo o que se segue foi feito por sua ordenança e mandado, não sem grandes despesas e trabalhos, a ele propriamente pode ser atribuída, que sem embargo de se em todolos reinos fazerem crônicas dos Reis deles, não se leixa porem de escrever apartadamente os feitos dalguns seus vassalos quando o grandor deles é assim notável, de que se com razão deve fazer apartada escritura".[419]

[418] ZURARA, G. **Crônica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo I, p. 8.
[419] Idem, capítulo I, p. 9.

O malfadado ataque a Tânger ainda sim ganhou certo tom positivo nas palavras do cronista, pois, mesmo sendo uma derrota avassaladora para Portugal, Zurara afirma que em Tânger "se passaram muitas e mui notáveis cousas". Ao exaltar os feitos de D. Henrique, mesmo que ao longo da maioria da **Crônica de Guiné** se destaquem mais as realizações de seus comandados, Zurara destaca os feitos realizados sob a bandeira do infante e do reino. Por essa e outras razões, definir um perfil de nobre, súdito, cavaleiro, leal e audaz, obviamente era interessante para o rei D. Afonso V "ajuntar e ordenar em este volume, porque os ledores mais perfeitamente possam haver delas conhecimento" de todas as grandes obras de portugueses sob seu comando, inclusive D. Henrique.[420] A imagem construída por Gomes Eanes de Zurara em suas crônicas, por terem sido escritas a mando do rei e receberem sua aprovação, encarnava o que o monarca queria. Embora na **Crônica de Guiné**, Henrique tenha atuado pessoalmente menos, é importante analisar o seu perfil porque a atuação dos seus comandados (cavaleiros de sua Casa ou da Ordem de Cristo) se espelhavam em seu senhor, o que revertia em glória para o último, que, por sua vez, representava o reino e seu rei, enchendo-os de honras e glórias perante a cristandade.

Além do cavaleiro, também é exaltado na **Crônica de Guiné** o lado cristão daquele infante, pois,

> "Era muito obediente a todolos mandados da santa Igreja, e com grande devoção ouvia todos seus ofícios. [...] E assim havia em grande reverença todalas cousas sagradas, e os ministros delas tratava com honra, e aproveitava com bemfeitoria. Certamente que catolico nem religioso principe eu não saberei achar outro, que a aqueste possa fazer igual. Seu coração nunca soube que era medo, senão de pecar [...]".[421]

Segundo Zurara, é graças às ordens e determinação de Henrique que as "almas inocentes daquelas bárbaras nações, em número quase infindo, cuja antiga geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal", acabaram por ser guiadas ao caminho da cristandade.[422] Obviamente, nem todos aceitariam tão bem a "luz divinal" do cristianismo. Porém, o que interessa aqui é a perspectiva de que D. Henrique não mandou homens eliminarem os pagãos, dentro de uma ótica cruzadística, pois o caso deles era diferente dos muçulmanos, inimigos jurados. É claro que qualquer um que resistisse poderia ser saqueado e eliminado como o "infiel", sendo essa a prática inicial daqueles que viajavam em direção ao

[420] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo I, p. 10.
[421] Idem, capítulo IV, p. 25.
[422] Ibdem, capítulo IV, p. 24.

sul da costa africana. Esse fato era ainda mais reforçado pelo perfil de D. Henrique, pois ele "se deleitava muito no trabalho das armas, especialmente contra os inimigos da santa fé, e assim desejava paz com todolos Cristãos".[423] Mais uma vez o perfil do cruzado e a intenção da guerra contra os muçulmanos.

Como D. Henrique foi o grande nobre de destaque da obra, pois quem ia naquelas viagens tinha sua permissão e/ou mandado, Gomes Eanes de Zurara retoma sua linhagem, seus feitos guerreiros, suas virtudes, feições e presença.[424] Segundo a descrição de Zurara, D. Henrique era um homem de virtudes e não de pecados, como corroboraria sua afirmação da castidade do infante. No entanto, devemos duvidar de muitas afirmações do cronista, já que seu objetivo era exaltar tudo que era considerado bom e exemplar. Se a crônica foi escrita em 1452-1453 e o infante só morreu em 1460, como o autor pode afirmar que quando ele morreu ainda era "puro"? Isso nos leva a concordar com José de Bragança de que o próprio Zurara, ou outro cronista, modificou certos trechos de suas crônicas ao longo dos anos.[425]

Zurara prossegue com os elogios a D. Henrique, que sempre teve boa memória. Esse não era o epíteto de seu pai, D. João I, o de Boa Memória? Além de ter "grande conselho e autoridade [...] constante nas adversidades e nas prosperidades humildoso".[426] Todavia, D. Henrique não era rei, então ele também tinha de ser um súdito fiel. "Certo sou que nunca algum príncipe teve vassalo de semelhante estado, nem ainda menos com grande parte, que o houvesse em maior obediência e reverência, do que este houve aos reis que em seu tempo foram em Portugal, especialmente a el-Rei D. Afonso, no começo de seu novo regimento".[427]Aqui chamamos atenção à batalha de Alfarrobeira que aconteceu no início do reinado de D. Afonso V, na qual D. Henrique combateu ao lado do rei contra seu próprio irmão D. Pedro, o Duque de Coimbra.

A única opinião contrária a D. Henrique que Zurara escreve tem a ver com a sua complacência, pois ele não odiava e, por isso, não julgava se as pessoas eram merecedoras ou não, sendo esse papel exclusivo do rei e de Deus, e acabava sendo bondoso com todos.[428] Mas, com este trecho, o cronista devolveu ao rei, D. Afonso V, a prerrogativa da justiça com seus vassalos e súditos, diferindo daquela opinião exposta na crônica anterior, na qual o

[423] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo II, p. 14.
[424] Idem, capítulo IV, p. 22.
[425] Em nota na ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo IV, p. 22.
[426] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo IV, p. 23-24.
[427] Idem, capítulo IV, p. 24.
[428] Ibdem, capítulo IV, p. 24.

infante Henrique recebeu de sua mãe a função de ser o intermediário entre o rei e a nobreza, amenizando supostas injustiças que pudesse haver nessa relação. Talvez porque D. Henrique não tenha se esforçado na intermediação entre D. Afonso V, D. Pedro, o Duque de Coimbra, e D. Afonso, Duque de Bragança, podendo evitar o desfecho da crise sucessória e o fim de seu irmão nos campos de Alfarrobeira. Ou talvez porque D. Afonso V não tenha dado espaço para D. Henrique fazê-lo, reservando a si o direito de justiça sobre seu vassalo, tratado como traidor.

O cronista também chama atenção para o governo que o infante D. Henrique exerceu sobre Ceuta por 35 anos, desde o reinado de seu pai até o reinado de seu sobrinho, constantemente marcado pelo confronto entre as forças lusitanas e berberes,

> "[...] e depois que a dita cidade foi tomada, continuadamente trouxe navios armados no mar contra os Infieis, os quaes fizeram mui grande destruição na costa d'alem e d'aquem, de guisa que o seu temor poinha em segurança todalas terras vizinhas do mar da nossa Espanha, e ainda a maior parte dos mercadores que tratavam do Levante para o Poente".[429]

No entanto, o infante nunca exerceu diretamente o governo daquela praça, como afirmou José de Bragança,[430] o que é comprovado pelas duas últimas crônicas de Zurara, que narra os feitos dos Menezes no norte da África.

Por outro lado, como Zurara afirma, também havia os interesses portugueses e do infante D. Henrique na povoação das ilhas atlânticas, inicialmente trabalhosas e dispendiosas, mas exaltadas pelos "grandes proveitos" em trigo, açúcar, mel, madeira e outros produtos que os portugueses trouxeram de lá.[431] Porém, especialmente no caso do trigo, como os frutos da agricultura deram em tão grande quantidade em um curto espaço de tempo desde o início da colonização? A dúvida permanece, mas isso só será comprovado analisando documentação de referência para esse tema, o que não é o objetivo dessa dissertação.

Já no capítulo VII da **Crônica de Guiné**, o cronista afirma que o maior incentivador das viagens para a Guiné foi "o senhor infante por principal obrador destas cousas".[432] Dentre os motivos, Zurara chama atenção à vontade de enfrentar os muçulmanos e a curiosidade sobre novas terras,

---

[429] ZURARA, G. **Crônica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo V, p. 30.
[430] Na nota (4) em ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo V, p. 30.
[431] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo V, p. 30.
[432] Idem, capítulo VII, p. 43.

> "[...] a magnanidade deste príncipe, por um natural constrangimento, o chamava sempre para começar e acabar grandes feitos, por cuja razão depois da tomada de Ceuta sempre trouxe continuadamente navios armados contra os infiéis; e porque ele tinha vontade de saber a terra que ia a alem das ilhas de Canaria, e de um cabo que se chama do Bojador".[433]

Novamente entra em pauta a guerra contra os muçulmanos, tão requerida por D. Henrique, só que, nesse trecho vemos que ela está a par com outros dois objetivos: viagens para as ilhas atlânticas e conhecimento sobre a costa africana ao sul.

Após os comandados daquele infante explorarem parte da costa da África e adquirirem um certo conhecimento sobre a área, D. Henrique, com anuência do rei D. Afonso V, enviou alguns representantes para pedir ao Papa a legitimação do direito português em explorar aquele território e o que encontrasse nas terras. A resposta do Papa foi positiva, concedendo aquela graça pedida pelo infante e pelo rei português.[434] Na resposta do papa Eugénio IV, notamos um trecho em especial, que transcrevemos a seguir:

> "Como assim seja que da parte de nosso amado filho e nobre barão Henrique, Duque de Viseu, e administrador no espiritual e temporal da cavalaria da Ordem de Jesus Cristo, nos foi notificado que confiando firmemente na ajuda de Deus, por destruição e confundimento dos Mouros e inimigos de Cristo áquelas terras que por eles são deteudas, por exalçamento da fé católica entende com gente de armas pessoalmente ir e seu exercito encaminhar contra eles: E empero que por os tempos ele ai pessoalmente não seja, os cavaleiros e irmãos da dita Ordem, e assim todolos outros fieis cristãos que contra os ditos Mouros e outros inimigos da fé, que contra eles, com a graça de Deus, batalha e guerra quiserem mover e moverem sob a bandeira da dita Ordem: Nós, por tal que esses fieis cristãos com maior fervor se movam e animem á dita guerra: A todos e a cada um que na dita guerra e batalha forem, por autoridade apostólica e por o teor das presentes letras, concedemos e outorgamos comprida perdoança de todos seus pecados, dos quaes de coração sejam contritos, e por boca confessados".[435]

Nesse trecho notamos a ideologia da cruzada, o perdão e a justificativa da guerra contra o mouro por ser uma guerra santa e justa. E quem era responsável por fazer frente aos mouros muçulmanos no reino português? A Ordem de Cristo. Por isso, muitas das caravelas que iam tanto para o sul da costa africana como para as ilhas atlânticas levavam as bandeiras da Ordem de Cristo e do infante D. Henrique, seu governador.[436]

A partir do capítulo LXXIX até o capítulo LXXXV e mais o XCV da **Crônica de Guiné**, o cronista falou mais aprofundadamente sobre as ilhas atlânticas, demonstrando o interesse do reino português, do infante D. Henrique e, também, do regente D. Pedro naquelas terras. Por conta disso, Zurara buscou legitimar os interesses portugueses para dominarem a

[433] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo VII, p. 43.
[434] Idem, capítulo XV, p. 81-82.
[435] Ibdem, capítulo XV, p. 81-83.
[436] Ibdem, capítulo XVIII, p. 81-97.

região, afirmando que, antes dos reis de Castela, os portugueses já tinham conhecimento daquela área e de seus povos. Inclusive já havendo o incentivo do infante D. Henrique e do regente D. Pedro na colonização de algumas daquelas ilhas.

Com esse intuito, o protagonista da crônica manda nobres vinculados à sua casa que já haviam realizado alguns feitos no descerco de Ceuta e nas primeiras incursões em direção ao sul das costas africanas. O que se destaca na povoação daquelas ilhas é o fato de D. Henrique ter recebido do Papa a governação espiritual de algumas ilhas à Ordem de Cristo, assim o infante colocou-as sob o governo de membros da mesma ordem militar religiosa da qual ele era governador.[437] Após demonstrar seu interesse e suas justificativas para os portugueses se tornarem responsáveis pela governação das ilhas atlânticas, Zurara volta a narrar os feitos dos mareantes e cavaleiros nas costas da África, avançando cada vez mais ao sul e tomando guinéus e outros negros como cativos, em busca de realização de "feitos honrados" para enobrecer sua casa, linhagem, senhor e reino, tentando seguir o que consideravam o exemplo de conduta de D. Henrique e suas prerrogativas.

Todavia, através das crônicas de Zurara não podemos levantar os verdadeiros e determinantes interesses do infante, mas sim, reconstruirmos a imagem "propagandeada" dele no seio da nobreza lusa. A razão seguinte dada por Zurara é de que o infante tinha interesse em saber se havia cristãos nas terras mais ao sul, além de comerciar com os naturais daquelas terras caso houvesse produtos interessantes.[438] Mas esse interesse de comercializar com os naturais, não os capturar, foi estimulado a partir da década de 1440, não antes, quando ainda era a prática do corso e saque que dominava os interesses daqueles mareantes que para o sul viajavam a mando, ou com a permissão, dos infantes D. Henrique e D. Pedro. Outra das possíveis razões de D. Henrique era o interesse em saber até onde e quão grande era o poder dos mouros inimigos, além de "trazer a santa fé todalas almas que se quisessem salvar".[439] Gomes Eanes de Zurara ainda chamou atenção ao fato daquele infante ser predestinado a realizar grandes feitos, "e isto é, inclinação das rodas celestiaes", sendo tal afirmação acompanhada de um mapa astral de D. Henrique para legitimar a opinião do cronista.[440]

Maior incentivador de serviços para Portugal e grande servidor do rei, foi governador e regedor da Ordem de Cristo, que "por autoridade do Santo Padre, que lhe deu todo o

[437] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo LXXXIII, p. 350-351.
[438] Idem, capítulo VII, p. 44.
[439] Ibdem, capítulo VII, p. 45.
[440] Ibdem, capítulo VII, p. 46-47.

espiritual das ilhas; e no reino comprou terras de que fez novas comendas, a fora casas e herdades, que anexou á dita Ordem".[441] E, desta forma, as ilhas e terras encontradas passavam a ficar sob proteção, ou melhor, domínio "espiritual" da ordem sob o governo de D. Henrique, concedendo-lhe grande responsabilidade e prestígio. Mas não foi só governador daquela ordem, também fazia parte do conselho do próprio D. Afonso V que, segundo o cronista, "considerando nas grandes cousas que no Reino eram por fazer, ordenou sua ficada, por que no escoldrinhamento dos remédios lhe leixasse principal voz, assim como a tio e especial amigo e servidor".[442] Como sabemos, o próprio cronista foi cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo, logo, ele não só exaltaria aquela ordem como também o seu governador.

Sobre as virtudes que Zurara imputou a D. Henrique, podemos lê-las em seqüência no capítulo VI da **Crônica de Guiné**. Primeiramente, Zurara se posiciona como herdeiro da tradição clássica de escrita, "e se Salustio diz que tanto louvor foi dado aos que os feitos fizeram em Atenas quanto os claros e bons engenhos dos subtis escrivães por palavras os poderam gabar e exalçar, me nomear por discipulo de cada um daqueles, fui lançar sobre mim tamanho encargo",[443] sendo seu encargo escrever sobre nobres importantes em Portugal. Além de Salústio, Zurara também afirma seguir o exemplo de Valério ao falar sobre os "grandes homens", mas vai além, pois afirma que nenhum deles escreveu sobre alguém tão virtuoso quanto o infante D. Henrique.

> "E tu, grande Valerio, que com tanto trabalho ocupaste o teu estudo em apanhar e ajuntar as forças e virtudes dos nobres e excelentes varões da tua cidade, por certo eu te ouso bem dizer que entre tantos e tão claros, tu não poderás em o superlativo grau falar doutro semelhante; já seja que a cada um poderás dar certos graus de virtudes, mas não que as todas possas ajuntar em um corpo mortal, como se direitamente podem apanhar e ajuntar na vida daqueste".[444]

E no parágrafo seguinte começam os elogios, duvidando o cronista se houve até o seu tempo um príncipe tão honrado, piedoso e virtuoso quanto D. Henrique. Pois, segundo o autor,

> "Onde poderás tu achar um príncipe tão religioso, um príncipe tão católico, um príncipe tão prudente, tão avisado, tão temperado em todolos actos? Onde acharas tanta magnanidade, tanta franqueza, tanta humanidade, tanta fortaleza para suportar tantos e tão grandes trabalhos? Que por certo não havia homem em seu tempo que ousasse continuar a aspereza de sua vida! Oh! Quantas vezes o achou o sol assentado naquele lugar onde o leixara o dia dantes, velando todo

[441] ZURARA, G. **Crônica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo V, p. 31.
[442] Idem, capítulo V, p. 33.
[443] Ibdem, capítulo VI, p. 35.
[444] Ibdem, capítulo VI, p. 37.

> o arco da noite sem receber nenhum descanso, cercado de gente de diversas nações, não sem proveito de cada um daqueles, que não era a ele pequena folgança achar com que aproveitasse a todos!".[445]

O D. Henrique representado por Gomes Eanes de Zurara é o bom cristão e digno de sua posição como nobre, líder e cavaleiro de linhagem real, com isso, honrava o nome de sua família. Já no parágrafo seguinte, exalta a capacidade física nos exercícios das armas, "onde queres achar outro corpo humano que suportasse o seu trabalho nas armas, do qual pouco míngua no tempo da paz! Certamente eu creio que se a fortaleza se poderá pintar, no seu rosto e nos seus membros se podera achar a verdadeira forma".[446]

Por conta de todas as virtudes e realizações imputadas àquele infante, Zurara, para exaltar ainda mais D. Henrique, afirmou que quase todos os grandes príncipes e reis da cristandade o queriam como seu servidor em campanhas militares, como vemos abaixo.

> "Quem não receará de se apodar com este nosso príncipe, quando aquele Sumo Pontifice, vigário geral da santa Igreja, e o Imperador d'Alemanha, e assim os reis de Castela e de Inglaterra, informados de suas grandes virtudes e costumes, o requeriam para capitão de suas companhas? [...] Ó, bemaventurado príncipe, honra do nosso reino, que cousa na tua vida que os que te louvarem, calando, passar devam".[447]

O cronista afirma que todos os feitos e realizações de Henrique eram grandiosos por terem sido realizados por ele. Esse infante, por ser tão destacado e importante, representava o reino, o rei e a honra portuguesa. Daí a aprovação régia às crônicas!

Se o objetivo de Zurara era manter na memória dos governantes, nobres e povo luso e de outros reinos cristãos os feitos e exemplos daquele infante, podemos dizer que atingiu seu objetivo, já que esse foi um dos infantes portugueses mais louvados até os dias de hoje. Memória que Zurara afirma ter sido acrescentada a D. Henrique por ele mesmo, merecedor de honras e lembranças dos reis e nobres portugueses e de outros reinos.

> "Mas tu por certo não foste do conto daquestes, pois com teus claros e altos feitos e duros padecimentos, entre muitos príncipes de mais excelente dignidade acrescentaste para ti perpetua e imortal memoria, e o que mais é, celestial seeda, segundo piedosamente creio".[448]

---

[445] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo VI, p. 37.
[446] Idem, capítulo VI, p. 37.
[447] Ibdem, capítulo VI, p. 39.
[448] Ibdem, capítulo VI, p. 40-41.

Acreditamos que as construções positivas em torno do infante são resultado da soma de vários fatores, como: estar nas graças do rei, ter linhagem real, ser da alta nobreza, possuir títulos e posses, além de canalizar uma forte simbologia de poder através da pena do cronista e se comportar adequadamente à sua posição. Por conta disso, afirmamos que as penas de diversos cronistas e escritores favoreceram grandemente a manutenção e extensão da memória grandiloquente do infante D. Henrique, que de nobre, cavaleiro e cruzado na **Crônica da Tomada de Ceuta**, passou por nobre, cavaleiro, cruzado e guia, ou coordenador, da grande aventura portuguesa do século XV na **Crônica de Guiné**, para depois se tornar o *Navegador*.

4.5.2. O INFANTE, ENTRE OS NOBRES E A GUERRA, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

A leitura do texto de Quintanilla Raso, "La renovación nobiliária en la Castilla Bajomedieval",[449] nos levou a questionar qual era o modelo de cavaleiro e nobre e para qual grupo da nobreza lusitana foram direcionados os exemplos das crônicas de Zurara. Ao mesmo tempo em que as construções ideológicas e de personagens de Gomes Eanes de Zurara serviram para legitimar a ação nobiliárquica, também serviam como modelo e exemplo para a nobreza estabelecida, mas, principalmente, para os nobres em ascensão por méritos militares. Esses últimos devido às incursões portuguesas nas costas africanas e no Magreb, que possibilitavam certa flexibilidade nos quadros da nobreza portuguesa.

Seguindo o raciocínio de Quintanilla Raso, essa discussão entra no debate de como os "novos"[450] nobres eram aceitos nas fileiras nobiliárias e qual era o grau de primazia do princípio sanguíneo e, como conseqüência, qual o nível de rechaço dos legitimados pela linhagem frente aos primeiros, que ascenderam através dos favores e mercês régias.[451] Tudo isso leva à questão da renovação da nobreza e, por isso, no texto de Quintanilla Raso o conceito de "nobreza renovada" substitui o conceito de "nova nobreza".[452]

---

[449] QUINTANILLA RASO, María Concepción. "La renovación nobiliaria en la Castilla Bajomedieval: entre el debate y la propuesta". In.: **La Nobleza Medieval em la Edad Media. Actas del Congreso de Estudios Medievales**. Fundación Sánchez-Albornõs, Leon, 1999.

[450] O adjetivo "novo" imputado aos nobres ascendentes é posto entre aspas pelo fato de que nem todos que foram alavancados na corte e no reino português devido à crise de 1383-1385 e a seus serviços prestados para a nova dinastia, bem como aos serviços nos primeiros momentos da expansão portuguesa para o Magreb e nas viagens ao longo da costa africana, eram recém nobilitados. A maioria já tinha linhagem nobre, sendo eles filhos segundos ou mais distantes de famílias nobres, porém muitos deles não tinham posição na corte e na política do reino, o que alguns alcançavam através do serviço, com destaque ao serviço militar, prestado a um nobre de destaque ou ao próprio rei.

[451] QUINTANILLA RASO, María Concepción. Opus cit., 1999, p. 259.

[452] Idem, p. 277.

Ambos os grupos, a nobreza tradicional e a ascendente, procuraram legitimar sua posição, buscando proximidade e seus modelos, principalmente, na alta nobreza e na linhagem dinástica, como demonstra os textos dos cronistas.

> "[...] En la Castilla de la última centuria medieval, los integrantes del sector nobiliário se recompusieron, sobrepasando la compleja situación del siglo XV, y poniendo en práctica una rápida y eficaz adaptación al nuevo médio, en el que se intalaron en posición preeminente, sin rastros de erosión. Entre la continuidad y la innovación, una nobleza renovada en efectivos y en actitudes, demostró que no solo era capaz de acumular um formidable "capital simbólico", sino de gestionarlo, adminisrarlo, y, además, exhibirlo ante la mirada social generalizada, com extraordinária intensidad y eficácia".[453]

Obviamente, os conceitos são aplicados pela autora à nobreza castelhana do século XV, mas, também podemos, em grande medida, imputá-los ao caso português do final do século XIV e início do XV. Nesse sentido, muitos dos nobres portugueses que ascenderam socialmente devido aos serviços prestados à alta nobreza e à Coroa portuguesa nas empreitadas bélicas no norte da África e nas viagens atlânticas baseiam-se nos exemplos de uma nobreza já instituída e tradicional para legitimar sua ascensão e posição.

Nas crônicas de Zurara podemos notar a relação entre certas figuras da nobreza e a família real, através da nomeação pelo cronista de alguns nobres servidores tanto de D. Afonso V, e dos infantes da primeira geração de Avis, principalmente, D. Henrique. Como vimos na **Crônica da Tomada de Ceuta**, na frota comandada pelo infante D. Henrique estavam grandes senhores e fidalgos portugueses, sendo que todos levavam a libré do infante, já que ele seria um dos principais capitães da empresa. Esses sinais distintivos inicialmente não eram usados pelos cavaleiros, mas, com a decadência prática daquele ideal, todos que almejavam vestir o modelo tinham de se identificar. Era um sinal de poder, aceito e utilizado pela nobreza no fim do medievo para ser reconhecida como tal.[454]

Conforme nos diz a **Crônica da Tomada de Ceuta** de Zurara, D. Henrique foi o porta-voz de todos os nobres portugueses frente ao rei, tendo um papel de extrema importância na governação. Podemos dizer que a herança da espada entregue por sua mãe foi citada por Zurara para que se antecipasse o grande papel de Henrique no reino, mas também na crônica, enquanto deixava Pedro na sombra, ficando "apenas" com as damas. Conforme já dito anteriormente, o cronista deveria exaltar os servidores fiéis, sendo o principal exemplo o

---

[453] QUINTANILLA RASO, María Concepción. Opus cit., 1999, p. 294-295.
[454] FLORI, Jean. **A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Opus cit., 2005.

infante D. Henrique, e não os traidores, como o infante D. Pedro, considerado como tal pelo seu sobrinho D. Afonso V, patrono das crônicas de Gomes Eanes de Zurara.

Nas palavras de Zurara, D. Henrique liderou e foi protagonista em grandes realizações na conquista de Ceuta, por isso foi objeto de "inveja" dos fidalgos e dos homens do povo, que almejavam não só à honra, mas também ao proveito que o saque daquela rica cidade traria.

> "Não era pequena trigança a que tinham todos aqueles, que estavam para saírem em terra. E sabei que inveja e cobiça não era mui longe da maior parte daqueles, porque os fidalgos e gentis homens desejavam de ser na companhia daqueles, que entraram primeiro na cidade [infante D. Henrique, D. Duarte e os que o acompanhavam]. Aos quais parecia que o agradecimento daquelas cousas, em que eles mais trabalhassem, todo seria nenhum, pois que eles não foram na dianteira. Cá eles não contavam nenhuma outra cousa por grande senão aquela entrada, que os primeiros fizeram na cidade. [...] E os outros do povo haviam em si mui grande despeito pela cobiça, que lhe em si traziam da riqueza, a que pensavam que os outros tinham. E diziam em suas vontades que todo seu trabalho fora despeso em vão, porque eles haviam de ficar sem parte de tamanha riqueza, como eles criam que havia em aquela cidade. 'Amigos', diziam eles, 'foram lá muito em boa ora, estes que vieram em companhia do Infante Dom Henrique na frota do Porto, cá toda a honra e proveito desta demanda fica com eles".[455]

Esses trechos exaltam as figuras que estavam à frente daquela empreitada, sendo eles, principalmente, os infantes D. Duarte e D. Henrique e seu meio-irmão D. Afonso, Conde de Barcelos. Como podemos notar na última citação, diferente da exaltação feita aos nobres, fidalgos e grandes homens portugueses, os do povo, a "arraia miúda" de Fernão Lopes, foram pouco destacados em sua participação. Zurara ao se referir a eles, somente fala de sua ambição e interesse por riquezas, roubando "para fartar suas cobiças".[456] Ou seja, enquanto a participação da nobreza era exaltada porque seus motivos eram supostamente nobres, banhados pela fé e pela honra, a participação do povo era destacada por sua ganância e falta de escrúpulos. Para o cronista Zurara, essa era uma das principais diferenças entre a nobreza e o povo, mas, como sabemos, alguns nobres não eram nem tão piedosos nem tão honrados.

Podemos notar o afirmado acima quando dos vários homens que acompanhavam o infante D. Henrique, sobraram somente dezessete, dos quais após mais alguns embates restaram somente os quatro mais valorosos. Isso porque, segundo a narrativa do cronista, muitos se perderam pelas ruas e casas da cidade em busca de riquezas, não sendo esses honrados, outros padeceram tanto pelo calor que não suportavam mais os trabalhos em combate e, por fim, alguns não tinham a devida constituição moral e física para ser um guerreiro ou cavaleiro. Ao contrário desses, Zurara aponta D. Henrique e aqueles quatro que o

---

[455] ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo LXXVI, p. 232-233.
[456] Idem, capítulo LXXVII, p. 234.

acompanhavam como honrados e com constituição moral e física para qualquer feito. Mesmo cercados, eles resistiram e buscavam o combate, infligindo grandes perdas aos mouros.[457]

> "Mas daqueles dez e sete que primeiramente o acompanhavam, não seguiram mais de quatro ss. [...] Mas quem havia de cuidar que o Infante nem nenhum daqueles quatro que com ele foram, pudesse escapar, daquele feito vivo, porque sobre aquela porta está o muro, que é grosso e forte [...] os mouros que eles leixavam ante si eram muitos [...] Mas quis Deus que o seu desejo não houve aquela enxecução que eles com tão boa vontade quiseram. E, a despeito de toda sua força, passou o Infante além com aqueles mouros que levava ante si. [...] Por certo não é este pequeno sinal, quando o poderio de cinco homens somente teve esforço e ardileza de empuxar tamanha multidão com tamanho dano e estrago do seu sangue".[458]

A exaltação dos feitos em combate daquele infante e dos que o acompanhavam prossegue no texto. Para o cronista a luta daqueles homens era em nome de Deus, pois eram soldados cristãos enviados por Sua vontade àquele lugar para enfrentar e vencer os "infiéis". Deles, principalmente D. Henrique era considerado pelo cronista como o "cavaleiro de Deus" que o criou e enviou sob a bandeira da igreja e armado das armas da "Santa Cruz". Zurara exaltou tão exageradamente o feito, que chegou a afirmar não poder escrever todas as coisas pela grandiosidade do que foi realizado por apenas cinco homens.

Já na **Crônica de Guiné**, não só o infante foi exaltado, mas os que estavam a seu trabalho e vinculados à sua casa ou a Ordem de Cristo. Estes tinham suas virtudes exaltadas e, muitas vezes, exageradas pelo cronista. Quanto à grandeza de D. Henrique,

> "[...] foi extrema entre todolos príncipes do mundo! Este foi o Principe sem coroa segundo meu cuidar, que mais e melhor gente teve de sua criação. Sua casa foi um geral acolhimento de todolos do Reino, e muito mais dos estrangeiros, cuja grande fama fazia acrescentar muito em suas despesas; que comunalmente se achavam em sua presença desvairadas nações de gentes tão afastadas de nosso uso, que quási todos o haviam por marabilha; de ante o qual nunca nenhum soube partir sem proveitosa bemfeitoria".[459]

Mais uma vez, vemos o caráter acolhedor do infante para com todos aqueles que o quisessem servir nos feitos ultramarinos e bélicos no norte da África. Além de acolhedor, notamos mais uma vez a magnanimidade imputada àquele infante através da pena de Gomes Eanes de Zurara, que o considerava tão bom doador quanto seu pai, seu irmão D. Duarte e seu sobrinho D. Afonso V, ou seja, ele só era comparado a reis...

---

[457] ZURARA, G. Opus cit., 1992, capítulo LXXIX, p. 238.
[458] Idem, capítulo LXXIX, p. 238-239.
[459] ZURARA, G. **Crónica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo IV, p. 22.

No início da **Crônica de Guiné**, o cronista fala sobre o príncipe português ao qual é dedicada a obra, incluindo seus feitos. Ao comentar a conquista de Ceuta, ele afirma que foi grandiosa, por terem tomado uma importante cidade "que por certo não se pode negar que a cidade de Ceuta não seja chave de todo o mar Medioterreno",[460] o que denota a opinião dos portugueses daquela época de que a conquista da cidade era em direção ao Mar Mediterrâneo, não uma expansão em direção ao Atlântico. Porém, o principal nesse momento é o fato de Zurara nomear alguns dos grandes nobres que estavam sob o comando de D. Henrique, o que denota sua grandeza, pois

> "[...] sob cuja capitania era o conde de Barcelos, filho bastardo Del-Rei; e Fernando, senhor de Bragança, seu sobrinho; e Gonçalo Vasques Coutinho, que era um grande e poderoso fidalgo; e assim outros muitos senhores e fidalgos, com todas suas gentes; e outros que se na dita frota ajuntaram de três comarcas, scilicet: da Beira e de Tralosmontes e dantre Doiro e Minho".[461]

Quando os mouros tentam recuperar Ceuta em 1418, D. Henrique vai defendê-la e sob seu comando vão "dous irmãos seus, scilicet: o infante D. João e o conde de Barcelos, que depois foi duque de Bragança, com outros muitos senhores e fidalgos e com grande ajuntamento de frota, foi mui deligente [...]".[462] Como podemos notar, nos dois trechos anteriores, quando se tratava de confrontos armados contra forças muçulmanas, lá estava D. Henrique liderando as tropas portuguesas. Normalmente ele era acompanhado e liderava grandes fidalgos, de linhagem real ou não, mas que tinham importante papel na corte portuguesa, os quais ganhariam benesses do rei e daquele infante que acompanhavam.

Em seguida, fala do ataque a Tânger, o qual foi uma grande derrota para o reino português, mas que Zurara ameniza e narra como um grande feito do infante Henrique e daqueles sob suas bandeiras, como se vê a seguir: "tendo-lhe o cerco XXII dias, nos quaes se fizeram mui assinaladas cousas, dignas de grande memoria, não sem grande dano dos contrários [...]",[463] mas as forças lideradas por D. Henrique não foram derrotadas? O infante D. Fernando não ficou prisioneiro dos mouros? Na pena do cronista, os detalhes que comprometem a imagem do infante Henrique não são abordados.

O cronista Gomes Eanes de Zurara também enaltece o feito do infante na batalha de Alfarrobeira, ápice da divisão entre os nobres do reino português, sendo D. Henrique pintado

---

[460] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo V, p. 27.
[461] Idem, capítulo V, p. 27-28.
[462] Ibdem, capítulo V, p. 29.
[463] Ibdem, capítulo V, p. 30.

como um leal e honrado servidor do rei D. Afonso V e, para justificar aquela batalha, deixa nas entrelinhas a "traição", falta de fidelidade e o pouco merecimento do infante D. Pedro e dos seus seguidores, sendo um anti-exemplo aos súditos e vassalos de D. Afonso.

> "Foi ainda o Infante D. Henrique com el-Rei D. Afonso seu sobrinho naquele ajuntamento que fez sobre o Infante D. Pedro, de que se seguiu a batalha da Alfarrobeira, na qual o dito Infante foi morto e o conde d'Abranxes que era com ele, e toda sua hoste desbaratada; onde, se o meu entender para isto basta, justamente posso dizer que lealdades dos homens de todolos séculos foram nada em comparação da sua [do infante D. Henrique]".[464]

Enquanto um dos infantes e tios de D. Afonso V era exaltado e servia de exemplo de fidelidade, o outro consubstanciava aquilo que havia de pior em um homem numa sociedade que ainda valorizava os vínculos pessoais, ser um traidor. Ao longo das duas crônicas analisadas, aqueles que serviam D. Henrique eram exaltados e nomeados, enquanto os servidores de D. Pedro ficaram na sombra juntamente com seu senhor.

A partir do capítulo VIII da **Crônica de Guiné**, o cronista começa a narrar os preparativos para as viagens enviadas pelo infante D. Henrique. Mas como esse não era um mareante, não ia junto delas explorar as costas africanas. O máximo que fez no mar foi ir ao norte da África se bater com as forças berberes do reino de Fez. Normalmente quem capitaneava os navios enviados eram vários nobres ligados à casa de D. Henrique ou à Ordem de Cristo, governada pelo mesmo infante. Havia também particulares interessados nas viagens, mas esses dependiam da autorização daquele infante para viajarem e seus feitos não eram destacados pelo cronista como os dos servidores de Henrique.

Como o medo de passar o Cabo Bojador impediu os portugueses de atravessá-lo até 1434, segundo Zurara, as viagens que eram realizadas procuravam de alguma forma "agradar" as vontades do governador da Ordem de Cristo. Assim, "bem é que eles não se tornavam sem honra, que por emendar o que faleciam em não cumprir perfeitamente o mandado de seu senhor, uns iam sobre a costa de Granada, outros corriam por o mar de Levante, até que filhavam grossas presas dos infiéis, com que se tornavam honradamente para o reino".[465]

Mesmo os que não alcançavam as distâncias estabelecidas pelo infante D. Henrique eram beneficiados e recebiam promessas de maiores mercês caso fossem mais longe nas próximas viagens.[466] Segundo Zurara, Gil Eanes, que primeiro passou o Bojador, era um

---

[464] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo V, p. 31.
[465] Idem, capítulo VIII, p. 51.
[466] Ibdem, capítulo IX, p. 53.

escudeiro de D. Henrique, que após voltar da sua viagem para além do Cabo, foi feito cavaleiro e agasalhado pelo infante.[467] Com essa façanha, foi fortificada a posição de D. Henrique como o "homem" responsável pelos assuntos de além-mar, posição essa garantida pelo rei D. Duarte e, posteriormente, pelo regente D. Pedro. Além disso, a travessia do Cabo mais temido pelos mareantes até então, foi um feito de honra e coragem daquele servidor de D. Henrique.[468] Por seu êxito, além de ser bem recompensado, Gil Eanes foi mandado mais uma vez, juntamente com o copeiro da casa do Duque de Viseu, Afonso Gonçalves Baldaia, para ir além do Cabo Bojador.

Enquanto os portugueses exaltam aqueles feitos, seria bom comentar os modos portugueses frente aos nativos das terras que alcançavam em suas viagens. Ao longo da **Crônica da Guiné** temos vários exemplos da ação dos portugueses contra as populações locais da costa africana, que, na maioria das vezes foi representada pelo cronista como grandes realizações de armas, mas que parecem hoje mais feitos de ganância e covardia. No entanto, como era muito presente a idéia de luta contra os "infiéis" e de tirar proveito do que encontrasse, para os contemporâneos do infante e do cronista que nos narra as histórias, aqueles são feitos nobres, honrados e cavaleirescos.[469] Nos capítulos que se seguem ao capítulo X da **Crônica de Guiné**, Gomes Eanes de Zurara narra as realizações dos mareantes e homens da casa do infante, que, ao mesmo tempo em que buscavam realizar os mandados de seu senhor, também buscavam realizar grandes feitos que os honrassem e os fizessem cair nas graças do infante. Por isso, saqueavam e capturavam os mouros.

No trecho a seguir vemos que nas palavras atribuídas a Lançarote por Zurara, aqueles homens que iam nas viagens não só se preocupavam com o que encontrariam e capturariam, mas também em como os seus feitos seriam bem reconhecidos pelo infante e por Deus, "como homens que outro bem não tinha senão a mercê daquele senhor que os ali enviara".[470] Como podemos notar, após o capítulo VIII, quase todos os seguintes são narrações de escaramuças entre os viajantes cristãos e os naturais das terras ao longo da costa da África, que normalmente terminam nos saques "justos" realizados pelos portugueses. O modelo de ação seguido por aqueles nobres, cavaleiros, escudeiros e mareantes era o exemplar infante cruzado

[467] ZURARA, G. **Crônica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo IX, p. 54.
[468] Idem, capítulo IX, p. 55.
[469] Ibdem, capítulo X, p. 59.
[470] Ibdem, capítulo XXX, p. 142.

de Portugal, D. Henrique, pois, se os inimigos não aceitassem a derrota e a fé cristã, eles eram eliminados ou reduzidos à escravidão.

Em um diálogo narrado pelo cronista entre Lançarote e o infante, quando o primeiro pede permissão para ir para a Guiné, notamos o recorrente tema da luta contra os infiéis, que, nas palavras de Lançarote,

> "[...] bem sabe a vossa alteza como os moradores desta nossa vila, depois que Ceuta foi tomada até o presente, sempre serviram e servem com seus corpos e navios, na guerra dos mouros, por serviço de Deus e Del-Rei nosso senhor. [...] Porem, senhor, considerando nós sobre tudo por quanto vemos que trabalhaes cada dia mais na guerra destes mouros, e aprendemos como na ida que fez Lançarote com as suas caravelas, acharam multidão de mouros na Ilha de Tider, na qual ao depois foi morto Gonçalo de Sintra, porquanto os mouros da dita ilha podem fazer empacho a vossos navios, queremos, se for vossa mercê, armar sobre eles, e ou por morte ou prisão, quebrantarmos sua força e poder, de guisa que vossos navios possam correr por toda aquela parte sem temor algum. E se Deus trouxer o feito a fim de vitoria, poderemos fazer, sobre a destruição de nossos contrários, presas de grande valor, pelas quaes de vosso quinto podereis receber grande proveito, do qual nós não ficaremos sem parte".[471]

A resposta de D. Henrique é favorável e ainda se propõe a ajudar na armação daquelas caravelas que iriam contra os mouros de Tider,[472] o que denota mais uma vez o interesse na guerra contra os "infiéis". Mas não só, pois aqui notamos também o tema do proveito, sendo o quinto de D. Henrique e o proveito dos mareantes com todas as presas capturados exaltado ao final do parágrafo.

Quando os navios que foram à ilha de Tider lá chegam, Lançarote é nomeado capitão, sendo ele que carrega a bandeira da cruzada (bandeira da Ordem de Cristo) e lidera o ataque.

> "E com o nome de Deus – disseram eles – saiamos todavia, e vamos em terra na ordenança que temos determinada. E assim com estas palavras começaram logo de sair; e tanto que foram todos postos na praia, poseram suas azes em ordenança, onde Lançarote, por acordo de todos os outros capitães, tomou a bandeira da cruzada que lhe o infante D. Henrique dera; e já sabeis como os que morressem sob a dita bandeira eram absoltos de culpa e pena, segundo outorgamento do Santo Padre, de que já vistes o teor do mandado [...]".[473]

Claro que o infante D. Henrique é destacado por favorecer e iniciar na cavalaria aqueles que são de sua Casa. Um exemplo disso é narrado por Zurara, quando o regente D. Pedro vê a necessidade de armar seu filho homônimo cavaleiro, pois o nomeou condestável do reino português; foi o seu irmão D. Henrique que o investiu a pedido do Duque de Coimbra, já que naquele momento o Duque de Viseu era um dos nobres mais importantes do

[471] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo XLIX, p. 214-215.
[472] Idem, capítulo L, p. 217.
[473] Ibdem, capítulo LV, p. 239.

reino português. Segundo Zurara, "bem deu ali o infante D. Pedro a entender ao mundo a grande dignidade que conhecia em seu irmão [D. Henrique], que por mais honra teve de seu filho receber cavalaria da mão de seu tio, que de nenhum outro Principe de Espanha".[474]

Zurara ainda exalta todos aqueles que morreram na realização dos eventos de além-mar, sendo responsáveis por grandes e honrados feitos,[475] mesmo que mais parecessem hoje realizações de covardes ao atacarem mulheres, crianças, idosos e homens inferiormente armados, ainda que em maior número algumas vezes. A exaltação de todos os envolvidos com as viagens pelas costas africanas se deve ao fato de serem considerados grandes realizações, pois, segundo o cronista,

> "[...] posto que o perigo fosse tão manifesto, para tudo abastavam os corações daqueles que desejavam cobrar nome de bons, e especialmente se moviam a isso pelo conhecimento que haviam da vontade do Infante, vendo os grandes acrecentamentos que fazia áqueles que se em isso trabalhavam, que segundo Vegecio, ali são os homens fortes onde a fortaleza é galardoada".[476]

De fato, esses personagens eram homens fortes e de grande envergadura, pois naquele momento se lançavam a uma aventura no mar, com suas intempéries e raros conhecimentos. Ao atacarem as populações das costas africanas nos parece que eles estavam seguindo o mando e exemplo atribuído ao infante seu senhor pelo cronista Zurara.

Nas viagens narradas por Zurara, a maioria dos nomes mais destacados é formada por servidores do infante, ou homens da Ordem de Cristo, como Gil Eanes, cavaleiro da casa de D. Henrique; Afonso Baldaia, copeiro do infante; Heitor Homem e Diogo Lopes d'Almeida, nobres lusos; Antão Gonçalves, guarda-roupa do infante que após retornar de sua viagem foi feito cavaleiro e ainda recebeu comenda da Ordem de Cristo; Nuno Tristão, cavaleiro da casa do infante Henrique; Fernão Lopes d'Azevedo, comendador-mor da Ordem de Cristo e do conselho do rei e de D. Henrique; Martim Fernandes, alfaqueque do infante; Lançarote, primeiramente escudeiro de D. Henrique, mas, posteriormente se tornou almoxarife do rei na vila de Lagos; Estevão Afonso, que nas palavras de Zurara era "um nobre homem" e que morreu a serviço do infante; Gonçalo de Sintra, escudeiro da casa do infante e capitão de uma das caravelas em uma viagem para Guiné, na qual ele foi morto; Diogo Afonso, criado do infante D. Henrique; Gomes Pires, patrão del-Rei que foi numa viagem a mando do infante e

[474] ZURARA, G. Opus cit., 1973, capítulo LI, p. 220.
[475] Idem, capítulo LXXXVI, p. 363.
[476] Ibdem, capítulo LXXXVIII, p. 369.

regente D. Pedro; Dinis Dias, nobre escudeiro e antigo criado do falecido rei D. João; Garcia Homem, criado do infante D. Henrique; João Fernandes, escudeiro de D. Pedro, mas que Zurara, mesmo conhecendo esse escudeiro, como ele afirma no capítulo XXXIV, resolve narrar como se ele estivesse a serviço de D. Henrique; Gonçalo Pacheco, criado do infante e "tesoureiro-mor das cousas de Ceuta"; Alvaro Gonçalves D'Atide, governador da casa do infante D. Pedro; João Gonçalves Zarco, nobre homem e cavaleiro da casa do infante D. Henrique; Tristão, outro cavaleiro da casa do infante Henrique; Gonçalo Velho, cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo; João Gorizo, moço da câmara do infante que deveria escrever tudo sobre as terras visitadas e os mouros capturados; e ainda tantos outros cavaleiros e escudeiros da casa de D. Henrique ou de outros grandes nobres portugueses que receberam autorização para realizarem aquelas viagens.

Por conta das grandes virtudes daquele príncipe, nas palavras de Gomes Eanes de Zurara, ele deveria servir de exemplo para todas as pessoas do mundo, mas, principalmente, para os nobres portugueses, sendo que os últimos, inclusive os futuros reis lusos, deveriam se lembrar e reverenciar o infante D. Henrique em seu túmulo por ter contribuído tanto para o reino e por ser o modelo exemplar para todos.

> "Por conseguir a matéria da humanal fortaleza, não posso partir de ante meus olhos, a virtude de um príncipe singular, que, com tamanha força e grandeza de seu coração, arrancou tamanha multidão de infiéis fora da terra de sua natureza! Por certo eu não reconto estas cousas em tamanha grandeza como devia, porque eu mesmo me espanto, quando alevanto minha consideraçao para contemplar na profundeza de tamanho feito. [...] Ora que posso eu dizer da fortaleza de um homem que, sem esperança de nenhuma companhia, cometeu tantas vezes um tamanho ajuntamento de seus inimigos, derrubando ante os seus pés aqueles que com maior atrevimento de sua fortaleza queriam esperar o brandimento de sua espada. Certamente eu creio, segundo meu juízo, que, se as cousas mudas hão algum sentimento, que as portas daqueles muros estão ainda espantadas de tão maravilhosa fortaleza. Empero não quero este feito de todo atribuir à sua força, porque considero que quis Nosso Senhor Deus trazer ao mundo por defensão do seu santo templo, que é a Sua santa Igreja, e por vingança dos erros e cometimentos que aqueles inimigos da Fé fizeram por muitas vezes aos seus fiéis cristãos, a este príncipe, que assim como Seu cavaleiro, armado das armas da Santa Cruz, pelejasse no Seu nome. [...] E, para provar minha intenção, ponho, ante meus olhos, o processo da sua vida, no qual acho tais e tão maravilhosas virtudes, que, considerando em elas, ***não me parecem senão se algum homem trazido e a este mundo para espelho de todos os vivos***. As quais virtudes, a Deus prazendo eu contarei distintamente, em seu próprio lugar, porque possais verdadeiramente conhecer a provação de minhas palavras 'O excelente príncipe', diz o autor, 'frol da cavalaria do nosso reino, coração e fortaleza digna de grande memória! E qual outro posso eu louvar em superlativo grau, que houvesse a verdadeira fortaleza, salvo se disser este é outro Infante Dom Henrique?".[477]

[477] Grifo meu. ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Opus cit., 1992, capítulo LXXX, p. 240-241.

> "O vós, bem aventurados Reis, que depois de sua morte possuirdes a real seeda que foi de seus avós, ***eu vos rogo que a sepultura deste tão grande e tão honrado Duque hajaes sempre em vossa especial lembrança, pois o esplendor de suas virtudes é gram parte de vossa honra***".[478]

Ao longo da leitura das duas crônicas notamos que todos aqueles que são citados por Zurara têm algum vínculo com D. Henrique. E mais, os que são realmente exaltados são aqueles nobres e cavaleiros que buscam exercitar suas virtudes e suas habilidades cavaleirescas a partir das ordens e exemplos daquele infante português, com especial destaque àqueles que lutaram contra os mouros "infiéis" e/ou foram para as viagens no além-mar. Esses são nobres que buscavam uma aproximação da Coroa através de uma de suas Casas, a de D. Henrique. Servindo à Coroa através do serviço daquele, esperavam se destacar e se beneficiar de alguma forma com mercês, benfeitorias, comendas, posição e/ou títulos nobiliárquicos. Fazendo parte da corte de D. Henrique, esses homens poderiam ter acesso à corte do rei e, sendo nobres ou não, poderiam cair nas graças de um grande fidalgo e ascender socialmente, alavancando e honrando o nome de sua família. Com isso, caso fossem de uma linhagem ascendente, apoderavam-se do cabedal simbólico e do exemplo de uma nobreza tradicional e já estabelecida para legitimar sua posição. Ou, no caso de um nobre de renome, poderiam controlar os meios de produção e divulgação de suas façanhas, destacando-se ainda mais nos escritos que guardariam a memória de seus feitos e de sua linhagem para terem o reconhecimento da corte e do próprio rei, que poderia recompensar aquele servidor ou seus descendentes. O que era narrado serviria de modelo, exemplo ideal ou anti-exemplo, à nobreza e, também, a certos grupos da sociedade a partir de suas próprias experiências.

[478] Grifo meu. ZURARA, G. **Crónica de Guiné**. Opus cit., 1973, capítulo VI, p. 41.

5. EM VIAS DE CONCLUSÃO E/OU PROPOSTA DE ENRIQUECIMENTO DE UM TRABALHO

Ao longo desse trabalho, procuramos analisar a construção do cavaleiro cristão, personificado pelo infante português D. Henrique, já nos idos da realidade tardo-medieval, a partir de duas crônicas de Gomes Eanes de Zurara e de fragmentos do rei letrado D. Duarte, o *Eloqüente*, contemporâneo àquele cronista. Para isso, trabalhamos com o contexto da primeira metade do século XV, momento em que foram escritas as fontes pertinentes nessa Dissertação. Ao abordarmos o contexto do final do medievo, conseguimos perceber que havia muitas permanências, das quais destacamos o ideal cavaleiresco e cruzadístico, bem como a tradição de escrita na qual se baseou o cronista Zurara.

A base contextual foi muito importante para podermos avaliar como e por que as permanências citadas estavam presentes naquele período, sofrendo releituras e adaptações conforme as necessidades do grupo dominante, a nobreza. Mas não só, pois essas continuidades medievais foram acompanhadas de grandes mudanças em diversos aspectos da sociedade portuguesa, ibérica e européia, o que acabou por influenciar o andamento da política, economia, sociedade, cultura e relações diplomáticas ou conflitos entre os reinos europeus e, para o caso português no século XV, com os reinos norte africanos.

Para compreender melhor essas continuidades, aprofundamo-nos no estudo da tradição cronística, levando em conta obras clássicas e medievais que influenciaram as produções de Zurara. Este cronista teve contato com textos gregos e romanos da Antiguidade Clássica, bem como com textos medievais e de seus contemporâneos, que contribuíram não só com sua maneira de descrever seu mundo, mas também com a melhor compreensão e representação da sua realidade, costumes, tradições, valores e virtudes, personagens de destaque e interesses então vigentes em Portugal naquele período.

Além disso, buscamos informações sobre o cronista para podermos compreender melhor seus objetivos, intenções e a quem ele estava vinculado e representava ao escrever. Esse cronista, que não tinha linhagem nobre, foi instituído em sua função pelo rei D. Afonso V, recebendo a devida autoridade e posição social para escrever suas crônicas. Ou seja, a partir do momento em que recebeu do rei os seus títulos e suas atribuições, a sua palavra, os seus discursos como cronista do reino tornaram-se oficiais. Por conta disso, a partir da perspectiva de Bourdieu, podemos afirmar que Gomes Eanes de Zurara dispunha de “todo o

capital simbólico acumulado"[479] pela nobreza lusa, já que Zurara se tornou o procurador daquele grupo ao ser instituído cronista pelo próprio rei.

Diferente desse cronista, o rei D. Duarte teve uma educação elaborada, sendo influenciado não só pela tradição portuguesa ibérica, mas também pela inglesa, da qual descendia pelo lado materno. No entanto, ambos, Zurara e D. Duarte, foram influenciados pelas idéias e modelos tardo-medievais da cavalaria e da cruzada. Claro que isso transparece em seus textos, mas não eram puros reflexos das tradições originais, já que estas passaram por transformações ao longo dos séculos.

Como podemos notar na leitura das fontes, todo o cabedal simbólico ligado à cavalaria e à cruzada foi apropriado pela nobreza, para constituir a sua reserva mental. Esta buscou se aproximar do monarca, que, para o momento estudado, ainda era a principal fonte de concessão dos títulos, benesses e mercês. Para legitimar suas funções e sua posição como elite dominante, a nobreza passou a influenciar a produção e a circulação das obras doutrinárias, chegando a controlar o conteúdo e as mensagens destinadas aos seus pares.

Por isso, podemos notar nas crônicas de Zurara os valores e virtudes que, supostamente, deveriam ser inerentes a todos os fidalgos e pretensos nobres, exemplos de comportamento que deveriam ser seguidos por eles, bem como um conjunto de regras que regulavam a sociedade nobiliárquica, não permitindo que qualquer um ascendesse àquele nível social. No entanto, sabemos que a ascensão através do serviço se tornou cada vez mais presente em Portugal, renovando os quadros da cavalaria, da nobreza e também seus costumes tradicionais, mesmo que isso não fosse plenamente aceito e absorvido por todos os fidalgos.

A imagem decorrente das obras escritas à volta do círculo cortesão serviria também de inspiração para os nobres, principalmente àqueles que estavam ascendendo pelo serviço, que não tinham uma tradição linhagística na qual se basear. Na realidade estudada por nós, muitos desses eram servidores do infante D. Henrique, sendo enviados por esse, ou indo com sua permissão, nas viagens atlânticas pelas costas africanas. Daí podermos afirmar que a autoridade política de uma nobreza tradicional, da qual fazia parte a linhagem real, somou-se à autoridade cultural e simbólica que legitimava a "propaganda" da alta nobreza para doutrinar toda a sociedade nobiliárquica.

No caso de Zurara e suas crônicas, encomendadas e autorizadas por D. Afonso V, ao analisarmos as imagens dos nobres cavaleiros cristãos, podemos chegar ao "conjunto de

---

[479] BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 89.

idéias, representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens".[480] Ou seja, a ideologia, ou, como afirmou Fiorin, a "falsa consciência" elaborada a partir da realidade, permeia também as obras de Zurara. Todas as construções deste cronista têm como base a representação de um modelo ideal, que tinha como ponto de referência certas facetas da realidade tardo-medieval, não tão belas como o exposto em suas crônicas.

Como obras avalizadas pelo rei, as crônicas também eram régias, sendo que as construções do cronista representavam a vontade do monarca. Ou seja, para o momento e obras estudadas por nós, o infante D. Henrique representado por Gomes Eanes de Zurara estava de acordo com a imagem que o próprio D. Afonso V queria propagar sobre seu tio e vassalo, um grande nobre, leal a seu rei e que prestava grandes serviços ao reino, modelo que devia ser seguido pelo restante da nobreza. Desta forma, é correto dizer que o D. Henrique de Zurara era, antes de tudo, o do rei D. Afonso V.

As práticas da nobreza tardo-medieval portuguesa levaram a uma idealização da cavalaria que, conseqüentemente, gerou representações sobre a mesma. Os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre dois pólos que, como definido por José D'Assunção Barros, de certo modo, corresponderiam respectivamente aos "modos de fazer" e aos "modos de ver".[481] Desta forma, Gomes Eanes de Zurara construiu seus discursos de legitimação e poder, mistificando e desmistificando determinadas pessoas e feitos. Ele não só legitimou as ações belicosas da nobreza no norte da África, como também a posição de D. Henrique e suas pretensões no seio da corte portuguesa.

As crônicas de Zurara, nas quais este infante português da Ínclita Geração foi o personagem destacado, para não dizer o principal, demonstraram a importância do Duque de Viseu na sociedade lusitana da primeira metade do século XV. Por conta disso, o cronista representou o ideal cavaleiresco e cruzadístico através do infante D. Henrique, exemplo a ser seguido por todos, principalmente pela sociedade nobiliárquica. Para ser modelar, D. Henrique tinha de ter, conjuntamente, todas as virtudes e valores exigidos do nobre, do cavaleiro e do cristão, além de cumprir as regras sociais inerentes a sua posição. O **Livro da Cartuxa**, anterior às obras daquele cronista, mostrou-nos boa parte dessas exigências, principalmente no capítulo 21, quando o rei D. Duarte aconselha seu irmão D. Henrique no comando das tropas portuguesas e na ação frente aos inimigos.

---

[480] FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8º ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 28-29.
[481] BARROS, J. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Opus cit., 2004, p. 82.

Podemos afirmar que as obras de Zurara foram o ponto de partida para a construção do mito em torno de D. Henrique. Este teve seus primeiros traços como o modelo de nobreza, cavaleiro e cristão a ser seguido por todos, nos textos daquele cronista. Porém, no nosso ponto de vista, as primeiras obras a tratarem desse infante não traziam a imagem de um mareante, mas sim, de um cruzado. Por outro lado, afirmamos que a representação do infante D. Henrique nas duas crônicas analisadas, a **Crônica da Tomada de Ceuta** e a **Crônica de Guiné**, diferem-se em alguns pontos. Enquanto na primeira obra D. Henrique é a encarnação do cavaleiro cruzado que se entrega completamente na luta contra o "infiel", na segunda crônica, ele é representado, além de cruzado que incentiva a luta contra mouros e pagãos, o coordenador das viagens no mar-oceano e aquele que faz frente às pretensões castelhanas sobre os territórios encontrados e conquistados pelos portugueses. Assim, para a **Crônica de Guiné**, podemos aventar a possibilidade de certos leitores/historiadores terem notado traços que os levaram a chamar o terceiro filho de D. João I e D. Filipa de *Navegador*.

Essa diferença acerca da imagem de Henrique nas duas obras de Zurara analisadas por nós, acabou caracterizando o seu fazer cronístico que, por um lado tem como principal tema a linhagem real e o seu espaço de ação, enquanto por outro lado destaca um dos infantes de Avis e seus comandados no além-mar, o novo espaço de ação e ascensão de uma nobreza interessada em honra e mercês. Por conta disso, como guiador e exemplo para um grande séquito, o infante D. Henrique devia ser modelar, o que Gomes Eanes de Zurara consubstanciou em suas obras.

Assim, todos aqueles que foram lutar contra os mouros no norte da África, bem como os que viajaram pelas costas africanas, levaram as bandeiras do infante D. Henrique. Este não só personificava, nas crônicas analisadas, o ideal aristocrático, cavaleiresco e cristão, mas, também, carregava o nome da nova dinastia portuguesa, Avis, representando o rei e o reino. Por conta disso, aqueles que iam em seu nome para as terras da África, no Magreb ou mais ao sul, engrandeciam a Casa de Viseu e seu representante, mas, sobretudo, a Dinastia de Avis e o rei D. Afonso V. E mais, todos os governantes portugueses daquela dinastia que antecederam e sucederiam aquele monarca, bem como aqueles que estavam ligados por laços de fidelidade ao patrono do guardião das memórias do início da epopéia atlântica e de seu reinado, o cronista Gomes Eanes de Zurara; todos seriam lembrados e exaltados geração após geração.

6. REFERÊNCIAS

6.1. FONTES

D. DUARTE. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. Porto: Livraria Civilização, s.d. (volumes I e II).

LLULL, Ramon. **O Livro da Ordem de Cavalaria**. São Paulo: Giordano, 2000.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

_____. **Crónica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973.

_____. **Crónica do Conde D. Pedro de Menezes**. Tomo II. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1792.

6.2. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de. "Infante D. Henrique (1394-1460)". In.: SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal**. V. III. Porto: Livraria Figueirinha, 1989.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "A economia política dos descobrimentos". In.: NOVAES, Adauto (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ARAÚJO, Renata. **Lisboa – A cidade espetáculo na época dos Descobrimentos**. Coleção cidade de Lisboa. Lisboa: Horizonte, 1990.

ARIÉ, Rachel. **El Reino Nasrí de Granada**. S.l.: Ed. Mapfre, 1992.

ALVES, Adalberto. **Portugal – Ecos de um passado árabe**. Colecção Lazúli. Instituto Camões, 1999.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASHET, Jérome. "Capítulo XV – Da Europa Medieval à América Colonial". In.: BASHET, J. **A civilização feudal – do ano mil a colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

BOXER, Charles R. **Império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAGANÇA, José de. "Introdução (da edição de 1937)". In.: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973.

BRASIL, Reis. “A Vida”. In.: ZURARA, G. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

CADIOU, F., COULOMB, C., LEMONDE, A. e SANTAMARIA, Y. **Como se faz a história – historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis : Editora Vozes, 2007.

CAMPOS, Pedro Moacyr e HOLANDA, S. B. de. “As etapas dos descobrimentos portugueses”. In: HOLANDA, S. B. de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1968.

CARABIAS TORRES, Ana Maria (Ed). **Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial**. Ediciones Universidad Salamanca: Estudios Históricos & Geográficos, 1992.

CARVALHO, Alberto Martins de. “Cortes. Origem”. In.: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. **Portugal nos finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CHARTIER, Roger. “Introdução – Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In.: CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL & Editora Bertrand Brasil, 1990.

CIDADE, Ernani e SELVAGEM, Carlos. **Cultura Portuguesa**. V. 2 – Consolidação da Independência Nacional, primeiro surto de Expansão Ultramarina, incremento de estudos náuticos e da cultura da pré-renascença. S.l.: Empresa Nacional de Publicidade, s.d.

COELHO, Antônio Borges. **Clérigos, Mercadores, Judeus e Fidalgos**. Lisboa: Caminho, 1994.

_____. “Capítulo 4 – Os argonautas portugueses e o seu Velo de Ouro”. In.: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

COELHO, Maria Helena da Cruz. “Capítulo 2 – O final da Idade Média”. In.: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

CORTESÃO, Jaime. **Obras completas 1 e 2 – Os Descobrimentos Portugueses I e II**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUBY, Georges. “História social e ideologias das sociedades”. In.: LE GOFF, J., NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. “Problemas e Métodos em História Cultural”. In.: DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens – do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. “11 – A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal”. In.: DUBY, Georges. **A sociedade feudal**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ECO, Umberto. “I. Intentio Lectoris – apontamentos sobre a semiótica da recepção”. In.: ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. S.l.: Editora Perspectiva, s.d.

ELBL, Ivana. “The State of research – Henry ‘the Navigator”. In.: **Journal of Medieval History**, 27, 2001.

FARINHA, António Dias. **Os portugueses em Marrocos**. Colecção Lazúli. Instituto Camões, 1999.

FERNANDES, Fátima R. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa”. In.: **Revista de estudos Ibero Americanos**. Ed. Especial Brasil 500 anos. Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8º ed. São Paulo: Ática, 2005.

FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005.

FRANÇA, Susani S. Lemos. “Os alicerces da História das descobertas portuguesas: as crônicas de Zurara”. In.: **Estudos de História**. Vol. 9, nº 1, Franca, 2002.

_____. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo: Annablume; Brasília: CAPES, 2006.

FRIGHETTO, Renan. **Valério do Bierzo. Autobiografia**. 1ª Ed. Noia – La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2006.

GALÁN SANCHÉZ, Pedro Juan. “Capítulo I – Constituyentes esenciales del género cronístico”. In.: GALÁN SANCHÉZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la Chronica – las crónicas hispanas de época visigoda**. Universidad de Extremadura, Cáceres, 1994.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Vol. 1, 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. São Paulo: Pioneira: Ed. da USP, 1981.

_____. “História”. In.: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. V. I. Bauru (SP): EDUSC, 2006.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – “Decifra-me e te devoro”**. Tese de

doutoramento apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

_____. “A ensinança de evitar o Pecado na prosa de D. João I e D. Duarte”. In.: **Revista de História da UPIS**. Vol. 1. Brasília: União Pioneira de Integração Social, 2005.

_____. “Tratado da Província do Brasil de Gândavo: a primeira Crônica da ‘Invenção’”. In.: **Lugares dos discursos – X Congresso Internacional ABRALIC**. (Anais), 2006.

_____. “De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval”. O texto aguarda publicação nos Anais do XXI Encontro da ABRAPLIP (Associação dos Professores de Literatura Portuguesa).

HIDALGO DE LA VEGA, María José. **El ideal, la realeza y el poder político em el Imperio Romano**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, s.d.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. Viseu: Ed. Ulisseia, s.d.

LE GOFF, Jacques e NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

LE GOFF, J. e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. V. I. Bauru (SP): EDUSC, 2006.

LOMAX, Derek. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica, 1984.

LOPES, Marcos Antônio (org.). **O ensino e a pesquisa em história na Unioeste: realizações e tendências**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1995.

_____. **Ensaios de Historiografia Portuguesa**. Lisboa: Palas Editores, Ltda, 1998.

MARTÍN MARTÍN, José Luis. “La frontera Hispano-Portuguesa en la guerra, en la paz y el comercio”. In.: CARABIAS TORRES, Ana Maria (ed.). **Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial**. Ediciones Universidad Salamanca: Estudios Históricos & Geográficos, 1992.

MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I**. Lisboa: Guimarães editores, 1993.

MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição Medieval**. S.l.: Editorial Estampa, 1993.

_____. **A nobreza medieval portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. **Perspectivas Actuais sobre a Nobreza Medieval Portuguesa**. In.: **Revista de História das Idéias** (vol. 19) – A cultura da nobreza. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

_____ (dir.). **História de Portugal**. V. 2. Lisboa: Editorial Estampa, s.d.

MEGIANI, Ana Paula Torres, &, SAMPAIO, Jorge Pereira de. **Inês de Castro. A época e a memória**. São Paulo: Alameda, 2008.

MENESES, Avelino de Freitas de; e, COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.). **O reino, as ilhas e o mar-oceano**. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Porto Delgado/Lisboa: Universidade dos Açores/CHAM, 2007.

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos – viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)**. 1ª Ed. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1994.

MIETHKE, Jürgen. "Capítulo VI – El siglo XIII". In.: MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.

MITRE FERNANDES, Emilio. "Froissart, Ayala e Fernão Lopes – o compromisso de três cronistas ante a crise dos finais do século XIV". In.: **História & Crítica**. Nº 12. Lisboa, 1985.

MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português**. Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

MORENO, Humberto Baquero. "Capítulo 3 – O princípio da Época Moderna". In.: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Doutorado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

NOVAES, Adauto (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

OLIVAL, Fernanda. "Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos-novos na Ordem de Cristo (1581-1621)". In.: **As Ordens Militares em Portugal: actas do I Encontro sobre Ordens Militares**. Palmela: Câmara Municipal, 1991.

_____. "The Military Orders and the Nobility in Portugal, 1500-1800". In.: **Mediterranean Studies**, XI, 2002.

OLIVEIRA E COSTA, João Paulo e GASPAR RODRIGUES, Victor Luís. **Portugal y Oriente: El proyecto Indiano del rei Juan**. Coleção Portugal y el Mundo. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. “Tipologia de discurso e regras conversacionais, &, Sobre tipologia de discurso”. In.: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464)**. Monografia apresentada junto ao Curso de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

PASTOREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII**. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica**. Volume II/Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

PERES, Damião. **D. João I**. 2ª Ed. Porto: Vertente, 1983.

PIMENTEL, Maria do Rosário. “A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa”. In.: MENESES, Avelino de Freitas de; e, COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.). **O reino, as ilhas e o mar-oceano**. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Porto Delgado/Lisboa: Universidade dos Açores/CHAM, 2007.

QUEIRÓS, Silvio de Galvão. **“Pera Espelho de Todollos Uiuos” – A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta**. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

_____. “Capítulo 9 – A reificação de um conceito: o Paço, na **Crônica da Tomada de Ceuta** de Gomes Eanes de Zurara. Portugal, século XV”. In.: LOPES, Marcos Antônio (org.). **O ensino e a pesquisa em história na Unioeste: realizações e tendências**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

QUINTANILLA RASO, María Concepción. “La renovación nobiliaria en la Castilla Bajomedieval: entre el debate y la propuesta”. In.: **La Nobleza Medieval em la Edad Media. Actas del Congreso de Estudios Medievales**. Fundación Sánchez-Albornõs, Leon, 1999.

RODRÍGUEZ GERVÁS, Manuel J. **Propaganda política y opinión pública em los panegíricos latinos del bajo Imperio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

SALLES, Bruno Tadeu. “A Ordem dos Cavaleiros de Cristo e a formação do Império Ultramarino Português”. In.: MEGIANI, Ana Paula Torres, &, SAMPAIO, Jorge Pereira de. **Inês de Castro. A época e a memória**. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTOS, João Marinho dos. “A expansão pela espada e pela cruz”. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 12ª Ed. Porto: Porto Editora Ltda, 1982.

SARAIVA, António José. **Iniciação à literatura portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHMIDT, Benito Bisso. "Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos". In.: **Estudos Históricos**, nº 19, Rio de Janeiro, 1997.

SERRÃO, Joaquim V. **Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes**. 1ª Ed. Lisboa: ICP/CEIC/MEIC, 1977.

_____. **História de Portugal**. V. I – Estado, Pátria e Nação (1080-1415). 3ª edição, s.l.: Editorial Verbo, 1979.

_____. **História de Portugal**. V. II – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 3ª Ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.

_____. "D. Duarte (1391-1438)". In.: SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal**. V. II. Porto: Livraria Figueirinha, 1984.

_____. **Portugal en el Mundo – un itinerário de dimensión universal**. 1ª Ed. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

SERRÃO, Joel. **Dicionário da História de Portugal**. V. I. Porto: Livraria Figueirinha, 1984.

_____. **Dicionário da História de Portugal**. V. II. Porto: Livraria Figueirinha, 1984.

_____. **Dicionário da História de Portugal**. V. III. Porto: Livraria Figueirinha, 1989.

SKONIECZNY, Graziela da Silva. **Dom Duarte, o Leal Conselheiro e a virtude da prudência**. Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. "A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas". In.: THOMAZ, Luís Filipe F. R. (dir.). **Aquém e além da Taprobana**. Lisboa: CHAM, 2002.

TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

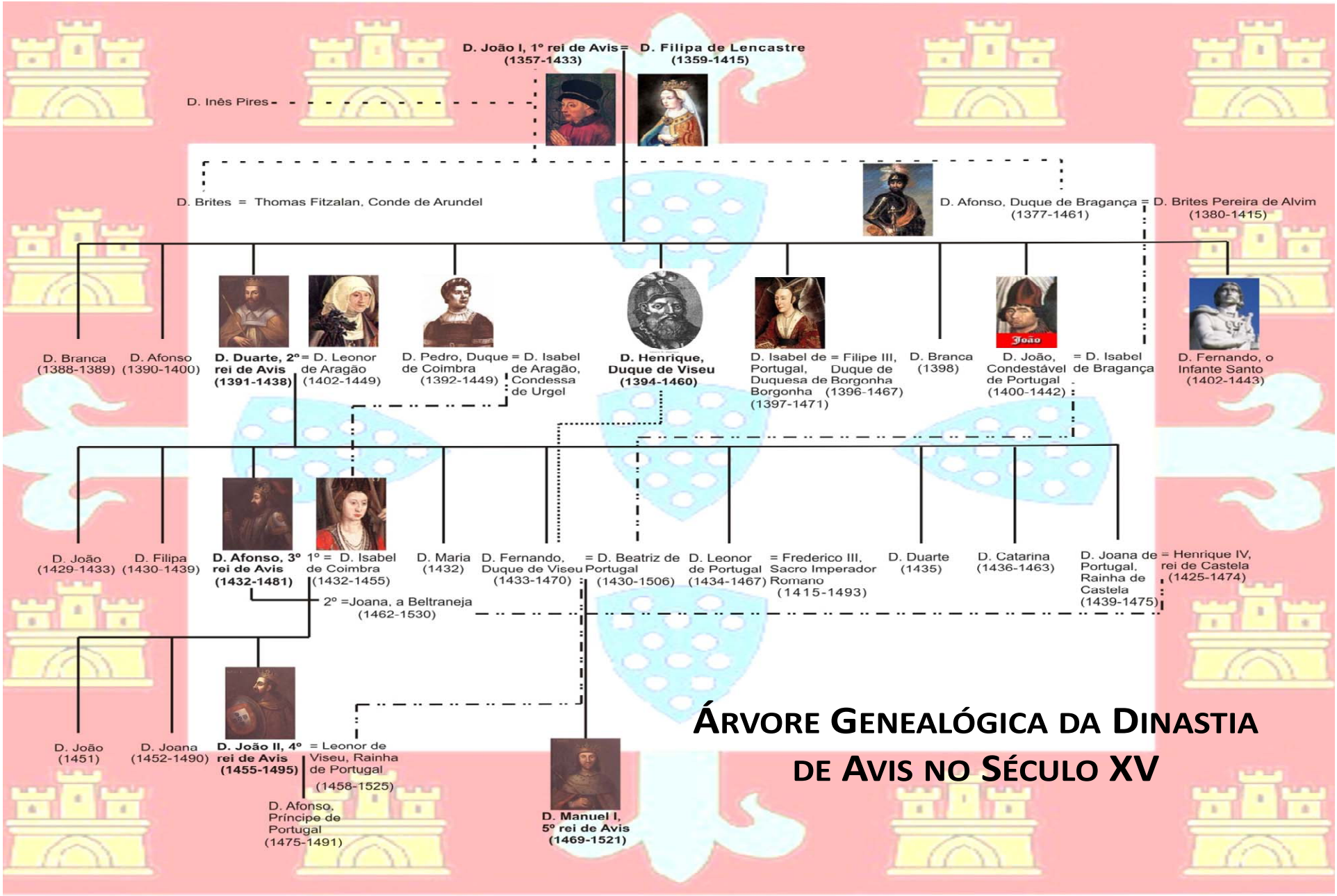
THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1994.

_____ (dir.). **Aquém e além da Taprobana**. Lisboa: CHAM, 2002.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999.

ANEXOS

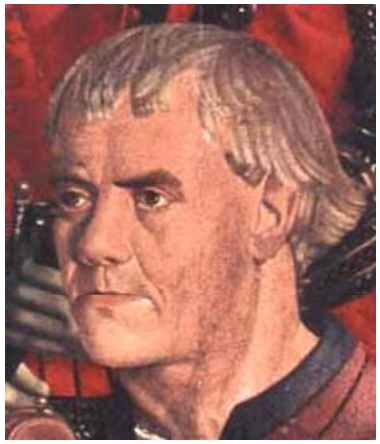
Árvore Genealógica da Dinastia de Avis no Século XV



Infante D. Henrique (1394-1460)

Quatro imagens do mesmo personagem

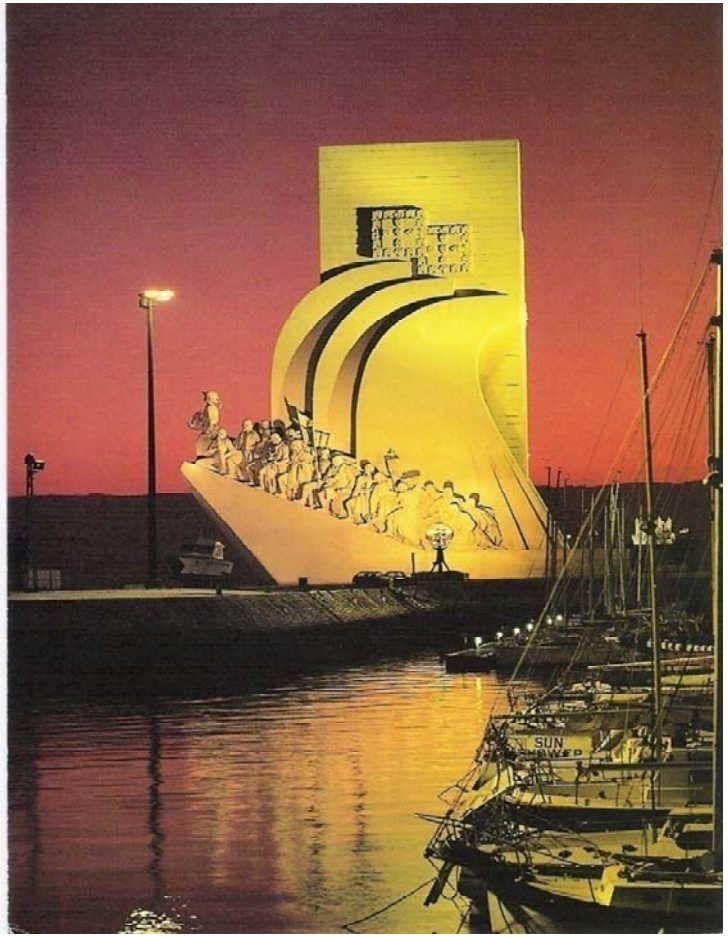
Iluminura da Crônica de Guiné



No Painel dos Cavaleiros, nos painéis de São Vicente de fora

O cavaleiro

O Navegador



O Padrão dos Descobrimentos, encomendado por Salazar

D. Henrique, na "proa" do Padrão dos Descobrimentos

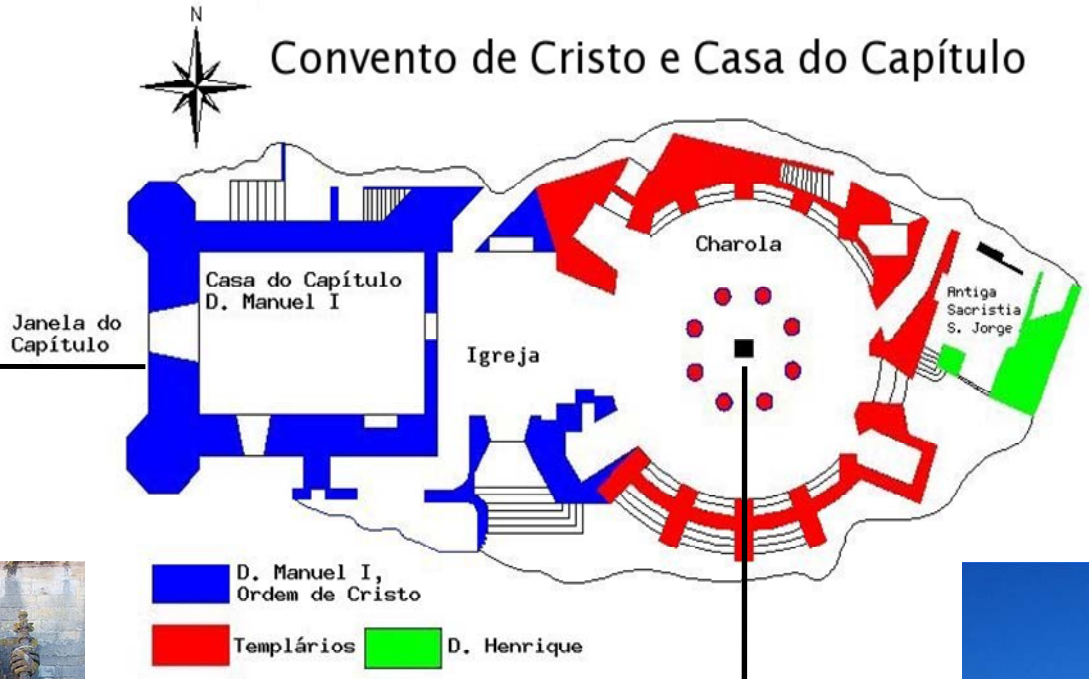
O Convento de Santa Maria da Vitória, popularmente conhecido como Mosteiro da Batalha

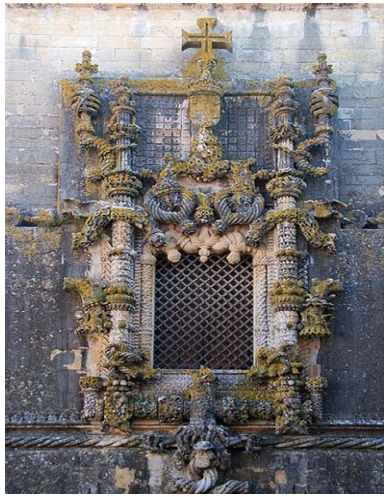
Túmulo do Infante D. Henrique

Localizado na Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha, enterrado ao lado de seus pais D. João I e Dona Filipa

O Convento de Cristo ou mosteiro de Tomar

Planta baixa do Convento de Cristo ou mosteiro de Tomar



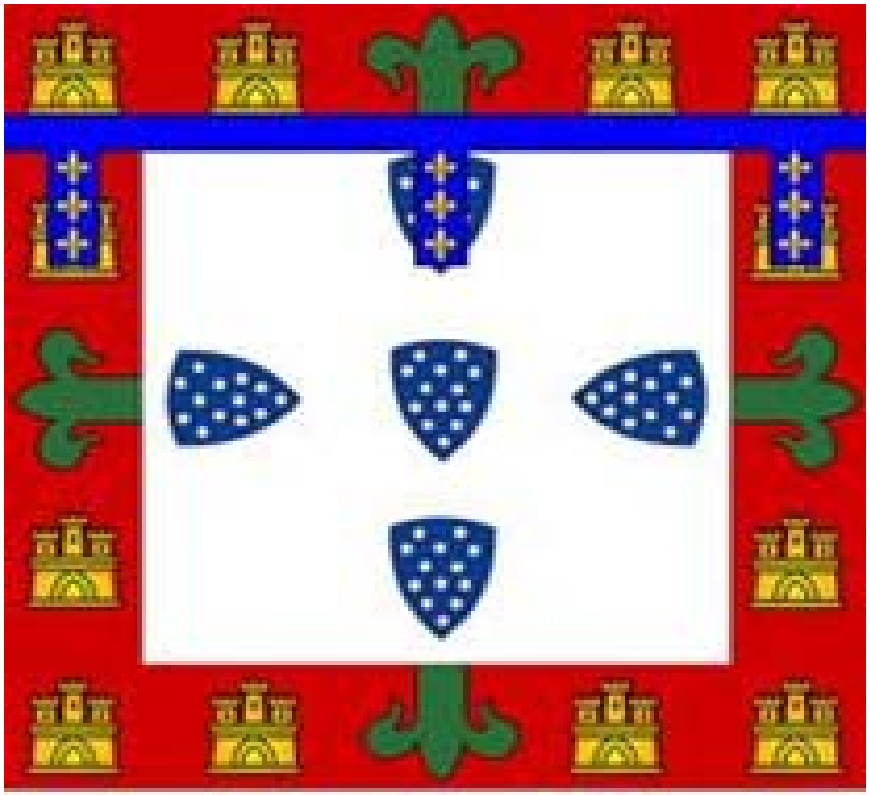


Janela do Capítulo, o maior exemplo da arquitetura Manuelina

Igreja do Convento, popularmente chamada de Charola

Painéis de São Vicente de Fora

Painel dos Frades | Painel dos Pescadores | Painel do Infante | Painel do Arcebispo | Painel dos Cavaleiros | Painel da Relíquia



“Os seres têm muitas verdades e a realidade é algo para além da soma dessas verdades, a verdade é uma realidade cambiante”.

Adalberto Alves

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo